

MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL 2018

Plano Estratégico 2018 - 2019



BRAGANÇA A CAMINHO DE UMA HUMAN SMART REGION

NOVEMBRO 2017

Índice

Mensagem do Presidente	6
Bragança em Números	9
Diagnóstico Estratégico	21
Missão, Princípios, Valores, Visão e Lema	33
Estrutura de Gestão	37
Formulação Estratégica	39
Premissas do Orçamento	45
Linhas Estratégicas de Orientação 2018-2019	49
Estratégia em 1 Página	88
Orçamento	91
Dívida	104
Recursos Humanos	109
Colaboração com as Freguesias	117
Colaboração com as Instituições sem Fins Lucrativos	119
Grandes Opções do Plano para o ano de 2018	120
Anexos	127
Grandes Opções do Plano	127
Plano Plurianual de Investimento	139
Plano de Atividades Municipal	149
Orçamento	155
Encargos a satisfazer com a liquidação de empréstimos	175
Responsabilidades contingentes do Município de Bragança	179
Autorização genérica	184
Assunção de compromissos	187
Mapa de Pessoal para o ano de 2018	195
Participações Financeiras e Entidades Participadas	203
Normas de Execução Orçamental	207

Mensagem do Presidente



O Município de Bragança é uma organização aberta e dinâmica, construída de pessoas para pessoas.

Em consonância, adotamos como lema, para o próximo quadriénio, “As Pessoas em Primeiro”, porque acreditamos que a construção de um território melhor, mais desenvolvido, competitivo, inteligente, dinâmico, criativo, inovador e participativo, capaz de alcançar “vantagens competitivas”, depende do envolvimento e participação das pessoas.

Assim, nos próximos anos, continuaremos a trabalhar com realismo e confiança privilegiando ações inovadoras e de proximidade, mobilizando a comunidade e as forças vivas de Bragança, ativando a cidadania e o sentido de pertença, na senda da melhor qualidade de vida para todos.

As Grandes Opções do Plano, Orçamento, Plano de Atividades e Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2018, com um montante de 37.649.700,00 euros, está alinhado com a estratégia implementada nos últimos quatro anos e consonante com as linhas programáticas que apresentámos ao eleitorado nas últimas eleições autárquicas, direcionadas para quatro vetores estratégicos: Gestão, Organização e Relacionamento com o Cidadão; Coesão Social; Desenvolvimento Económico e Competitividade; Reabilitação Urbana.

Os próximos anos serão marcados por mais investimento a nível infraestrutural, consequência da nossa capacidade negocial e da estratégia de captação de fundos comunitários.

Conseguimos um pacote financeiro, significativo, proveniente dos fundos comunitários de mais de 18 milhões de euros, cujo montante de investimento ascenderá a mais de 25M€, a serem obrigatoriamente aplicados nas áreas social, da mobilidade e da regeneração urbana, constantes do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Bragança, financiado pelo Norte 2020.

Com as contas do Município estáveis, fruto do rigor e disciplina orçamentais, estamos em condições de realizar grandes projetos, capazes de continuar a alavancar o desenvolvimento do nosso concelho, como todos desejamos.

No primeiro pilar definimos um conjunto de ações e projetos que garantam as melhores práticas organizacionais, ao nível da gestão e interação com os diferentes stakeholders, dando resposta às respetivas exigências, prosseguindo os 5 E'S: Economia, Eficácia, Eficiência, Equidade e Excelência.

O nosso maior ativo, os trabalhadores, exercem, diariamente, as suas funções tendo em vista uma prestação de serviços de qualidade. O papel inestimável da nossa experiente e dedicada equipa compreende toda a organização e é uma prioridade para nós, proporcionar as melhores condições possíveis para a sua realização pessoal e profissional.

Na área da Coesão Social e tendo presente o nosso lema, estaremos atentos e empenhados em garantir iguais oportunidades para todos, construindo um território mais justo, inclusivo e solidário.

O Desenvolvimento Económico e Competitividade continuará a ser um eixo estratégico e prioritário da nossa atuação, na senda de mais riqueza e emprego. Nos últimos quatro anos, fizemos o trabalho para captar mais e novas empresas para Bragança, que proporcionaram o maior ciclo de criação de novos postos de trabalho de sempre no setor empresarial.

Continuaremos, ainda, focados na reabilitação urbana da cidade, criando maior atratividade e qualidade de vida, através da execução de projetos estruturais, criando novas dinâmicas no Centro Histórico.

Sendo a coesão territorial fundamental para a construção de um concelho mais competitivo, realizaremos e apoiaremos, em articulação com as respetivas Juntas de Freguesia, importantes investimentos, em diferentes áreas, que se revelem fundamentais para a melhoria da qualidade de vida das populações, com destaque para o setor primário.

Estamos convictos que Bragança será uma referência a nível nacional, da qual muito e bem se ouvirá falar, fruto da união, força e orgulho que caracteriza os brigantinos.

O Presidente da Câmara Municipal
Hernâni Dias

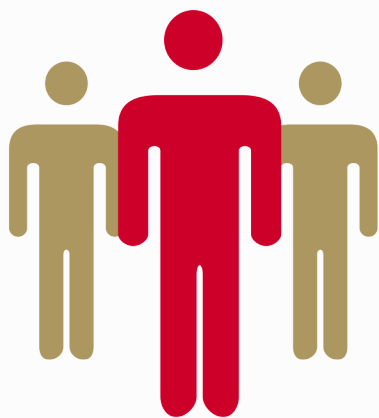


1. Bragança em números



Território

INDICADORES	VALORES	ANO	FONTE
Área (km ²)	1.173,6	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Densidade populacional (hab/km ²)	30,1	2011	Censos 2011/Anuário Estatístico Região Norte (2013)
Número de freguesias (Nº)	39	2016	Município de Bragança
Área média das freguesias (ha)	3.009	2014	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Número de Vilas	1	2016	Município de Bragança
Residentes na cidade de Bragança (Nº)	23.099	2011	Censos 2011
Densidade populacional da cidade (hab/km ²)	693	2011	Censos 2011
Corpos de bombeiros (Nº)	2	2017	Município de Bragança
Bombeiros (Nº)	114	2016	Pordata
Área ardida (ha)	633	2015	Pordata
Ocorrência de fogos florestais (Nº)	89	2015	Pordata
Altitude (máxima/mínima) em metros	1489/325		INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2015)
PDM: Zona de Equipamentos Coletivos (ha)	133		Plano Director Municipal (Revisão de 2010)
PDM: Espaços de Indústria (ha)	151		Plano Director Municipal (Revisão de 2010)
PDM: Espaços para Indústria (ha)	188		Plano Director Municipal (Revisão de 2010)
PDM: Estrutura Ecológica Urbana (ha)	606		Plano Director Municipal (Revisão de 2010)
PDM: Solo urbano urbanizado (ha)	2.184		Plano Director Municipal (Revisão de 2010)
PDM: Solo urbano urbanizável (ha)	383		Plano Director Municipal (Revisão de 2010)



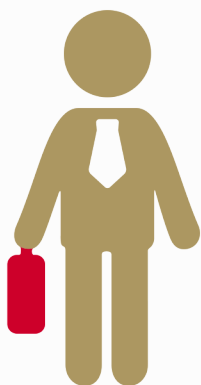
Demografia

INDICADORES	VALORES	ANO	FONTE
População residente total (Nº)	35.341	2011	INE, Censos 2011
Densidade populacional (hab/km2)	30.11	2011	INE, Censos 2011
Taxa de crescimento inter-censitária (%)	1.70	2001-2011	INE, Censos 2011
População [0-14] (%)	12.39	2011	INE, Censos 2011
População [15-24] (%)	10.12	2011	INE, Censos 2011
População [25-64] (%)	54.28	2011	INE, Censos 2011
População [65 +] (%)	23.61	2011	INE, Censos 2011
População [0-14] inter-censitária (%)	-9.57	2001-2011	INE, Censos 2011
População [15-24] inter-censitária (%)	-28.97	2001-2011	INE, Censos 2011
População [25-64] inter-censitária (%)	6.04	2001-2011	INE, Censos 2011
População [65 +] inter-censitária (%)	20.93	2001-2011	INE, Censos 2011
Índice de envelhecimento (Nº)	203.9	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2015)
Índice de dependência de idosos (Nº)	36.4	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2015)
Taxa bruta de natalidade (‰)	6.8	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2015)
Taxa bruta de mortalidade (‰)	13.9	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2015)
Taxa de fecundidade geral (‰)	31.8	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2015)
População estrangeira com estatuto legal de residente	879	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2015)
Famílias clássicas	13835	2011	INE, Censos 2011



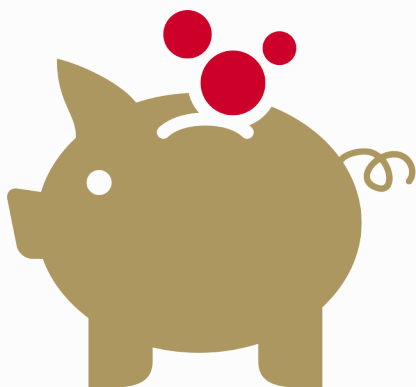
Ambiente

INDICADORES	VALORES	ANO	FONTE
População servida por estações de tratamento de águas residuais (%)	92,6	2016	Município de Bragança
Águas residuais tratadas (m³)	2.907.702	2016	Município de Bragança
Índice de qualidade da água (%)	99,50	2016	Município de Bragança
Consumidores de água (N.º)	25.926	2016	Município de Bragança
Consumo de água abastecida pela rede pública (m³)	2.046.721	2016	Município de Bragança
Consumidores de água - Domésticos Urbanos (N.º)	14.185	2015	Município de Bragança
Consumidores de água - Comerciais Urbanos (N.º)	1.382	2015	Município de Bragança
Consumidores de água - Domésticos Rurais (N.º)	9.948	2015	Município de Bragança
Espaços verdes (m²)	524.312	2016	Município de Bragança
Capitação de espaços verdes (m²/hab.)	16,7	2016	Município de Bragança
Clientes energia elétrica	28.464	2016	EDP
Redes energia elétrica (Km)	1.394	2016	EDP
Consumo de energia elétrica (MWh)	117.866	2016	EDP
Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (MWh)	2,4	2015	EDP
Consumo de energia elétrica por cliente (MWh)	4,1	2016	EDP
Consumo de gás natural por 1000 habitantes (103Nm³)	136,51	2014	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Recolha seletiva de resíduos sólidos (toneladas)	701,77	2016	Município de Bragança
Recolha indiferenciada resíduos sólidos (toneladas)	14.829,50	2016	Município de Bragança
Produção das centrais hidroelétricas (€)	824.608	2016	Município de Bragança
Consumo de energia elétrica em iluminação pública (€)	1.204.079	2016	Município de Bragança



Mercado de trabalho

INDICADORES	VALORES	ANO	FONTE
Desempregados inscritos no Centro de Emprego (N.º)	1021	Set. 2017	IEFP
Desempregados inscritos no Centro de Emprego de longa duração (N.º)	397	Set. 2017	IEFP
Desempregados inscritos Centro de Emprego à procura do 1.º emprego (N.º)	169	Set. 2017	IEFP
Desempregados inscritos no Centro de Emprego < 25 anos (N.º)	151	Set. 2017	IEFP
Desempregados inscritos no Centro de Emprego 25-34 anos (N.º)	239	Set. 2017	IEFP
Desempregados inscritos com habilitação superior (N.º)	297	Set. 2017	IEFP
Taxa de atividade (%)	43,61	2011	INE, Censos 2011
População economicamente ativa (N.º)	15.411	2011	INE, Censos 2011
População empregada economicamente ativa (N.º)	13.886	2011	INE, Censos 2011
População empregada economicamente ativa - setor primário (%)	5,00	2011	INE, Censos 2011
População empregada economicamente ativa - setor secundário (%)	16,59	2011	INE, Censos 2011
População empregada economicamente ativa - setor terciário (%)	79,00	2011	INE, Censos 2011
Sociedades constituídas (N.º)	69	2016	PorData
Sociedades dissolvidas (N.º)	85	2016	PorData
Pessoal ao Serviço nas empresas não financeiras (N.º)	9.231	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Pessoal ao Serviço na indústria transformadora (N.º)	874	2012	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Trabalhadores por conta de outrem nos Estabelecimentos (N.º)	4.806	2014	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Trabalhadores por conta de outrem nos Estabelecimentos c/ habilitação superior (N.º)	1.114	2014	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Sector Primário: Trabalhadores por conta de outrem Estabelecimentos (%)	1,06	2014	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Sector Secundário: Trabalhadores por conta de outrem nos Estabelecimentos (%)	25,74	2014	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Sector Terciário: Trabalhadores por conta de outrem Estabelecimentos (%)	73,20	2014	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos (€)	892,47	2014	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)



Economia

INDICADORES	VALORES	ANO	FONTE
Indicador per capita de Poder de Compra (Base 100 - Portugal)	97,97	2015	INE, Estudo Sobre o Poder de Compra Concelhio
Evolução do IPC per capita 1997-2013 (p.p.)	14,59	1997-2013	INE, Estudo Sobre o Poder de Compra Concelhio
IRS liquidado: colecta líquida média por declaração de IRS (€)	2.163,11	2013	Autoridade Tributária e Aduaneira
IRS liquidado: colecta líquida per capita (€)	1.025,03	2013	Autoridade Tributária e Aduaneira
Evolução da colecta líquida 2012-2013 (p.p.)	0,45	2012-2013	Cálculos próprios
Empresas com Sede no Concelho (N.º)	5.357	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Empresas sedeadas Concelho face à NUT Terras Trás-os-Montes (%)	31,52	2013	Cálculos próprios
Empresas sedeadas no Concelho face ao Distrito Bragança (%)	27,98	2013	Cálculos próprios
Empresas Indústria Transformadora com Sede Concelho (N.º)	139	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Sociedades com Sede no Concelho (N.º)	1.084	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Sociedades da Indústria Transformadora com Sede no Concelho (N.º)	71	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Volume de Negócios das empresas (milhões €)	733,56	2014	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Volume de Negócios das empresas da indústria transformadora (milhões €)	292,64	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Volume de negócios médio empresas (milhares €)	129	2014	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Proporção de empresa individuais (%)	80,83	2014	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (%)	98,4	2014	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Levantamentos nacionais em multibanco (milhões €)	83,63	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Levantamentos internacionais em multibanco (milhões €)	7,33	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Compras através de terminais de pagamento automático (milhões de €)	86,4	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Pagamentos em multibanco (milhões €)	20,44	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Depósitos de clientes nos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo (milhões €)	669.589	2016	PorData
Taxa de depósitos de emigrantes (%)	8,66	2016	PorData
Exportações de mercadorias (milhões €)	350,88	2014	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Exportações de mercadorias do Concelho de Bragança face à NUT Terras Trás-os-Montes e Douro (%)	73,20	2014	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Exportações de mercadorias do Concelho de Bragança face ao Distrito de Bragança (%)	88,70	2014	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Saldo da balança comercial do Concelho Bragança (milhões €)	48,47	2014	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)



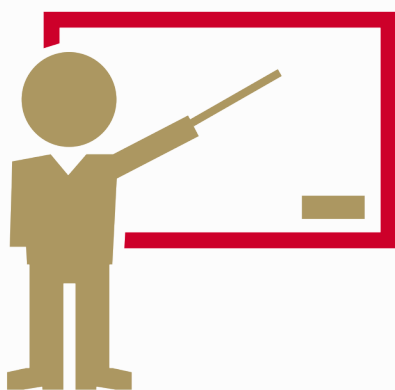
Habitação e Construção

INDICADORES	VALORES	ANO	FONTE
Alojamentos familiares clássicos (Nº)	14.755	2011	INE, Censos 2011
Edifícios clássicos de habitação familiar (Nº)	16.517	2011	INE, Censos 2011
Edifícios licenciados (Nº)	81	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2015)
Edifícios concluídos (Nº)	54	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2015)
Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar (Nº)	39	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2015)
Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar (Nº)	48	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2015)
Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares por habitante (€)	386	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2015)
Idade média dos edifícios (anos)	34,03	2011	http://www.portalmunicipal.pt
Edifícios com necessidade de grandes reparações (%)	3,48	2011	http://www.portalmunicipal.pt
Encargos médios com habitação (€/mês)	305,52	2011	http://www.portalmunicipal.pt
Valor médio dos prédios urbanos transacionados (€)	21.464,00	2014	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Bairros Municipais de habitação social (Nº)	3	2017	Município de Bragança
Fogos de habitação social (N.º)	270	2017	Município de Bragança
Edifícios de habitação social propriedade do Município	27	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2015)
Valor médio das rendas dos contratos de arrendamento, hab. Social (€)	24,00	2012	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Contratos de compra e venda de prédios (N.º)	816	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2015)
Contratos de compra e venda de prédios (milhares €)	18.115,00	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2015)
Valores médios de avaliação bancária dos alojamentos (€ / m²)	769,00	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2015)



Saúde e Proteção Social

INDICADORES	VALORES	ANO	FONTE
Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (‰)	2,5	2010-2014	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Taxa quinquenal de mortalidade infantil (‰)	4,1	2010-2014	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Taxa de mortalidade por tumores malignos (‰)	3,2	2014	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Farmácias e postos farmacêuticos móveis (Nº)	9	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Camas dos hospitais (Nº)	199	2014	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Médicos por mil habitantes (Nº)	4,7	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Enfermeiros por mil habitantes (Nº)	16,0	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Total de pensionistas (Nº)	10.135	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2015)
Valor médio anual das pensões (€)	3.509,00	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2015)
Total de beneficiários de subsídios de desemprego (Nº)	1.331	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2015)
Valor médio anual do subsídio de desemprego (€)	3.025,00	2014	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Total de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (Nº)	504	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2015)
Beneficiários do RSI da Seg. Social em idade ativa (%)	24,2	2012	http://www.portalmunicipal.pt
Intituições na área social (Nº)	32	2012	Carta Social do Concelho de Bragança
Capacidade de alojamento em estruturas residenciais para idosos	768	2011	Centro Distrital de Bragança Segurança Social
Total de beneficiários de abono de família para crianças e jovens (Nº)	2.408	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2015)



Educação

INDICADORES	VALORES	ANO	FONTE
Crianças em Educação Pré-Escolar a frequentar a Rede Pública (Nº)	317	2017/18	Município de Bragança
Total de crianças em Educação Pré-Escolar (Nº)	770	2017/18	Município de Bragança
Alunos no 1.º CEB a frequentar a Rede Pública (Nº)	864	2017/18	Município de Bragança
Total de alunos no 1.º CEB (Nº)	1.108	2017/18	Município de Bragança
Total de alunos no 2.º e 3.º CEB e equiparados, e Secundário (Nº)	2.494	2017/18	Município de Bragança
Total de alunos no Ensino Superior (Nº)	5.736	2017/18	IPB
Total de diplomados no Ensino Superior	880	2016	Pordata
Taxa de analfabetismo (%)	8	2011	INE, Censos 2011
População residente com a escolaridade mínima obrigatória de 12 anos (%)	55,27	2011	INE, Censos 2011
População residente com licenciatura completa (%)	18	2011	INE, Censos 2011
Total de docentes a lecionar no privado, excluindo o Ensino Superior (N.º)	40	2016	Pordata
Total de docentes a lecionar no público, excluindo o Ensino Superior (N.º)	657	2016	Pordata
Total de docentes a lecionar no Ensino Superior (N.º)	393	2015	Pordata
Apoio municipal para compra de livros a famílias carenciadas (€)	16.567,97	2017/18	Município de Bragança
Alunos apoiados na compra de livros a famílias carenciadas (Nº)	429	2017/18	Município de Bragança
Despesa municipal com suplementos alimentares 1.º CEB (€)	50.963,90	2017/18	Município de Bragança
Despesa municipal com o Programa da Generalização das Refeições Escolares pré-escolar (€)	51.850,98	2017/18	Município de Bragança
Despesa municipal com o Programa da Generalização das Refeições Escolares 1.º CEB (€)	108.832,10	2017/18	Município de Bragança
Alunos 1.º CEB beneficiários de suplementos alimentares, pelo Município de Bragança (N.º)	324	2017/18	Município de Bragança
Alunos beneficiários do Programa da Generalização das Refeições Escolares (1.º CEB), pelo Município de Bragança	733	2017/18	Município de Bragança
Alunos do pré-escolar e 1.º CEB apoiados pelo Município de Bragança (N.º)	1028	2017/18	Município de Bragança
Despesa total de apoios de ação escolar + transportes escolares (€)	749.541,92	2017/18	Município de Bragança
Apoio municipal para material didático de desgaste e outro material educativo (agrupamentos de escolas)	24.252,00	2016/17	Município de Bragança



Transportes e comunicações

INDICADORES	VALORES	ANO	FONTE
Parque automóvel com seguro (N.º)	27.905	2013	Instituto de Seguros de Portugal
Evolução do parque automóvel seguro (%)	15,7	2009-2013	Instituto de Seguros de Portugal
Venda de automóveis por 1000 habitantes (N.º)	11,68	2014	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Veículos automóveis ligeiros novos vendidos e registados (N.º)	541	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2015)
Veículos automóveis pesados novos vendidos e registados (N.º)	5	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2015)
Tratores agrícolas novos vendidos e registados (N.º)	90	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2015)
Linhas urbanas da rede do Serviço de Transporte Urbano de Bragança (N.º)	4	2017	Município de Bragança
Extensão da rede STUB em Bragança (Km)	41,1	2017	Município de Bragança
Taxa de cobertura global da rede de STUB (%)	78	2017	Município de Bragança
Taxa de cobertura do meio rural da rede de STUB (%)	45	2017	Município de Bragança
Paragens STUB, na cidade (N.º)	89	2017	Município de Bragança
Passageiros STUB (N.º)	171.732	2015	Município de Bragança
Quilómetros percorridos STUB (N.º)	455.493	2015	Município de Bragança
Parques subterrâneos de estacionamento (N.º)	2	2017	Município de Bragança
Viaturas estacionadas em parques subterrâneos (N.º)	223.732	2016	Município de Bragança
Movimento de passageiros embarcados e desembarcados no Aeródromo Municipal (N.º)	2962	2016	Município de Bragança
Movimento de aeronaves registadas no Aeródromo Municipal (N.º)	3.432	2016	Município de Bragança
Acessos telefónicos por 100 habitantes	41,53	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Estações de correio	2	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Postos de correio	6	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Assinantes do serviço de televisão por subscrição (N.º)	7.859	2012	ANACOM



Turismo, cultura e desporto

INDICADORES	VALORES	ANO	FONTE
Capacidade de alojamento em estabelecimentos hoteleiros* (Nº)	1.412	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Estabelecimentos de alojamento (Nº)	25	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros (Nº)	75.654	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros (Nº)	55.768	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Estada média de hóspedes estrangeiros (Nº noites)	1,5	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Estada média nos estabelecimentos hoteleiros (Nº noites)	1,4	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Taxa de ocupação cama (líquida) (%)	14,5	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Proveitos de aposento nos estabelecimentos hoteleiros (milhares €)	1,7	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Imóveis de interesse público (Nº)	21	2017	IGESPAR I.P.
Monumentos nacionais (Nº)	6	2017	IGESPAR I.P.
Imóveis de interesse municipal	2	2017	IGESPAR I.P.
Visitantes do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais (Nº)	12.055	2016	Município de Bragança
Visitantes do Museu Ibérico da Máscara e do Traje (Nº)	8.668	2016	Município de Bragança
Espectadores das sessões do Teatro Municipal de Bragança (Nº)	22.538	2016	Município de Bragança
Utentes da Biblioteca Municipal (Nº)	27.437	2016	Município de Bragança
Utilizadores dos Equipamentos desportivos (Nº)	70.972	2016	Município de Bragança
Visitantes do Centro de Fotografia George Dussaud (Nº)	4.005	2016	Município de Bragança

Nota:

* Capacidade de Alojamento é referida ao mês de julho.



2. Diagnóstico estratégico

Diagnóstico estratégico

Para a análise dos principais fatores críticos que afetam e/ou podem afetar a missão, visão, atividades, ações ou projetos e correspondente desempenho do Município de Bragança, sejam eles internos ou externos a esta organização, serão utilizados quatro modelos de diagnóstico estratégico: - Análise PEST; - Análise de Stakeholders; - Análise SWOT; - Análise crítica dos fatores de sucesso.

2.1 Análise dos fatores Político-Legais, Económicos, Sociais e Tecnológicos

A análise PEST tem por objetivo analisar a envolvente externa macroambiental da organização, em quatro grupos de fatores: Político-Legais; Económicos, Sociais e Tecnológicos.

Políticos:

- ✓ Conjuntura económica e social de grande contenção, condicionada pelo necessário equilíbrio das contas públicas nacionais.
- ✓ Políticas setoriais tendentes à resolução dos existentes condicionalismos de ordem financeira e de forte restrição orçamental, que afetam de forma mais significativa as regiões do interior, no que concerne à execução de investimentos públicos por parte da Administração Central.
- ✓ Quadro jurídico-legal aplicável à Administração Local.
- ✓ Quadro Comunitário de Apoio “Portugal 2020” restritivo no financiamento de infraestruturas.
- ✓ Contingências legais no recrutamento de recursos humanos versus a saída de quadros seniores por via da opção pela aposentação, que condicionam o rejuvenescimento do principal ativo da instituição: os colaboradores.

Económicos:

- ✓ Ligeiro crescimento económico nacional e internacional (ciclos económicos).
- ✓ Nível de desemprego, ainda significativo, em particular dos jovens.

Sociais:

- ✓ Envelhecimento da população em geral.
- ✓ Reduzida taxa de natalidade.
- ✓ Aumento da pressão social, que se traduz no aumento dos pedidos de apoio pelas famílias.

Tecnológica:

- ✓ Aumento da idade da reforma, com perda de know-how para a instituição e impossibilidade de passar testemunho para os mais novos, que têm maiores competências na área das TIC.
- ✓ Baixa cobertura das redes de banda larga móvel em algumas localidades rurais do Concelho.
- ✓ Massificação da comunicação através das redes sociais.
- ✓ Rápido desgaste dos equipamentos tecnológicos, que rapidamente se tornam obsoletos, obrigando a um investimento constante nesta área.

Matriz de análise PEST:



Probabilidade: ↑ elevado ↓ baixo ↔ médio

Impacto: + elevado - baixo = médio

2.2 Análise de Stakeholders

O Município de Bragança, no âmbito da respetiva atuação e competências, interage, diariamente, numa multiplicidade de relações com outros atores.

Neste contexto, considera-se de extrema importância utilizar o modelo de Stakeholders, que é um processo de análise dos objetivos, preferências e posicionamento das partes interessadas, em função das expectativas e interesses que estas manifestam, de forma mais ou menos direta, face às atividades desenvolvidas pelo Município.

Neste âmbito foram identificados 10 Stakeholders “partes interessadas”, a saber: - Cidadãos; - Colaboradores; - Governo; - Freguesias/União de Freguesias; - Programa “Norte 2020”; - Instituições de ensino; - Associações; - Empresários; - Fornecedores; - Outros agentes locais.



Grelha de análise Stakeholders:

Stakeholders	O que quer o Stakeholder do Município?	O que quer o Município do Stakeholder?
Cidadãos	Transparência, rigor e qualidade nos serviços prestados, em tempo útil, com eficiência, eficácia, economia, equidade e excelência	Reconhecimento e participação
Colaboradores	Reconhecimento e adequadas condições de trabalho	Dedicação e profissionalismo
Governo	Satisfação das necessidades da população, no âmbito das competências que estão adstritas ao Município	Implementação de políticas e investimentos que visem o desenvolvimento integrado e sustentável do Concelho
Freguesias/União de Freguesias	Colaboração e apoios financeiros	Colaboração na prossecução da missão
Programa “Norte 2020”	Cumprimento dos contratos	Financiamento de projetos/ações materiais e imateriais
Instituições de ensino	Apoios e parcerias	Ensino de qualidade
Associações	Apoios financeiros e parcerias	Cumprimento dos contratos-programa estabelecidos e colaboração/participação
Empresários	Desburocratização e rapidez na análise dos processos. Infraestruturas empresariais/ outras	Criação de riqueza e emprego
Fornecedores	Adjudicações e pagamentos	Cumprimento dos contratos
Outros agentes locais	Apoios e parcerias	Colaboração

Matriz de análise dos Stakeholders

		Nível de Interesse	
		Baixo (Esforço mínimo)	Elevado (Manter informado)
Nível de Poder	Baixo	Fornecedores	Colaboradores Freguesias/União de Freguesias Instituições de ensino Associações Empresários
	Elevado	(Não criar insatisfação) Outros agente locais	(Gerir em proximidade) Cidadãos Governo Programa “Norte2020”

2.3 Análise SWOT

Neste ponto procede-se à análise dos fatores críticos de atuação, através do modelo SWOT, por forma a analisar o ambiente interno – pontos fortes e fracos (que pode ser controlado pelo decisor) e externo – oportunidades e ameaças (fora do controlo do decisor).

Pontos Fortes (S)	Pontos Fracos (W)
- Dinâmicas de envolvimento coletivo dos colaboradores - Capacidade técnica e operacional (know-how) - Modernização administrativa dos serviços - Processo de Certificação dos serviços municipais - Boas infraestruturas e equipamentos modernos - Sistemas de informação evoluídos e integrados - Procedimentos regulamentados - Existência de sistema de gestão documental - Celeridade processual - Situação económica e financeira sólida - Elevada credibilidade e confiança junto dos diversos Stakeholders - Boas condições institucionais para o fomento de parcerias e trabalho em rede com outras entidades	- Fragilidade dos recursos de comunicação e das mensagens transmitidas - Parque automóvel envelhecido - Estrutura de recursos humanos envelhecida - Inexistência de contabilidade analítica
Oportunidades (S)	Ameaças (W)
- Afirmação de Bragança como cidade de equilíbrio territorial com papel polarizador - Novo Quadro Comunitário “2020” com uma aposta clara na regeneração urbana, inovação, promoção económica e na criação de emprego - Potencial das relações transfronteiriças - Reserva da Biosfera Transfronteiriça - Bragança ecocidade e smart city - Valor identitário, histórico e patrimonial do Concelho - Parque de Ciência e Tecnologia - Brigantia Ecopark - Dinamismo e procura das zonas industriais existentes - Poder de compra elevado comparativamente com outras regiões do interior - Presença no concelho de ensino superior público - Estações do AVE em Zamora e Puebla de Sanábria	- Extensão territorial de Bragança, com 1.174 km², um dos maiores Concelhos a nível nacional - Preconceitos existentes em cidadãos que não conhecem a Bragança de hoje (embora genericamente errados): Distância; Ruralidade; Vazio cultural; Ausência de modernidade - Problemas estruturais, generalizados aos territórios de baixa densidade (envelhecimento populacional, depovoamento das aldeias, baixa taxa de natalidade) - Estrangulamento da região na ligação à rede rodoviária principal de Espanha, nomeadamente na ligação a Puebla de Sanábria - Adiamento da conclusão do troço da A-11 entre Zamora e Quintanilha - Restrições legais à contratação de recursos humanos

Ilustração 4: Matriz SWOT



O diagrama apresenta uma peça de quebra-cabeça com o texto **METAS** no centro. As quatro partes da peça são:

- FORÇAS** (parte superior)
- FRAQUEZAS** (parte superior direita)
- OPORTUNIDADES** (parte inferior esquerda)
- AMEAÇAS** (parte inferior direita)



2.4 Análise dos fatores críticos de sucesso

A estratégia territorial de Bragança deverá contribuir para a prossecução de objetivos de âmbito superior, colocados a escalas territoriais mais amplas, num processo interligado e de interação relevante.

Decorrentes dos vários fatores atrás descritos, é possível destacar os seguintes desafios e fatores críticos de sucesso:

A consolidação de Bragança como pólo estruturante do território envolvente

Bragança assume, historicamente, um papel polarizador enquanto principal centro político-administrativo da sub-região em que se insere, afirmando-se enquanto centro urbano estruturante com uma significativa influência regional.

A relevância do enquadramento geoestratégico de Bragança, acrescida das funções políticas e administrativas que acolhe, fruto do estatuto de capital de distrito, e das dinâmicas urbanas e económicas induzidas, contribuíram para uma concentração neste território de uma oferta diversificada de equipamentos e serviços nos mais variados âmbitos (economia, administração pública, ciência e tecnologia, cultura, educação, saúde, entre outros.).

Para além do seu papel no contributo para a coesão de todo o território do nordeste português, importa destacar que o efeito polarizador de Bragança tem abrangência a uma escala transfronteiriça. A proximidade à região espanhola de Castela e Leão, e mesmo à Galiza, tem, nos últimos anos, facilitado a realização de um conjunto alargado de iniciativas conjuntas.

A afirmação de Bragança como Eco Cidade e Smart City

Bragança tem vindo a procurar afirmar-se como Eco Cidade, tendo sido elaborado o “Plano Estratégico para a Eco Cidade de Bragança”, sob o lema “fazer de Bragança um Município Classe A” e que pretende tornar Bragança numa Eco Cidade moderna, capaz de atrair pessoas qualificadas e investimento, fazendo valer os seus recursos endógenos.

A Eco Cidade de Bragança é entendida como um ecossistema, seguindo princípios ecológicos, que se devem estender a várias áreas: energias renováveis, eco turismo, eco construção, eco produtos, transportes públicos não poluentes, multifuncionalidade dos espaços (com interação entre as diferentes zonamentos e contra as perspetivas de separação das atividades urbanas), entre outros.

A estratégia para o desenvolvimento de Bragança desdobra-se em diferentes Eixos Estratégicos, onde se inclui o apoio a clusters e setores estratégicos, a valorização do território e o ambiente como suportes do desenvolvimento e a criação de uma cultura de Eco Cidade, centrada na cidadania, na educação e na formação. A prioridade que, hoje em dia, é atribuída a aspetos como a mobilidade sustentável, a eficiência energética, ou a introdução de novas tecnologias nos centros históricos e tradicionais das cidades poderá ser vista como forte oportunidade para reforçar esta estratégia.

Os estudos desenvolvidos pela IDC - Analyze The Future, em 2015 e 2016, colocam Bragança no Top 4 das cidades inteligentes em Portugal, sendo o reconhecimento pela estratégia desenvolvida nos últimos anos, que urge consolidar, no sentido de tornar Bragança num território inteligente, orgulhoso, participativo e dinâmico, com cidadãos ainda mais felizes.

Em 2016 Bragança ocupou, pela primeira vez, o Top 30 dos concelhos mais atrativos para viver, visitar e investir, a 8.^a posição na Região Norte e a 3.^a no universo dos Municípios do interior do País.

A Promoção de Bragança como Território Dinâmico, Inovador e Participativo

Bragança pretende afirmar-se como um concelho competitivo na área económica, capaz de atrair e fixar empresas, entidades e recursos humanos qualificados. O particular empenho e esforço do Município, aliados à tradicional tenacidade e capacidade empreendedora dos transmontanos e as características diferenciadoras do território têm dado origem a um conjunto de novas iniciativas empresariais e à atração de investimentos significativos para a região. Para tal, tem sido relevante a presença e dinamismo do Instituto Politécnico de Bragança, como centro de saber e de conhecimento de nível superior, capaz de atrair e fixar, na região, recursos humanos qualificados.

A prioridade atribuída à promoção da inovação e da competitividade teve como reflexo a criação do Parque de Ciência e Tecnologia Brigantia EcoPark, fruto de uma parceria entre os Municípios de Bragança e Vila Real, o Instituto Politécnico de Bragança, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e a Portus Park, que se apresenta como uma oportunidade significativa, potenciadora da captação de investimentos inovadores à escala internacional, numa lógica de promoção da “hélice



tripla”: empresas, administração pública e entidades do sistema científico e tecnológico.

Destaque, ainda, para a presença da empresa Faurecia (produção de componentes automóveis), com mais de 800 colaboradores e em crescimento. Esta empresa, de matriz exportadora, tem contribuído para a fixação de outras empresas do setor, sendo expectável que Bragança, no médio e longo prazos, se transforme num cluster da indústria automóvel.

Por último, a já implementação de instrumentos e iniciativas de estímulo à participação cívica, tais como o Orçamento Participativo (OP) Geral e Jovem, iniciado em 2015, a integração de jovens voluntários na Festa da História, a constituição da Orquestra Fervença, um projeto de dinamização cultural, que envolveu a comunidade brigantina, entre outras ações e projetos desenvolvidos nos últimos quatro anos.

A atração de população e o combate ao envelhecimento da população residente

O Município de Bragança tem demonstrado capacidade para fixar e atrair população, não acompanhando a tendência de despovoamento que se fez sentir, ao longo das últimas décadas, noutros territórios de baixa densidade.







3. Missão, Princípios, Valores, Visão e Lema

3. Missão, Princípios, Valores, Visão e Lema

A Nossa Missão

Promover e assegurar a melhor qualidade de vida à população do concelho de Bragança, através da concretização de ações inovadoras, inteligentes, sustentáveis e de desenvolvimento integrado.

Os Nossos Valores

Os Valores que se consideram facilitadores da Missão e pelos quais se rege a atuação do Município de Bragança são os seguintes:

- Transparência
- Rigor
- Ética
- Integridade
- Espírito de equipa
- Responsabilidade social
- Sentimento de pertença e coesão
- Respeito
- Dedicação
- Ambição
- Inovação
- Cooperação

Os Nossos Princípios

- Universalidade e centralidade nas pessoas
- Cooperação e desenvolvimento de relações de parceria
- Diálogo, participação e proximidade da administração ao cidadão/município
- Responsabilização
- Eficiência, eficácia, economia e equidade, na utilização dos recursos
- Inovação na gestão
- Desenvolvimento do conhecimento e das competências dos recursos humanos municipais

A Nossa Visão

Transformar o concelho de Bragança num centro de incubação por excelência (inteligente, sustentável, conectado, inclusivo, inovador, autêntico e intelectual), de afirmação no espaço regional, nacional e internacional, criando uma forte marca própria, capaz de garantir as condições para o desenvolvimento sustentável, através do diálogo e proximidade com todos os agentes económicos locais, potenciando a participação cívica.

O Nosso Lema

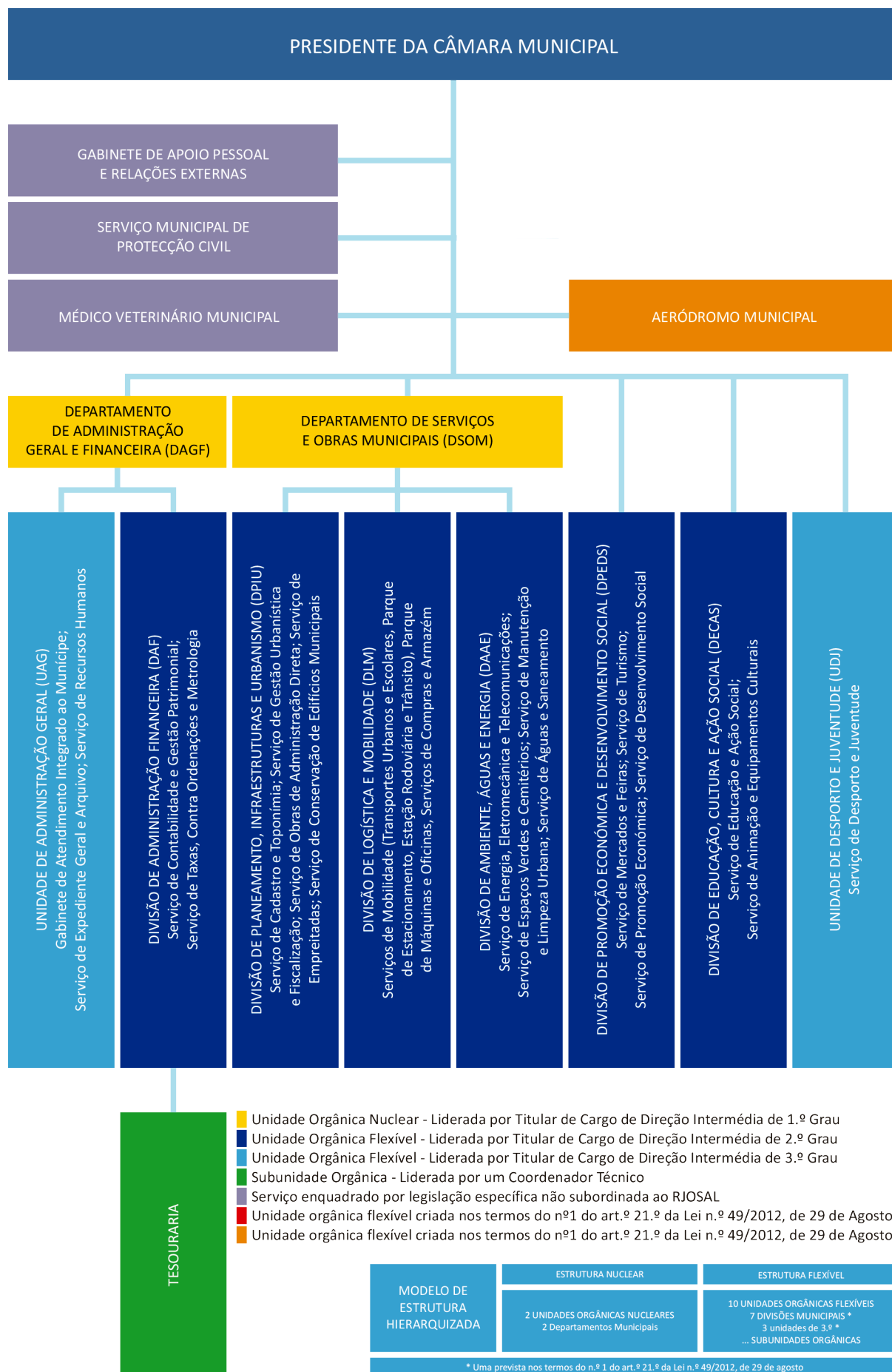
As pessoas em Primeiro.





BALCÃO
ÚNICO

4. Estrutura de Gestão





5. Formulação Estratégica



5. Formulação Estratégica

Vetores Estratégicos e Estratégia

Tendo por base o contexto interno e externo em que o Município de Bragança desenvolve a sua missão, o trajeto rumo à Visão organiza-se em quatro eixos prioritários de intervenção: Gestão, Organização Interna e Relacionamento com o Cidadão; Coesão Social; Desenvolvimento Económico e Competitividade; e Reabilitação Urbana.



Estratégia – Eixos prioritários de intervenção

O cruzamento entre as dimensões das análises SWOT, PEST, Stakeholders e dos fatores críticos de sucesso permitiu a identificação de 13 vetores estratégicos, integrados nos quatro eixos estratégicos.

Gestão, organização interna e relacionamento com cidadão

Este continuará a ser um eixo prioritário da instituição, por forma a garantir as melhores práticas organizacionais, ao nível da gestão e de interação no triângulo Executivo/Colaboradores/Cidadãos, dando resposta às necessidades e exigências dos Municípios, através da prestação de serviços com eficácia, eficiência, economia, equidade e excelência, e em tempo útil.

1. Promover as melhores práticas de gestão, rigor e transparência
2. Garantir o equilíbrio das contas municipais
3. Assegurar a assunção dos compromissos com os fornecedores em tempo útil
4. Contribuir para o bem-estar, o espírito de grupo e a união dos colaboradores
5. Implementar instrumentos de participação cívica e de proximidade aos cidadãos
6. Estimular o sentimento de pertença da comunidade brigantina
7. Aferir o nível de notoriedade da instituição perante os stakeholders diretos (cidadãos, colaboradores e fornecedores)

metas

implementar, em 2018, a contabilidade de gestão

posicionar-se, em 2018, no Top 20 do Índice de Transparência Municipal (ITM)

melhorar a posição no ranking dos municípios de média dimensão, no anuário financeiro dos municípios portugueses (ano base:2014)

estabelecer um plano de desenvolvimento pessoal para, no mínimo, 40% do pessoal administrativo, técnico e superior

reduzir a dívida global, face ao período homólogo, em 10%

garantir um prazo médio de pagamento, inferior a 5 dias

realizar, pelo menos dois eventos anuais, para os colaboradores, promotores de convívio e salutar confraternização

implementar, pelo menos, três instrumentos de participação cívica

realizar um estudo de imagem e notoriedade da instituição

indicadores de desempenho

contabilidade de gestão implementada com sucesso

posição no anuário financeiro dos municípios

posição no TOP 20 do ITM

pessoal administrativo, técnico e superior que frequentou ações de formação (40%)

prazo médio de pagamento (n.º dias)

dívida global do Município (%)

convívios promovidos para os colaboradores (n.º)

instrumentos de participação cívica (n.º)

seguidores nas redes sociais (n.º)

visitas à página do MB na internet (n.º)

índice de notoriedade

Coesão social

Sendo as pessoas o centro da nossa atuação, a promoção da coesão social será um eixo vital, por forma a garantir iguais oportunidades para todos e a construção de um território mais inclusivo e solidário.

8. Promover o desenvolvimento integrado do Concelho, centrado nas pessoas

meta

continuar a apoiar os alunos posicionados nos escalões 1, 2 e 3 do abono de família

conceder transporte gratuito aos alunos transportados, até ao 12.º ano e a pessoas com mais de 65 anos

dar continuidade ao forte investimento na requalificação dos Bairros Sociais e seus espaços envolventes (Bairros da Coxa e da Previdência)

atribuir bolsas de estudo a alunos do ensino superior, carenciados, cujo agregado familiar resida no Concelho de Bragança, há mais de três anos e que frequentem estabelecimentos de ensino superior do território nacional

promover a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das classes desfavorecidas, através da implementação do plano de ação integrado para as comunidades desfavorecidas

assegurar a redução, em 70%, do tarifário sobre o valor mensal da fatura de consumo de água, saneamento e os resíduos sólidos urbanos, para famílias com dificuldades financeiras

manter a taxa do IMI no valor mínimo (0,3%), com benefícios para as famílias com filhos

reforçar as atividades de apoio às famílias, especialmente em tempo de pausas letivas
implementar o projeto de combate ao insucesso escolar, definido no âmbito da CIM-TTM
criar um banco municipal de livros escolares usados

indicadores de desempenho

estudantes beneficiários de apoios sociais escolares (%)
montante dos apoios sociais diretos concedidos pelo MB (€)
alunos do ensino superior beneficiários com bolsa de estudo (n.º)
beneficiários do plano de ação integrado para as comunidades desfavorecidas (n.º)
famílias numerosas apoiadas (n.º)
famílias com descendentes apoiadas (n.º)
famílias apoiadas com livros escolares usados (n.º)

Desenvolvimento económico e competitividade

O reforço do **desenvolvimento económico e da competitividade**, como garante da criação de riqueza e emprego para todos, e de forma especial para os mais jovens.

9. Aumentar o índice de notoriedade de Bragança, projetando a marca como território de excelência
10. Promover a internacionalização e a capacidade da economia do Concelho, à escala regional e global
11. Promover o turismo e as atividades conexas
12. Assegurar e reivindicar melhores acessibilidades e mobilidade para todos

meta

aumentar, em 10%, o número de turistas que visitam o Concelho (ano base: 2015), medido através de duas variáveis: hóspedes em unidades hoteleiras (ponderação de 90%) e atendimentos no posto de turismo municipal (ponderação de 10%)

aumentar, em 30%, a área de acolhimento empresarial (m²), até ao final do ano de 2018

promover, em 2018 pelo menos 10 eventos, promotores de fluxos turísticos e de dinamização de economia local

Indicadores de desempenho

ações promocionais da marca Bragança (n.º)
área para acolhimento de empresas na Zona Industrial das Cantarias (m²)
participação em feiras nacionais e estrangeiras, envolvendo os empresários locais (n.º)
eventos promotores de fluxos turístico e de dinamização da economia (n.º)

Reabilitação urbana

A **reabilitação urbana** da cidade de Bragança, criando maior atratividade e qualidade de vida para os cidadãos, potenciando novos fluxos de pessoas e de economia para o Centro Histórico.

13. Promover a revitalização urbana da cidade

meta

espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m²): 20.575 até 2019

edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m²): 3.238 até 2019

aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção (1 a 10): para 5 em 2019

espaços reabilitados através do conceito de Street Art (n.º): 30 até 2019

indicadores de desempenho

espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m²)

edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m²)

grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção (1 a 10)

espaços reabilitados através do conceito de Street Art (n.º)



6. Premissas do Orçamento

6. Premissas do Orçamento

O presente Orçamento e as Grandes Opções do Plano são dois instrumentos de política e de gestão que não podem, em qualquer circunstância, ser desligados da realidade e do contexto político do país.

A situação estrutural do país, apesar dos claros sinais de inversão de ciclo, é ainda de grande imprevisibilidade política e financeira, justificando a necessidade de rigor, a transparência e a sustentabilidade na gestão, bem como a correta aplicação dos dinheiros públicos, princípios fundamentais inerentes à política orçamental.

O controlo da dívida global, bem como a seletividade da despesa municipal, continuarão a ser os vetores centrais do orçamento municipal, a par com o desenvolvimento social e económico.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), veio estipular novas regras no âmbito da elaboração dos orçamentos municipais. Estabelece, entre outros, como princípio fundamental, a sujeição do setor local aos princípios consagrados na Lei de Enquadramento Orçamental, reforçando deste modo a sua aplicabilidade.

À data, prevê-se que o Sistema de Normalização Contabilísticas para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, seja aplicável a partir do próximo dia 1 de janeiro. No entanto e de acordo com o entendimento veiculado pela DGAL, o Orçamento Municipal de 2018 deverá ser elaborado em POCAL, considerando que é esse o referencial contabilístico que ainda se encontra em vigor, sendo que, a partir de 1 de janeiro de 2018, proceder-se-á a um ajustamento em sede de execução para os modelos de reporte previstos no SNC-AP.

Neste contexto e no que concerne à elaboração dos mapas financeiros previsionais foram considerados um conjunto de princípios e regras orçamentais que se encontram previstos, quer no RFALEI, quer no POCAL, quer na proposta de Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2018 (LOE 2018), dos quais se salientam os seguinte pontos:

- Previsão dos recursos necessários para cobrir todas as despesas devendo, para isso, as receitas correntes serem pelo menos iguais às despesas correntes respeitando, deste modo, o princípio do Equilíbrio Orçamental consagrada na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL. Além do equilíbrio corrente previsto no POCAL, foi observado, igualmente, o pressuposto vertido no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece a obrigatoriedade da receita corrente bruta cobrada ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos;
- O orçamento municipal inclui a identificação e descrição das responsabilidades contingentes (mapa que consta em anexo), ou seja, possíveis obrigações que resultam de factos passados e cuja existência é confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade (n.º 1 do artigo 46.º do RFALEI);
- O cumprimento das regras previsionais instituídas no ponto 3.3. do POCAL;
- As receitas respeitantes à venda de bens imóveis não podem ser superiores à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração (n.º 1 do artigo 87.º da proposta da LOE 2018).

Os valores orçamentados foram sempre arredondados para a centena imediatamente superior.

No âmbito da política fiscal municipal para o desenvolvimento económico e empresarial, manter-se-á a isenção de pagamento da taxa de derrama para empresas com sede no concelho de Bragança, com o objetivo de apoiar os empresários e empreendedores gerando emprego e riqueza, que permitam melhorar as condições de vida das populações e ainda criar condições que favoreçam a criação e atração de novas empresas.

Para o ano de 2018 e no sentido da contínua ajuda às famílias e empresas, pretende-se manter o valor do IMI, para os prédios urbanos, na taxa mínima, com benefícios para as famílias com filhos.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece, igualmente, no seu artigo 44.º que, articuladamente com as Grandes Opções do Plano deve ser apresentado em simultâneo com a proposta de orçamento municipal o quadro plurianual de programação orçamental. Não obstante a obrigatoriedade do referido documento, até à data, os elementos constantes do quadro plurianual carecem da regulamentação estabelecida do artigo 47.º da mesma Lei, pelo que, partilhamos do entendimento publicitado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses ao considerar que não se encontram criadas as condições legais para o cumprimento do referido artigo, por omissão legislativa do Governo desde 3 de janeiro de 2014.

Esta decisão assenta, igualmente, no facto de que o aludido documento, a ser aprovado, vincularia limites para o exercício económico seguinte ao do presente orçamento, com resultados futuros que presentemente se desconhecem.

A Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, aprovou o regime jurídico de recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (FAM), com o objetivo de ajudar financeiramente as Câmaras Municipais endividadas. Este Fundo baseia-se no princípio de repartição do esforço entre os municípios, os seus credores e o Estado.

Pese embora esta medida seja penalizadora e de certa forma injusta para os municípios cumpridores e que sempre praticaram e continuam a praticar uma gestão rigorosa, disciplinada e responsável, como é o caso de Bragança, obrigará a um esforço financeiro deste Município, até 2021, de 1.506.185,25€ (215.159,00€/ano de 2015 a 2020 e de 215.171,25€ em 2021).

A photograph of a park at sunset. In the foreground, two large, dark, angular sculptures stand prominently against the sky. In the background, a fountain with multiple jets of water is visible. The sky is a mix of blue and orange, with some clouds. A semi-transparent beige shape is overlaid on the right side of the image, containing the text.

7. Linhas estratégicas
de orientação para
2018-2019

7. Linhas estratégicas de orientação para 2017-2018

7.1. Gestão, organização Interna e relacionamento com o cidadão

- RIGOR
- TRANSPARÊNCIA
- EFICIÊNCIA
- RESPONSABILIZAÇÃO
- PRESTAÇÃO DE CONTAS
- PARTICIPAÇÃO
- UNIÃO
- PROXIMIDADE

- ✓ Implementar, durante o ano de 2018, a Contabilidade de Gestão (processo em fase de testes), sendo este um importante instrumento de planeamento para apoiar as diferentes decisões económicas e permitir um maior controlo e apuramento dos custos, bem como a medição do desempenho e a avaliação da eficiência e eficácia dos programas.
- ✓ Garantir a sustentabilidade e equilíbrio das contas municipais, com redução gradual da dívida municipal e o cumprimento do prazo médio de pagamentos inferior a 5 dias, contribuindo, deste modo, para a dinamização da atividade económica.
- ✓ Promover a Semana do Colaborador, com a realização de atividades desportivas, culturais, exposição de trabalhos feitos pelos colaboradores, workshop temáticos, entre outros, no sentido de promover o convívio, a união e a motivação do ativo humano do Município de Bragança.
- ✓ Promover a tradicional Ceia de Natal e outros eventos, onde a grande família do Município se reúne para partilhar e confraternizar momentos de alegria.
- ✓ Promover o “Open day” do Município, permitindo aos cidadãos conhecer, de forma informal e descontraída, a instituição e o respetivo funcionamento.
- ✓ Promover, periodicamente, inquéritos de auscultação do nível de satisfação dos stakeholders (municípios, turistas e fornecedores).
- ✓ Realizar um estudo de imagem e notoriedade da instituição, por forma a monitorizar a sua evolução e adequar a comunicação, otimizando as “mensagens” transmitidas.
- ✓ Implementar um plano ajustado às necessidades de formação dos colaboradores de cada unidade orgânica, contribuindo para a aquisição de conhecimentos e/ou reforço das suas competências e para o ajustamento às novas exigências do exercício das respetivas funções, aumentando, deste modo, as suas qualificações técnicas ou profissionais tendo em vista uma melhor prestação do serviço ao cidadão, com mais eficiência, eficácia e qualidade.
- ✓ Monitorização do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), em conformidade com a norma ISO 9001:2008 (nesta data todos os serviços estão certificados).
- ✓ Introduzir, no âmbito das aplicações de gestão autárquica, ações de melhoria com o objetivo de consolidar e estabilizar o Sistema de Informação, o que, por sua vez, irá potenciar uma melhor prestação de serviços ao munícipe.
- ✓ Reforçar a informação na intranet, importante veículo de comunicação interna dos colaboradores.
- ✓ Reforçar e continuar a renovação do parque informático, dotando os serviços com a capacidade tecnológica necessária ao desempenho das suas atividades. Também ao nível dos sistemas centrais será feito um upgrade permitindo aumentar a capacidade de armazenamento da informação e, em simultâneo, melhorar os mecanismos de segurança.

- ✓ Criar o Balcão Único Virtual, em parceria com outras entidades locais.
- ✓ Potenciar o serviço de proximidade “Alerta Bragança”, via internet e/ou através de aplicação móvel (Android e iOS), por forma a permitir ao cidadão reportar de forma fácil, no dia a dia, pequenos problemas, nomeadamente ao nível da rede viária, da iluminação pública, da recolha de resíduos, da limpeza urbana ou avaria de equipamentos públicos, entre outros.
- ✓ Continuar o processo de modernização usando as TIC como instrumento de mudança. Para tal pretende-se implementar seis medidas que vão ao encontro dos seguintes objetivos:
 - Aumentar a eficiência interna;
 - Melhorar a qualidade dos serviços prestados e otimizar os tempos de resposta;
 - Aumentar a interação com o cidadão;
 - Fomentar a utilização de serviços em rede;
 - Cumprir com as orientações legais no referente à proteção de dados.

Em 2018 pretende-se continuar o processo de modernização usando as TIC como instrumento de mudança.

Para tal propõe-se a execução dos seguintes projetos:

- ✓ Implementação do Regulamento Geral de Proteção de dados da União Europeia
- ✓ Evolução de infraestruturas tecnológicas, com melhoria de algumas das infraestruturas centrais existentes.
- ✓ Disponibilização de rede WIFI gratuita em alguns espaços do centro histórico, por forma a disponibilizar serviços e aplicações relevantes para residentes e turistas.
- ✓ Substituição de equipamentos obsoletos, que perderam a capacidade de operar eficientemente, e que portanto se tornaram inadequados.
- ✓ Evolução da utilização da intranet.
- ✓ Evolução dos serviços online, de forma a potenciar a interatividade entre os cidadãos e o Município.
- ✓ Consolidação e evolução do Backoffice SIGMA
- ✓ Aquisição de material informático para as escolas do 1.º Ciclo e Pré-Escolar, dando continuidade à modernização do parque informático das escolas a nível de meios informáticos
- ✓ Elaborar o regulamento de publicidade do Concelho de Bragança, dada a tendência crescente de pretensões dos munícipes e/ou empresários em promover, em espaço público, a comercialização ou alienação de quaisquer bens ou serviços, bem como qualquer outra forma de comunicação que vise promover ideias, princípios, iniciativas ou instituições, que não tenham natureza política.
- ✓ Elaborar o Manual de Contratação Pública do Município de Bragança, no sentido de regular os procedimentos para as compras de bens e serviços, com ganhos de eficiência, eficácia e economia.
- ✓ Promover uma contínua articulação e espírito de colaboração com as Freguesias e Uniões de Freguesias, parceiros estratégicos na prossecução da Missão do Município de Bragança, realizando reuniões periódicas com os eleitos locais, assim como visitas às freguesias do concelho e o atendimento permanente por parte dos diversos serviços municipais, dando uma resposta eficaz e em tempo útil às necessidades das populações locais.
- ✓ Potenciar a participação dos cidadãos nas decisões municipais, através da dinamização do orçamento participativo (geral e jovem) e de outros instrumentos de participação cívica.

7.2 Coesão Social

- **INCLUSÃO**
- **IGUAIS OPORTUNIDADES**
- **PESSOAS NO CENTRO DA ATUAÇÃO**

Os problemas sociais constituem uma das principais preocupações do Município de Bragança, estando consciente da importância da manutenção do intenso trabalho desenvolvido no sentido de criar um concelho ainda mais solidário e inclusivo.

A situação económica e financeira que o país atravessa, aliada às situações de exclusão social, ao envelhecimento da população, ao despovoamento do espaço rural, aos problemas sociais com que as famílias se deparam no quotidiano acarretam uma pressão social permanente.

A ação social do município, quer ao nível mais específico da Ação Social Escolar ou de âmbito mais geral, conjugada com a forte rede social implantada no concelho, constituem-se como uma importante frente de combate à pobreza e exclusão social.

7.2.1 Educação

- ✓ Contribuir para a promoção do sucesso escolar e a intervenção no abandono precoce, acionando metodologias e respostas orientadas para a integração socioeducativa, igualdade de oportunidades nos processos de aprendizagem e desenvolvimento integral das crianças e dos alunos, reforçando a intervenção precoce, o acompanhamento personalizado e a ligação escola/família. Motivar as crianças e os alunos nas suas aprendizagens através de tecnologias aliciantes e metodologias diferenciadoras, reforçando o trabalho colaborativo nas abordagens à promoção do sucesso escolar, promovendo a artilha de experiência e de políticas de atuação, bem como a transformação praxiológica, contribuindo para o sucesso educativo, através da reconfiguração das crenças e práticas docentes, sobre a aprendizagem, trabalhando colaborativamente com os educadores/professores, apoiando-os na construção de ambientes favorecedores da aprendizagem, e apoiando as famílias na construção de uma visão positiva sobre a escola, através da implementação dos projetos “Bragança acompanha – sucesso escolar” e “Projeto Piloto – Prevenir para melhorar Bragança”, no âmbito do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar Terras de Trás-os-Montes,

7.2.2 Ensino Pré-escolar

- ✓ Promover uma política de melhoria constante das condições de funcionamento dos equipamentos de educação pré-escolar, assegurando, a nível da componente social, a disponibilização dos recursos humanos para as componentes de apoio ao serviço de refeições e de prolongamento de horário, bem como o fornecimento de material de apoio às iniciativas desenvolvidas no âmbito das Atividades de Animação e Apoio à Família, procurando satisfazer as necessidades de toda a comunidade escolar.
- ✓ Continuar a proporcionar a oferta de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) a todas as crianças dos jardins de infância da rede escolar pública situados na cidade de Bragança nos períodos de interrupção das atividades letivas da Páscoa e Natal e nas férias de Verão.
- ✓ Proceder à renovação de algum material lúdico-didático e de mobiliário existente nas salas dos jardins de infância existentes no concelho no sentido de o manter permanentemente atualizado face às novas exigências educativas.

7.2.3 Ensino Básico

- ✓ Continuar o processo de manutenção dos edifícios escolares e de atualização/renovação do equipamento das escolas que, face às características desta área, ao desgaste constante dos materiais e à evolução da tecnologia na educação, exige um esforço permanente de atualização para que os alunos tenham, no imediato, as melhores condições de aprendizagem.
- ✓ Atribuir apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas para aquisição de material didático de desgaste e de outro material educativo diverso no âmbito das atividades educativas no Ensino Pré-escolar e no 1.º CEB, de forma a ser assegurado o correto e normal funcionamento da atividade letiva.
- ✓ Continuar a política de concessão de apoios (transportes, alimentação e manuais escolares) aos alunos carenciados do concelho e assegurar aos alunos deslocados da área rural, a gratuidade do transporte e da alimentação.
- ✓ Contribuir para um ensino de qualidade e mais participativo por parte de todos os agentes ligados à Escola, Agrupamentos, pais/encarregados de educação e Ministério da Educação, pelo que o município marcará presença nos Conselhos Gerais dos três Agrupamentos de Escolas através dos seus três representantes.
- ✓ Assegurar que o Conselho Municipal de Educação continue a ser um espaço privilegiado de trabalho, de reflexão, debate e partilha de opiniões e saberes que permitam, com mais certeza, encontrar as soluções mais adequadas para os problemas educativos no concelho de Bragança, reunindo periodicamente conforme estipulado no seu regimento e extraordinariamente sempre que se verifique necessidade, convidando entidades e personalidades que possam contribuir para uma melhor abordagem dos assuntos em análise.
- ✓ Promover nos equipamentos culturais municipais (Centro Cultural Municipal Adriano Moreira/Biblioteca Municipal, Teatro Municipal, Museu Ibérico da Máscara e do Traje, Centro de Arte Contemporânea Graça Morais e no Centro de Fotografia Georges Dussaud) “pacotes” de atividades de serviço educativo, em colaboração com as escolas do concelho, que vão desde as visitas jogo/guiadas, às exposições, aos espetáculos musicais e teatrais direcionados para este público, passando por ateliês de máscaras, escrita, dança e leitura, e pelas oficinas pedagógicas, oferecendo, deste modo, um serviço educativo transversal aos vários equipamentos culturais.
- ✓ Apoiar atividades e projetos das várias escolas do concelho que sejam considerados pedagógicos e relevantes para a comunidade educativa, como a produção de exposições, deslocação de escritores nacionais às escolas e ações de formação para o público escolar.
Comemorar o Dia Mundial da Criança organizando atividades que envolvam a participação de todos os alunos do ensino pré-escolar e do 1.º CEB, público, particular e cooperativo do concelho.
- ✓ Assinalar a quadra natalícia junto dos jardins de infância e das escolas do 1.º CEB, do ensino público, particular e cooperativo do concelho, através da atribuição de prendas a todas as crianças e alunos.
- ✓ Assegurar a realização de ações de sensibilização sobre segurança rodoviária na Escola Fixa de Trânsito, em articulação com o Programa Escola Segura da PSP, para os alunos das escolas do 1º ciclo do ensino básico público, particular e cooperativo do concelho.
- ✓ Dar início à implementação de um banco municipal de livros escolares usados incentivando o espírito de partilha dos manuais escolares usados, promovendo a sua reutilização, contribuindo para a diminuição dos custos de aquisição por parte das famílias e incentivando boas práticas de

proteção e educação ambiental.

- ✓ Dar continuidade ao processo de auditoria e controlo do fornecimento de refeições escolares nos locais de confeção e de receção/consumo desenvolvendo ações de verificação abrangendo todo o desenrolar da operação, incluindo o cumprimento das boas práticas, a adequação dos controlos existentes, os níveis de formação do pessoal, as garantias de segurança alimentar e o cumprimento da legislação em vigor, procurando assegurar a prestação de um serviço de qualidade e a melhoria contínua.

7.2.4 Outros níveis de ensino

- ✓ Implementar medidas no âmbito social, que visem a promoção do desenvolvimento das igualdades de oportunidades no acesso ao Ensino Superior, no sentido de minimizar as diferenças socioeconómicas possibilitando a prossecução dos estudos ao nível superior, nomeadamente através da atribuição de Bolsas de Estudo a estudantes residentes no Concelho.
- ✓ Colaborar, com o Instituto Politécnico de Bragança, os Agrupamentos de Escolas e instituições de ensino profissional, na integração de alunos estagiários nos serviços municipais, permitindo a aplicação de conhecimentos em ambiente de trabalho.
- ✓ Apoiar projetos desenvolvidos pelas escolas do concelho de Bragança, ao nível do 2º e 3º ciclos, ensino secundário e ensino superior, a partir das iniciativas que surjam nesse sentido.
- ✓ Conceder transporte gratuito aos alunos transportados até ao 12.º ano.

7.2.5 Saúde

O Município de Bragança, ciente de que a confiança dos cidadãos na disponibilidade e na qualidade dos cuidados de saúde prestados é umas das principais preocupações para quem faz opção de fixar a sua residência e atividade económica no interior, tudo fará para que sejam asseguradas respostas, com qualidade e em tempo útil, que vão ao encontro das necessidades dos cidadãos.

Assim, destaca-se as seguintes iniciativas:

- ✓ Desenvolver e consolidar o projeto de cuidados de saúde primários de proximidade à população, através da Unidade Móvel de Saúde, em parceria com a Unidade Local de Saúde do Nordeste (ULSNE) e a Santa Casa da Misericórdia de Bragança. Esta iniciativa visa aumentar a acessibilidade, equidade e qualidade dos cuidados prestados, principalmente a grupos mais vulneráveis, com dificuldades de acesso à sede ou extensões do Centro de Saúde, nomeadamente a população com 65 e mais anos.
- ✓ Dar continuidade, em parceria com a Unidade de Cuidados na Comunidade do Centro de Saúde de Bragança e com a colaboração dos Agrupamentos de Escolas, ao projeto de Saúde Oral, “Sorrir Branquinho”, que visa a prevenção da cárie dentária nas crianças em idade pré-escolar, criando as condições necessárias ao aumento do número de jardins de infância aderentes à escovagem dos dentes em contexto escolar e, assim, reduzir a incidência e prevalência das doenças orais nestas crianças, melhorar conhecimentos e comportamentos sobre higiene oral e promover a equidade na prestação de cuidados de saúde oral às crianças e jovens com Necessidades de Saúde Especiais.
- ✓ Apoiar, financeiramente, o funcionamento da Unidade Domiciliária de Cuidados Paliativos da Terra Fria, em parceria com a ULSNE e os Municípios de Macedo de Cavaleiros e Vinhais, com o

objetivo de proporcionar atendimento integrado e multidisciplinar a doentes.

- ✓ Implementar o projeto “Bragança Contigo”, Cidade Compassiva.
- ✓ Apoiar e participar em outras iniciativas que visem a prevenção e melhoria da saúde dos cidadãos podendo, ainda, no âmbito das suas competências, participar em projetos de melhoria das infraestruturas de saúde.
- ✓ Prestar o apoio necessário à continuidade e expansão do projeto “Pé Ativo”, programa de promoção da deslocação ativa, atividade lúdico-motora, saúde e bem-estar em crianças da educação pré-escolar da rede pública, enquadrado pelo protocolo estabelecido com a Escola Superior de Educação de Bragança.
- ✓ Desenvolver iniciativas que promovam a saúde e bem-estar dos cidadãos, nomeadamente caminhadas, assim como ginástica para a população sénior do meio rural.
- ✓ Reivindicar, junto do Governo, a melhoria da acessibilidade aos cuidados de saúde prestados à população, nomeadamente:

Que a ULSNE disponha de uma ampla oferta de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, evitando que os cidadãos tenham de se deslocar a outras Unidades e Regiões, com elevados encargos para os próprios e para o Estado.

Requalificação e ampliação das instalações da Unidade Hospitalar de Bragança, face ao atual cenário de alguma degradação de determinados espaços e serviços.

Que a ULSNE seja dotada de especialidades médicas fundamentais para os cidadãos, nomeadamente cardiologia 24 horas, e Consultas Externas em determinadas especialidades (Hematologia Clínica, Cardiologia Pediátrica, Dermatologia e Neurocirurgia), atualmente inexistentes na ULSNE.

O aumento do número de camas na Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia, reforçando a oferta nesta importante valência em pelo menos 20 camas.

7.2.6 Ação Social

- ✓ Manter a gratuidade dos manuais escolares, transportes e alimentação para todos os alunos carenciados, integrados no escalão 1 do abono de família para crianças e jovens, a redução de 50% e de 25% nas refeições e manuais escolares e prolongamento de horário, para as crianças e alunos integrados nos escalões 2 e 3, respetivamente.
- ✓ Manter a aplicação do tarifário de família carenciada com redução em 70% do tarifário sobre o valor mensal da fatura de consumo de água, saneamento e os resíduos sólidos urbanos, para famílias com dificuldades financeiras.
- ✓ Alargar o apoio a famílias numerosas, passando a ser considerada família numerosa aquela que tem três ou mais filhos, através do alargamento do 2.º escalão de consumo, limitando-o, no entanto, a um consumo máximo de 3m³ mensais por pessoa (Consumo de Referência), sendo mais uma medida amiga das famílias e da natalidade.
- ✓ Manter o IMI, na taxa mínima, com benefícios para as famílias com filhos.

- ✓ Continuar a desenvolver ações que permitam o convívio e a inclusão de setores mais fragilizados da nossa sociedade, como o encontro “Bragança e a Comunidade Internacional”, de forma a aproximar e a integrar os imigrantes aqui residentes e os estudantes em ERASMUS ou outra forma de mobilidade e fazê-los sentirem-se parte da nossa comunidade.
- ✓ Realizar, em colaboração com outras entidades, mais uma edição do Encontro de Gerações (a XV), que, do inicial Encontro de Idosos, evoluiu, naturalmente, para um Encontro de Gerações dada a abrangência intergeracional que foi conseguindo, procurando estabelecer uma relação de maior proximidade entre a população sénior do nosso concelho e, através deles, uma relação entre familiares e amigos de várias gerações.
- ✓ Organizar a VIII Feira de Emprego, Educação e Solidariedade Social de Bragança, em articulação com a entidade gestora do CLDS+ e em colaboração com diversas entidades, iniciativa que pretende constituir-se como um espaço de oportunidades de divulgação, de apresentação de ofertas de formação, de emprego e de respostas sociais.
- ✓ Manter a representação e colaboração na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e continuar a assegurar as instalações e os meios materiais de apoio necessários ao funcionamento da comissão,
- ✓ Promover ações de sensibilização no âmbito da Rede Social de Bragança e ação de formação na área da parentalidade positiva no âmbito da CPCJ.
- ✓ Participar ativamente no Núcleo Local de Inserção para intervenção em processos do Rendimento Social de Inserção e acompanhamento de beneficiários que tenham subscrito o Programa de Inserção (PI) que incluam ações na área da melhoria habitacional/realojamentos.
- ✓ Participar na Plataforma Supra Concelhia de Alto Trás-os-Montes (Plataforma da Rede Social – NUT’s III).
- ✓ Apoiar as Instituições Particulares de Solidariedade Social e os Centros Sociais e Paroquiais, no esforço que estas vêm desenvolvendo para que Bragança se assuma como concelho solidário.
- ✓ Apoiar as Fábricas das Igrejas na requalificação e conservação do importante património religioso existente no Concelho de Bragança.
- ✓ Apoiar, financeira e tecnicamente, as Freguesias na execução de obras de melhoria e construção de centros de convívio, fundamentais para promover a salutar convivência e reforço dos laços de amizade e união dos cidadãos do meio rural.
- ✓ Apoiar, financeira e tecnicamente, as Juntas e Uniões de Freguesias na execução de outros investimentos tendentes à melhoria da qualidade de vida das populações.

7.2.7 Habitação

O Município de Bragança dispõe de um total de 270 fogos de habitação social, distribuídos pelo Bairro Social da Mãe d' Água, com 124 fogos, pelo Bairro Social da Coxa, com 114, e pelo Bairro da Previdência, com 32.

No ano de 2018, pretende-se:

- ✓ Concluir a intervenção global e estruturada nos edifícios do Bairro Social da Coxa.
- ✓ Intervir no edificado do Bairro da Previdência para requalificação e beneficiação das suas infraestruturas principais, melhorando as condições de conforto, salubridade e bem-estar das populações residentes, bem como a imagem global.
- ✓ Continuar o processo de recuperação e renovação de imóveis de habitação social que vão sendo disponibilizados pelos anteriores inquilinos ao município e proceder ao realojamento de outros agregados familiares necessitados.
- ✓ Intervir em imóveis propriedade do município executando obras de beneficiação mais prioritárias evitando situações de degradação.
- ✓ Implementar a atualização gradual dos valores anuais das rendas ao abrigo do Regime de Renda Apoiada, em consequência da atualização dos processos dos agregados familiares residentes em habitação social.
- ✓ Concluir, no âmbito da Operação de Reabilitação Urbana, a beneficiação de edifícios no Centro Histórico, para alojamento social de famílias jovens, contribuindo para a revitalização e dinamização desta área.
- ✓ Reforçar os apoios no âmbito do programa de melhorias habitacionais prioritárias, com a importante colaboração das Juntas de Freguesia, através da beneficiação das habitações de famílias carenciadas.

7.2.8 Ambiente e Sustentabilidade

Saneamento

O Plano Estratégico Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais definia como meta para cada Concelho do País, que se atinja um nível de atendimento, para o saneamento das águas residuais, de 90%. No Concelho de Bragança, com os investimentos concretizados, o atual índice é de 92,6%, sendo a média do Continente e da Região Norte de 76%, e na NUT III Alto Trás-os-Montes de 82% (Anuário Estatístico da Região Norte).

Assim, o Município de Bragança, ciente da importância deste tema para as populações, continuará a investir nesta área, através de uma nova candidatura a fundos comunitários, no âmbito do novo quadro comunitário Portugal 2020.

Para 2018 estão previstos os seguintes investimentos:

- ✓ Reabilitação da ETAR de Fermentãos;
- ✓ Conclusão do saneamento no bairro S. Lourenço, com ligação ao emissário da zona industrial;
- ✓ Execução de uma EPTAR no matadouro municipal, para substituição da infraestrutura de pré-tratamento existente, que já não satisfaz as exigências que se impõem a este tipo de unidades industriais;
- ✓ Execução da ETAR de Gimonde;
- ✓ Execução de ramais de saneamento nas ruas Ana Garcia e João Fernandes;
- ✓ Instalação de estação elevatória e de fossa séptica para tratamento do saneamento do parque de campismo do Sabor.

Águas

No **setor das águas** foram considerados os seguintes trabalhos:

- ✓ Execução de furos de captação de água para reforço de abastecimento nas localidades de Paradinha de Outeiro e Quintas do Vilar;
- ✓ Execução de projetos para a reabilitação das redes de abastecimento de água nas localidades de Rabal, Outeiro, Parada, Babe, Nogueira, Santa Comba de Rossas, França, Coelhoso e Izeda;
- ✓ Reabilitação das condutas de abastecimento de água na rua do Teixeira (Bairro da Mãe d'Água) e na rua Padre Américo (Bairro dos Formarigos);
- ✓ Reabilitação de vários troços de condutas na zona rural, nomeadamente nas localidades de Alimonde e França, entre outras;
- ✓ Reabilitação de reservatórios nas localidades de Zeive, Parada, Paradinha Nova, França, Parâmio e Vila Boa;

- ✓ Reforço do abastecimento à localidade de França a partir da ETA (com aproveitamento da água “perdida” a sair da descarga);
- ✓ Reabilitação e ampliação das captações de água, por nascentes, na localidade de Labiados;
- ✓ São ainda encarados como objetivos fundamentais para o ano de 2018, no âmbito da melhoria da eficiência da distribuição em baixa, assegurar de forma faseada:
 - Colocação de contadores no exterior das habitações na localidade de Babe e Cidade de Bragança;
 - Continuação do plano de renovação do parque de contadores com a substituição de cerca de 1.400 contadores obsoletos;
 - Implementação de plano de deteção de ruturas na tubagem de água e de monitorização dos caudais em tempo real;

Meio ambiente

- ✓ Realizar um folheto de sensibilização, em colaboração com a EIM-Resíduos do Nordeste, para a redução da produção de resíduos, contribuindo para um melhor ambiente e uma redução dos quantitativos de RSU's recolhidos e, por conseguinte, uma redução da fatura mensal com recolha, transporte e tratamento de RSU's.
- ✓ Continuar a política de valorização dos resíduos sólidos, com a apresentação de uma candidatura ao POSEUR.
- ✓ Continuar a operação de replantação de árvores, arbustos e herbáceas, que contribuirão para uma melhor imagem urbana e embelezamento paisagístico.
- ✓ Requalificar espaços urbanos, tornando-os mais atrativos e acessíveis aos cidadãos, por forma a manter uma relação saudável com o ambiente que nos rodeia.
- ✓ Iniciar os estudos para construção do Parque Urbano da Trajinha, projeto que será redimensionado ao contexto atual de escassos recursos financeiros, por forma a criar um novo espaço de lazer e bem-estar para a população.
- ✓ Realizar trabalhos de conservação da floresta e matas do concelho, nomeadamente através da realização de ações de silvicultura preventiva, onde se enquadram a limpeza de aceiros florestais em zonas de potencial risco de incêndio florestal.
- ✓ Articular com as autoridades competentes (PSP e GNR), um conjunto de iniciativas que permitirão melhorar a gestão e limpeza de áreas privadas, por forma a dar cumprimento à legislação de defesa da floresta contra incêndios.
- ✓ Fomentar a criação de “pequenas florestas urbanas”, espaços onde poderiam ser facilmente exploradas componentes pedagógicas, lúdicas, desportivas, nomeadamente no espaço envolvente ao Estádio Municipal, espaço envolvente aos depósitos da Mãe D'Água, espaços de cedência na Braguinha, Rica Fé, Fraga Selvagem, entre outros.

Atividade Sanitária e Veterinária Municipal

- ✓ Dar cumprimento ao pagamento mensal das despesas de funcionamento do Canil Intermunicipal, conforme protocolo celebrado.

- ✓ Dar eficácia ao regulamento sobre posse, circulação, detenção e alojamento de animais no Município de Bragança.
- ✓ Implementar várias campanhas de sensibilização, visando nomeadamente:
 - recolha de dejetos caninos; alimentação animal na via pública; regras de circulação com canídeos na via pública.
- ✓ Renovar o protocolo com o Instituto Politécnico de Bragança (curso de Enfermagem Veterinária) e a Associação Amicus Canis, para colaboração nas esterilizações a animais do canil que vão para adoção.
- ✓ Realizar inspeções sanitárias aos talhos e peixarias, bem como a outras unidades de transformação e venda de produtos, estreitando a colaboração com as restantes entidades inspetivas.





7.2.9 Cultura

- ✓ Realizar uma nova exposição de fotografia do fotógrafo Georges Dussaud, a partir do acervo do Centro de Fotografia que possui número significativo de fotografias.
- ✓ Apresentar exposições temporárias de fotografia na nova sala do Centro de Fotografia Georges Dussaud iniciando com uma exposição da fotógrafa brigantina Lauren Maganete, que tem o apoio da Fundação AML, que integra um programa expositivo que prevê a apresentação de 4 a 6 exposições temporárias de fotografia.
- ✓ Executar o catálogo da exposição “A Cidade e as Serras” sobre a contemporaneidade das aldeias do concelho e a cidade de Bragança que contempla elementos do património cultural, etnográfico e social do Concelho de Bragança e editar uma coleção de postais sobre as fotografias da coleção do Centro de Fotografia Georges Dussaud.
- ✓ Promover e divulgar o Centro de Interpretação da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano e o Memorial-Centro de Documentação, instalados em edifícios próprios, permitindo a preservação da memória das comunidades judaicas que povoaram a região do Nordeste Transmontano e a sua divulgação.
- ✓ Potenciar, no Museu Ibérico da Máscara e do Traje, a divulgação e o conhecimento das tradições ligadas com esta temática, desenvolvendo atividades em estreita colaboração com a Academia Ibérica da Máscara.
- ✓ Realizar exposições temporárias ligadas à temática da máscara e aos artesãos representados no Museu Ibérico da Máscara e do Traje, expondo algumas das peças mais representativas do artesão convidado permitindo, assim, dar a conhecer o trabalho desenvolvido pelos artesãos e criar uma maior proximidade entre o artesão e o visitante do museu.
- ✓ Integrar no Serviço Educativo oficinas/ateliês com os alunos das escolas do concelho ligadas a eventos ou exposições que estarão patentes em outros espaços, visitas guiadas e outras atividades de modo a dar a conhecer aos mais jovens as nossas tradições ligadas à temática da máscara.

- ✓ Assinalar o 10.º aniversário do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais (CACGM) com um conjunto muito diverso de iniciativas que se prolongarão para o mês de julho abrangendo, em todas as quintas-feiras à noite, um programa de concertos no jardim, articulado com o Teatro Municipal, intitulado “O Teatro vai ao Centro”.
- ✓ Apresentar no CACGM, ao longo do ano de 2018, seguindo os termos habituais da programação do equipamento, seis exposições, concretamente duas no Espaço Graça Morais, uma que reunirá um conjunto de obras da artista, em diálogo com obras de outros artistas da coleção particular de Graça Morais, e outra, que coincidirá com a comemoração do aniversário do CACGM, em que a artista se compromete a apresentar um número significativo de obras inéditas, produzidas especificamente para o evento, e quatro no espaço das Exposições Temporárias, para além da continuação da antológica de Ana Vieira, uma da Coleção de Arte Contemporânea do CACGM, outra do artista Filipe Marques e, para o final do ano, uma exposição realizada a partir das coleções da fundação Calouste Gulbenkian (Coleção do Fundador e Coleção do Centro de Arte Moderna), intitulada “Gulbenkian Itinerante”, que envolve outros museus e centros de arte de vários pontos do país.
- ✓ Editar quatro novos catálogos das exposições realizadas no CACGM, como um importante registo para memória futura das exposições que vão sendo realizadas no CACGM e como uma excelente ferramenta de divulgação do Centro de Arte, destacando-se de entre eles o catálogo sobre todas as exposições temporárias e o relativo aos 10 anos de exposições de Graça Morais. A par destes estão também previstos os catálogos da exposição de Ana Vieira e de Filipe Marques.
- ✓ Manter, no âmbito do Serviço Educativo, as Visitas/Jogo, as Visitas Pais & Filhos e as Visitas Guiadas, tendo, sempre, como ponto de partida cada uma das novas exposições do CACGM, e, sempre que possível, dentro da disponibilidade dos grupos e da equipa de trabalho, complementá-las com breves Oficinas de Prática Artística.
- ✓ Dar continuidade, ainda no âmbito do Serviço Educativo, às oficinas realizadas em período de férias e, ainda, a um conjunto de atividades específicas a serem dinamizadas ao longo de todo o ano em alguns dos dias temáticos como o Dia Internacional dos Museus, o Tempo para a Infância ou as Férias Desportivas e Culturais do Município de Bragança.
- ✓ Dar continuidade à realização de projetos pontuais no CACGM, compreendendo uma grande diversidade de iniciativas como: instalações, concursos, concertos, performance, oficinas/ateliês, conferências, encontros com artistas, críticos, arquitetos e escritores ou apresentação de trabalhos e projetos relevantes, entre outras.
- ✓ Produzir novas peças cerâmicas com ilustrações da artista Graça Morais, pósteres e postais, bem como a produção de outros artigos de merchandising ligados à imagem do CACGM, como forma de divulgação do equipamento e da obra da artista.
- ✓ Programar, regular e sistematicamente, no Teatro Municipal de Bragança, a apresentação de criações nacionais no âmbito de todas as artes do espetáculo: teatro, música, dança, novo-circo, ópera, musicais e alta comédia, espetáculos que são a espinha dorsal de toda a programação e definem a linha de orientação estética do TMB, abrangendo as companhias de teatro e dança mais prestigiadas a nível nacional, mas também os novos projetos, as novíssimas companhias, as novíssimas criações, as propostas alternativas para pequenos públicos, bem como, os grandes concertos, a par dos jovens valores e músicos exímios, os espetáculos de grande formato como os musicais, os bailados clássicos e os espetáculos de alta comédia, ao mesmo tempo que os projetos alternativos, performativos e multidisciplinares.
- ✓ Continuar a apostar no trabalho com a comunidade, nas coproduções e nas residências artísticas,

numa parceria artística com várias companhias, mais-valias indiscutíveis para o Teatro, a cidade e a região, que se vêm assumindo como projetos âncora do Teatro Municipal de Bragança porque marcam a diferença e definem a identidade deste teatro e que levam a sua marca, a sua identidade, em cada espetáculo que coproduz e dão-lhe visibilidade, projetando-o no país e fora dele, pois são normalmente projetos com carreira nacional e internacional.

- ✓ Desenvolver mais e mais fortes parcerias com as escolas de educação estética e artística (Escola Superior de Educação; Conservatório de Música e Dança; escolas de música; escolas de dança; outras) seja através do apoio logístico a projetos criativos, seja através de possibilidade de estágios curriculares, seja através de formação em áreas que sabemos nucleares para a formação estética e artística.
- ✓ Continuar a programação do Serviço Educativo dando especial atenção à infância e à idade maior, trabalhando mais e melhor a relação com as escolas, a formação estética e artística e a educação de públicos, tendo como mote: Sensibilizar. Educar. Formar. Fidelizar.
- ✓ Continuar a homenagear criadores e artistas de excelência, colocando uma placa evocativa na entrada do auditório que marque, também, a sua passagem pelo TMB, sendo, em 2018, homenageada Luísa Amaro – pioneira e única solista de guitarra portuguesa, companheira e discípula do grande mestre Carlos Paredes e herdeira do seu legado musical.
- ✓ Manter, sob a direção artística do pianista Filipe Pinto-Ribeiro e em parceria com o Centro Cultural de Belém, o Verão Clássico – fazendo do mês de junho o mês por excelência da música clássica no TMB com concertos e master classes para todos os públicos.
- ✓ Lançar dois novos projetos artísticos: “É VERÃO!” que terá lugar às sextas em auditório com espetáculos para grandes públicos: alta comédia; musicais, ilusionismo e magia, grandes produções internacionais, concertos, novo-circo (...) e “O TEATRO VAI AO CENTRO” associando o TMB à comemoração dos 10 anos do CACGM, programando concertos de pequeno formato no espaço-jardim do CACGM, jogando neste ano com o duplo significado de “Centro”: centro da cidade e centro de arte.
- ✓ Estabelecer uma parceria com o grupo de teatro Peripécia para realização de Excursões Culturais aos principais festivais de teatro, procurando, em 2018, concretizar a excursão a Mérida (Espanha) ao festival de teatro clássico que acontece anualmente em agosto.
- ✓ Como vetores de programação para 2018 destacam-se:
 - Programação para bebés e crianças até aos 3 anos: proporcionando um primeiro contacto com as artes de palco sensibilizando bebés e familiares que os acompanham para a importância nas artes na educação e formação da criança.
 - Programação para a infância e Juventude: dirigida a crianças do pré-escolar e 1º ciclo – espetáculos cujo custo tem sido integralmente suportado pela autarquia (pré-escolar e 1º ciclo) o que resulta em entradas livres para todas as crianças; 2º ciclo – espetáculos com preço reduzido salvaguardando a entrada livre para alunos carenciados.
 - Oficinas / Workshops / Ateliers: Dirigidos a públicos definidos podem ser a pedra de toque para a relação com as diferentes expressões artísticas e para o diálogo EU «» OUTRO.
 - (H)Á conversa com... relação e diálogo entre os vários intervenientes no processo artístico, entre os vários agentes culturais envolvidos: atores, encenadores, cenógrafos, bailarinos, músicos, coreógrafos (...).
 - Festivais: Os festivais criam dinâmicas próprias e fluxos de públicos muito interessantes que devem ser desenvolvidos e apurados, introduzindo inovação e renovação e refrescando conceitos e tendências.





- ✓ Mantêm-se em fevereiro NOITES FRIAS. VOZES QUENTES, sempre com novas propostas e novas tendências da música em formato intimista; Em março os POETAS AO PALCO! - as vozes dos poetas chegam nas mais diversas formas: diseurs, cantores, músicos, atores... fazendo a festa da poesia no Teatro com espetáculos para o público em geral, mas também com espetáculos direcionados a públicos específicos, nomeadamente o público escolar, e, em parceria com o Teatro Municipal de Vila Real, o festival de teatro – VINTE E SETE - grande montra do que melhor se faz em Portugal. Em maio, o teatro abre-se à comunidade escolar – TEATRO ABERTO – e as escolas dos diferentes níveis e tipo de ensino serão as protagonistas do palco; O verão clássico chegará em junho. Em julho estreará o É Verão! e O teatro vai ao Centro; e, finalmente, em outubro, a 3ª edição do BRAGANÇA JAZZ privilegiando o jazz português sem excluir, naturalmente, presenças internacionais.
- ✓ Continuar a implementação do projeto ALGURES A NORDESTE, resultante de uma candidatura apresentada em parceria com o Teatro Municipal de Vila Real ao NORTE 2020, trazendo, em 2018, aos dois teatros transmontanos a 2ª edição do festival de dança contemporânea e as criações próprias resultantes das residências artísticas nos dois teatros em coprodução com as companhias – Teatro da Garagem, em Bragança, e Circolando, em Vila Real, e que envolverão as comunidades locais: Em março/abril de 2018 o Teatro da Garagem debruçar-se-á sobre o Universo de Miguel Torga; em novembro/dezembro a Circolando debruçar-se-á sobre os Rituais de Inverno.
- ✓ Renovar o equipamento de iluminação de cena e na área de som e audiovisual procedendo à aquisição gradual de novo equipamento para a substituição do que avariou, do que se encontra danificado e do descontinuado.
- ✓ Dotar o TMB de almofadas para apoio aos espetáculos de infância, programados para bebés, pré-escolar e 1º ciclo e apresentados na sala de ensaios e/ou em caixa de palco, procurando evitar que as crianças se sentem no chão permitindo-lhes uma melhor acomodação e conforto.
- ✓ A Biblioteca Municipal de Bragança continuará a constituir-se como um centro de leitura e de pesquisa privilegiado para a comunidade. Tem como objetivo primordial fornecer o gosto pela leitura e contribuir para o desenvolvimento literário da população que procura este espaço. Recebe, diariamente, dezenas de utilizadores, cada vez mais exigentes, tornando-se necessário continuar o melhoramento do acervo da biblioteca e da biblioteca infantil em material livro e não livro, desenvolvendo, paralelamente, projetos de atração dos jovens ao espaço como o Concurso Literário “Conto de Natal 2018”, a hora do conto, sempre que solicitada e no espaço da Biblioteca, os “Sábados de Encantar”, a visualização de filmes para crianças, atividades de extensão cultural, “Leituras Partilhadas”, comemoração de eventos relevantes do ponto de vista sociocultural através da exposição de material informativo, tertúlias com escritores e em ligação com os outros espaços culturais municipais.
- ✓ Adquirir monografias, periódicos e material audiovisual para as secções de adultos e infantil, diversificando e atualizando o espólio da Biblioteca Municipal de forma a oferecer à comunidade um serviço de referência a nível nacional que prestigie o orgulho brigantino.
- ✓ Continuar a desenvolver as atividades previstas no protocolo assinado com o Plano Nacional de Leitura, com o objetivo de, em rede com as escolas do concelho, ser elaborado um catálogo conjunto, definido um plano de atividades entre as bibliotecas escolares e a biblioteca municipal, promovendo o intercâmbio e a interação dos objetivos comuns, no âmbito do SABE (Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares), e comemorar o Dia do Livro e dos Direitos de Autor e o Dia da Poesia.

- ✓ Organizar, no âmbito do projeto “Os Escritores vão à Escola”, visitas de escritores consagrados às escolas do concelho permitindo o contacto direto dos alunos com os escritores e ilustradores e a análise das obras estudadas em contexto de sala de aula de formar diferente e pessoal.
- ✓ Realizar o Curso Storytelling - A arte de Encantar com palavras por Clara Haddad, sobre a arte de narrar/contar histórias procurando capacitar pais e elementos da comunidade para a promoção da leitura junto das camadas mais jovens e dos mais desfavorecidos da população local.
- ✓ Organizar o Workshop “Biblioterapia: ler para viver melhor” destinado a técnicos de bibliotecas, professores, técnicos de lares e centros de dia, animadores socioculturais pela Biblioterapeuta Sandra Barão Nobre.
- ✓ A Biblioteca Adriano Moreira, fruto da generosa doação do Professor Adriano Moreira ao Município de Bragança, disponibiliza para consulta e leitura, dos cidadãos em geral e, de forma muito particular, aos investigadores do Ensino Superior, um acervo diversificado.
- ✓ Dar continuidade ao ciclo de conferências intitulado “Biblioteca Adriano Moreira: Conversas sobre Valores e o Futuro”.
- ✓ Restaurar e colocar molduras em pinturas disponibilizadas recentemente pelo Professor Adriano Moreira.
- ✓ Adquirir mobiliário para área de periódicos e para exposição em segurança das esculturas da Biblioteca Adriano Moreira
- ✓ Dinamizar os espaços expositivos do Centro Cultural Municipal Adriano Moreira, onde tem estado patentes excelentes exposições de artistas locais e nacionais, e onde se prevê a realização de várias exposições de diferentes temáticas e estilos.
- ✓ Realizar vários eventos culturais, em parceria com outras entidades, nomeadamente: o Dia da Poesia; os Festivais de Tunas Femininas, Masculinas e Mistas; o Festival da Lombada; o Festival Internacional de Folclore; o Encontro de Coros Infanto-Juvenis e o Encontro Internacional de Grupos Corais Cidade Bragança, bem como os concursos de presépios e de contos de Natal.
- ✓ Organizar a IV edição do Festival Literário de Bragança, incluindo visitas a escolas de autores de literatura infanto-juvenil e sessões na biblioteca municipal, reforçando a aproximação entre autores e um público ainda em formação, sessões de leitura, mesas de debate, exposição e venda de livros, entre outras atividades.
- ✓ Continuar a apoiar as atividades desenvolvidas pelas associações culturais, artísticas, recreativas, humanitárias e de solidariedade social através de protocolos de colaboração, estabelecidos no âmbito do regulamento de atribuição de apoios, como resultado das candidaturas aos apoios municipais apresentadas por aquelas entidades.
- ✓ Dar continuidade à aposta na valorização e divulgação das festas de Inverno e da máscara ibérica, organizando mais uma edição do Carnaval dos Caretos com participação de mascarados de Portugal e Espanha e das escolas e IPSS do concelho e participando nos desfiles do Festival da Máscara Ibérica, em Zamora, e da Diputación Provincial de León, integrado na programação do AECT León-Bragança.
- ✓ Promover e organizar a Festa da História continuando o processo de crescimento e de reforço da participação e envolvimento da comunidade, melhorando as condições de mobilidade e logística, os conteúdos de programação, a (Re)organização e aproveitamento dos espaços e

reforçando a comunicação, de forma a torná-la mais atrativa e com capacidade de gerar maiores fluxos turísticos nacionais e internacionais.

- ✓ Consolidar os projetos existentes e que aparecem já como referência do concelho e suporte da nossa identidade como as Festas de Bragança, que têm dinamizado o centro da cidade, a partir da Praça Camões, com espetáculos musicais com bandas locais, dando oportunidade aos jovens músicos do concelho de, atuando no período festivo, mostrar o trabalho desenvolvido ao longo do ano e transformando aquele espaço num ponto de encontro das noites de Verão.
- ✓ Implementar ações de salvaguarda e valorização da produção artesanal de cuscos no Concelho de Bragança no âmbito do processo de inscrição no INPCI - Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial.
- ✓ Continuar a edição e publicação da Agenda Cultural e da Agenda de Programação do Teatro Municipal, bem como de outros suportes de divulgação das atividades, como meios privilegiados de informação dos munícipes da programação que lhes é disponibilizada, e de atração de visitantes.
- ✓ Implementar o projeto artístico “Rua Bragança”, com o envolvimento da comunidade brigantina.
- ✓ Editar uma publicação sobre o Arquiteto Viana de Lima.





7.2.10. Desporto e Juventude

Desporto, saúde e bem-estar

- ✓ Continuar a acolher eventos desportivos de nível nacional e internacional.
- ✓ Promover, em colaboração com as três associações de ciclismo locais, o Bragança Granfondo (projeto do OP 2018).
- ✓ Promover e apoiar importantes eventos locais: Zoelae trail, Corrida das Cantarinhas, jogos tradicionais, torneio da função pública, torneio interfreguesias, entre outros.
- ✓ Apoiar, financeira e logisticamente, os clubes e associações desportivas, em iniciativas pontuais ou tendo por base a contratualização de ações e objetivos, num espírito de exigência e de rigor na avaliação do cumprimento dos termos dos acordos, no sentido de uma maior seletividade nos apoios a conceder e na exigência da aplicação dos recursos públicos.
- ✓ Retomar o programa “Bragança Ativa”, que decorre na Piscina e no Pavilhão Municipal Arnaldo Pereira, para pessoas com mais de 50 anos.
- ✓ Promover as seguintes atividades orientadas na Piscina Municipal:
 - Hidroginástica e Deep Water: para todos aqueles que queiram praticar desporto e melhorar a sua condição física.

- Adaptação ao meio aquático: Etapa que compreende o primeiro contato com a água através de atividades diversificadas.
 - Natação para bebés: O objetivo primordial da adaptação ao meio aquático, além do prazer de brincar na água traz vantagens de socialização, relaxar e tranquilizar. Contribui para o fortalecimento do triângulo familiar (Mãe-Pai-Criança).
 - Aprendizagem de técnicas: nesta etapa, o aluno aprende o padrão motor básico de cada uma das técnicas, adquirindo uma coordenação dos movimentos dos braços e pernas, associada a uma respiração controlada.
 - Aperfeiçoamento: procura-se atingir uma maior eficiência técnica, isto é, nadar maior distância ou mais rápido no menor tempo possível.
 - Escola de Natação: etapa de aperfeiçoamento das técnicas alternativas, iniciação da aprendizagem dos gestos técnicos das técnicas simultâneas e respetivas partidas, participação em provas inter-municipais.
-
- ✓ Semana do Desporto: No ano de 2018 pretende-se evoluir a iniciativa que nos anos anteriores esteve restrita apenas à comemoração do Dia de Desporto. Assim, será oferecido um programa mais alargado e diversificado de iniciativas de natureza desportiva, com a realização de seminários e colóquios sobre esta temática e outras diversas atividades.
Nessa Semana será concedido o acesso gratuito a todos os equipamentos desportivos a fim de sensibilizar e incentivar a população para a prática da atividade física.
 - ✓ Realizar passeios pedestres e passeios de BTT, em estreita colaboração com as Juntas e Uniões de Freguesias, alargando o programa a outras localidades, que demonstrem interesse em participar.
 - ✓ Organizar o Encontro de Jogos Tradicionais, no dia 01 de maio, com o apoio da Associação de Jogos Populares do Distrito de Bragança, e em colaboração com as Juntas e Uniões de Freguesias do Concelho.
 - ✓ Promover vários torneios de natação na Piscina Municipal.
 - ✓ Promover Festas temáticas na piscina municipal, que visem, para além do bem-estar físico, o convívio entre os utentes, nomeadamente em épocas festivas: Natal, Carnaval, Páscoa, Halloween e S. Valentim, encerramento das atividades, bem como a realização de provas convívio com os alunos inseridos nas atividades da escola de natação e classes orientadas da piscina municipal.
 - ✓ Organizar a Maratona de Hidroginastica By Night, num sábado à noite, de forma a contemplar a atividade física a socialização e um ambiente festivo.
 - ✓ Alargar o Programa “Desporto Sénior no Meio Rural” a outras Freguesias, proporcionando, gratuitamente, um plano de atividades lúdico-desportivas, devidamente programadas e orientadas, de natureza inclusiva, eclética e multilateral.
 - ✓ Realizar, pelo quarto ano consecutivo, o Torneio Interfreguesias de Futsal, numa perspetiva de promoção da igualdade de oportunidades entre a população residente na cidade, vila e aldeias do concelho, visando a promoção da prática da atividade desportiva e do convívio saudável e generalizado a toda a população das 39 freguesias, o desenvolvimento das competências individuais e o fomento do sentimento da união e amizade entre todos, fundamentais para a promoção da cidadania.
 - ✓ Requalificar o antigo Canal ferroviário para ecopista.
 - ✓ Construir um pavilhão no atual polidesportivo do Bairro Social da Coxa.

- ✓ Construir o Complexo desportivo das Modalidades de Praia (projeto OP 2017).
- ✓ Construir um Skate Park e um Street Workout.
- ✓ Apoiar as freguesias no melhoramento de instalações desportivas.
- ✓ Apoiar a requalificação e ampliação do Pavilhão do Clube Académico de Bragança.



Juventude

- ✓ Realizar, periodicamente, reuniões do Conselho Municipal de Juventude de Bragança.
- ✓ Dar continuidade à iniciativa “Bragança Jovem – Festa da Juventude”, com a realização de um conjunto de atividades, nas diferentes áreas, dirigidas aos mais jovens.
- ✓ Elaborar o Plano Municipal de Juventude para o Concelho de Bragança, que defina a estratégia global das políticas locais de juventude, em articulação o Conselho Municipal de Juventude.
- ✓ Continuar a implementação do Orçamento Participativo Jovem.
- ✓ Promover as Férias Desportivas e Culturais (1 de julho a 14 de agosto).
- ✓ Promover intercâmbios com a Diputación de León (Espanha), através da presença de jovens de Bragança nas estâncias de SKI da Província de León (nas férias de Natal) e a participação de jovens de León nas Férias Desportivas e Culturais do Município de Bragança (nos meses de julho e agosto).
- ✓ Participar, com jovens de Bragança, nos Jogos do Eixo Atlântico.
- ✓ Apoiar, logística e financeiramente, as associações juvenis, no desenvolvimento dos respetivos planos de atividades.
- ✓ Apoiar a Associação Académica do IPB na realização da receção ao caloiro, semana académica, assim como outros eventos promovidos por esta ou as Associações de Estudantes dessa instituição de ensino.
- ✓ Apoiar o Quintanilha Rock, importante evento transfronteiriço na área da música, que se tem afirmado a cada edição como uma referência neste tipo de eventos.
- ✓ Promover o “Carnaval Jovem” e o “Baile de Finalistas”, em articulação com as Associações de Estudantes dos Agrupamentos de Escolas.
- ✓ Organizar Exposições de Arte com jovens artistas locais.
- ✓ Criar um Gabinete Municipal de Empreendedorismo, constituído por uma equipa multidisciplinar tendo como missão apoiar a instalação de novos projetos e atividades promovidas por jovens empresários que, para além de criarem o seu próprio emprego, contribuam também para o aumento da oferta de trabalho e de novas oportunidades de negócio no concelho de Bragança. Os objetivos gerais deste Gabinete são elevar o nível de informação e apoiar projetos para a emancipação da juventude do concelho.
- ✓ Reabilitar edifícios no Centro Histórico para alojamento de jovens casais e estudantes (residências de estudantes) em regime de programas de mobilidade, contribuindo para a dinamização dessa zona e criação de novos negócios.
- ✓ Promover o projeto “Presidente por um dia”, com o objetivo de potenciar a cidadania e valorizar as opiniões e ideias dos jovens.



7.3. Desenvolvimento Económico e Competitividade

- INOVAÇÃO
- EMPREENDEDORISMO
- CRIAÇÃO DE RIQUEZA
- MARCA BRAGANÇA
- EMPREGO
- MOBILIDADE

- ✓ Promover parcerias e intercâmbios internacionais, reforçando as geminações e estabelecendo novas relações externas, que sejam geradoras de sinergias e promotoras de desenvolvimento sustentável e de competitividade territorial.
- ✓ Implementar um portal empresarial inovador, no sentido de ajudar os investidores a encontrar a solução ideal para instalação do seu negócio.
- ✓ Transformar o Concelho num ecodestino de excelência, reconhecido a nível nacional e internacional.
- ✓ Melhorar a experiência turística no concelho, com enfoque no acolhimento, informação, interpretação e qualificação dos recursos humanos.
- ✓ Definir uma estratégia eficaz de comunicação que permita gerar o sentimento de pertença da comunidade e reforçar a notoriedade de Bragança na comunicação social nacional e internacional.
- ✓ Implementar o Gabinete de Apoio ao Emigrante e Investidor da Diáspora, melhorando a informação e apoio ao emigrante, bem como a captação de investimento na diáspora.
- ✓ Fomentar e intensificar a cooperação territorial transfronteiriça, através do AECT-ZASNET e do AECT León-Bragança, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do território.
- ✓ Colaborar com outras entidades territoriais de âmbito regional e local na execução de projetos de cooperação.
- ✓ Promover o território no exterior para a valorização das potencialidades e recursos próprios.
- ✓ Colaborar com as cidades geminadas, através da realização de intercâmbios culturais, empresariais e outros.
- ✓ Cooperar no processo de Descentralização Administrativa do Município de Aileu (Timor Leste), nos termos do acordo de cooperação assinado, em 2013, com a Comissão Instaladora do Município de Aileu.

Agricultura, pecuária, sivilcultura, caça e pesca

- ✓ Realizar a feira do gado, no recinto de valorização de raças autóctones, em estreita articulação com as associações do setor, criando novas oportunidades de negócio para os criadores.
- ✓ Criar o plano de ação de proteção ao castanheiro, em colaboração com outras entidades, no sentido de desenvolver uma estratégia profilática de combate às pragas atuais e futuras.

- ✓ Organizar a feira de agricultura de Bragança.
- ✓ Incentivar e apoiar a realização de feiras e certames, nas freguesias rurais, para promoção e divulgação dos produtos da terra e raças autóctones, bem como dos recursos endógenos.
- ✓ Valorizar a agricultura e recursos engógenos (incluindo os cinegéticos e piscatórios).
- ✓ Construir/melhorar charcas e os regadios tradicionais em várias aldeias do concelho.
- ✓ Continuar a reivindicar, junto do Ministério da Agricultura e do Mar, a concretização dos seguintes projetos de melhoria da produtividade agrícola do Concelho: - Construção de barragem de Rega na Serra da Nogueira para servir as Freguesias de Rebordãos, Zoio e Nogueira. - Melhoria do sistema de rega da barragem de Castanheira, com substituição do sistema de alagamento por rega de pressão, reduzindo custos e melhorando a eficiência na utilização da água; - Construção de uma barragem de rega em Parada, para servir as freguesias contíguas, estando já o projeto feito, assim como o estudo de impacto ambiental; - Construção de uma reserva de água em Macedo do Mato, para rega do amplo olival existente nas freguesias da parte sul do Concelho de Bragança e freguesias contíguas do Concelho de Macedo de Cavaleiros.
- ✓ Promover e apoiar o Concurso Concelhio Bovino de Raça Mirandesa e o Concurso de Ovinos de Coelhooso, bem como o Concurso Nacional do Cão de Gado Transmontano.
- ✓ Apoiar a luta contra a tuberculose nos bovinos e brucelose nos ovinos, caprinos e bovinos, em parceria com o Agrupamento de Defesa Sanitária de Bragança.
- ✓ Potenciar o evento “Banca na Praça” como espaço de transação de produtos da terra e dinamização económica do tecido local e do Centro Histórico.
- ✓ Melhorar a eficiência e a qualidade do serviço prestado no Matadouro Municipal de Bragança, adotando novas técnicas e procedimentos internos.
- ✓ Potenciar a utilização e a taxa de ocupação dos módulos e lojas do Mercado Municipal de Bragança, divulgando e promovendo eventos temáticos e disponibilizando formação específica aos operadores.
- ✓ Apoiar, financeira e tecnicamente, as Freguesias e Uniões de Freguesias na construção de pontões de acesso a terrenos agrícolas, charcas, entre outras.
- ✓ Proceder, com a maquinaria municipal, ao enchimento e limpeza de caminhos agrícolas, entre outros trabalhos, que valorizem a atividade agrícola.

Iluminação pública e energia

- ✓ Continuar a política de substituição de luminárias convencionais por led, no que concerne à iluminação pública.
- ✓ Elaborar contratos de manutenção para vários equipamentos / Manutenção corretiva (AVAC, CTTV, Centrais de incêndios, Up's, entre outros).
- ✓ Implementar e monitorizar o Plano de Ação para a Eficiência Energética do Município de Bragança, que visa dar resposta aos compromissos assumidos no âmbito do Pacto dos Autarcas.
- ✓ Assegurar as tarefas associadas à gestão dos vários equipamentos municipais nomeadamente,

dos semáforos, das fontes luminosas, e outros equipamentos elétricos e mecânicos sob responsabilidade do Município.

- ✓ Proceder à substituição da iluminação cénica do castelo, com instalação de novos projetores de tecnologia Led, no âmbito da candidatura do Fundo de Eficiência Energética.
- ✓ Reforçar a iluminação da ponte romana de Gimonde (Projeto OP2017).

Estabelecimentos industriais

- ✓ Captar e apoiar iniciativas e projetos de investimento concelhio com elevado potencial de criação de emprego e riqueza, aumentando a competitividade territorial de Bragança.
- ✓ Estimular a cooperação empresarial e industrial, promovendo o desenvolvimento do cluster da indústria automóvel em Bragança.
- ✓ Criar as condições infraestruturais para a instalação de novas empresas ou a expansão das existentes, através da ampliação da Zona Industrial das Cantarias (obras em fase de conclusão), criando condições para evolução para uma Área de Localização Empresarial (ALE), através de um novo modelo de gestão.
- ✓ Dar dimensão ao Parque de Ciência e Tecnologia – Brigantia Ecopark promovendo, em rede, a inovação, a incubação e acolhimento de empresas de base tecnológica.
- ✓ Garantir a atratividade de Bragança para os investidores privados, no que concerne aos impostos municipais (isenção de derrama, isentar de todas as taxas de licenciamento as operações urbanísticas no Parque de Ciência e Tecnologia Brigantia EcoPark).
- ✓ Implementar o regulamento de classificação de projetos de investimento de interesse municipal.



Mobilidade Inteligente, estratégia de baixo teor de carbono

- ✓ Modernizar a frota de transportes públicos com a aquisição de novos autocarros elétricos.
- ✓ Reestruturar a rede de transportes, aumentando a abrangência, permitindo a bidirecionalidade do serviço, diminuindo os tempos de espera.
- ✓ Implementar um novo sistema de bilhética que simplifica a compra e validação dos títulos por parte dos utilizadores.
- ✓ Criar 6 interfaces multimodais e modernização de abrigos.
- ✓ Implementar o serviço de transporte a pedido que sirva as zonas de mais baixa densidade do Concelho.
- ✓ Prestar um melhor serviço ao cidadão, com melhores horários, mais abrangência na área, melhores níveis de conforto e mais segurança.
- ✓ Reorganizar e reforçar a capacidade de estacionamento na área urbana e implementar sistemas de bilhética mais cómodos para o cidadão através da utilização das novas tecnologias.
- ✓ Construir novas ciclovias (22 km) divididas por 7 zonas, que permitam garantir a segurança dos

utilizadores e potenciem a sua utilização pelo público estudantil.

- ✓ Reorganizar as vias pedonais das Avenidas Sá Carneiro e João da Cruz mantendo, acima de tudo, a identidade dos espaços, e potenciando a atividade económica e mobilidade, valorizando o usufruto do espaço público e o património.
- ✓ Implementar o Projeto MOVELETUR - a criação de uma rede de itinerários turísticos “verdes” que promovam/potenciem através da utilização da mobilidade elétrica pontos de elevado valor natural e cultural.
- ✓ Requalificar e implementar soluções de melhoria da mobilidade nas escadarias da Avenida Sá Carneiro com o objetivo de potenciar a articulação pedonal entre esta avenida e diferentes pontos do Centro Histórico e da rua Eng.º Amaro da Costa.
- ✓ Beneficiar a rede viária municipal, nomeadamente: Portela-Espinhosela; Aveleda-França; Rebordãos-Srª da Serra; Calvelhe-Paradinha Velha- Paradinha Nova-Coelhoso; Milhão-Palácios; entre outras.
- ✓ Reforçar a rede de bicicletas de uso partilhado, com especial enfoque nos agrupamentos de escolas e zonas industriais.
- ✓ Melhorar a mobilidade pedonal com a construção de faixas de circulação na Zona Histórica.
- ✓ Dar continuidade ao conceito de Mobilidade Universal, continuando a eliminação de barreiras arquitetónicas, implementando soluções dirigidas a séniores, cidadãos com necessidades especiais, carrinhos de bebé, ou outros meios de apoio à mobilidade individual.
- ✓ Construir o troço da Circular Interior com ligação da Avenida Abade Baçal à Zona Industrial e ao NERBA.





Comércio e turismo

- ✓ Implementar uma estratégia territorial de atração de turismo para Bragança.
- ✓ Aumentar a atratividade e satisfação dos turistas através da conformação de produtos e serviços inovadores que valorizem o património material e maximizem o valor simbólico do mesmo.
- ✓ Instalar rede wifi gratuita no Centro Histórico.
- ✓ Converter a região num destino gastronómico de excelência, reconhecido a nível nacional e internacional, com base numa cozinha autêntica e em produtos e produtores regionais e em estreita ligação ao território, às paisagens, aos eventos, às pessoas, à degustação e comércio de produtos de elevada qualidade.
- ✓ Valorizar a vertente económica, social, criativa, científica e turística da gastronomia.
- ✓ Promover os produtos locais através da realização da Semana Gastronómica da Caça, Pesca e Castanha e da Semana Gastronómica do Butelo e das Casulas, bem como a promoção das carnes de qualidade da região.
- ✓ Acompanhar e apoiar as concessões dos parques de campismo municipais, contribuindo para um serviço de qualidade ao turista e utilizador das infraestruturas.
- ✓ Promover os seguintes eventos: Smart Travel, Festival do Butelo e das Casulas de Bragança, Rota do Castanheiro em Flor, Banca na Praça, entre outros.
- ✓ Implementar projetos que visem a dinamização do comércio tradicional e animação do centro histórico, através dos eventos: “Festa Verão Bragança”, “Bragança, Terra Natal e de Sonhos” e Feira das Cantarinhas, em parceria e colaboração com outras entidades locais.
- ✓ Apoiar iniciativas que visem a dinamização do comércio tradicional e animação do centro histórico, promovidas por outras entidades.
- ✓ Participar ativamente na promoção turística e dos produtos endógenos de Bragança em feiras nacionais e internacionais, envolvendo empresários e produtores do concelho.
- ✓ Realizar ações de marketing turístico e territorial de Bragança junto de mercados nacionais e internacionais, envolvendo e potenciando os empresários e produtores concelhios.
- ✓ Definir um plano de comunicação que tenha em conta distintos segmentos: munícipes, transmontanos residentes no exterior, visitantes e turistas, empresas e profissionais de turismo, criadores e prescritores (profissionais, estudantes e amadores), entidades públicas, setor privado e meios de comunicação social.
- ✓ Continuar o trabalho de redefinição de materiais de informação turística, incluindo a tradução para espanhol, inglês, francês e mandarim, tornando-os mais informativos, apelativos e práticos.
- ✓ Renovar totens e mupis de informação turística.
- ✓ Elaborar o projeto de valorização e dinamização da Barragem de Castanheira/Gostei.
- ✓ Melhorar a sinalética de apoio ao turista, incrementando a informação disponível e promovendo a visita ao património construído e cultural.

- ✓ Promover a rede integrada de percursos pedestres, bem como de uma rota de BTT no concelho, com 385 km, contribuindo para o reforço da estratégia de promoção do turismo de natureza.
- ✓ Reeditar a ação de (in)formação para os atores turísticos, alargando o âmbito e os atores envolvidos, potenciando a informação e o serviço de qualidade ao turista.
- ✓ Promover rotas temáticas de valorização turística e económica de produtos autóctones, diversificando a oferta turística.
- ✓ Implementar o projeto de requalificação da visita à aldeia de Rio de Onor (uma das 7 Maravilhas de Portugal), por forma a permitir aos visitantes uma experiência que seja percebida pelos diferentes tipos de públicos, como plenamente gratificante e preenchendo todas as expectativas por si antevistas.
- ✓ Implementar o Programa Integrado de Turismo Cultural e Desenvolvimento Urbano do Município de Bragança, assente em 5 eixos estratégicos:

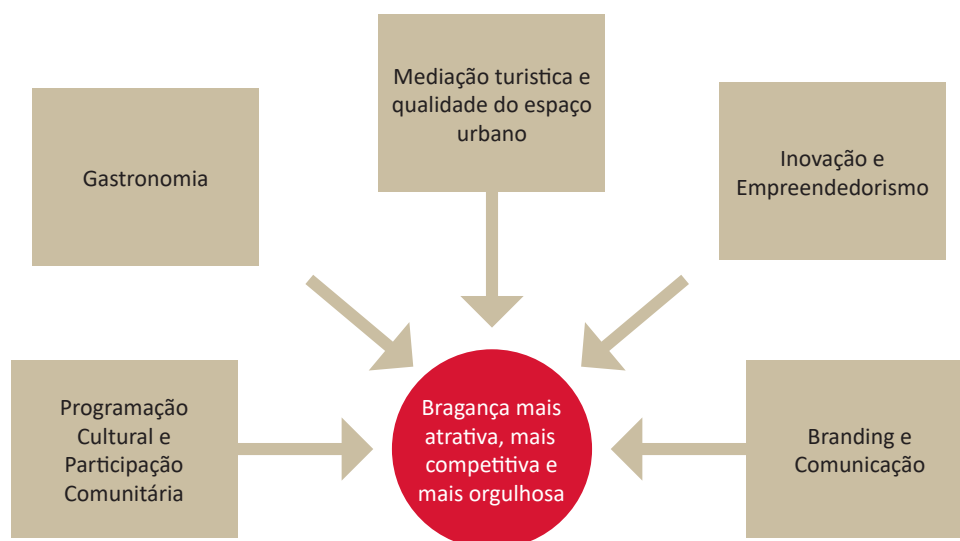
Eixo 1: Programação cultural e participação comunitária (Celebrar e Participar);

Eixo 2: Gastronomia (Saborear e surpreender);

Eixo 3: Mediação turística e qualidade do espaço urbano (Receber e descobrir);

Eixo 4: Inovação e empreendedorismo (Inovar e gerar valor);

Eixo 5: Branding e comunicação (Pertencer, atrair e revelar).



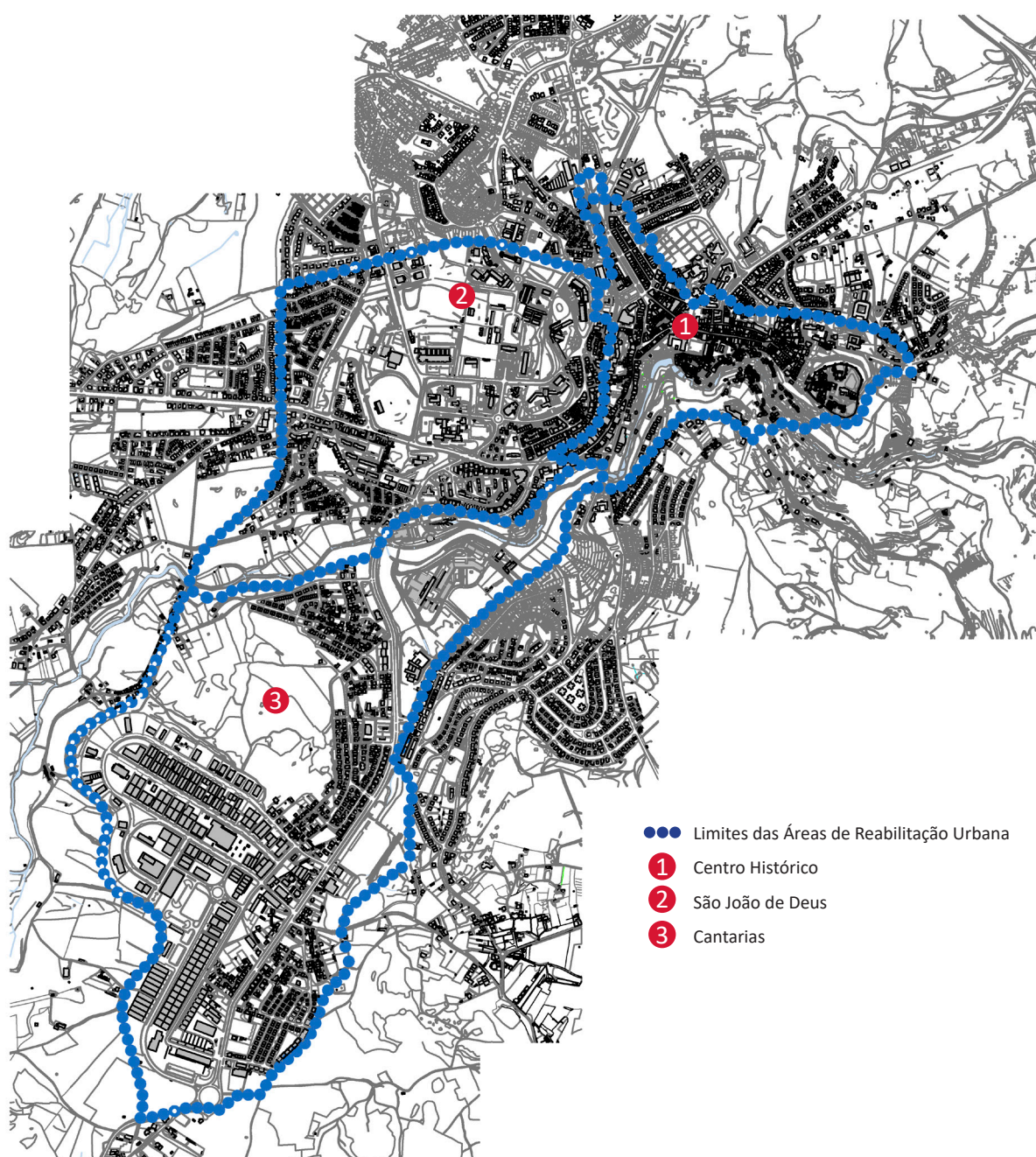


7.4. Reabilitação Urbana

- REABILITAÇÃO URBANA
- ATRATIVIDADE
- CRIATIVIDADE
- MELHOR CIDADE

A aposta na valorização urbana de Bragança foi assumida pelo Executivo Municipal como uma prioridade e um vetor estratégico da Governação para os próximos anos.

Neste âmbito, foram criadas três Áreas de Reabilitação Urbana (ARU): Centro Histórico (64 ha); Cantarias (225 ha) e S. João de Deus (138,5 ha).



Para as três áreas referidas foi elaborado o Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) que, com base numa estratégia integrada, irá definir um conjunto articulado e coerente de iniciativas, ações e investimentos.

A constituição destas ARU's faz com que a cidade seja abrangida por um conjunto alargado de benefícios e incentivos que irão contribuir de forma concertada para estimular o envolvimento do setor privado no processo de reabilitação.

Vantagens da delimitação da Área de Reabilitação Urbana:

- ✓ IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis
Isenção por um período de 5 anos, prorrogável por mais 5 anos a contar da data de conclusão da ação de reabilitação;
- ✓ IMT - Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
Isenção na 1ª transmissão do imóvel reabilitado, quando destinado exclusivamente a habitação própria e permanente;
- ✓ IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado
Aplicação de taxa reduzida de 6% em empreitadas de reabilitação urbana;
- ✓ IRS - Imposto sobre o Rendimento Singular
Deduções à coleta, dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação de imóveis.
- ✓ Fundos de Investimento Imobiliário (IRS E IRC)
Ficam isentos de IRC os rendimentos de qualquer natureza obtidos por fundos de investimento imobiliário que operem de acordo com a legislação nacional, desde que se constituam entre 1 de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013 e pelo menos 75% dos seus ativos sejam bens imóveis sujeitos a ações de reabilitação realizadas nas áreas de reabilitação urbana. Os rendimentos respeitantes a unidades de participação nos fundos de investimento referidos, pagos ou colocados à disposição dos respetivos titulares, quer seja por distribuição ou Benefícios Fiscais 2014 mediante operação de resgate, são sujeitos a retenção na fonte de IRS ou de IRC, à taxa de 10%, excetuando as situações referidas no EBF. O saldo positivo entre as mais-valias e as menos-valias resultantes da alienação de unidades de participação nos fundos de investimento referidos é tributado à taxa de 10% quando os titulares sejam sujeitos passivos de IRS residentes em território português que obtenham os rendimentos fora do âmbito de uma atividade comercial, industrial ou agrícola e não optem pelo respetivo englobamento.

Este programa terá por base um processo partilhado, mobilizador e inspirado nas melhores práticas disponíveis (nacionais e internacionais), envolvendo os agentes locais e identificando as oportunidades de investimento na conceção de apostas estratégicas, indicadores de sucesso e uma carteira de projetos estruturantes.

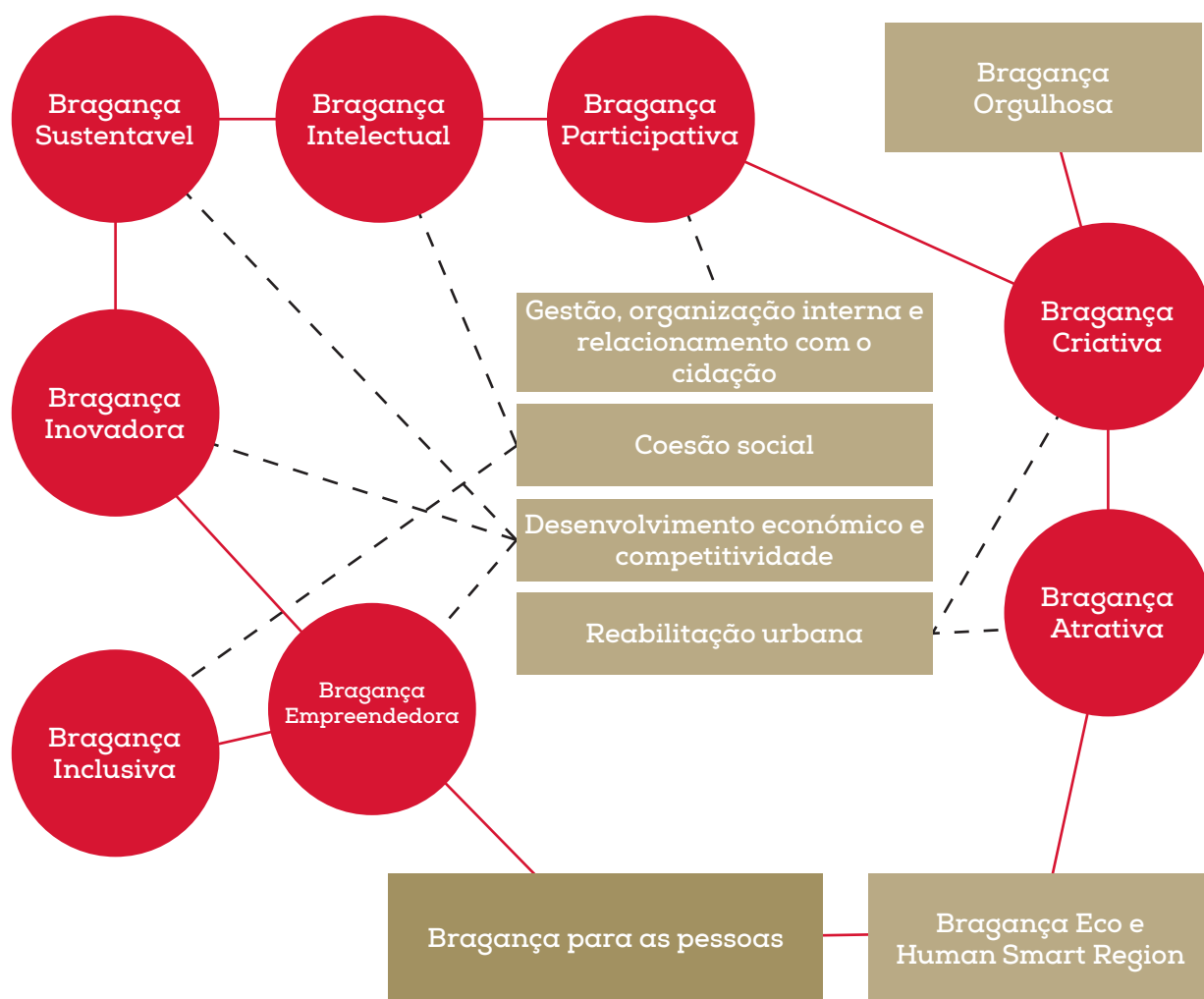
Principais medidas/projetos previstos no âmbito do PARU:

- ✓ Criar novas residências para estudantes no Centro Histórico em espaços devidamente reabilitados para o efeito.
- ✓ Criar, no Centro Histórico, uma biblioteca de matriz jurídica que concentre todo o acervo jurídico relativo às questões da interioridade (Centro de Inovação Jurídica).
- ✓ Requalificar o espaço público do Bairro Novo da Previdência.

- ✓ Bragança Welcome Center: Criar um espaço de grande visibilidade, que seja o “ponto de encontro” da Cidade de Bragança, dos seus habitantes e visitantes e assuma um papel estruturante e valorizador da experiência turística de Bragança e da região envolvente.
- ✓ Criar um núcleo museológico ferroviário na estação rodoviária de Bragança.
- ✓ Dotar a cidade de Bragança de um pavilhão multifuncional, capaz de albergar eventos de promoção de dimensão e índole diversas.
- ✓ Promover a requalificação da frente ribeirinha nas proximidades do Bairro da Coxa e do Instituto Politécnico de Bragança, procurando a renaturalização e a revitalização do Rio Fervença e suas margens.
- ✓ Criar o Museu da Língua Portuguesa, localizado no espaço dos antigos silos da EPAC.
- ✓ Criar uma estrutura de apoio à reabilitação urbana, dedicada exclusivamente à gestão de todo o processo do PEDU e à mobilização de todos os atores envolvidos na reabilitação urbana.
- ✓ Promover, através de fundos comunitários Portugal 2020, a constituição de um Fundo Imobiliário para apoiar o processo de Reabilitação Urbana no Centro Histórico, procurando assegurar a participação da iniciativa privada (proprietários, investidores, promotores imobiliários, entre outros).
- ✓ Reabilitar imóveis no Centro Histórico para instalação de serviços públicos (Direção de Finanças e Delegação Aduaneira de Bragança, Centro de Respostas Integradas).
- ✓ Promover o Sm´arte - Festival de Street Art, com artistas de renome nacional e internacional, potenciando a criatividade e melhorando a atratividade da cidade.



8. Estratégia em 1 página





An aerial photograph of a historic stone castle with multiple towers and battlements. The castle is surrounded by lush green trees and a paved area. To the right, there are white buildings with red roofs. In the background, a winding road and a water treatment facility with large circular tanks are visible. The landscape beyond the castle is hilly and covered with olive trees. Several yellow geometric shapes, including rectangles, a large triangle, and a curved line, are overlaid on the image, framing different parts of the scene.

Um território para



conquistar!

11. Orçamento

9. Orçamento

O orçamento do Município de Bragança encontra-se vinculado aos princípios e regras fundamentais pelos quais se rege a atividade financeira dos municípios, devendo assegurar, no âmbito da sua elaboração e execução, o cumprimento dos pressupostos estabelecidos nos vários normativos legais vigentes.

Além das regras genéricas previstas no POCAL para a elaboração do orçamento, merece particular enfoque a referida na alínea e) do ponto 3.1.1 ao mencionar que em sede de elaboração do orçamento devem ser previstos os recursos necessários para cobrir todas as despesas devendo, para isso, as receitas correntes serem pelo menos iguais às despesas correntes respeitando, deste modo, o princípio do Equilíbrio Orçamental. Note-se, a este respeito, igualmente a referência no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), sob a epígrafe “Equilíbrio Orçamental”, ao estabelecer a obrigatoriedade da receita corrente bruta cobrada ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos, pelo que, numa óptica ex-ante, se afere que o cumprimento da referida regra deverá ser, de igual forma, considerado no momento da elaboração do orçamento.

A informação proporcionada pelo quadro seguinte destaca a decomposição do orçamento municipal para o ano de 2018 pelos dois grandes agrupamentos de classificação económica, correntes e de capital, bem como o cumprimento dos aludidos princípios orçamentais.

Quadro 1: Resumo do orçamento previsto para o ano de 2018 e cumprimento da regra do equilíbrio orçamental

Descrição	Classificação Orçamental		Total
	Correntes	de Capital	
Receitas	77,69%	22,31%	100,00%
Despesas	54,61%	45,39%	100,00%
SALDO	23,08%	-23,08%	

Descrição	2018
A - Receitas correntes previstas	29.248.900
B - Despesas correntes previstas	20.559.800
C - Saldo corrente previsto (A-B)	8.689.100
D - Amortizações médias dos EMLP	493.304
E - Diferença (C-D)	8.195.796
CONCLUSÃO	Cumprimento da regra do equilíbrio (n.º 2 do art.º 40.º do RFALEI)

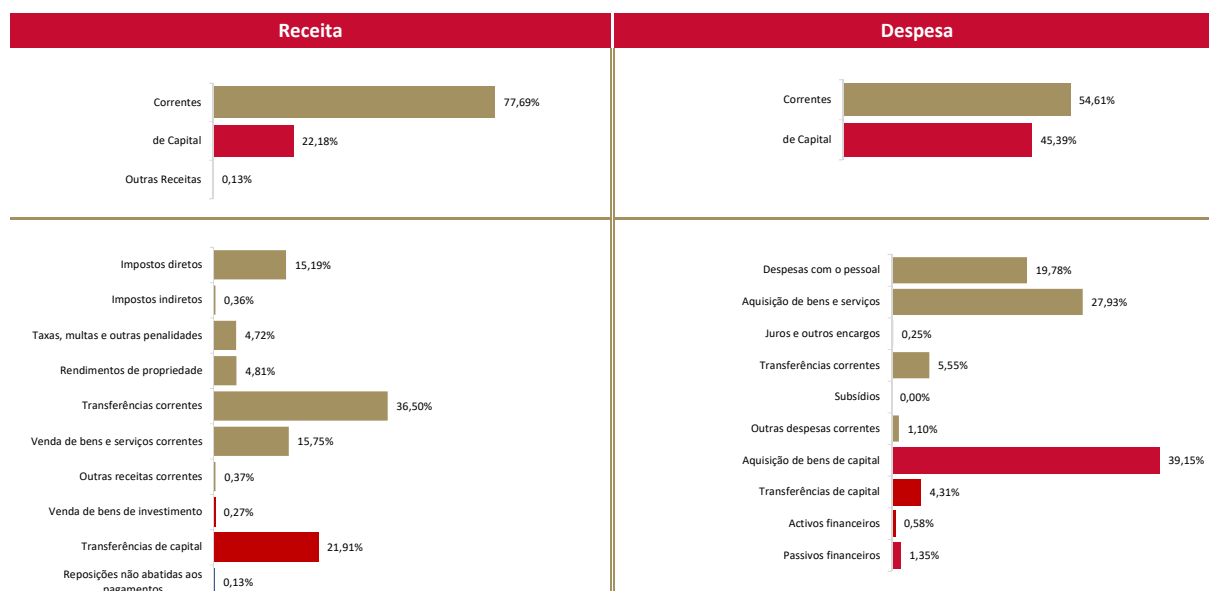
Valores em euros

A previsão das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos calculada de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 40.º e artigo 83.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ascende ao valor aproximado de 493.304 euros.

Resulta da informação proporcionada, a observação do cumprimento dos referidos princípios orçamentais, ou seja, as receitas correntes no montante de 29.248.900,00 euros quando confrontadas com o valor de 20.559.800,00 euros de despesas correntes originam uma poupança corrente no valor de 8.689.100,00 euros e a despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos atingem o valor de 21.053.104,00 euros, inferior à estimativa das receitas correntes.

Seguidamente, apresenta-se o orçamento municipal para o ano de 2018 e a influência dos seus agregados na sua composição.

Gráfico 1: Composição do orçamento previsto 2018



O predomínio das transferências, quer correntes quer de capital, bem como da receita fiscal encontra-se bem patente na estrutura da receita municipal. Considerando a sua importância serão posteriormente apreciadas.

À semelhança do orçamento da receita e com menor expressividade, a composição do orçamento de despesa é direccionado em 54,61% para despesas correntes, vocacionadas, em grande parte, para a aquisição de bens e serviços (27,93%) e despesas com o pessoal (19,78%). Expressando 45,39% do orçamento municipal, na componente de capital destaca-se a aquisição de bens de capital, absorvendo 39,15% dos recursos do orçamento municipal.

Resultante da análise da estrutura do orçamento para o ano de 2018 evidenciada, no quadro seguinte, bem como pela sua comparação com o ano anterior, podemos concluir que globalmente apresenta uma diminuição de 2,08%, ou seja, 799.100,00 euros, resultante essencialmente (89,20%) da redução prevista nas receitas de capital proveniente da comparticipação comunitária em projetos cofinanciados. Tendo em conta o referido, as receitas de capital refletem uma diminuição, face ao ano anterior, de 9,58%. As receitas correntes evidenciam idêntica estimativa face ao ano anterior, com um ténue aumento de 0,39%. Quanto ao orçamento da despesa, constatada a origem dos recursos, observa-se uma redução de 12,55% nas despesas de natureza corrente (2.950.800,00 euros) e um aumento nas despesas de capital em 14,40% (2.151.700,00 euros).

Quadro 2: Mapas comparativos dos orçamentos previstos: 2017 vs 2018

Orçamento da Receita	2017	2018	Var. %
Receitas Correntes			
Impostos diretos	6.060.800	5.718.800	-5,64%
Impostos indiretos	174.300	134.100	-23,06%
Taxas, multas e outras penalidades	1.755.200	1.776.100	1,19%
Rendimentos de propriedade	1.809.300	1.809.700	0,02%
Transferências correntes	13.564.600	13.743.900	1,32%
Venda de bens e serviços correntes	5.653.700	5.928.600	4,86%
Outras receitas correntes	117.400	137.700	17,29%
Total (Receitas Correntes)	29.135.300	29.248.900	0,39%
Receitas de Capital			
Venda de bens de investimento	144.400	103.400	-28,39%
Transferências de capital	9.090.900	8.247.400	-9,28%
Passivos financeiros	200	200	0,00%
Outras receitas de capital	300	300	0,00%
Total (Receitas Capital)	9.235.800	8.351.300	-9,58%
Outras Receitas			
Reposições não abatidas pagamentos	77.700	49.500	-36,29%
Total (Outras Receitas)	77.700	49.500	-36,29%
TOTAL	38.448.800	37.649.700	-2,08%

Orçamento da Despesa	2017	2018	Var. %
Despesas Correntes			
Despesas com o pessoal	7.105.700	7.445.600	4,78%
Aquisição de bens e serviços	14.922.700	10.515.400	-29,53%
Juros e outros encargos	111.200	95.100	-14,48%
Transferências correntes	1.029.100	2.088.500	102,94%
Subsídios	600	100	-83,33%
Outras despesas correntes	341.300	415.100	21,62%
Total (Despesas Correntes)	23.510.600	20.559.800	-12,55%
Despesas de Capital			
Aquisição de bens de capital	12.153.000	14.739.200	21,28%
Transferências de capital	1.825.500	1.624.400	-11,02%
Ativos financeiros	216.500	216.500	0,00%
Passivos financeiros	743.200	509.800	-31,40%
Total (Despesas Capital)	14.938.200	17.089.900	14,40%
TOTAL	38.448.800	37.649.700	-2,08%

Valores em euros

9.1. Orçamento da Receita

O orçamento de receita foi elaborado dando cumprimento às regras previsionais instituídas no ponto 3.3. do POCAL, reportando o mês de agosto de 2017 como o último mês de cálculo. A projeção da receita com a venda de imóveis encontra-se, à semelhança de anos anteriores, condicionada ao que se encontra vertido na proposta de OE2018.

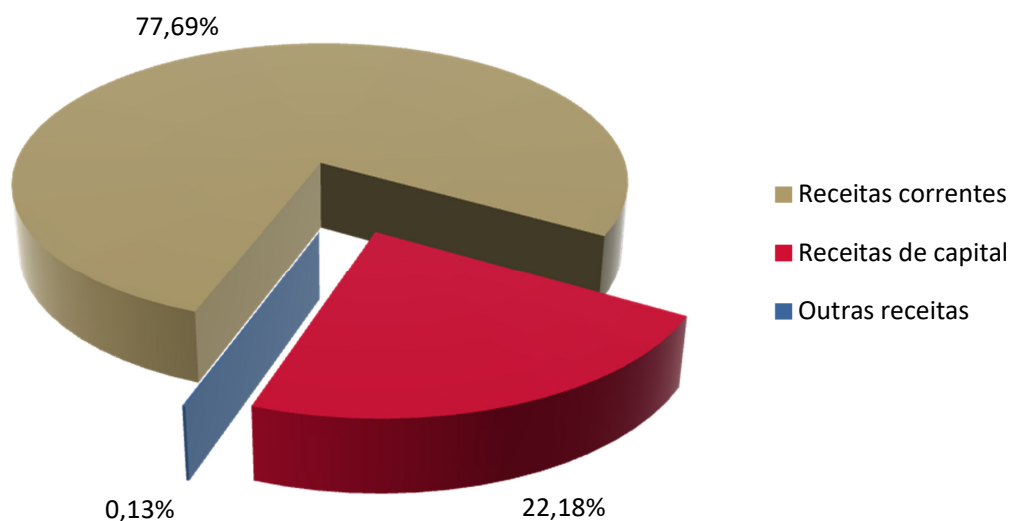
Os valores das transferências previstas a efetuar para o município no ano de 2018, são os constantes da referida proposta. Acresce, ainda, referir que os valores orçamentados, incluindo os referidos anteriormente, foram arredondados para a centena imediatamente superior.

O orçamento de receita municipal para o ano de 2018 é estimado em 37.649.700,00 euros, apresentando-se seguidamente a sua estrutura, detalhando as respetivas origens de fundos na sua vertente corrente e de capital.

Importa destacar que as receitas correntes são aquelas que se repercutem no património não duradouro da autarquia, provenientes de rendimentos no período orçamental e agrupadas em: impostos diretos e indiretos; taxas, multas e outras penalidades; rendimentos de propriedade; transferências correntes; venda de bens e serviços correntes e outras receitas correntes.

No que concerne às receitas de capital, ou seja, aquelas que são arrecadadas pela autarquia e que alteram o seu património duradouro, agrupam-se por capítulos designados de: venda de bens de investimento; transferências de capital; ativos financeiros; passivos financeiros e outras receitas de capital.

Gráfico 2: Composição do orçamento de receita



Quadro 3: Principais fontes de financiamento do orçamento de receita

Receitas Correntes	Valor	%	Receitas de Capital	Valor	%
Impostos Diretos	5.718.800	100,0%	Venda de Bens de Investimento	103.400	100,00%
Imp.Municip. sobre Imóveis	4.214.800	73,70%	Terrenos	78.900	76,31%
Imp.Unico de Circulação	758.300	13,26%	Habitações	23.900	23,11%
Imp.Municip.S/Tran.Onerosas Imóveis	745.400	13,03%	Outras	600	0,58%
Outros	300	0,01%	Transferências de Capital	8.247.400	100,00%
Impostos Indiretos	134.100	100,00%	Administ. Central - Estado	1.247.400	15,12%
Mercados e Feiras	55.700	41,54%	Estado - Part/comunitária proj.co-financiados	6.992.400	84,78%
Loteamentos e Obras	43.500	32,44%	Outras	7.600	0,09%
Outros	34.900	26,03%	Passivos Financeiros	200	100,00%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.776.100	100,00%	Empréstimos de curto, médio e longo prazos	200	100,00%
Mercados e Feiras	168.000	9,46%	Outras Receitas de Capital	300	100,00%
Loteamentos e Obras	258.400	14,55%	Outras Receitas de Capital	300	100,00%
Saneamento - Conservação	1.127.700	63,49%			
Outras	222.000	12,50%	TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	8.351.300	97,41%
Rendimentos de Propriedade	1.809.700	100,00%			
Rendas - Outros	1.801.100	99,52%	Outras Receitas	Valor	%
Outros	8.600	0,48%	Outras Receitas	49.500	100,00%
Transferências Correntes	13.743.900	100,00%	Reposições não abatidas nos pagamentos	49.500	100,00%
Administração Central	13.743.100	99,99%			
Outras	800	0,01%	TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	49.500	98,41%
Venda de Bens e Serviços Correntes	5.928.600	100,00%			
Venda de bens - Água	1.383.900	23,34%			
Venda de bens - Eletricidade	945.700	15,95%			
Serviços Sociais, Recreat/Cult/Desporto	162.000	2,73%			
Serv. Esp.Autarquias - Resíduos sólidos	1.571.500	26,51%			
Serv. Esp.Autarquias - Transp. Coletivos	135.900	2,29%			
Serv. Esp.Autarquias - Parq. Estacionamento	368.300	6,21%			
Rendas	899.600	15,17%			
Outras	461.700	7,79%			
Outras Receitas Correntes	137.700	100,00%			
IVA Reembolsado	87.000	63,18%			
Diversas	29.400	21,35%			
Outras	21.300	15,47%			
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	29.248.900	77,69%	TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL + OUTRAS RECEITAS	8.400.800	22,31%

Valores em euros

Decorrente da própria estrutura da receita municipal – elevado grau de volume de transferências previstas e da componente da receita fiscal – é expectável que as receitas correntes representem 77,69% do orçamento municipal.

Assim e atendendo à informação do quadro anterior, acresce referir:

As receitas fiscais, no valor de 7.629.000,00 euros, representando 20,26% do orçamento, advêm maioritariamente de impostos sobre o património. Incluem, os impostos (diretos e indiretos) e as taxas, multas e outras penalidades apresentando uma diminuição previsível de 361.300,00 euros. Este desempenho reflete essencialmente a diminuição do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis;

- Os rendimentos de propriedade, que representam 6,19% do orçamento corrente, advêm, principalmente, da renda de concessão paga pela EDP no âmbito da utilização da rede elétrica municipal em baixa tensão;

- As transferências correntes representam 46,99% do orçamento corrente e 36,50% do orçamento global. Oriundas da administração central, decorrem das medidas de descentralização de competências e das transferências do OE a título de participação das autarquias locais nos recursos públicos [(Fundo Social Municipal (FSM), Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e Participação Variável no IRS (PV.IRS)]. Comparativamente ao OE2017, as componentes referidas apresentam, em termos absolutos, aumentos de 89.100,00 euros para o FEF e 118.200,00 para a PV.IRS. O FSM mantém igual valor;

- A venda de bens e serviços correntes, que representam 20,27% do orçamento, incluem como rubricas mais expressivas, representando no seu conjunto 65,80%, o fornecimento de água, a venda de eletricidade e a venda de bens e serviços relacionados com a recolha dos resíduos sólidos. As receitas derivadas das rendas (estando incluídas nestas as de habitação, edifícios e outras) participam em 15,17%.

Ao nível das **receitas de capital**, representando 22,31% (com inclusão das outras receitas) do orçamento municipal convém destacar:

A rubrica venda de bens de investimento que, face às restrições impostas legalmente, apresenta um valor de 103.400,00 euros;

Os principais agregados de receitas que constituem a rubrica transferências de capital são provenientes da comparticipação comunitária em projetos cofinanciados (84,78%) e do FEF, com 15,12%. No seu cômputo geral contribuem com 98,66% para o orçamento das receitas de capital.

Seguidamente é efetuada a análise da estimativa da origem dos fundos do orçamento municipal bem como a sua evolução, face às dotações iniciais, relativamente ao ano anterior.

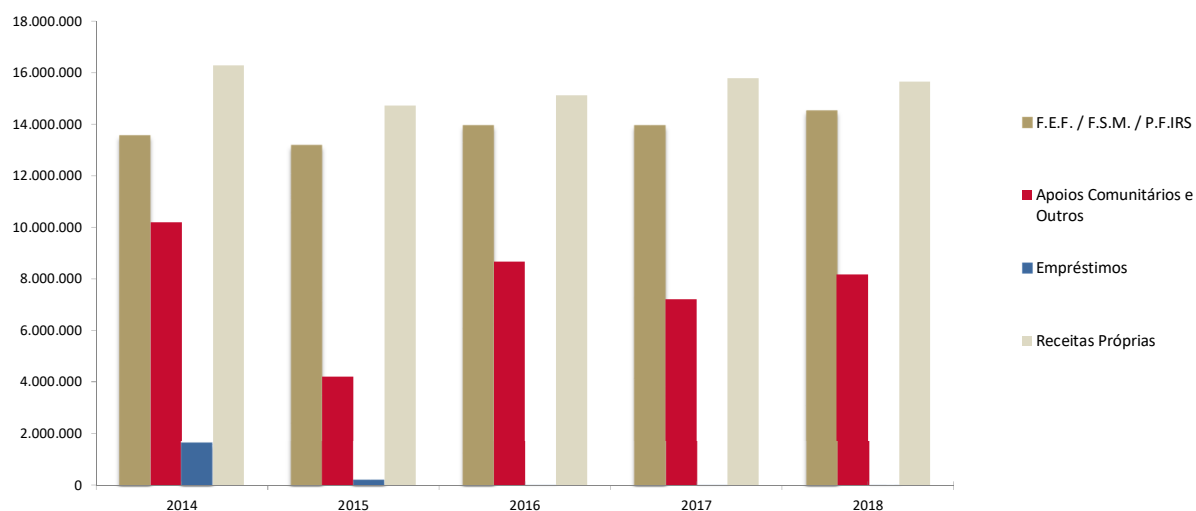
Quadro 4: Evolução da previsão das receitas totais por fontes de financiamento

Fontes de Financiamento	2017		2018		Variação em %
	Valor	Estrutura (%)	Valor	Estrutura (%)	
F.E.F. / F.S.M. / P.V.IRS	14.481.500	37,66%	14.698.700	39,04%	1,50%
Apoios Comunitários e Outros	8.174.000	21,26%	7.292.600	19,37%	-10,78%
Empréstimos	200	0,00%	200	0,00%	0,00%
Receitas Próprias	15.793.100	41,08%	15.658.200	41,59%	-0,85%
TOTAL	38.448.800	100,00%	37.649.700	100,0%	-2,08%

Valores em euros

Mediante o quadro antecedente, e à semelhança do ano anterior, concluímos que o orçamento para o ano de 2018 é composto em 41,59% por recursos próprios da autarquia, 39,04% por transferências da administração central e 19,37% por receitas provenientes de apoios comunitários e outros. De salientar que as verbas mencionadas provenientes de fundos comunitários, no montante de 6.992.400,00 euros, são receitas consignadas, cujo valor está afeto à cobertura de despesas específicas.

Gráfico 3: Evolução das receitas totais: dotações iniciais por fontes de financiamento



Quadro 5: Previsão de Receitas Provenientes de Fundos Comunitários para 2017

Previsão de receitas provenientes de fundos comunitários para 2018

Operação	Valor
Requalificação do auditório Paulo Quintela no âmbito da modernização administrativa	25.500
Requalificação e refuncionalização de edifício para implementação do centro de respostas integradas	42.500
Rede de bicicletas de uso partilhado bragança - <i>bike sharing</i>	8.500
Atualização do plano de mobilidade	8.500
Mobilidade inteligente + sustentabilidade no transporte público	1.003.500
Reabilitação de edifício na rua Combatentes da Grande Guerra para a instalação da Direção de Finanças e Delegação Aduaneira de Bragança	595.000
Conservação de fogos dos bairros de habitação social da mãe de Água e Coxa	42.500
Domus Universitária-recuperação de imóveis na zona histórica para residência de estudantes	8.500
Recuperação de imóveis no centro histórico para alojamento social de famílias jovens	17.000
Centro de Inovação Jurídica	689.265
Requalificação do espaço público da avenida João da Cruz	25.500
Requalificação do espaço público da avenida Sá Carneiro	8.500
Requalificação dos acessos perpendiculares à avenida Sá Carneiro	8.500
Arranjos exteriores do Convento de S. Francisco - Ordem Terceira Franciscana	8.500
Requalificação do jardim António José de almeida - Centro de Artesanato	8.500
Elaboração do projeto do núcleo museológico ferroviário	136.000
Construção do núcleo museológico ferroviário	255.000
Reabilitação do espaço público do Bairro da Coxa	170.000
Reabilitação do espaço público do Bairro Novo da Previdência	340.000
Beneficiação do edificado do Bairro Novo da Previdência	8.500
Ampliação da praça sul do teatro municipal	8.500
Melhoria da mobilidade multimodal no núcleo urbano - mobilidade ciclável, pedonal e transportes urbanos	830.000
Reabilitação dos antigos silos da EPAC para Museu de Língua Portuguesa	348.500
Valorização turística da Linha do Tua - Troço de Bragança	400.000
Requalificação do polidesportivo do Bairro da Coxa	895.220
Centro comercial ao ar livre	425
Mobilidade Multimodal, acessos à zona industrial Cantarias e Núcleo Empresarial	1.100.000
TOTAL	6.992.410

Valores em euros

9.2.Orçamento da Despesa

Seguindo a mesma orientação utilizada nas receitas, nomeadamente na aplicação dos princípios e regras instituídos no POCAL, o orçamento da despesa é projetado evidenciando a relação existente entre a capacidade de financiamento que esta autarquia dispõe e as dotações afetas a cada uma das funções, objetivos ou finalidades comuns às mesmas atividades (classificação funcional) ou a cada operação económica (classificação económica).

À semelhança do orçamento de receita, a análise das despesas incide sobre a sua natureza económica (correntes e de capital). São despesas correntes as que afetam somente o património não duradouro, implicando uma diminuição do ativo líquido. A exemplo disso identificam-se as despesas de funcionamento dos serviços, que se traduzem na aquisição de serviços ou de bens de consumo correntes. As despesas de capital são todas aquelas que alteram o património duradouro da autarquia.

O orçamento de despesa municipal estima a aplicação de recursos no montante de 37.649.700,00 euros revelando, face ao ano anterior, um decréscimo de 2,08%.

Relativamente aos vários agrupamentos que constituem o orçamento da despesa ressaltam as seguintes apreciações:

Do agregado das **despesas correntes**, representativo de 54,61% do orçamento, são relevantes as seguintes informações:

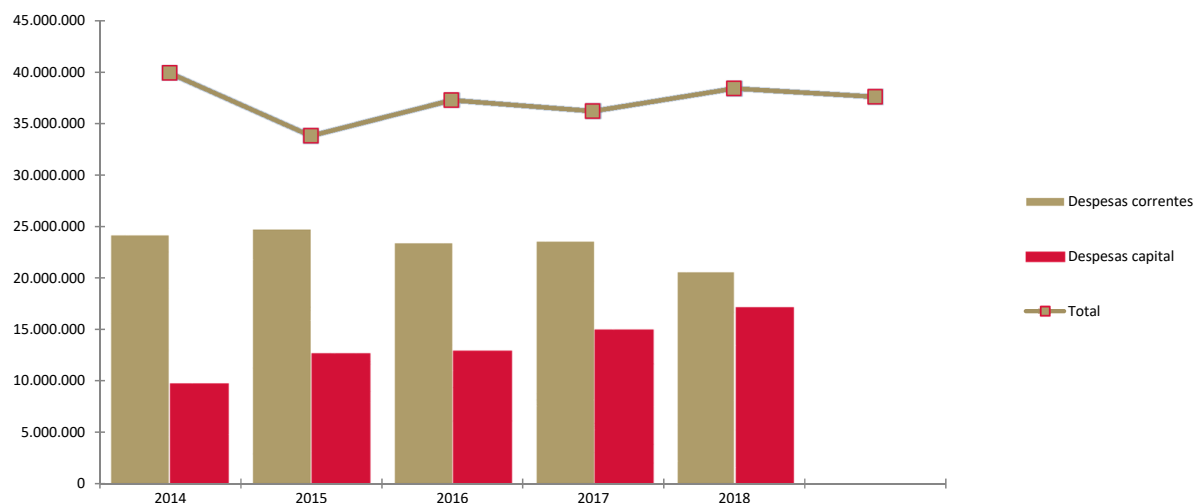
- As despesas com o pessoal, que representam 36,21% do orçamento corrente, face ao valor inicialmente estimado para o ano 2017, registam um aumento de 4,78% (339.900,00 euros). Tendo por base as dotações corrigidas e reportadas a 30 de setembro de 2017, que atingem o valor de 7.146.400,00 euros, este aumento situa-se na ordem dos 4,19%;
- As despesas estimadas para a rubrica de aquisição de bens e serviços, que canalizam 27,93% da totalidade do OM, registam uma diminuição de 29,53%, com enfoque na componente relativa à aquisição de serviços;
- Os juros e outros encargos ascendem a 95.100,00 euros, diminuindo 14,48% face ao valor previsto no ano anterior;
- A rubrica de transferências correntes apresenta um aumento de 102,94% (1.059.400,00 euros) orientado essencialmente para as instituições sem fins lucrativos;
- As outras despesas correntes, no valor de 415.100,00 euros, traduzem um aumento de 21,62% face ao previsto no ano anterior.

Ao nível das rubricas das **despesas de capital**, que representam 45,39% do orçamento total, há a salientar:

- O aumento da aquisição de bens de capital em 21,28% (2.586.200,00 euros). Esta tipologia de despesas representa 39,12% do orçamento global;
- As transferências de capital evidenciam uma diminuição de 11,02%;
- Os passivos financeiros diminuem em 31,40%.

Em termos comparativos, a estrutura da despesa prevista comporta-se do seguinte modo:

Gráfico 4: Evolução da estrutura da despesa (2014 a 2018)



Sendo a previsão dos fundos da autarquia e a sua aplicação efetuada pelas unidades orgânicas que a integram apresenta-se, sinteticamente, a decomposição da despesa pelos vários setores, bem como pela sua natureza – correntes ou de capital – indiciadoras do tipo de atividade que cada uma desenvolve.

As despesas associadas ao departamento de serviços e obras municipais absorvem mais de metade do orçamento municipal, em valores absolutos 21.373.200,00 euros. É neste departamento que se concentram as obras públicas promovidas pela autarquia, relevando cerca de 81,82% do total das despesas de capital.

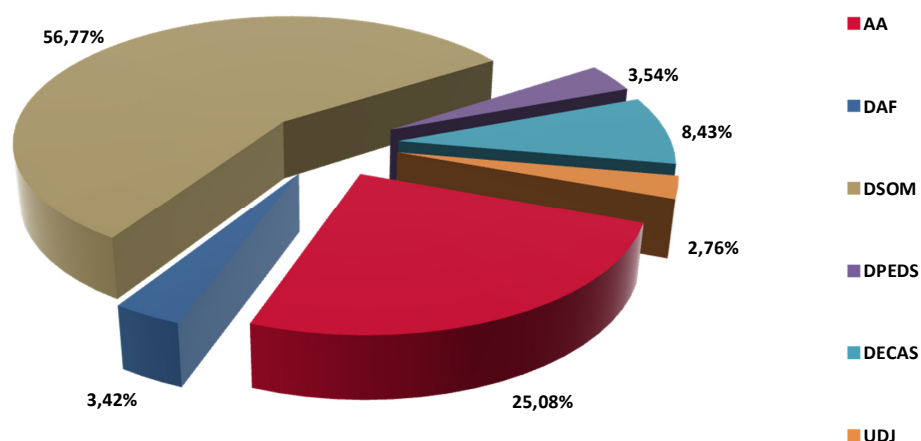
À administração autárquica, com um peso de 25,08% da despesa, estão associados, para além de despesas com o pessoal, os valores inerentes às operações financeiras - encargos correntes da dívida contraída junto de instituições de crédito - aquisições de bens e serviços e as transferências correntes e de capital.

Quadro 6: Repartição departamental da despesa total 2018 – por tipo de despesa

Unidades Orgânicas	Despesas Correntes				Despesas de Capital	TOTAL
	Despesas com Pessoal	Aquisição de Bens e Serviços	Outras Despesas	Total		
Administração Autárquica	1.056.500	3.455.200	2.149.200	6.660.900	2.782.700	9.443.600
Assembleia Municipal	37.600	10.100	-	47.700	-	47.700
Câmara Municipal	1.018.900	3.445.100	2.054.100	6.518.100	2.056.400	8.574.500
Operações Financeiras	-	-	95.100	95.100	726.300	821.400
Departamento de Administração Geral e Financeira	1.263.400	20.200	-	1.283.600	3.000	1.286.600
Unidade de Administração Geral	824.200	15.100	-	839.300	1.500	840.800
Divisão de Administração Financeira	439.200	5.100	-	444.300	1.500	445.800
Departamento de Serviços e Obras Municipais	3.466.400	3.853.700	69.400	7.389.500	13.983.700	21.373.200
Divisão de Planeamento Infraestruturas e Urbanismo	947.200	180.100	-	1.127.300	10.146.700	11.274.000
Divisão de Logística e Mobilidade	1.232.500	1.684.000	-	2.916.500	2.120.000	5.036.500
Divisão de Ambiente, Águas e Energia	1.286.700	1.989.600	69.400	3.345.700	1.717.000	5.062.700
Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social	371.700	836.300	55.000	1.263.000	70.000	1.333.000
Divisão de Educação, Cultura e Ação Social	1.011.000	1.999.100	145.100	3.155.200	20.500	3.175.700
Unidade de Desporto e Juventude	276.600	350.900	180.100	807.600	230.000	1.037.600
TOTAL	7.445.600	10.515.400	2.598.800	20.559.800	17.089.900	37.649.700

Valores em euros

Gráfico 5: Despesa global por orgânica



Quadro 7: Previsão das grandes opções do plano para o ano de 2018

Descrição	Dotações Iniciais - 2018		
	PPI	PAM	GOP'S
Funções Gerais	2.452.500	292.000	2.744.500
Serviços gerais de administração pública	2.442.500	15.000	2.457.500
Segurança e ordem públicas	10.000	277.000	287.000
Funções Sociais	9.807.700	1.365.000	11.172.700
Educação	6.500	164.000	170.500
Saúde	-	15.000	15.000
Segurança e acção sociais	-	335.000	335.000
Habitação e serviços colectivos	7.784.500	293.500	8.078.000
Serviços culturais, recreativos e religiosos	2.016.700	557.500	2.574.200
Funções Económicas	2.626.000	227.400	2.853.400
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	3.000	62.000	65.000
Indústria e energia	613.000	10.400	623.400
Transportes e comunicações	1.006.000	-	1.006.000
Comércio e Turismo	1.004.000	105.000	1.109.000
Outras Funções Económicas	-	50.000	50.000
Outras Funções	215.200	360.000	575.200
Transferências entre Administrações	-	360.000	360.000
Diversas não especificadas	215.200	-	215.200
TOTAL	15.101.400	2.244.400	17.345.800

Valores em euros

O quadro antecedente evidencia a previsão do esforço financeiro a despende pelas diversas áreas de intervenção (classificação funcional) e que se concentram em grandes objetivos: as funções gerais, as funções sociais, as funções económicas e as outras funções. Estas funções encontram-se repartidas por dois grandes documentos de apoio à gestão: o plano plurianual de investimentos e o plano de atividades municipal, vulgarmente designados por PPI e PAM, respetivamente.

A análise destes objetivos ou funções deverá ser efetuada de forma conjunta, tendo presente que no PPI se incluem somente despesas da rubrica de investimentos e que no PAM estão retratadas as transferências, correntes e de capital, associadas aos diferentes objetivos.

Nestes mapas previsionais as despesas encontram-se agrupadas segundo a sua classificação funcional, desagregadas em três níveis de detalhe ou hierarquia organizacional: no primeiro nível surgem os objetivos gerais ou grandes funções; no segundo nível definem-se os meios ou, mais correntemente, subfunções, através das quais se pretendem atingir os objetivos gerais e o terceiro nível fornece a composição mais pormenorizada das subfunções ou a forma de as executar. Esse terceiro nível de detalhe será abordado aquando da explicitação do PPI e do PAM.

Assim, como se pode verificar, estes dois documentos, evidenciam um esforço financeiro de 17.345.800,00 euros, cujo valor é afeto em 15,82% às funções gerais, em 64,41% às funções sociais, em 16,45% às funções económicas e em 3,32% às outras funções.

No que diz respeito à classificação funcional, o PAM prevê transferências no valor de 2.244.400,00 euros e o PPI estima um valor de 15.101.400,00 euros.

10. Dívida

O presente ponto proporciona informação sobre as principais fontes geradoras de dívida do município. É efetuada a estimativa da evolução orçamental das despesas com o serviço da dívida – encargos financeiros (juros) e passivos financeiros (amortizações de capital) – bem como o comportamento homólogo da sua estrutura face a setembro de 2017. Igualmente se apresenta, para o referido período, o posicionamento provisório do endividamento municipal calculado de acordo com a redação atual do novo RFALEI.

Assim sendo, o quadro seguinte evidencia nas previsões subjacentes ao OM2018 uma redução no serviço da dívida de 245.600,00 euros face ao ano anterior, resultantes do término durante o ano de 2017 dos encargos financeiros com a Caixa Geral de Depósitos, bem como a ocorrência em 2018 da satisfação com o compromisso bancário assumido perante o Banco Popular Portugal, S.A.

Quadro 8: Previsão do serviço da dívida

		Previsões	
		2017	2018
(1)	Amortizações	713.100	479.700
(2)	Juros	104.900	92.700
(3)=(1+2)	SERVIÇO DA DÍVIDA	818.000	572.400

Valores em eur

Seguidamente, apresenta-se a projeção estimada da dívida e encargos (amortizações) decorrentes dos empréstimos bancários, atualmente contratados.

Quadro 9: Projeção estimada da dívida e encargos para o ano de 2017 e 2018

Descrição	Ano de 2017			Ano de 2018			Var. 2017/2018
	Dívida (01.01.2017)	Amortizações	Dívida (31.12.2017)	Dívida (01.01.2018)	Amortizações	Dívida (31.12.2018)	
Empréstimos MPL	4.224.477	713.189	3.511.288	3.511.288	479.611	3.031.677	-13,66%
TOTAL	4.224.477	713.189	3.511.288	3.511.288	479.611	3.031.677	-13,66%

Valores em euros

Mediante o valor das obrigações bancárias previstas em 31.12.2017, resulta uma previsão para o final do ano de 2018 da redução da dívida em 13,7%, resultante, como referido, tanto da amortização de capital em dívida de empréstimos contratados, bem como término de vários empréstimos bancários.

O quadro seguinte apresenta, com reporte a setembro, as principais componentes da estrutura da dívida, bem como a sua variação face ao ano anterior.

Quadro 10: Comparativo da dívida nos anos de 2016 e 2017

	Dívida		Variação	
	30.09.2016	30.09.2017	Valor	%
Empréstimos a médio e longo prazos	4.472.114,11	3.653.208,68	-818.905,43	-18,31%
Fornecedores imobilizado	1.215.955,44	1.276.799,93	60.844,49	5,00%
Fornecedores imobilizado c/c	126.151,19	22.216,89	-103.934,30	-82,39%
Fornecedores imobilizado com cauções	1.089.804,25	1.254.583,04	164.778,79	15,12%
Fornecedores conta-corrente	177.688,84	209.809,20	32.120,36	18,08%
Fornecedores c/c	150.712,92	182.519,60	31.806,68	21,10%
Fornecedores c/c com cauções	26.975,92	27.289,60	313,68	1,16%
Fornecedores - faturas em receção/conferência	-	-	0,00	0,00%
TOTAL COM FORNECEDORES COM CAUÇÕES	5.865.758,39	5.139.817,81	-725.940,58	-12,38%
TOTAL SEM FORNECEDORES COM CAUÇÕES	4.748.978,22	3.857.945,17	-891.033,05	-18,76%

Valores em euros

No cômputo geral, a dívida total do município de Bragança foi reduzida, relativamente ao ano de 2016, em 12,38%, ou seja, 725.940,58 euros). Se expurgarmos desse cálculo a componente consignada – importâncias retidas de e para terceiros que se encontram depositadas em contas específicas de disponibilidades e passíveis de utilização em qualquer momento – esta redução é de 18,76%. Este valor reflete essencialmente a diminuição da dívida de médio e longo prazos em 18,31%, ou seja, 818.905,43 euros.

No que diz respeito ao valor da dívida registada com fornecedores conta corrente, no valor de 182.519,60 euros, importa esclarecer que 87,69% dizem respeito à faturação emitida pela empresa Águas do Norte, S.A. (Fornecimento de água SAA Azibo - PE Izeda e Saneamento - recolha e tratamento de efluentes ETAR Bragança/Izeda) que, em nosso entender, é indevida e que abusivamente nos tem sido debitada. Sobre esta matéria foram já apresentados, pelo município, processos de impugnação judicial junto das entidades competentes.

Limites de endividamento municipal para 2017

O regime de crédito e de endividamento municipal encontra-se definido nos artigos 49.º a 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), na sua redação atual. O referido normativo legal não fixa limites de endividamento, estabelecendo no entanto o seu artigo 52.º que a dívida total – de operações orçamentais, que engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais – a 31 de dezembro de cada ano, não pode ultrapassar 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

O cálculo e observância dos preceitos mencionados apresentam-se seguidamente com a demonstração do cálculo do limite da dívida no ano de 2017, bem como o valor relevante para efeitos da observância do cumprimento do limite de endividamento estabelecido.

Receita Corrente Líquida 2014	Receita Corrente Líquida 2015	Receita Corrente Líquida 2016	Total	Média da Receita Corrente Líquida	Limite Dívida Total 2017
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/3	(1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei nº 73/2013)
27.334.433	27.940.100	29.194.744	84.469.277	28.156.426	42.234.638

Valores em euros

A tutela, através da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), vem aclarar o conceito de dívida global de operações orçamentais considerando que a mesma corresponde ao total das dívidas a terceiros que constam do balanço do município no período “n” (dívidas a terceiros de médio e longo prazos + dívidas a terceiros de curto prazo), menos as dívidas resultantes de operações não orçamentais no final do período “n” (que incluem, para além das cauções em posse do município, os valores que estejam em dívida no final de cada período de operações de tesouraria).

A informação extraída do SIAL – Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais, proporciona a demonstração do limite da dívida total para o ano de 2017 e o seu posicionamento em 30 de setembro de 2017.

Limite	Dívida Total						
	Total da Dívida a Terceiros	Contribuição SM/AM/SEL./Ent.Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)>(1)	(8)=(7)*20%
42.234.638	01-01-2017						
	7.472.095	610.663	8.082.758	5.433.888		36.800.750	7.360.150
	30-09-2017						
	6.657.216	272	6.657.488	3.969.499		38.265.139	7.653.028
Variação da Dívida %							-26,95%
Variação do Excesso da Dívida %							
Margem Disponível por Utilizar							8.824.539

Valores em euros

Através do quadro anterior é-nos permitido concluir que durante o ano de 2017 – à data de 30 de setembro – se verifica uma redução substancial da dívida (26,95%) e que o limite fixado para a dívida total no ano de 2017 no valor de 42.234.638 euros foi cumprido, alcançando uma margem de 36.800.750 euros (cfr. dívida registada em 01/01/2017). Esta observância, como já foi referido, permitiu ao município aumentar para o ano de 2017, a margem da sua dívida total em 20%, ou seja, mais 7.360.150 euros, perfazendo o novo limite da dívida o valor de 49.594.788 euros (5.433.888 euros acrescidos de 7.360.150 euros).

Considerando que o valor da dívida total a 30 de setembro de 2017 totalizava 3.969.499 euros, resulta uma margem disponível por utilizar de 8.824.539 euros.

Salienta-se que, no cumprimento dos vários normativos legais, a dívida total do município inclui a dívida das empresas municipais - entidades participadas e outras - para as quais o município de Bragança dispõe de informação nas datas limites de reporte de informação à DGAL.



11. Recursos Humanos

13. Recursos Humanos

Mapa de Pessoal

O Mapa de Pessoal do Município de Bragança elaborado no âmbito do artigo 29.º do anexo a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, contempla para o ano de 2018 as seguintes modalidades de vínculo de emprego público:

MODALIDADES DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO:

- 338 Postos de trabalho previstos e ocupados com vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado;
- 2 Postos de trabalho previstos e ocupados com vínculo de emprego público a termo resolutivo incerto;
- 10 Postos de trabalho previstos e ocupados em Comissão de Serviço;
- 2 Postos de trabalho em regime de Requisição;
- 9 Postos de trabalho previstos e não ocupados a preencher com vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado, em Comissão de Serviço na entidade;
- 2 Postos de trabalho de Coordenador Técnico, em período experimental na carreira de Técnico Superior;
- 1 Posto de trabalho de Assistente Operacional, em período experimental na carreira de Assistente Técnico;
- 2 Postos de trabalho em regime de mobilidade interna intercategorias (Encarregado Operacional);
- 34 Postos de trabalho a preencher com vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado;
- 6 Postos de trabalho a preencher com vínculo de emprego público a termo resolutivo certo.

TOTAL DE TRABALHADORES: 352

Da análise ao Mapa de Pessoal para o ano de 2018, resulta que ao nível das diferentes modalidades de vínculo de emprego público prevê-se 406 trabalhadores (comparativamente o Mapa de Pessoal para o ano de 2017 contemplava 391 trabalhadores, incluindo as duas alterações ao Mapa de Pessoal aprovadas em sessões ordinárias da Assembleia Municipal), representando um aumento de 3,8% que traduz a necessidade de reposição de saídas de trabalhadores que ocorreram durante os anos de 2016 e 2017, quer pelo mecanismo da aposentação voluntária, quer pela aposentação por doença, mas também pela criação de 6 postos de trabalho com vínculo de emprego público a termo resolutivo certo, que se fundamenta com a candidatura, no âmbito do projeto “Bragança acompanha – sucesso escolar”, a vigorar pelo período de três anos.

De salientar que, de acordo com a LOE para 2017, a gestão de trabalhadores nas autarquias locais para efeitos de recrutamento de trabalhadores nos municípios equilibrados, fica condicionado ao cumprimento das regras de equilíbrio orçamental, bem como o cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais, pelo que, o Município de Bragança pode, em 2017, proceder ao recrutamento de trabalhadores, nos termos e de acordo com as regras previstas.

Outro dado que releva é o predomínio do vínculo de emprego público por tempo indeterminado (338 postos de trabalho previstos e ocupados), existindo, na presente data, 2 postos de trabalho ocupados através da modalidade de vínculo de emprego público a termo resolutivo incerto, considerando que os titulares dos postos de trabalho se encontram ausentes em comissão de serviço, em outras entidades.

Por último, é ainda relevante mencionar que, durante o ano de 2017, decorrem os períodos experimentais dos trabalhadores recrutados neste ano, na modalidade de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, e na carreira/categoria de Técnico Superior, destinados a: 1 para a Divisão de

Administração Financeira e 1 para a Divisão de Educação, Cultural e Ação Social. Na carreira/categoria de Assistente Técnico, 1 destinado à Divisão de Educação, Cultural e Ação Social e ainda, na carreira/categoria de Assistente Operacional, 1 para a Divisão de Logística e Mobilidade, 2 para a Divisão de Ambiente, Águas e Energia e 1 para a Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social.

Foram concluídos com sucesso, ainda durante o ano de 2017, os períodos experimentais dos seguintes trabalhadores recrutados na modalidade de vínculo de emprego público por tempo indeterminado: 4 Assistentes Técnicos e 16 Assistentes Operacionais. Na modalidade de vínculo de emprego público a termo resolutivo incerto, concluíram também com sucesso os respetivos períodos experimentais, os seguintes trabalhadores: 1 Técnico Superior, na área de Arquivo, 1 Técnico Superior, na área de Turismo.

Reorganização dos Serviços Municipais

Mantém-se em vigor a nova moldura organizacional do Município desde 1 de janeiro de 2013, aprovada de acordo com o consagrado no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro e Lei n.º 49/2013, de 29 de agosto, que consiste no modelo de uma Estrutura Hierarquizada constituída por uma Estrutura Nuclear, composta por 10 dirigentes, distribuídos da seguinte forma:

2 Unidades orgânicas nucleares, designadamente:

- Departamento de Administração Geral e Financeira;
- Departamento de Serviços e Obras Municipais.

8 Unidades Orgânicas flexíveis providas (6 Divisões Municipais e 2 Unidades Orgânicas de 3.º grau).

Orçamentação e gestão de despesas com pessoal

Conforme ponto 3.3 do POCAL, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 05 de abril, as importâncias previstas para despesas com pessoal devem considerar apenas o pessoal que ocupe lugares de quadro, requisitado e em comissão de serviço, tendo em conta o índice salarial que o funcionário atinge no ano a que o orçamento respeita, por efeitos da progressão de escalão na mesma categoria, e aquele pessoal com contratos a termo certo ou cujos contratos ou abertura de concurso para ingresso ou acesso estejam devidamente aprovados no momento da elaboração do orçamento.

De acordo com os artigos 28.º e 29.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o empregador público deve planear para cada exercício orçamental o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução e em face da missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, elementos que devem acompanhar a proposta de orçamento.

Também nos termos do disposto no artigo 29.º do referido diploma legal, o mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho do qual o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função: da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam; do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.

Assim, importa sublinhar que o planeamento do mapa de pessoal para 2018, enumera as necessidades de postos de trabalho devidamente identificadas, e o orçamento do Município prevê as verbas destinadas a suportar as despesas com pessoal, não só os encargos com as remunerações dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções no órgão ou serviço, mas também os encargos com o recrutamento de novos trabalhadores, necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, no mapa de pessoal aprovado.

Nesta conformidade qualquer recrutamento a efetuar no ano de 2018, ficará condicionado à caracterização dos postos de trabalho necessários quer para a execução das atividades de natureza permanente dos serviços e que se opera com recurso à constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, constantes no respetivo Mapa de Pessoal, documento que acompanha a proposta de Orçamento, a submeter à aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

As alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções (quer pela regra geral ou pela opção gestonária) e ainda a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço, ficam condicionadas ao previsto na Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2018.

Reforço/reajustamento funcional de Recursos Humanos

A Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro – Orçamento do Estado para 2017, estabelece no artigo 48.º o regime para o recrutamento de trabalhadores nos municípios em situação de saneamento ou de rutura. Para os municípios em equilíbrio financeiro, como é o caso do Município de Bragança, é necessário cumprir as regras de equilíbrio orçamental, bem como o cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais, para proceder ao recrutamento de trabalhadores, de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações introduzidas.

Encontrando-se o Município de Bragança em cumprimento com as regras de equilíbrio orçamental, com o cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais, o que permitiu a aprovação de recrutamento de trabalhadores para postos de trabalho a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, necessários para a execução das atividades permanentes dos serviços, para as seguintes carreiras/categorias:

- 1 Técnico Superior na área de atividade – Animação e Produção Artística, para o Serviço de Animação e Equipamentos Culturais, da Divisão de Educação, Cultura e Ação Social;
- 1 Assistente Técnico para o Serviço de Animação e Equipamentos Culturais, da Divisão de Educação, Cultura e Ação Social;
- 1 Assistente Operacional – Limpeza das Instalações, para o Serviço de Expediente Geral, da Unidade de Administração Financeira;
- 1 Assistente Operacional – Coveiro, para o Serviço de Espaços Verdes e Cemitérios da Divisão de Ambiente, Águas e Energia;
- 1 Assistente Operacional – maquinista teatral, para o Serviço de Animação e Equipamentos Culturais, da Divisão de Educação, Cultura e Ação Social;
- 3 Assistentes Operacionais – Auxiliar dos Serviços Gerais, para o Serviço de Parque de Máquinas e Oficinas, da Divisão de Logística e Mobilidade do Departamento de Serviços e Obras Municipais;
- 7 Assistentes Operacionais – Auxiliar dos Serviços Gerais, para o Serviço de Animação e Equipamentos Culturais, da Divisão de Educação, Cultura e Ação Social.

De salientar que a abertura dos referidos procedimentos concursais, ou, através do recurso a reserva de recrutamento, devidamente previstos no Mapa de Pessoal do corrente ano, são imprescindíveis para assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ainda para fazer face à prossecução das atribuições cometidas ao município, não obstante o grande esforço no sentido de racionalizar e otimizar ao máximo os recursos humanos disponíveis, conforme evidenciado nas respetivas propostas submetidas para autorização dos órgãos competentes.

Por força das regras do Orçamento do Estado para 2017, mantém-se vedada a abertura de procedimentos concursais, para categorias superiores de carreiras pluricategoriais, no entanto, prevê a possibilidade de nomeação de trabalhadores, que preencham os requisitos legais, em mobilidade

interna intercategorias, pelo prazo máximo de dezoito meses.

Neste sentido, entendeu-se oportuno renovar até 31 de dezembro de 2017, situações concretas de trabalhadores, assistentes operacionais, que vêm exercendo em mobilidade, as funções inerentes à categoria de encarregado operacional, mas ao qual está vedado o acesso à categoria mediante procedimento concursal, face às sucessivas inibições legais em vigor, desde janeiro de 2011.

As situações de mobilidade interna na modalidade de mobilidade intercategorias, atuais são as seguintes:

- 1 posto de trabalho na categoria de Encarregado Operacional, da Divisão de Ambiente, Águas e Energia.

- 1 posto de trabalho na categoria de Encarregado Operacional, na Divisão de Logística e Mobilidade.

QUADRO 11. Cessação de vínculo de emprego público

Carreira	Categoria	Situação	Verificadas
Assistente Operacional	Serviços Gerais	Aposentação	1
Assistente Operacional	Cantoneiro de limpeza	Aposentação	3
Assistente Operacional	Maquinista Teatral	Consolidação da mobilidade	1
Técnico Superior	Geógrafo	Consolidação da mobilidade	1
TOTAL			6

Os dados do quadro 1 assinalam que no ano de 2017 ocorreu a desvinculação definitiva de 6 trabalhadores, nas carreiras/categorias de Técnico Superior e Assistente Operacional.

Recrutamento excecional de trabalhadores

O Mapa de Pessoal para o ano de 2017 com duas alterações introduzidas, contemplou a criação de 21 Postos de trabalho a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, nomeadamente, 1 Assistente Técnico, 1 Assistente Operacional – área de atividade, Coveiro, 1 Assistente Operacional, área de atividade – maquinista teatral e 16 Assistentes Operacionais – na área de auxiliar dos serviços gerais,

Alguns procedimentos concursais já se encontram a decorrer, conforme evidenciado no quadro seguinte:

QUADRO 12. Procedimentos concursais a decorrer

Carreira	Categoria	Área de Formação Académica ou Profissional	Modalidades	Postos de trabalho
Assistente Operacional	Limpeza das Instalações	Limpeza das Instalações (UAG)	Por Tempo indeterminado	1
Assistente Operacional	Coveiro	Coveiro (DAAE)	Por Tempo indeterminado	1
Assistente Operacional	Maquinista Teatral	Maquinista Teatral (DECAS)	Por Tempo indeterminado	1
Técnico Superior	Técnico Superior	Licenciatura em Animação e Produção Artística (DECAS)	Por Tempo indeterminado	1
TOTAL				4

Os indicadores do quadro 2 traduzem que a ocupação dos postos de trabalho faz-se com a constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

Aposentação

A publicação do Decreto-Lei n.º 167-E/2013, de 31 de dezembro, introduziu algumas alterações no âmbito do regime jurídico das pensões de invalidez e velhice do regime geral de segurança social, designadamente na fórmula de cálculo do fator de sustentabilidade através da alteração do ano de referência inicial da esperança média de vida aos 65 anos, do ano de 2006 para o ano 2000, adequando, em conformidade, a idade normal de acesso à pensão de velhice em 2014, passando-a dos 65 para os 66 anos.

Neste sentido e a partir de 1 de janeiro de 2014, a idade da reforma dos trabalhadores da Administração Pública passou para os 66 anos, facto este que originou previamente e durante o ano de 2014, pedidos às aposentações antecipadas.

Atualmente não se regista nenhum processo a aguardar, por aposentação voluntária/antecipada.

A aposentação pode ainda ocorrer por incapacidade absoluta e permanente para qualquer profissão ou trabalho.

QUADRO 13. Trabalhadores com pedidos de aposentação por incapacidade

Carreira	Categoria	Aguardar
Assistente Técnico	Assistente Técnico	1
Assistente Técnico	Técnica de Biblioteca	1
Assistente Operacional	Mecânico de Automóveis	1
Assistente Operacional	Auxiliar de Serviços Gerais	1
TOTAL		4

Os dados do quadro 3 traduzem que se encontram a aguardar 4 processos, de aposentação por incapacidade, nas carreiras de Assistente Técnico e Assistente Operacional, o que significa uma previsão

da redução do número de trabalhadores em 1,1% para o ano de 2018.

Não se regista qualquer processo de aposentação obrigatória por limite de idade.

Medidas remuneratórias relativas aos trabalhadores

Produzem efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017, as seguintes alterações legislativas:

O Decreto-Lei n.º 86-B/2016, de 29 de dezembro, procedeu à atualização da Remuneração Mínima Mensal Garantida para € 557.

O n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2017, estabelece o valor do subsídio de refeição, é atualizado, fixando-se em € 4,52 a partir de 1 de janeiro e em € 4,77 a partir de 1 de agosto,

O artigo 194.º da LOE 2017, conjugado com o Despacho n.º 15646/2016, de 29 de dezembro, procedeu à alteração do cálculo da sobretaxa extraordinária e nova fórmula de cálculo e processamento do subsídio de Natal, nos termos do artigo 24.º.

Em 2017, mantém-se a suspensão das valorizações remuneratórias (alterações de posicionamento remuneratório e progressões) exceto nas situações de mobilidade interna na modalidade de mobilidade intercarreiras ou categorias; o subsídio de Natal passou a ser pago, 50% por duodécimos e os restantes 50% no mês de novembro.

Em 2017 mantêm-se os encargos mensais com a CGA, I.P., em 23,75% de contribuições por conta da entidade, os quais passaram de 20% para 23,75%, com a Lei do Orçamento de Estado para 2014, o que continuou a representar, para o Município de Bragança, um esforço adicional, no orçamento de 2017.

O valor dos descontos a efetuar para os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde, concretamente da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE), a remuneração base dos beneficiários titulares ficou sujeita ao desconto de 3,50%, passando de 2,50% para 3,50%, com a publicação da Lei n.º 30/2014, de 19 de maio, e assim se mantém durante o ano de 2017.

Trabalho Suplementar

Em cumprimento da Lei n.º 18/2016, de 20 de junho, por despacho do Presidente da Câmara exarado em 24 de junho de 2016, a partir do dia 01 de julho de 2016, foi reposto a todos os trabalhadores do Município de Bragança, o período normal de trabalho de 7 horas diárias e 35 horas por semana, que se mantém.

Assim e face ao normativo legal citado, os acréscimos ao valor da retribuição horária referentes a pagamento de trabalho suplementar, realizado a partir de 01 de julho de 2016, devem ser os previstos no artigo 45.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2015, em vigor por força do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro – Orçamento do Estado para 2017. Durante o ano de 2017, como medida de equilíbrio orçamental, cujas medidas são progressivamente eliminadas a partir de 2018, todos os acréscimos ao valor da retribuição horária referentes a pagamento de trabalho suplementar prestado em dia normal de trabalho, cujo período normal de trabalho, legal e ou convencional, não exceda sete horas por dia nem 35 horas por semana, são realizados nos seguintes termos:

- a) 12,5% da remuneração na 1.ª hora;
- b) 18,75% da remuneração nas horas ou frações subsequentes.

O trabalho suplementar prestado, em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar, e em dia feriado, confere o direito a um acréscimo de 25 % da remuneração por cada hora de trabalho efetuado.

Segurança, Higiene e Saúde no trabalho

Para o ano de 2017, foram contratualizados novos serviços externos de Segurança e Saúde no Trabalho, tendo por objetivo a tomada das medidas necessárias à prevenção de riscos profissionais e na promoção da saúde, higiene e segurança dos trabalhadores do Município de Bragança.

Formação profissional

No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) no Município de Bragança através da certificação ISO 9001:2008, na área de gestão de Recursos Humanos, dar-se-á continuidade ao procedimento de Formação, que assenta no levantamento de necessidades de formação dos trabalhadores por parte de cada unidade orgânica, para aprovação superior, bem como todas as necessidades pontuais que surja, decorrentes da publicação de nova legislação.

A implementação do Sistema de Gestão da Qualidade nos Serviços do Município sofreu um forte incremento nos últimos quatro anos, passando de 7 serviços/unidades orgânicas certificados em 2013, para os atuais 42, estando envolvidos 352 Trabalhadores. Pretendeu-se, com esta evolução, incluir no processo todos os serviços do Município de Bragança, transformando este num dos poucos municípios nacionais cujos serviços se encontram totalmente certificados facto particularmente relevante pelo esforço que implicou para todos os Trabalhadores. Este esforço visou garantir a transparência de todos os processos de molde a garantir um serviço com a qualidade esperada por parte dos munícipes.

11. Colaboração com as Freguesias

O paradigma da territorialidade defende que o objetivo do desenvolvimento é a satisfação das necessidades básicas (materiais e imateriais) de toda a população de uma unidade territorial, dispondo, de forma integral e integrada, dos recursos endógenos naturais, humanos e instituições.

Neste contexto, as Freguesias/União de Freguesias pela proximidade e conhecimento que têm dos recursos locais, dos problemas e anseios da população são os principais agentes de desenvolvimento local, e o seu papel é fundamental no quadro do paradigma da territorialidade, na medida em que a pequena escala – a dimensão local – é a privilegiada para desenvolver estratégias de desenvolvimento.

QUADRO 14. Previsões de transferência de capital

Freguesia/União de Freguesias	Valor (€)
ALFAIÃO	8 416
BABE	12 168
BAÇAL	14 703
CARRAGOSA	10 748
CASTRO DE AVELÃS	8 923
COELHO	18 556
DONAI	9 126
ESPINHOSELA	13 689
FRANÇA	17 745
GIMONDE	5 070
GONDESENDE	7 301
GOSTEI	11 458
GRIJÓ DE PARADA	14 297
MACEDO DO MATO	12 979
MÓS	10 140
NOGUEIRA	14 297
OUTEIRO	18 151
PARÂMIO	10 546
PINELA	10 748
QUINTANILHA	13 081
QUINTELA DE LAMPAÇAS	12 067
RABAL	11 053
REBORDÃOS	17 035
SALSAS	16 427
SAMIL	6 084
SANTA COMBA ROSSAS	13 081
S. PEDRO DOS SARRACENOS	14 095
SENDAS	8 619
SERAPICOS	13 689
SORTES	10 748
ZOIO	9 937
AVELEDA E RIO DE ONOR	26 161
CASTRELOS E CARRAZEDO	17 238
IZEDA, CALVELHE E PARADINHA NOVA	64 490
PARADA E FAÍLDE	32 651
REBORDAÍNHOS E POMBARES	12 574
RIO FRIO E MILHÃO	22 004
S. JULIÃO PALÁCIOS E DEILÃO	27 885
SÉ, SANTA MARIA E MEIXEDO	101 907
TOTAL	679 887

O Município de Bragança continuará a apoiar técnica e financeiramente estas entidades, de forma significativa, por considerar que estas são um parceiro estratégico para a promoção da coesão territorial, social e ambiental, contribuindo para o bem-estar dos cidadãos.

As transferências previstas neste orçamento para apoiar financeiramente a atividade das Juntas de Freguesia são no valor de 1.300.300,00 euros, sendo 113.400,00 euros para transferências correntes e 1.186.900,00 euros de transferências de capital, incluindo estas, o valor das transferências contempladas no PAM (507.000,00 euros).

De registar que no corrente ano de 2017 e até 30 de outubro, as transferências (de capital e correntes) operadas para as Juntas de Freguesia, foram de 1.449.389,63 euros.

Será, ainda, concedido o apoio técnico e o financeiro possível, em trabalhos identificados como prioritários na satisfação das necessidades e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, sendo a tomada de decisão assente no rigor, responsabilidade e prudência, devido ao atual contexto de escassez de recursos financeiros.

De referir que as verbas de capital previstas, no quadro anterior, apenas serão transferidas com base na justificação prévia de aplicabilidade em investimentos concretos e validados pelo Executivo Municipal, havendo a obrigatoriedade de entrega dos documentos justificativos da despesa e pagamento.



12. Colaboração com as Instituições sem fins lucrativos

O Município de Bragança, atento ao relevante trabalho desenvolvido pelas diversas Instituições, continuará a apoiar as atividades de âmbito cultural, desportivo, recreativo e social, contribuindo para o reforço da cidadania ativa e a construção de um território mais inclusivo, dinâmico e solidário.

Estas ações/atividades têm por base acordos de colaboração previamente celebrados, incidindo uma parte significativa das verbas no apoio à construção e conservação de equipamentos.

Às instituições particulares de solidariedade social (IPSS) continuar-se-á a prestar uma atenção especial tendo em conta o trabalho que desenvolvem a favor dos mais carenciados, marginalizados e excluídos socialmente do processo de desenvolvimento e daqueles que, por impossibilidades físicas e outras, necessitam de apoios especiais. Continuando a colaborar com as Fábricas das Igrejas para a recuperação do património religioso edificado, um dos mais proeminentes na área do Município.

Para as Instituições sem fins lucrativos estão previstas transferências de verbas no valor global de 2.038.400,00 euros, 1.134.400,00 euros de origem corrente e 354.500 euros de capital. Destes montantes, 1.134.400,00 euros encontram-se refletidos no Plano de Atividades Municipal.



13. Grandes Opções do Plano para o ano de 2018

Nas Grandes Opções do Plano do município de Bragança estão definidas as linhas de desenvolvimento estratégico, incluindo o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Municipal. Elaborado para um horizonte móvel de 4 anos, em estrutura e conteúdo, proporciona informação sobre todos os projetos ou ações que se pretendem realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos para o município, identificando a sua classificação económica devidamente desagregada, a sua forma de realização e fonte de financiamento, datas de início e de fim dos projetos e ações e, ainda, se se trata de financiamento definido ou não definido.

No seu conjunto apresentam, para o ano de 2018, o valor de 17.345.800,00 euros, destinados à aplicação de 15.899.900,00 euros em despesas de capital e 1.445.900,00 euros em despesas correntes.

O quadro seguinte apresenta, em suma, a evolução das Grandes Opções do Plano no período 2017-2018.

Quadro 15: Resumo das grandes opções do plano no período 2017-2018

Descrição	Plano Plurianual de Investimentos (PPI)			Plano Plurianual de Atividades Municipal (PAM)			Grandes Opções do Plano (GOP'S)		
	Dotações Iniciais			Dotações Iniciais			Dotações Iniciais		
	2017	2018	Var. %	2017	2018	Var. %	2017	2018	Var. %
FUNÇÕES GERAIS	1.796.000	2.452.500	36,55%	242.000	292.000	20,66%	2.038.000	2.744.500	34,67%
Serviços gerais de administração pública	1.745.000	2.442.500	39,97%	20.000	15.000	0,00%	1.765.000	2.457.500	39,24%
Segurança e ordem públicas	51.000	10.000	-80,39%	222.000	277.000	24,77%	273.000	287.000	5,13%
FUNÇÕES SOCIAIS	6.717.500	9.807.700	46,00%	1.406.000	1.365.000	-2,92%	8.123.500	11.172.700	37,54%
Educação	159.000	6.500	-95,91%	141.000	164.000	16,31%	300.000	170.500	-43,17%
Saúde	0	0	-	115.000	15.000	-	115.000	15.000	-86,96%
Segurança e acção sociais	0	0	-	343.000	335.000	-2,33%	343.000	335.000	-2,33%
Habituação e serviços colectivos	5.659.000	7.784.500	37,56%	183.500	293.500	59,95%	5.842.500	8.078.000	38,26%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	899.500	2.016.700	124,20%	623.500	557.500	-10,59%	1.523.000	2.574.200	69,02%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	4.023.500	2.626.000	-34,73%	114.400	227.400	98,78%	4.137.900	2.853.400	-31,04%
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	3.000	3.000	0,00%	2.000	62.000	3000,00%	5.000	65.000	1200,00%
Indústria e energia	3.052.000	613.000	-79,91%	10.400	10.400	0,00%	3.062.400	623.400	-79,64%
Transportes e comunicações	612.000	1.006.000	64,38%	0	0	0,00%	612.000	1.006.000	64,38%
Comércio e Turismo	256.500	1.004.000	291,42%	52.000	105.000	101,92%	308.500	1.109.000	259,48%
Outras Funções Económicas	100.000	0	-	50.000	50.000	0,00%	150.000	50.000	-66,67%
OUTRAS FUNÇÕES	215.200	215.200	-	309.000	360.000	-	524.200	575.200	9,73%
Transferências entre Administrações	0	0	-	309.000	360.000	-	309.000	360.000	16,50%
Diversas não especificadas	215.200	215.200	-	0	0	-	215.200	215.200	0,00%
TOTAL	12.752.200	15.101.400	18,42%	2.071.400	2.244.400	8,35%	14.823.600	17.345.800	17,01%

Valores em euros

13.1. Plano Plurianual de Investimentos

O Plano Plurianual de Investimentos para 2018, doravante designado por PPI, é um documento previsional que integra as Grandes Opções do Plano. Na sua elaboração incluíram-se os compromissos assumidos (estimativa) de anos anteriores e não finalizados até ao término do ano de 2017. Constan, também, projetos que na sua maioria beneficiam de apoios financeiros já aprovados.

O quadro seguinte reflete a despesa associada às intervenções previstas e com financiamento definido no valor de 15.101.400,00 euros, distribuído pelas funções gerais, funções sociais, funções económicas e outras, com 2.452.500,00 euros, 9.807.700,00 euros, 2.626.000,00 euros e 215.200,00 euros, respetivamente.

A análise exaustiva dos mapas que constam em anexo ao presente orçamento permitirá identificar, ação a ação, as áreas de atuação do município, bem como a sua extensão temporal.

Quadro 16: Plano plurianual de investimentos para 2018 – resumo

Código Obj./Prog.	Designação das rubricas	Valor do Investimento
1	Funções gerais	2.452.500
1.1	Serviços gerais de administração pública	2.442.500
1.1.1	Administração geral	2.442.500
1.1.1.1	Edifícios	240.000
1.1.1.2	Material de transporte	2.040.000
1.1.1.3	Maquinaria e equipamento	162.500
1.2	Segurança e ordem pública	10.000
1.2.1	Protecção civil e luta contra incêndios	10.000
1.2.1.2	Segurança pública	10.000
2	Funções sociais	9.807.700
2.1	Educação	6.500
2.1.1	Ensino não superior	6.500
2.1.1.1	Ensino Pré-escolar	2.000
2.1.1.2	Ensino Básico	4.500
2.4	Habituação e serviços colectivos	7.784.500
2.4.1	Habituação	2.347.000
2.4.2	Ordenamento do Território	3.961.000
2.4.2.1	Planeamento Urbanístico	236.500
2.4.2.2	Urbanização	3.724.500
2.4.3	Saneamento	375.500
2.4.4	Abastecimento de água	137.500
2.4.6	Protecção do meio amb. e conserv. da natureza	963.500
2.4.6.2	Cemitérios	60.000
2.4.6.3	Meio Ambiente	903.500
2.5	Serviços culturais, recreativos e religiosos	2.016.700
2.5.1	Cultura	881.000
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	1.135.700
3	Funções económicas	2.626.000
3.1	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	3.000
3.2	Indústria e energia	613.000
3.2.1	Iluminação pública	252.000
3.2.2	Energia	161.000
3.2.3	Estabelecimentos Industriais	200.000
3.3	Transportes e Comunicações	1.006.000
3.3.1	Transportes rodoviários	996.000
3.3.1.1	Rede viária e sinalização	976.000
3.3.1.2	Estacionamento	20.000
3.3.2	Transportes aéreos	10.000
3.4	Comércio e turismo	1.004.000
3.4.1	Mercados e feiras	102.000
3.4.2	Turismo	902.000
3.5	Outras funções económicas	-
4	Outras funções	215.200
4.3	Diversas não especificadas	215.200
TOTAL		15.101.400

Valores em euros

Pela expressividade dos montantes previstos referem-se alguns dos projetos a desenvolver em 2018:

Nos **serviços gerais de administração pública** assumem maior relevância os seguintes projetos:

- Mobilidade inteligente+sustentabilidade no transporte público – 2.010.000,00 euros;
- Remodelação e conservação das instalações municipais – 150.000,00 euros;

- Requalificação e refuncionalização de edifício para implementação do centro de respostas integradas – 50.000,00 euros;
- Requalificação do auditório Paulo Quintela no âmbito da modernização administrativa – 30.000,00 euros.

Nas funções sociais:

- Mobilidade multimodal, acessos à zona industrial das Cantarias e núcleo empresarial – 2.000.000,00 euros;
- Requalificação do polidesportivo do bairro da Coxa – 1.053.000,00 euros;
- Melhoria da mobilidade multimodal no núcleo urbano – mobilidade ciclável, pedonal e transportes urbanos – 1.000.000,00 euros;
- Centro de inovação jurídica – 811.000,00 euros;
- Reabilitação de edifício na rua Combatentes da Grande Guerra para instalação da direção de finanças e delegação aduaneira de Bragança – 700.000,00 euros;
- Reabilitação do espaço público dos bairros da Coxa e Previdência, com valores de 200.000,00 euros e 400.000,00 euros, respetivamente;
- Aquisição de terrenos e imóveis diversos – 600.000,00 euros;
- Núcleo Museológico Ferroviário (projeto e construção) – 460.000,00 euros;
- Reabilitação dos antigos silos da EPAC para Museu de Língua Portuguesa – 410.000,00 euros;
- Ampliação, conservação e manutenção da rede de saneamento no município, com projetos no valor de 325.000,00 euros;
- Arranjos nos arruamentos da cidade – 300.000,00 euros;
- Outros estudos e projetos – 220.000,00 euros;
- Repavimentação dos bairros e passeios diversos da cidade, com os valores de 200.000,00 euros e de 50.000,00 euros, respetivamente;
- Programa de Reabilitação de imóveis na zona histórica – 150.000,00 euros;
- Construção do parque verde comunitário na Quinta da Traginha – 150.000,00 euros;
- Remodelação e ampliação da rede de água urbana e rural, com projetos no valor de 115.000,00 euros;
- Conservação de fogos dos bairros de habitação social da Mãe D'Água e Coxa – 50.000,00 euros.

Nas funções económicas:

- Conservação da rede viária municipal – 800.000,00 euros;
- Valorização turística da linha do Tua – 800.000,00 euros;
- Zona Industrial das Cantarias – Fase II – 200.000,00 euros;
- Melhoria da eficiência energética – 150.000,00 euros;
- Construção de pavilhão para promoção da atividade económica regional – 100.000,00 euros.

13.2. Plano de Atividades Municipal para o ano 2018

A par da preparação do PPI e constituindo também este a definição das linhas de desenvolvimento estratégico desta autarquia, encontra-se o Plano de Atividades Municipal (PAM) para 2018. O fluxo financeiro líquido para o conjunto das atividades que não sendo consideradas de investimento são padronizadas como sendo as mais relevantes, constituem uma previsão de financiamento definido no valor de 2.244.400,00 euros.

Quadro 17: Plano de atividades municipal para 2018 – resumo

Código Obj./Prog.	Designação das rubricas	Valor do Investimento	% dentro do Obj./prog	% em relação ao total PAM
1	Funções gerais	292.000	100,00%	13,01%
1.1	Serviços gerais de administração pública	15.000	5,14%	0,67%
1.1.1	Administração geral	15.000	5,14%	0,67%
1.1.1.1	Edifícios	-	0,00%	0,00%
1.1.1.2	Material de transporte	15.000	5,14%	0,67%
1.1.1.3	Maquinaria e equipamento		0,00%	0,00%
1.2	Segurança e ordem pública	277.000	94,86%	12,34%
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	277.000	94,86%	12,34%
1.2.1.1	Bombeiros	277.000	94,86%	12,34%
2	Funções sociais	1.365.000	100,00%	60,82%
2.1	Educação	164.000	12,01%	7,31%
2.1.1	Ensino não superior	-	0,00%	0,00%
2.1.1.2	Ensino Básico	-	0,00%	0,00%
2.1.1.3	Educação de adultos	-	0,00%	0,00%
2.1.2	Serviços auxiliares de Ensino	164.000	12,01%	7,31%
2.2	Saúde	15.000	1,10%	0,67%
2.2.1	Serviços Individuais de Saúde	15.000	1,10%	0,67%
2.3	Segurança e Ação Sociais	335.000	24,54%	14,93%
2.3.2	Ação social	335.000	24,54%	14,93%
2.4	Habitação e serviços coletivos	293.500	21,50%	13,08%
2.4.1	Habitação	10.000	0,73%	0,45%
2.4.2	Ordenamento do Território	200.000	14,65%	8,91%
2.4.2.1	Planeamento Urbanístico	-	0,00%	0,00%
2.4.2.2	Urbanização	200.000	14,65%	8,91%
2.4.4	Abastecimento de água	-	0,00%	0,00%
2.4.5	Resíduos sólidos	-	0,00%	0,00%
2.4.6	Protção do meio amb. e conserv. da natureza	83.500	6,12%	3,72%
2.4.6.1	Higiene pública	33.500	2,45%	1,49%
2.4.6.2	Cemitérios	50.000	3,66%	2,23%
2.4.6.3	Meio Ambiente	-	0,00%	0,00%
2.5	Serviços culturais, recreativos e religiosos	557.500	40,84%	24,84%
2.5.1	Cultura	152.500	11,17%	6,79%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	405.000	29,67%	18,04%
3	Funções económicas	227.400	100,00%	10,13%
3.1	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	62.000	27,26%	2,76%
3.2	Indústria e energia	10.400	4,57%	0,46%
3.2.1	Iluminação pública	-	0,00%	0,00%
3.2.2	Energia	9.400	4,13%	0,42%
3.2.3	Estabelecimentos Industriais	1.000	0,44%	0,04%
3.3	Transportes e Comunicações	-	0,00%	0,00%
3.3.1	Transportes rodoviários	-	0,00%	0,00%
3.3.1.1	Rede viária e sinalização	-	0,00%	0,00%
3.4	Comércio e turismo	105.000	46,17%	4,68%
3.4.1	Mercados e feiras	55.000	24,19%	2,45%
3.4.2	Turismo	50.000	21,99%	2,23%
3.5	Outras funções económicas	50.000	21,99%	2,23%
4	Outras funções	360.000	100,00%	16,04%
4.2	Transferências entre Administrações	360.000	100,00%	16,04%
TOTAL		2.244.400	100,00%	100,00%

Valores em euros

No âmbito das colaborações já contratadas entre o município a administração central e local e as instituições sem fins lucrativos e as famílias preconizam-se com os seguintes apoios:

- Segurança e ordem públicas: apoios aos bombeiros voluntários de Bragança e de Izeda para fazer face às despesas de funcionamento no âmbito da proteção civil municipal e equipas de intervenção permanente;
- Educação: despesas de funcionamento e aquisição de equipamento da Associação Centro Ciência Viva de Bragança;
- Nos serviços individuais de saúde: apoio ao funcionamento da unidade domiciliária de cuidados paliativos da Terra Fria;
- Ação social: bolsas de estudo para alunos do ensino superior, apoio à construção e conservação de equipamentos de instituições e outras do interesse do concelho, reabilitação das habitações de famílias carenciadas, construção de centros de convívio, centros de dia e lares da terceira idade, bem como no apoio destinado à construção de centros sociais e paroquiais;
- Habitação e serviços coletivos: assumem-se os principais encargos com a construção de sedes de junta de freguesia, apoio à requalificação dos largos das aldeias, comparticipação nas despesas de funcionamento do canil intermunicipal de Vimioso e o apoio na realização de obras de beneficiação em vários cemitérios;
- No subprograma serviços culturais, recreativos e religiosos destacam-se os apoios ao desenvolvimento das atividades promovidas pelas associações culturais, recreativas e desportivas e freguesias, nomeadamente para a construção e/ou beneficiação dos seus equipamentos coletivos (a título de exemplo salienta-se o apoio à construção do pavilhão do Clube Académico de Bragança);
- Na indústria e energia inclui-se as transferências para a Agência de Energia de Trás-os-Montes e Associação para o Desenvolvimento do Régia Douro Park;
- Em mercados e feiras assinala-se o apoio atribuído à realização de feiras e certames nas áreas do comércio e do turismo;
- As outras funções comportam as transferências entre administrações, nomeadamente o apoio à CIM-TTM e à Associação Brigantia EcoPark para despesas de funcionamento e investimento.





ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA		RESUMO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO					DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018				
Objectivo	Descrição	Valor Realizado	Valor Realizado	Despesas de Investimento (Previsão)							Total Previsto
		Até 1 Out.	Prev. de Out a Dez.	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes				
				Total	Definido	Não Definido	2019	2020	2021	Outros	
1.	FUNÇÕES GERAIS			2 744 500,00	2 744 500,00		1 121 700,00	448 000,00	429 000,00		4 743 200,00
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			2 457 500,00	2 457 500,00		834 700,00	161 000,00	152 000,00		3 605 200,00
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL			2 457 500,00	2 457 500,00		834 700,00	161 000,00	152 000,00		3 605 200,00
1.1.1.1.	EDIFÍCIOS			240 000,00	240 000,00		624 700,00	110 000,00	101 000,00		1 075 700,00
1.1.1.2.	MATERIAL DE TRANSPORTE			2 055 000,00	2 055 000,00		210 000,00	51 000,00	51 000,00		2 367 000,00
1.1.1.3.	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO			162 500,00	162 500,00						162 500,00
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS			287 000,00	287 000,00		287 000,00	287 000,00	277 000,00		1 138 000,00
1.2.1.	PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS			287 000,00	287 000,00		287 000,00	287 000,00	277 000,00		1 138 000,00
1.2.1.1.	BOMBEIROS			277 000,00	277 000,00		277 000,00	277 000,00	277 000,00		1 108 000,00
1.2.1.2.	SEGURANÇA PÚBLICA			10 000,00	10 000,00		10 000,00	10 000,00			30 000,00
2.	FUNÇÕES SOCIAIS			11 172 700,00	11 172 700,00		16 775 500,00	8 649 000,00	2 745 000,00		39 342 200,00
2.1.	EDUCAÇÃO			170 500,00	170 500,00		220 000,00	220 000,00	220 000,00		830 500,00
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR			6 500,00	6 500,00		60 000,00	60 000,00	60 000,00		186 500,00
2.1.1.1.	ENSINO PRÉ-ESCOLAR			2 000,00	2 000,00		30 000,00	30 000,00	30 000,00		92 000,00
2.1.1.2.	ENSINO BÁSICO			4 500,00	4 500,00		30 000,00	30 000,00	30 000,00		94 500,00
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO			164 000,00	164 000,00		160 000,00	160 000,00	160 000,00		644 000,00
2.2.	SAÚDE			15 000,00	15 000,00		15 000,00	15 000,00	15 000,00		60 000,00
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE			15 000,00	15 000,00		15 000,00	15 000,00	15 000,00		60 000,00
2.3.	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS			335 000,00	335 000,00		220 000,00	220 000,00	220 000,00		995 000,00
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL			335 000,00	335 000,00		220 000,00	220 000,00	220 000,00		995 000,00
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS			8 078 000,00	8 078 000,00		12 371 000,00	4 287 500,00	1 807 500,00		26 544 000,00
2.4.1.	HABITAÇÃO			2 357 000,00	2 357 000,00		785 000,00	513 000,00	414 000,00		4 069 000,00
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO			4 161 000,00	4 161 000,00		10 240 500,00	2 448 000,00	577 000,00		17 426 500,00
2.4.2.1.	PLANEAMENTO URBANÍSTICO			236 500,00	236 500,00						236 500,00
2.4.2.2.	URBANIZAÇÃO			3 924 500,00	3 924 500,00		10 240 500,00	2 448 000,00	577 000,00		17 190 000,00
2.4.3.	SANEAMENTO			375 500,00	375 500,00		425 000,00	425 000,00	425 000,00		1 650 500,00
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA			137 500,00	137 500,00		146 000,00	145 000,00	135 000,00		563 500,00
2.4.6.	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA			1 047 000,00	1 047 000,00		774 500,00	756 500,00	256 500,00		2 834 500,00
2.4.6.1.	HIGIENE PUBLICA			33 500,00	33 500,00		33 500,00	33 500,00	33 500,00		134 000,00
2.4.6.2.	CEMITÉRIOS			110 000,00	110 000,00		70 000,00	70 000,00	70 000,00		320 000,00
2.4.6.3.	MEIO AMBIENTE			903 500,00	903 500,00		671 000,00	653 000,00	153 000,00		2 380 500,00
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS			2 574 200,00	2 574 200,00		3 949 500,00	3 906 500,00	482 500,00		10 912 700,00
2.5.1.	CULTURA			1 033 500,00	1 033 500,00		3 612 500,00	3 678 500,00	254 500,00		8 579 000,00
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER			1 540 700,00	1 540 700,00		337 000,00	228 000,00	228 000,00		2 333 700,00
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS			2 853 400,00	2 853 400,00		3 958 900,00	4 435 900,00	1 908 400,00		13 156 600,00
3.1.	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA			65 000,00	65 000,00		65 000,00	65 000,00	65 000,00		260 000,00
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA			623 400,00	623 400,00		141 400,00	122 400,00	113 400,00		1 000 600,00
3.2.1.	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			252 000,00	252 000,00		110 000,00	91 000,00	91 000,00		544 000,00
3.2.2.	ENERGIA			170 400,00	170 400,00		20 400,00	20 400,00	20 400,00		231 600,00
3.2.3.	ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS			201 000,00	201 000,00		11 000,00	11 000,00	2 000,00		225 000,00
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES			1 006 000,00	1 006 000,00		601 000,00	601 000,00	601 000,00		2 809 000,00
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS			996 000,00	996 000,00		591 000,00	591 000,00	591 000,00		2 769 000,00
3.3.1.1.	REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO			976 000,00	976 000,00		571 000,00	571 000,00	571 000,00		2 689 000,00
3.3.1.2.	ESTACIONAMENTO			20 000,00	20 000,00		20 000,00	20 000,00	20 000,00		80 000,00
3.3.2.	TRANSPORTES AÉREOS			10 000,00	10 000,00		10 000,00	10 000,00	10 000,00		40 000,00
3.4.	COMÉRCIO E TURISMO			1 109 000,00	1 109 000,00		3 101 500,00	3 597 500,00	1 079 000,00		8 887 000,00
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS			157 000,00	157 000,00		2 480 000,00	3 075 000,00	1 056 000,00		6 768 000,00
3.4.2.	TURISMO			952 000,00	952 000,00		621 500,00	522 500,00	23 000,00		2 119 000,00
3.5.	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS			50 000,00	50 000,00		50 000,00	50 000,00	50 000,00		200 000,00
4.	OUTRAS FUNÇÕES			575 200,00	575 200,00		575 200,00	575 200,00	575 200,00		2 300 800,00
4.2.	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES			360 000,00	360 000,00		360 000,00	360 000,00	360 000,00		1 440 000,00
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS			215 200,00	215 200,00		215 200,00	215 200,00	215 200,00		860 800,00
TOTAL GERAL				17 345 800,00	17 345 800,00		22 431 300,00	14 108 100,00	5 657 600,00		59 542 800,00

valores em euros

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA										GRANDES OPÇÕES DO PLANO										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018				
Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção		Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Respon- sável	Datas		EX	Valor Realizado	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Despesas de Investimento (Previsão)				Total	Anos Seguintes			Total Previsto	
		Código	Tipo			Número	Início	Fim		Até 1 Out.	Definido				Não Definido	2019	2020	2021		Outros				
1.1.1.1.1.1.1.	0301/07010301	1	2011	I	1	FUNÇÕES GERAIS SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ADMINISTRAÇÃO GERAL EDIFÍCIOS ECOPOLIS-RECONVERSÃO URBANÍSTICA DO FORTES S. JOÃO DE DEUS-CENTRO DE REFERÊNCIA EM CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL (EDIFÍCIOS MUNICIPAIS)					EMPREITADA	100	DPIU	02/01/2011	31/12/2019	9	2 744 500,00 2 457 500,00 2 457 500,00 240 000,00 10 000,00	1 121 700,00 834 700,00 834 700,00 624 700,00	448 000,00 161 000,00 161 000,00 110 000,00	429 000,00 132 000,00 132 000,00 101 000,00	4 743 200,00 3 605 200,00 3 605 200,00 1 075 700,00 10 000,00			
1.1.1.1.1.1.1.	0301/07010301	1	2015	I	12	REQUALIFICAÇÃO DO AUDITÓRIO PAULO QUINTELA NO ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA					EMPREITADA	15	85	01/01/2015	31/12/2018	9	30 000,00				30 000,00			
1.1.1.1.1.1.1.	0301/07010301	2	2016	I	11	REQUALIFICAÇÃO E REBUNDAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO DE RESPOSTAS INTEGRADAS					EMPREITADA	15	85	01/07/2016	31/12/2021	0	50 000,00	524 700,00	10 000,00	1 000,00	585 700,00			
1.1.1.1.1.1.2.	0302/07010602	1	2015	I	18	REMODELAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS					EMPREITADA	100	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0	150 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	450 000,00			
1.1.1.1.1.2.	0302/070115	2	2015	I	19	MATERIAL DE TRANSPORTE					OUTRA	15	85	01/01/2015	31/12/2019	4	2 055 000,00 10 000,00	210 000,00 10 000,00	51 000,00	51 000,00	2 367 000,00			
1.1.1.1.1.2.	0302/070115	3	2015	I	20	BIKE SHARING					OUTRA	15	85	01/01/2015	31/12/2019	4	10 000,00	10 000,00			20 000,00			
1.1.1.1.1.2.	0302/070115	3	2015	I	20	ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE					OUTRA	15	85	01/01/2015	31/12/2019	0	710 000,00	40 000,00			750 000,00			
1.1.1.1.1.2.	0102/080301	1	2016	A	5	MOBILIDADE INTELIGENTE-SUSTENTABILIDADE NO TRANSPORTE PÚBLICO					OUTRA	100	OA	01/03/2016	31/12/2018	0	15 000,00				15 000,00			
1.1.1.1.2.	0302/07010602	1	2018	I	2	COMPARTICIPAÇÃO PARA FINANCIAR O PROJETO U-BIKE PORTUGAL - INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA					OUTRA	100	DLM	02/01/2018	31/12/2021	0	10 000,00	50 000,00	50 000,00	160 000,00				
1.1.1.1.2.	0302/07010602	2	2018	I	3	AQUISIÇÃO DE VATURAS LIGERAS					OUTRA	38	62	02/01/2018	31/12/2021	0	1 300 000,00	100 000,00	1 000,00	1 407 000,00				
1.1.1.1.3.	0302/07010602	1	2018	I	4	MOBILIDADE INTELIGENTE-SUSTENTABILIDADE NO TRANSPORTE PÚBLICO					OUTRA	100	DLM	02/01/2018	31/12/2018	0	162 500,00 20 000,00				162 500,00			
1.1.1.1.3.	0102/070108	2	2018	I	5	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO					OUTRA	100	OA	02/01/2018	31/12/2018	0	20 000,00	20 000,00			20 000,00			
1.1.1.1.3.	0102/070108	3	2018	I	6	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE DIVERSO					OUTRA	100	OA	02/01/2018	31/12/2018	0	20 000,00	20 000,00			20 000,00			
1.1.1.1.3.	0102/070108	3	2018	I	6	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO (SOFTWARE)					OUTRA	100	UAG	02/01/2018	31/12/2018	0	1 500,00				1 500,00			
1.1.1.1.3.	0102/070111	4	2018	I	7	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MAQUINARIA DIVERSA					OUTRA	100	DAF	02/01/2018	31/12/2018	0	1 500,00				1 500,00			
1.1.1.1.3.	0202/070109	4	2018	I	7	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MAQUINARIA DIVERSA					OUTRA	100	DPIU	02/01/2018	31/12/2018	0	500,00	500,00			500,00			
1.1.1.1.3.	0202/07011002	4	2018	I	7	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MAQUINARIA DIVERSA					OUTRA	100	DPIU	02/01/2018	31/12/2018	0	500,00	500,00			500,00			
1.1.1.1.3.	0202/070111	5	2018	I	8	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MAQUINARIA DIVERSA					OUTRA	100	DAF	02/01/2018	31/12/2018	0	500,00	500,00			500,00			
1.1.1.1.3.	0301/070109	5	2018	I	8	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MAQUINARIA DIVERSA					OUTRA	100	DPIU	02/01/2018	31/12/2018	0	1 000,00	1 000,00			1 000,00			
1.1.1.1.3.	0301/07011002	5	2018	I	8	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MAQUINARIA DIVERSA					OUTRA	100	DPIU	02/01/2018	31/12/2018	0	1 000,00	1 000,00			1 000,00			
1.1.1.1.3.	0301/070111	5	2018	I	8	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MAQUINARIA DIVERSA					OUTRA	100	DPIU	02/01/2018	31/12/2018	0	1 000,00	1 000,00			1 000,00			
1.1.1.1.3.	0301/070111	6	2018	I	9	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MAQUINARIA DIVERSA					OUTRA	100	DPIU	02/01/2018	31/12/2018	0	10 000,00				10 000,00			
1.1.1.1.3.	0302/070109	6	2018	I	9	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MAQUINARIA DIVERSA					OUTRA	100	DPIU	02/01/2018	31/12/2018	0	2 000,00	2 000,00			2 000,00			
1.1.1.1.3.	0302/07011002	6	2018	I	9	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MAQUINARIA DIVERSA					OUTRA	100	DPIU	02/01/2018	31/12/2018	0	4 000,00	4 000,00			4 000,00			
1.1.1.1.3.	0302/070111	7	2018	I	9	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MAQUINARIA DIVERSA					OUTRA	100	DPIU	02/01/2018	31/12/2018	0	4 000,00	4 000,00			4 000,00			
1.1.1.1.3.	0302/070111	7	2018	I	10	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MAQUINARIA DIVERSA					OUTRA	100	DAE	02/01/2018	31/12/2018	0	20 000,00				20 000,00			
1.1.1.1.3.	0303/070109	7	2018	I	10	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MAQUINARIA DIVERSA					OUTRA	100	DPDES	02/01/2018	31/12/2018	0	5 000,00	5 000,00			5 000,00			
1.1.1.1.3.	0303/07011002	7	2018	I	10	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MAQUINARIA DIVERSA					OUTRA	100	DPDES	02/01/2018	31/12/2018	0	12 500,00	12 500,00			12 500,00			
1.1.1.1.3.	0303/070111	8	2018	I	11	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MAQUINARIA DIVERSA					OUTRA	100	DPDES	02/01/2018	31/12/2018	0	2 500,00	2 500,00			2 500,00			

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA										GRANDES OPÇÕES DO PLANO										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção		Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento		Respon- sável	Datas		EX	Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Despesas de Investimento (Previsão)				Total Previsão																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
		Código	Ano			Tipo	Número		AC	AA				FC	Anos Seguintes		Total																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
															Definido	Não Definido			2019	2020	2021	Outros																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
1.1.1.3.	0401/070109	8	2018	1	11									2 000,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA				GRANDES OPÇÕES DO PLANO										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção		Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento		Respon- sável	Datas		EX	Valor Realizado Até 1 Out. a Dez.	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Despesas de Investimento (Previsão)				Total Previsto																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
		Código	Ano			Tipo	Numero		AA	AC				FC	Início	Fim	Total		Ano em Curso (Financiamento)	Definido		Anos Seguintes																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
2.2.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA										GRANDES OPÇÕES DO PLANO										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018				
Objetivo	Código da Classificação Econômica	Projeto Ação			Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Respon.sável	Datas		EX	Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Despesas de Investimento (Previsão)				Total Previsto				
		Código	Ano	Tipo			Número	AC	AA		FC	FC				Início	Fim	Anos Seguintes						
																		Total	Definido		Não Definido	2019	2020	2021
2.4.2.2.	0301/0703001	1	2013	1	4	ARRANIO URBANISTICO DA RUA EMÍDIO NAVARRO NO ACESSO AO PAÇO EPISCOPAL	EMPREGADA	100		DPIU	02/01/2013	31/12/2018	0			500,00			500,00		500,00			
2.4.2.2.	0301/0703001	1	2015	1	2	REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA AVENIDA SÁ CARNEIRO	EMPREGADA	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2021	0			10 000,00		1 431 000,00	100 000,00	1 000,00	1 542 000,00			
2.4.2.2.	0301/0703001	2	2015	1	3	REQUALIFICAÇÃO DOS ACESSOS PERPENDICULARES À AVENIDA SÁ CARNEIRO	EMPREGADA	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2021	0			10 000,00		212 000,00	50 000,00	1 000,00	273 000,00			
2.4.2.2.	0301/0703001	3	2015	1	4	RECUPERAÇÃO DAS MURALHAS E ACESSOS À CIDADELA	EMPREGADA	100		DPIU	01/01/2015	31/12/2019	0			1 000,00		500,00		1 500,00				
2.4.2.2.	0301/070115	3	2015	1	4	ARRANIOS EXTERIORES DO CONVENTO DE S. FRANCISCO - ORDEM TERCEIRA FRANCISCANA	EMPREGADA	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2018	0			10 000,00				10 000,00				
2.4.2.2.	0301/0703001	4	2015	1	7	PRACA CAMÕES COM UTILIZAÇÃO PERMANENTE	EMPREGADA	100		DPIU	01/01/2015	31/12/2019	0			10 000,00		1 000,00		2 000,00				
2.4.2.2.	0301/0703013	5	2015	1	13	REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM ANTÔNIO JOSÉ DE ALMEIDA - CENTRO DE ARTESANATO	EMPREGADA	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2021	0			10 000,00		742 000,00	50 000,00	1 000,00	803 000,00			
2.4.2.2.	0301/0701001	6	2015	1	14	BENEFICIAÇÃO DO EDIFICADO DO BAIRRO NOVO DA PREVIDÊNCIA	EMPREGADA	15	85	DPIU	01/07/2016	31/12/2021	0			20 000,00		500 000,00	100 000,00	1 000,00	621 000,00			
2.4.2.2.	0301/07010203	2	2016	1	8	PASSEIOS NA E.M. 537 - PINELA	EMPREGADA	100		DPIU	02/01/2017	31/12/2018	0			10 000,00				30 000,00				
2.4.2.2.	0301/070115	2	2016	1	8	MOBILIDADE MULTIMODAL, ACESSOS À ZONA INDUSTRIAL DAS CANTARIAS E NÚCLEO EMPRESARIAL	EMPREGADA	45	55	DPIU	02/01/2017	31/12/2021	0			2 000 000,00		3 816 000,00	100 000,00	1 000,00	5 917 000,00			
2.4.2.2.	0301/0703001	2	2017	1	4	APOIO À REQUALIFICAÇÃO DAS RUAS E LARGOS NAS ALDEIAS	OUTRA	100		OA	02/01/2018	31/12/2021	0			200 000,00		200 000,00	200 000,00	200 000,00	800 000,00			
2.4.2.2.	0102/08050102	1	2018	A	16	ARRANÇOS NOS ARRUELOS DA CIDADE	EMPREGADA	100		DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0			300 000,00		100 000,00	100 000,00	100 000,00	600 000,00			
2.4.2.2.	0301/0703001	2	2018	1	37	REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA AVENIDA JOÃO DA CRUZ	EMPREGADA	15	85	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0			30 000,00		954 000,00	100 000,00	1 000,00	1 085 000,00			
2.4.2.2.	0301/0703001	3	2018	1	38	REQUALIFICAÇÃO DE ACESSOS URBANOS NAS ALDEIAS	EMPREGADA	100		DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0			50 000,00		20 000,00	20 000,00	20 000,00	110 000,00			
2.4.2.2.	0301/0703001	4	2018	1	39	EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DO LOTEAMENTO DE S. TIAGO - 1ª FASE	EMPREGADA	100		DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0			500,00				500,00	500,00			
2.4.2.2.	0301/0703001	5	2018	1	40	REPAVIMENTAÇÃO DOS BAIRROS DA CIDADE	EMPREGADA	100		DPIU	02/01/2018	31/12/2018	4			200 000,00		200 000,00	200 000,00	200 000,00	800 000,00			
2.4.2.2.	0301/0703001	6	2018	1	41	PASSEIOS DIVERSOS NA CIDADE	EMPREGADA	100		DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0			50 000,00		50 000,00	50 000,00	50 000,00	200 000,00			
2.4.2.2.	0301/0703001	7	2018	1	42	MELHORIA DA MOBILIDADE MULTIMODAL NO NÚCLEO URBANO MOBILIDADE CICLÁVEL, PEDONAL E TRANSPORTES URBANOS	EMPREGADA	17	83	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0			1 000 000,00		2 014 000,00	1 378 000,00	1 000,00	4 393 000,00			
2.4.2.2.	0301/0703001	8	2018	1	43	SANAMENTO	EMPREGADA	100		DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0			375 500,00		425 000,00	425 000,00	425 000,00	1 650 500,00			
2.4.3.	0301/0703003	1	2010	1	11	CONSTRUÇÃO DE ETAPAS EM FRANÇA, RABAL, REBORDAÇOS, S. PEDRO E OUTRAS LOCALIDADES	EMPREGADA	100		DPIU	02/01/2010	31/12/2018	1			500,00				500,00	500,00			
2.4.3.	0301/0703003	1	2018	1	44	AMPLIAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO NO MUNICÍPIO	ADM. DIR.	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0			25 000,00		25 000,00	25 000,00	25 000,00	100 000,00			
2.4.3.	0303/020101	1	2018	1	44	CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES DEPURADORAS EM VÁRIAS ALDEIAS	EMPREGADA	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0			24 000,00				1 000,00	350 000,00			
2.4.3.	0303/020225	1	2018	1	44	AMPLIAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO NO MUNICÍPIO	EMPREGADA	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0			50 000,00		100 000,00	100 000,00	100 000,00	350 000,00			
2.4.3.	0303/0703003	2	2018	1	45	AMPLIAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO NO MUNICÍPIO	EMPREGADA	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0			300 000,00		300 000,00	300 000,00	300 000,00	1 200 000,00			
2.4.3.	0303/0703003	3	2018	1	46	AMPLIAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO NO MUNICÍPIO	EMPREGADA	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0			300 000,00		300 000,00	300 000,00	300 000,00	1 200 000,00			
2.4.4.	0303/0703007	1	2010	1	13	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	EMPREGADA	100		DAAE	02/01/2010	31/12/2021	3			137 500,00		146 000,00	145 000,00	135 000,00	563 500,00			
2.4.4.	0303/070115	2	2010	1	14	CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA	EMPREGADA	100		DAAE	02/01/2010	31/12/2018	0			500,00		30 000,00	30 000,00	30 000,00	90 500,00			
2.4.4.	0303/070115	2	2010	1	14	REVISÃO DO ESTUDO HIDROLÓGICO E HIDRÁULICO/OPERACIONAL, OBSERVAÇÃO, SEGURANÇA E EXPLORAÇÃO DA BSS	OUTRA	100		DAAE	02/01/2010	31/12/2018	0			500,00		500,00		1 000,00				
2.4.4.	0303/0703007	3	2010	1	15	BENEFICIAÇÃO NA GALERIA DA BSS	EMPREGADA	100		DAAE	02/01/2010	31/12/2018	0			500,00		500,00		1 000,00	20 000,00			
2.4.4.	0303/020101	1	2018	1	47	REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ÁGUA RURAL	ADM. DIR.	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2018	0			20 000,00				20 000,00	20 000,00			
2.4.4.	0303/020101	1	2018	1	47	REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ÁGUA RURAL	ADM. DIR.	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2018	0			14 000,00				14 000,00	20 000,00			
2.4.4.	0303/020225	2	2018	1	48	REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ÁGUA URBANA	ADM. DIR.	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2018	0			6 000,00				6 000,00	20 000,00			
2.4.4.	0303/020101	2	2018	1	48	REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ÁGUA URBANA	ADM. DIR.	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2018	0			20 000,00				20 000,00	20 000,00			
2.4.4.	0303/020225	2	2018	1	48	EXECUÇÃO DE FILOS ARTESANOS PARA REFORÇO DA REDE PÚBLICA NA ÁREA RURAL	EMPREGADA	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0			20 000,00		30 000,00	30 000,00	30 000,00	110 000,00			
2.4.4.	0303/0703007	3	2018	1	49	EXECUÇÃO DE FILOS ARTESANOS PARA REFORÇO DA REDE PÚBLICA NA ÁREA RURAL	EMPREGADA	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0			20 000,00		30 000,00	30 000,00	30 000,00	110 000,00			

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA				GRANDES OPÇÕES DO PLANO										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018					
Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção		Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento		Respon-sável	Datas		EX	Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Despesas de Investimento (Previsão)			Total Previsto		
		Código	Ano			Tipo	Número		AC	AA				FC	Início	Fim		Ano em Curso (Financiamento)	Não Definido
2.4.4.	0303/0703907	4	2018	1	50	TRATAMENTO DE ÁGUA-ADAPTAÇÃO DE ALGUNS RESERVATÓRIOS INCLUINDO SISTEMA DE CONTROLO DE NÍVEL	EMPREITADA	100	DAAE	02/01/2018	31/12/2020	9		500,00	10 000,00	10 000,00		20 500,00	
2.4.4.	0303/0703907	5	2018	1	51	MELHORIA DO SISTEMA DE ARMAZENAMENTO DE ÁGUA	EMPREITADA	100	DAAE	02/01/2018	31/12/2018	9		500,00				500,00	
2.4.4.	0303/0703907	6	2018	1	52	REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ÁGUA RURAL	EMPREITADA	100	DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0		25 000,00	25 000,00	25 000,00	25 000,00	100 000,00	
2.4.4.	0303/0703907	7	2018	1	53	REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ÁGUA URBANA	EMPREITADA	100	DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0		50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	200 000,00	
2.4.6.						PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA								1 047 000,00	774 500,00	756 500,00	256 500,00	2 834 500,00	
2.4.6.1.	0102/04050101	1	2018	A	17	HIGIENE PÚBLICA	OUTRA	100	OA	02/01/2018	31/12/2021	0		33 500,00	33 500,00	33 500,00	33 500,00	134 000,00	
2.4.6.1.						COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO DO CANIL INTERMUNICIPAL DE VIMIOSO								33 500,00	33 500,00	33 500,00	33 500,00	134 000,00	
2.4.6.2.	0301/07039312	1	2010	1	16	CEMITÉRIOS	EMPREITADA	100	DPIU	02/01/2010	31/12/2021	4		110 000,00	70 000,00	70 000,00	70 000,00	320 000,00	
2.4.6.2.						OBRAS DE BENEFICIAÇÃO NOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS								60 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	120 000,00	
2.4.6.2.	0102/08050102	1	2018	A	18	APOIO NA REALIZAÇÃO DE OBRAS DE BENEFICIAÇÃO EM VÁRIOS CEMITÉRIOS	OUTRA	100	OA	02/01/2018	31/12/2021	0		50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	200 000,00	
2.4.6.3.	0301/07039301	1	2014	1	4	MEIO AMBIENTE	EMPREITADA	100	DPIU	01/01/2014	31/12/2018	0		903 500,00	671 000,00	653 000,00	153 000,00	2 380 500,00	
2.4.6.3.						REALIZAÇÃO DO PROJETO DE VALORIZAÇÃO URBANÍSTICA DE S. BARTOLOMEU E PARQUE URBANO DO RIO FERVENÇA								500,00				500,00	
2.4.6.3.	0303/07010499	1	2015	1	10	REQUALIFICAÇÃO PAISAGÍSTICA DAS MARGENS DO RIO FERVENÇA	EMPREITADA	100	DAAE	01/01/2015	31/12/2018	0		500,00				500,00	
2.4.6.3.	0303/07010405	1	2016	1	1	CREAÇÃO DE JARDIM COM EQUIPAMENTO DE GINÁSTICA AO AR LIVRE E ELEMENTO DECORATIVO, EM PINELA	EMPREITADA	100	DAAE	13/09/2016	31/12/2018	0		500,00				500,00	
2.4.6.3.	0303/07039305	2	2016	1	2	CONSTRUÇÃO DO PARQUE VERDE COMUNITÁRIO NA QUINTA DA TRAGINHA	EMPREITADA	100	DAAE	02/01/2016	31/12/2020	0		150 000,00	500 000,00	500 000,00		1 150 000,00	
2.4.6.3.						REABILITAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO BAIRRO DA COXA		15	85	DAAE	01/07/2016	31/12/2021	0		200 000,00	10 000,00	1 000,00	1 000,00	212 000,00
2.4.6.3.	0303/070115	3	2016	1	6									10 000,00					
2.4.6.3.	0303/07039305	3	2016	1	6									190 000,00					
2.4.6.3.						REABILITAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO BAIRRO NOVO DA PREVIDÊNCIA		15	85	DAAE	01/07/2016	31/12/2021	0		400 000,00	10 000,00	1 000,00	1 000,00	412 000,00
2.4.6.3.	0303/070115	4	2016	1	9									10 000,00					
2.4.6.3.	0303/07039305	4	2016	1	9									390 000,00					
2.4.6.3.						AJARDINAMENTO DE ESPAÇOS DIVERSOS NO CONCELHO	ADM. DIR.	100	DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0		20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	80 000,00	
2.4.6.3.	0303/020101	1	2018	1	54									15 000,00					
2.4.6.3.	0303/020225	1	2018	1	54									5 000,00					
2.4.6.3.	0303/07011002	2	2018	1	55	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MANUTENÇÃO URBANA	OUTRA	100	DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0		30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	120 000,00	
2.4.6.3.	0303/070112	3	2018	1	56	ELEMENTOS DE ARTE EM ESPAÇOS PÚBLICOS	OUTRA	100	DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0		1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	4 000,00	
2.4.6.3.	0303/07039305	4	2018	1	57	AJARDINAMENTO DE ESPAÇOS DIVERSOS NO CONCELHO	EMPREITADA	100	DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0		100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	400 000,00	
2.4.6.3.						REMODELAÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL	ADM. DIR.	100	DAAE	02/01/2018	31/12/2018	0		1 000,00				1 000,00	
2.4.6.3.	0303/020101	5	2018	1	58									500,00					
2.4.6.3.	0303/020225	5	2018	1	58									500,00					
2.5.						SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS								2 574 200,00	3 949 500,00	3 906 500,00	482 500,00	10 512 700,00	
2.5.1.	0301/07010302	2	2010	1	7	CULTURA	EMPREITADA	100	DPIU	02/01/2010	31/12/2019	9		1 033 500,00	3 612 500,00	3 678 500,00	254 500,00	8 579 000,00	
2.5.1.						RECONSTRUÇÃO DA CASA DA CIDADE-SEDE DE ASSOCIAÇÕES EM SANTA MARIA								500,00				500,00	
2.5.1.	0301/07030202	1	2015	1	5	AMPLIAÇÃO DA PRAÇA SUL DO TEATRO MUNICIPAL	EMPREITADA	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2021	0		10 000,00	10 000,00	10 000,00	1 000,00	456 000,00
2.5.1.	0301/07010301	2	2015	1	11	RECUPERAÇÃO DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DA BIBLIOTECA CALOUSTE GULBENKIAN	EMPREITADA	100	DPIU	01/01/2015	31/12/2018	9		500,00				500,00	
2.5.1.						REABILITAÇÃO DOS ANTIGOS SÍLOS DA EPAC PARA MUSEU DE LÍNGUA PORTUGUESA	EMPREITADA	15	85	DPIU	01/07/2016	31/12/2021	0		410 000,00	3 015 000,00	3 515 000,00	100 000,00	7 040 000,00
2.5.1.	0301/07010301	4	2016	1	15									10 000,00					
2.5.1.	0301/070115	4	2016	1	15									400 000,00					
2.5.1.	0301/040701	1	2018	A	19	APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES CULTURAIS E RECREATIVAS	OUTRA	100	DECAS	01/01/2018	31/12/2021	0		60 000,00	60 000,00	60 000,00	60 000,00	240 000,00	

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA										GRANDES OPÇÕES DO PLANO										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018				
Objetivo	Código da Classificação Econômica	Projeto Ação			Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento		Respon- sável	Datas		Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Despesas de Investimento (Previsão)			Total	Ano em Curso (Financiamento)	Anos Seguintes			Total Previsto		
		Código	Ano	Tipo			Número	AC		AA	FC			Início	Fim	EX			Definido	Não Definido	Anos Seguintes			
																					2019		2020	2021
2.5.1.	0501/080701	2	2018	A	20	APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES NA CONSTRUÇÃO E NA EXECUÇÃO DE OBRAS DE ADAPTAÇÃO DE EDIFÍCIOS PARA AS SUAS SEDES SOCIAIS	OUTRA	100	DECAS	02/01/2018	31/12/2021	0		5 000,00		5 000,00		5 000,00		5 000,00		20 000,00		
2.5.1.	0501/080701	3	2018	A	21	APOIO À AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E FARDAMENTOS PARA AS BANDAS DE MÚSICA DO CONCEIÇÃO	OUTRA	100	DECAS	02/01/2018	31/12/2021	0		2 500,00		2 500,00		2 500,00		2 500,00		10 000,00		
2.5.1.	0501/040701	4	2018	A	22	APOIO À FUNDAÇÃO BEL AFONSO HENRIQUES NAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	OUTRA	100	DECAS	02/01/2018	31/12/2021	0		30 000,00		30 000,00		30 000,00		30 000,00		120 000,00		
2.5.1.	0501/040701	5	2018	A	23	APOIO NAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO OS NOSSOS LIVROS	OUTRA	100	DECAS	02/01/2018	31/12/2021	0		10 000,00		10 000,00		10 000,00		10 000,00		40 000,00		
2.5.1.	0501/040701	6	2018	A	24	APOIO À REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES NO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA EDNAN (FUNDAÇÃO OS NOSSOS LIVROS)	OUTRA	100	DECAS	02/01/2018	31/12/2021	0		45 000,00		45 000,00		45 000,00		45 000,00		180 000,00		
2.5.1.		7	2018	I	59	ELABORAÇÃO DO PROJETO DO NÚCLEO MUSEOLÓGICO FERROVIÁRIO E CONTEÚDOS DO MESMO	OUTRA	15	85	DPJU	02/01/2018	31/12/2018	0		160 000,00							160 000,00		
2.5.1.	0303/07010002	7	2018	I	59		EMPREITADA																	
2.5.1.	0303/070115	7	2018	I	60		EMPREITADA																	
2.5.1.	0303/07030201	8	2018	I	60		EMPREITADA																	
2.5.2.		3	2016	I	7	CONSTRUÇÃO DO NÚCLEO MUSEOLÓGICO FERROVIÁRIO	EMPREITADA	15	85	DPJU	02/01/2018	31/12/2021	0		300 000,00		10 000,00		1 000,00		1 000,00	312 000,00		
2.5.2.		3	2016	I	7	REQUALIFICAÇÃO DO POLIDESPORTIVO DO BAIRRO DA CONA	EMPREITADA	15	85	DPJU	01/07/2016	31/12/2021	0		1 540 700,00		337 000,00		228 000,00		228 000,00	2 337 700,00		
2.5.2.		3	2016	I	7										1 053 200,00		100 000,00		1 000,00		1 155 200,00			
2.5.2.	0303/070115	3	2016	I	7										3 200,00									
2.5.2.	0303/07030306	3	2016	I	7										1 050 000,00									
2.5.2.	0303/07010406	1	2017	I	2	PARQUE INFANTIL E JARDIM NA RUA DA CERÂMICA	EMPREITADA	100	DPJU	02/01/2017	31/12/2021	0		50 000,00		10 000,00		1 000,00		1 000,00		62 000,00		
2.5.2.	0303/07010406	2	2017	I	3	COMPLEXO DESPORTIVO DAS MODALIDADES DE PRAIA	EMPREITADA	100	DPJU	02/01/2017	31/12/2019	0		30 000,00		500,00						30 500,00		
2.5.2.		1	2018	A	25	APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS	OUTRA	100	UDI	02/01/2018	31/12/2021	0		180 000,00		180 000,00						180 000,00		
2.5.2.	0502/040701	2	2018	A	26	APOIO À AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO (ASSOCIAÇÕES)	OUTRA	100	UDI	02/01/2018	31/12/2021	0		5 000,00		5 000,00		5 000,00		5 000,00		20 000,00		
2.5.2.	0502/08050102	3	2018	A	27	APOIO À CONSTRUÇÃO DO MELHORIA DE POLIDESPORTIVOS (FREGUESIAS)	OUTRA	100	UDI	02/01/2018	31/12/2021	0		20 000,00		20 000,00		20 000,00		20 000,00		80 000,00		
2.5.2.	0502/080701	4	2018	A	28	APOIO À CONSTRUÇÃO DO PAVILÃO DO CLUBE ACADÊMICO DE BRAGANÇA	OUTRA	100	UDI	02/01/2018	31/12/2018	0		200 000,00								200 000,00		
2.5.2.	0303/07010406	5	2018	I	61	ARRANJOS EXTERIORES	EMPREITADA	100	DPJU	02/01/2018	31/12/2019	9		500,00		500,00						1 000,00		
2.5.2.	0301/07010406	6	2018	I	62	CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS DIVERSAS	EMPREITADA	100	DPJU	02/01/2018	31/12/2021	9		1 000,00		20 000,00		20 000,00		20 000,00		61 000,00		
2.5.2.	0301/07010406	7	2018	I	63	REMODELÇÃO E AMPLIAÇÃO DA PISCINA E PAVILHÕES MUNICIPAIS	EMPREITADA	100	DPJU	02/01/2018	31/12/2021	9		1 000,00		1 000,00		1 000,00		1 000,00		4 000,00		
3.						FUNÇÕES ECONÓMICAS								2 853 400,00		3 958 900,00		4 435 900,00		1 908 400,00		13 156 600,00		
3.1.						AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA								65 000,00		65 000,00		65 000,00		65 000,00		260 000,00		
3.1.	0303/08050102	1	2018	A	29	APOIO À CONSTRUÇÃO DE REGADIOS TRADICIONAIS E OUTROS	OUTRA	100	DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0		1 000,00		1 000,00		1 000,00		1 000,00		4 000,00		
3.1.	0303/08050102	2	2018	A	30	APOIO À RECUPERAÇÃO DE AGÜDES E LINHAS DE ÁGUA	OUTRA	100	DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0		1 000,00		1 000,00		1 000,00		1 000,00		4 000,00		
3.1.	0303/040701	3	2018	A	31	APOIO AO AGRUPAMENTO DE DEFESA SANITÁRIA- ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE GADO DE BRAGANÇA- NA VACINAÇÃO DE ANIMAIS CONTRA A TUBERCULOSE E BRUCELOSE	OUTRA	100	DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0		60 000,00		60 000,00		60 000,00		60 000,00		240 000,00		
3.1.		4	2018	I	64	CONSERVAÇÃO DA FLORESTA E MATAS NA ÁREA DO MUNICÍPIO	ADM. DIR.	100	DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0		3 000,00		3 000,00		3 000,00		3 000,00		12 000,00		
3.1.	0303/020225	4	2018	I	64										1 000,00									
3.1.	0303/07010002	4	2018	I	64										1 000,00									
3.1.	0303/070115	4	2018	I	64										1 000,00									
3.2.						INDÚSTRIA E ENERGIA								623 400,00		623 400,00		122 400,00		113 400,00		1 000 600,00		
3.2.1.	0303/07010404	1	2015	I	17	ILUMINAÇÃO LED EM TODA A ARU (INCLUI PARQUES DE ESTACIONAMENTO)	EMPREITADA	100	DAAE	01/01/2015	31/12/2021	3		252 000,00		252 000,00		91 000,00		91 000,00		544 000,00		
3.2.1.	0303/07010404	1	2017	I	6	ILUMINAÇÃO DOS TUNÉIS DA LINHA FERROVIÁRIA	EMPREITADA	100	DAAE	01/06/2017	31/12/2018	0		500,00								500,00		
3.2.1.	0303/07030304	1	2018	I	65	AMPLIAÇÃO DAS REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA ÁREA RURAL	EMPREITADA	100	DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0		10 000,00		10 000,00		10 000,00		10 000,00		40 000,00		
3.2.1.	0303/07030304	2	2018	I	66	AMPLIAÇÃO DAS REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA ÁREA URBANA	EMPREITADA	100	DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0		50 000,00		50 000,00		50 000,00		50 000,00		200 000,00		

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA										GRANDES OPÇÕES DO PLANO										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018					
Objetivo	Código da Classificação Econômica	Projeto Ação		Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento		Respon- sável	Datas		Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Despesas de Investimento (Previsão)				Total	Ano em Curso (Financiamento)		Anos Seguintes			Total Previsão		
		Código	Ano			Tipo	Número		AC	AA			FC	Início	Fim	EX		Total	Definido	Não Definido	2019	2020		2021	Outros
3.2.1.	0303/07030304	3	2018	1	67		100	DAAE	02/01/2018	31/12/2018	0		1 000,00				1 000,00							1 000,00	
3.2.1.		4	2018	1	68		100	DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0		50 000,00				50 000,00							110 000,00	
3.2.1.	0303/020101	4	2018	1	68									30 000,00											
3.2.1.	0303/020225	4	2018	1	68									20 000,00											
3.2.1.	0303/07010410	5	2018	1	69		100	DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0		120 000,00				120 000,00							150 000,00	
3.2.1.	0303/07010301	6	2018	1	70		100	DAAE	02/01/2018	31/12/2018	0		500,00				500,00							500,00	
3.2.2.																									
3.2.2.	0303/070115	1	2015	1	16		100	DAAE	01/01/2015	31/12/2018	0		170 400,00	20 400,00	20 400,00	20 400,00	20 400,00							231 600,00	
3.2.2.													10 000,00				10 000,00							10 000,00	
3.2.2.																									
3.2.2.	0303/040701	1	2018	A	32		100	DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0		9 400,00	9 400,00	9 400,00	9 400,00	9 400,00							37 600,00	
3.2.2.	0303/0701002	2	2018	1	71		100	DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0		1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00							4 000,00	
3.2.2.	0303/07010410	3	2018	1	72		100	DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0		150 000,00	150 000,00	150 000,00	150 000,00	150 000,00							180 000,00	
3.2.3.																									
3.2.3.	0301/07010499	1	2010	1	19		100	DPIU	02/01/2010	31/12/2021	3		201 000,00	201 000,00	201 000,00	201 000,00	201 000,00							225 000,00	
3.2.3.	0103/090802	1	2018	A	33		100	OF	02/01/2018	31/12/2021	0		200 000,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00							221 000,00	
3.2.3.													1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00							4 000,00	
3.3.																									
3.3.1.																									
3.3.1.1.	0401/07010409	1	2017	1	7		100	DPEDS	01/06/2017	31/12/2021	4		1 006 000,00	601 000,00	601 000,00	601 000,00	601 000,00							2 809 000,00	
3.3.1.1.													996 000,00	996 000,00	996 000,00	996 000,00	996 000,00							2 769 000,00	
3.3.1.1.													10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00							13 000,00	
3.3.1.1.																									
3.3.1.1.													1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00							1 000,00	
3.3.1.1.	0301/07030308	1	2018	1	73		100	DPIU	02/01/2018	31/12/2018	0		85 000,00	85 000,00	85 000,00	85 000,00	85 000,00							145 000,00	
3.3.1.1.	0301/07030309	2	2018	1	74		100	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0														
3.3.1.1.																									
3.3.1.1.	0301/07010409	3	2018	1	75		100	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0		20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00							20 000,00	
3.3.1.1.		4	2018	1	76		100	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0		10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00							40 000,00	
3.3.1.1.																									
3.3.1.1.	0301/020101	4	2018	1	76		1																		
3.3.1.1.	0301/020225	4	2018	1	76		1																		
3.3.1.1.	0301/07030308	5	2018	1	77		1																		
3.3.1.1.																									
3.3.1.1.	0301/07030308	6	2018	1	78		100	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0		50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00							110 000,00	
3.3.1.2.																									
3.3.1.2.	0301/07030308	1	2018	1	78		100	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0		800 000,00	800 000,00	800 000,00	800 000,00	800 000,00							2 300 000,00	
3.3.1.2.																									
3.3.1.2.	0302/0701002	1	2018	1	79		100	DLM	02/01/2018	31/12/2021	0		20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00							80 000,00	
3.3.2.																									
3.3.2.																									
3.3.2.	0302/0701002	1	2018	1	79		100	DLM	02/01/2018	31/12/2021	0		20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00							80 000,00	
3.3.2.																									
3.3.2.																									
3.3.2.	0301/07010499	1	2018	1	80		100	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0		9 000,00	9 000,00	9 000,00	9 000,00	9 000,00							40 000,00	
3.3.2.	0301/070115	1	2018	1	80																				
3.3.2.																									
3.4.																									
3.4.1.																									
3.4.1.	0301/07010303	1	2010	1	10		100	DPIU	02/01/2010	31/12/2018	9		1 109 000,00	1 109 000,00	1 109 000,00	1 109 000,00	1 109 000,00							8 887 000,00	
3.4.1.	0301/07010499	1	2011	1	4		100	DPIU	01/05/2011	31/12/2018	9		157 000,00	157 000,00	157 000,00	157 000,00	157 000,00							6 748 000,00	
3.4.1.																									
3.4.1.																									
3.4.1.	0301/07010301	1	2015	1	22		100	DPIU	01/01/2015	31/12/2021	0		100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00							6 100 000,00	
3.4.1.							15	85																	
3.4.1.																									
3.4.1.	0301/070115	2	2016	1	14																				
3.4.1.	0301/07030313	2	2016	1	14																				
3.4.1.	0401/040701	1	2018	A	34		100	DPEDS	02/01/2018	31/12/2021	0		50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00							200 000,00	
3.4.1.	0401/040102	2	2018	A	35		100	DPEDS	02/01/2018	31/12/2021	0		5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00							20 000,00	
3.4.2.																									
3.4.2.																									
3.4.2.	0301/07010301	1	2011	1	3		100	DPIU	02/01/2011	31/12/2020	4		952 000,00	952 000,00	952 000,00	952 000,00	952 000,00							2 119 000,00	
3.4.2.	0301/0701002	1	2011	1	3																			31 000,00	
3.4.2.	0301/0701002	1	2013	1	3		100	DPIU	02/01/2013	31/12/2018	9		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00							500,00	

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA										GRANDES OPÇÕES DO PLANO										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018			
Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção			Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento		Responsável	Datas		Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Despesas de Investimento (Previsão)			Total Previsto						
		Código	Ano	Tipo			Número	AC		AA	FC			Início	Fim	EX		Ano em Curso (Financiamento)		Anos Seguintes			
																		Total	Definido	Não Definido	2019	2020	2021
3.4.2.	0301/07010301	1	2015	I	1	INSTALAÇÃO DO BRAGANÇA WELCOME CENTER	EMPREITADA	100	DPIU	01/01/2015	31/12/2018	0		1 000,00	500,00				1 000,00				
3.4.2.	0301/07011002	1	2015	I	1	VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO PATRIMÓNIO RELIGIOSO DA DIOCESE DE BRAGANÇA E MIRANDA	EMPREITADA	100	DPIU	01/07/2016	31/12/2018	0		50 000,00	50 000,00				50 000,00				
3.4.2.	0301/07010399	1	2016	I	16	APOIO À CONSTRUÇÃO DE PRAIAS FLUVIAIS	OUTRA	100	DPEDS	02/01/2018	31/12/2021	0		10 000,00	10 000,00			10 000,00	10 000,00				
3.4.2.	0401/08050102	1	2018	A	36	APOIO À REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS PARA MUSEUS	OUTRA	100	DPEDS	02/01/2018	31/12/2021	0		40 000,00	40 000,00			1 000,00	1 000,00				
3.4.2.	0401/08050102	2	2018	A	37	RURAIS E OUTROS FINS COLECTIVOS	EMPREITADA	100	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0		20 000,00	20 000,00			10 000,00	10 000,00				
3.4.2.	0301/07010405	3	2018	I	81	CAMPISMO MUNICIPAL	EMPREITADA	100	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0		500,00	500,00			500 000,00	1 000,00				
3.4.2.	0301/07010406	4	2018	I	82	CONSTRUÇÃO DA PRAIA FLUVIAL DE GOSTEI	EMPREITADA	50	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0		800 000,00	100 000,00			1 000,00	1 000,00				
3.4.2.	0301/07030301	5	2018	I	83	VALORIZAÇÃO TURÍSTICA DA LINHA DO TUA - TROÇO DE BRAGANÇA	OUTRA	100	OA	02/01/2018	31/12/2021	0		50 000,00	50 000,00			50 000,00	50 000,00				
3.4.2.	0301/07030309	5	2018	I	83	TERREITORIAL - AECT LEÓN-BRAGANÇA, NAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	OUTRA	100	OA	02/01/2018	31/12/2021	0		30 000,00	30 000,00			30 000,00	30 000,00				
3.5.	0102/040501	1	2018	A	38	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	OUTRA	100	OA	02/01/2018	31/12/2021	0		20 000,00	20 000,00			20 000,00	20 000,00				
3.5.	0102/040501	2	2018	A	39	TERREITORIAL - AECT ZASNET, NAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	OUTRA	100	OA	02/01/2018	31/12/2021	0		20 000,00	20 000,00			20 000,00	20 000,00				
4.						OUTRAS FUNÇÕES																	
4.2.	0102/04050104	1	2018	A	40	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	OUTRA	100	OA	02/01/2018	31/12/2021	0		575 200,00	575 200,00			575 200,00	575 200,00				
4.2.	0102/04050104	2	2018	A	41	TRANSFERÊNCIA PARA A CIM-TTM PARA DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	OUTRA	100	OA	02/01/2018	31/12/2021	0		360 000,00	360 000,00			360 000,00	360 000,00				
4.2.	0102/08050104	2	2018	A	41	TRANSFERÊNCIA PARA A CIM-TTM PARA DESPESAS DE INVESTIMENTO	OUTRA	100	OA	02/01/2018	31/12/2021	0		31 000,00	31 000,00			31 000,00	31 000,00				
4.2.	0102/080701	3	2018	A	42	TRANSFERÊNCIA PARA A ASSOCIAÇÃO BRIGANTIA ECOPARK (INVESTIMENTO)	OUTRA	100	OA	02/01/2018	31/12/2021	0		68 000,00	68 000,00			68 000,00	68 000,00				
4.2.	0102/040701	4	2018	A	43	TRANSFERÊNCIA PARA A ASSOCIAÇÃO BRIGANTIA ECOPARK (DESPESAS DE FUNCIONAMENTO)	OUTRA	100	OA	02/01/2018	31/12/2021	0		1 000,00	1 000,00			1 000,00	1 000,00				
4.3.	0103/090802	2	2015	I	23	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	OUTRA	100	OA	02/01/2015	31/12/2021	4		260 000,00	260 000,00			260 000,00	260 000,00				
4.3.						SUBSCRIÇÃO/REALIZAÇÃO DAS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO - FUNDO DE APOIO MUNICIPAL								215 200,00	215 200,00			215 200,00	215 200,00				
TOTAL GENERAL														17 345 800,00	17 345 800,00			22 431 300,00	14 108 100,00	5 657 600,00	59 542 800,00		

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA		RESUMO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS					DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018				
Objectivo	Descrição	Valor Realizado	Valor Realizado	Despesas de Investimento (Previsão)							Total Previsto
		Até 1 Out.	Prev. de Out a Dez.	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes				
				Total	Definido	Não Definido	2019	2020	2021	Outros	
1.	FUNÇÕES GERAIS			2 452 500,00	2 452 500,00		844 700,00	171 000,00	152 000,00		3 620 200,00
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			2 442 500,00	2 442 500,00		834 700,00	161 000,00	152 000,00		3 590 200,00
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL			2 442 500,00	2 442 500,00		834 700,00	161 000,00	152 000,00		3 590 200,00
1.1.1.1.	EDIFÍCIOS			240 000,00	240 000,00		624 700,00	110 000,00	101 000,00		1 075 700,00
1.1.1.2.	MATERIAL DE TRANSPORTE			2 040 000,00	2 040 000,00		210 000,00	51 000,00	51 000,00		2 352 000,00
1.1.1.3.	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO			162 500,00	162 500,00						162 500,00
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS			10 000,00	10 000,00		10 000,00	10 000,00			30 000,00
1.2.1.	PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS			10 000,00	10 000,00		10 000,00	10 000,00			30 000,00
1.2.1.2.	SEGURANÇA PÚBLICA			10 000,00	10 000,00		10 000,00	10 000,00			30 000,00
2.	FUNÇÕES SOCIAIS			9 807 700,00	9 807 700,00		15 729 500,00	7 603 000,00	1 699 000,00		34 839 200,00
2.1.	EDUCAÇÃO			6 500,00	6 500,00		60 000,00	60 000,00	60 000,00		186 500,00
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR			6 500,00	6 500,00		60 000,00	60 000,00	60 000,00		186 500,00
2.1.1.1.	ENSINO PRÉ-ESCOLAR			2 000,00	2 000,00		30 000,00	30 000,00	30 000,00		92 000,00
2.1.1.2.	ENSINO BÁSICO			4 500,00	4 500,00		30 000,00	30 000,00	30 000,00		94 500,00
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS			7 784 500,00	7 784 500,00		12 077 500,00	3 994 000,00	1 514 000,00		25 370 000,00
2.4.1.	HABITAÇÃO			2 347 000,00	2 347 000,00		775 000,00	503 000,00	404 000,00		4 029 000,00
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO			3 961 000,00	3 961 000,00		10 040 500,00	2 248 000,00	377 000,00		16 626 500,00
2.4.2.1.	PLANEAMENTO URBANÍSTICO			236 500,00	236 500,00						236 500,00
2.4.2.2.	URBANIZAÇÃO			3 724 500,00	3 724 500,00		10 040 500,00	2 248 000,00	377 000,00		16 390 000,00
2.4.3.	SANEAMENTO			375 500,00	375 500,00		425 000,00	425 000,00	425 000,00		1 650 500,00
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA			137 500,00	137 500,00		146 000,00	145 000,00	135 000,00		563 500,00
2.4.6.	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA			963 500,00	963 500,00		691 000,00	673 000,00	173 000,00		2 500 500,00
2.4.6.2.	CEMITÉRIOS			60 000,00	60 000,00		20 000,00	20 000,00	20 000,00		120 000,00
2.4.6.3.	MEIO AMBIENTE			903 500,00	903 500,00		671 000,00	653 000,00	153 000,00		2 380 500,00
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS			2 016 700,00	2 016 700,00		3 592 000,00	3 549 000,00	125 000,00		9 282 700,00
2.5.1.	CULTURA			881 000,00	881 000,00		3 460 000,00	3 526 000,00	102 000,00		7 969 000,00
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER			1 135 700,00	1 135 700,00		132 000,00	23 000,00	23 000,00		1 313 700,00
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS			2 626 000,00	2 626 000,00		3 770 500,00	4 247 500,00	1 720 000,00		12 364 000,00
3.1.	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA			3 000,00	3 000,00		3 000,00	3 000,00	3 000,00		12 000,00
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA			613 000,00	613 000,00		131 000,00	112 000,00	103 000,00		959 000,00
3.2.1.	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			252 000,00	252 000,00		110 000,00	91 000,00	91 000,00		544 000,00
3.2.2.	ENERGIA			161 000,00	161 000,00		11 000,00	11 000,00	11 000,00		194 000,00
3.2.3.	ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS			200 000,00	200 000,00		10 000,00	10 000,00	1 000,00		221 000,00
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES			1 006 000,00	1 006 000,00		601 000,00	601 000,00	601 000,00		2 809 000,00
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS			996 000,00	996 000,00		591 000,00	591 000,00	591 000,00		2 769 000,00
3.3.1.1.	REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO			976 000,00	976 000,00		571 000,00	571 000,00	571 000,00		2 689 000,00
3.3.1.2.	ESTACIONAMENTO			20 000,00	20 000,00		20 000,00	20 000,00	20 000,00		80 000,00
3.3.2.	TRANSPORTES AÉREOS			10 000,00	10 000,00		10 000,00	10 000,00	10 000,00		40 000,00
3.4.	COMÉRCIO E TURISMO			1 004 000,00	1 004 000,00		3 035 500,00	3 531 500,00	1 013 000,00		8 584 000,00
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS			102 000,00	102 000,00		2 425 000,00	3 020 000,00	1 001 000,00		6 548 000,00
3.4.2.	TURISMO			902 000,00	902 000,00		610 500,00	511 500,00	12 000,00		2 036 000,00
4.	OUTRAS FUNÇÕES			215 200,00	215 200,00		215 200,00	215 200,00	215 200,00		860 800,00
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS			215 200,00	215 200,00		215 200,00	215 200,00	215 200,00		860 800,00
TOTAL GERAL				15 101 400,00	15 101 400,00		20 559 900,00	12 236 700,00	3 786 200,00		51 684 200,00

valores em euros

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA					PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS													DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018			
Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção		Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento		Responsável	Datas		Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Ano em Curso (Financiamento)		Despesas de Investimento (Previsão)		Total Previsto				
		Código	Ano			Tipo	Número		AC	AA			FC	Início	Fim	EX		Total	Definido	Não Definido	2019
1.														2 452 500,00	2 452 500,00	844 700,00	171 000,00	152 000,00	3 620 200,00		
1.1.														2 442 500,00	2 442 500,00	834 700,00	161 000,00	152 000,00	3 590 200,00		
1.1.1.														2 442 500,00	2 442 500,00	834 700,00	161 000,00	152 000,00	3 590 200,00		
1.1.1.1.	0301/07010301	1	2011	I	1	FUNÇÕES GERAIS SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ADMINISTRAÇÃO GERAL EDIFÍCIOS ECOPOLIS-RECONVERSÃO URBANÍSTICA DO FORTE S. JOÃO DE DEUS-CENTRO DE REFERÊNCIA EM CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL (EDIFÍCIOS MUNICIPAIS)	EMPREITADA	100		DPIU	02/01/2011	31/12/2019	9	240 000,00	240 000,00	624 700,00	110 000,00	101 000,00	1 075 700,00		
1.1.1.1.														10 000,00	10 000,00				10 000,00		
1.1.1.1.	0301/07010301	1	2015	I	12	REQUALIFICAÇÃO DO AUDITÓRIO PAULO O QUINTELA NO ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	EMPREITADA	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2018	9	30 000,00	30 000,00				30 000,00		
1.1.1.1.	1.1.1.1.	2	2016	I	11	REQUALIFICAÇÃO E REFUNCIONALIZAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO DE RESPOSTAS INTEGRADAS	EMPREITADA	15	85	DPIU	01/07/2016	31/12/2021	0	50 000,00	50 000,00	524 700,00	10 000,00	1 000,00	585 700,00		
1.1.1.1.																					
1.1.1.1.	0301/07010301	2	2016	I	11	REQUALIFICAÇÃO E REFUNCIONALIZAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO DE RESPOSTAS INTEGRADAS	EMPREITADA	100		DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0	150 000,00	150 000,00						
1.1.1.1.														25 000,00	25 000,00						
1.1.1.2.	0302/07010602	1	2015	I	18	REDE DE BICICLETAS DE USO PARTILHADO BRAGANÇA - BIKE SHARING	OUTRA	15	85	DLM	01/01/2015	31/12/2019	4	10 000,00	10 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	450 000,00		
1.1.1.2.	0302/070115	2	2015	I	19	ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE	OUTRA	15	85	DLM	01/01/2015	31/12/2019	4	10 000,00	10 000,00	10 000,00					
1.1.1.2.	0302/070108	3	2015	I	20	MOBILIDADE INTELIGENTE-SUSTENTABILIDADE NO TRANSPORTE PÚBLICO	OUTRA	15	85	DLM	01/01/2015	31/12/2019	0	710 000,00	710 000,00	40 000,00			750 000,00		
1.1.1.2.														80 000,00	80 000,00						
1.1.1.2.	0302/07010301	3	2015	I	20									225 000,00	225 000,00						
1.1.1.2.	0302/070107	3	2015	I	20									320 000,00	320 000,00						
1.1.1.2.	0302/070115	3	2015	I	20									85 000,00	85 000,00						
1.1.1.2.	0302/070115	3	2015	I	20									10 000,00	10 000,00				160 000,00		
1.1.1.2.	0302/07010602	1	2018	I	2	ACQUIÇÃO DE VIATURAS LIGERAS	OUTRA	100		DLM	02/01/2018	31/12/2021	0	1 300 000,00	1 300 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	1 402 000,00		
1.1.1.2.	0302/07010602	2	2018	I	3	MOBILIDADE INTELIGENTE-SUSTENTABILIDADE NO TRANSPORTE PÚBLICO	OUTRA	38	62	DLM	02/01/2018	31/12/2021	0			100 000,00	1 000,00	1 000,00			
1.1.1.3.														162 500,00	162 500,00				162 500,00		
1.1.1.3.	0302/07010602	1	2018	I	4	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO ACQUIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE DIVERSO	OUTRA	100		DLM	02/01/2018	31/12/2018	0	20 000,00	20 000,00				20 000,00		
1.1.1.3.	0102/070108	2	2018	I	5	ACQUIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO (SOFTWARE)	OUTRA	100		OA	02/01/2018	31/12/2018	0	20 000,00	20 000,00				20 000,00		
1.1.1.3.														1 500,00	1 500,00				1 500,00		
1.1.1.3.	0201/070109	3	2018	I	6	ACQUIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MAQUINARIA DIVERSA	OUTRA	100		UAG	02/01/2018	31/12/2018	0								
1.1.1.3.	0201/070102	3	2018	I	6									500,00	500,00						
1.1.1.3.	0201/070111	3	2018	I	6									500,00	500,00						
1.1.1.3.	0201/070111	4	2018	I	7																
1.1.1.3.	0202/070109	4	2018	I	7	ACQUIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MAQUINARIA DIVERSA	OUTRA	100		DAF	02/01/2018	31/12/2018	0	1 500,00	1 500,00				1 500,00		
1.1.1.3.	0202/0701002	4	2018	I	7																
1.1.1.3.	0202/070111	4	2018	I	7																
1.1.1.3.	0202/070111	5	2018	I	8																
1.1.1.3.														3 000,00	3 000,00				3 000,00		
1.1.1.3.	0301/070109	5	2018	I	8	ACQUIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MAQUINARIA DIVERSA	OUTRA	100		DPIU	02/01/2018	31/12/2018	0								
1.1.1.3.	0301/0701002	5	2018	I	8									1 000,00	1 000,00						
1.1.1.3.	0301/070111	5	2018	I	8									1 000,00	1 000,00						
1.1.1.3.	0301/070111	6	2018	I	9																
1.1.1.3.	0302/070109	6	2018	I	9	ACQUIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MAQUINARIA DIVERSA	OUTRA	100		DLM	02/01/2018	31/12/2018	0	10 000,00	10 000,00				10 000,00		
1.1.1.3.	0302/0701002	6	2018	I	9																
1.1.1.3.	0302/070111	6	2018	I	9																
1.1.1.3.														20 000,00	20 000,00				20 000,00		
1.1.1.3.	0303/070109	7	2018	I	10	ACQUIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MAQUINARIA DIVERSA	OUTRA	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2018	0								
1.1.1.3.	0303/0701002	7	2018	I	10									5 000,00	5 000,00						
1.1.1.3.	0303/070111	7	2018	I	10									12 500,00	12 500,00						
1.1.1.3.	0303/070111	8	2018	I	11									2 500,00	2 500,00						
1.1.1.3.																					
1.1.1.3.	0401/070109	8	2018	I	11	ACQUIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MAQUINARIA DIVERSA	OUTRA	100		DPEDS	02/01/2018	31/12/2018	0	10 000,00	10 000,00				10 000,00		
1.1.1.3.	0401/0701002	8	2018	I	11																
1.1.1.3.	0401/070111	8	2018	I	11									2 000,00	2 000,00						
1.1.1.3.														4 000,00	4 000,00						

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA										PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018				
Objetivo	Código da Classificação Econômica	Projeto Ação		Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento		Responsável	Datas		EX	Valor Realizado Até 1 Out. a Dez.	Valor Realizado Prev. de Out. a Dez.	Despesas de Investimento (Previsão)				Total Previsto						
		Código	Ano			Tipo	Número		AC	AA				FC	Início	Fim	Total		Definido	Não Definido	2019	2020	2021	Outros
1.1.1.3.	9	2018	1	12	AQUIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MAQUINARIA DIVERSA	OUTRA	100	DECAS	02/01/2018	31/12/2018	0			10 000,00							10 000,00			
1.1.1.3.	0501/070109	9	2018	1	12									1 000,00										
1.1.1.3.	0501/0701002	9	2018	1	12									5 000,00										
1.1.1.3.	0501/070111	9	2018	1	12	OUTRA	100	UDI	02/01/2018	31/12/2018	0			4 000,00							5 000,00			
1.1.1.3.	10	2018	1	13																				
1.1.1.3.	0502/070109	10	2018	1	13									500,00										
1.1.1.3.	0502/0701002	10	2018	1	13									4 000,00										
1.1.1.3.	0502/070111	10	2018	1	13									500,00										
1.1.1.3.	0102/070107	11	2018	1	14									30 000,00							30 000,00			
1.1.1.3.	0303/0701002	12	2018	1	15	OUTRA	100	OA	02/01/2018	31/12/2018	0			500,00										
1.1.1.3.	0302/07010602	13	2018	1	16	OUTRA	100	DAAE	02/01/2018	31/12/2018	0										500,00			
1.1.1.3.	0302/0701002	14	2018	1	17	OUTRA	100	DLM	02/01/2018	31/12/2018	0			20 000,00							20 000,00			
1.1.1.3.	0302/0701002	14	2018	1	17	OUTRA	100	DLM	02/01/2018	31/12/2018	0			10 000,00							10 000,00			
1.1.1.3.	0102/070112	15	2018	1	18	OUTRA	100	OA	02/01/2018	31/12/2018	0			1 000,00							1 000,00			
1.2.																								
1.2.1.																								
1.2.1.1.																								
1.2.1.2.																								
1.2.1.2.	0102/0701002	1	2018	1	19	OUTRA	100	OA	02/01/2018	31/12/2020	0			10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	30 000,00			
1.2.1.2.														10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	30 000,00				
2.														9 807 700,00	9 807 700,00	15 729 500,00	7 603 000,00	1 699 000,00		34 839 200,00				
2.1.														6 500,00	6 500,00	60 000,00	60 000,00	60 000,00	60 000,00	186 500,00				
2.1.1.														6 500,00	6 500,00	60 000,00	60 000,00	60 000,00	60 000,00	186 500,00				
2.1.1.1.														2 000,00	2 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	92 000,00				
2.1.1.1.	0501/070109	1	2018	1	20	OUTRA	100	DECAS	02/01/2018	31/12/2021	0			1 000,00	1 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	31 000,00				
2.1.1.1.	0301/07030205	2	2018	1	21	EMPREGADA	100	DPU	02/01/2018	31/12/2021	0			1 000,00	1 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	61 000,00				
2.1.1.2.														4 500,00	4 500,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	94 500,00				
2.1.1.2.	0301/07030201	9	2005	1	21	EMPREGADA	100	DPU	02/01/2005	31/12/2018	9			500,00	500,00					500,00				
2.1.1.2.	0301/07030205	1	2017	1	5	EMPREGADA	100	DPU	02/01/2017	31/12/2018	0			500,00	500,00					500,00				
2.1.1.2.	0501/070109	2	2018	1	22	EMPREGADA	100	DECAS	02/01/2018	31/12/2021	0			1 000,00	1 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	31 000,00				
2.1.1.2.	0501/0701002	3	2018	1	23	OUTRA	100	DECAS	02/01/2018	31/12/2021	0			1 000,00	1 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	31 000,00				
2.1.1.2.	0301/07030205	4	2018	1	24	EMPREGADA	100	DPU	02/01/2018	31/12/2021	0			1 000,00	1 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	31 000,00				
2.1.1.2.	0102/070107	5	2018	1	25	OUTRA	100	OA	02/01/2018	31/12/2018	0			500,00	500,00					500,00				
2.4.														7 784 500,00	7 784 500,00	3 994 000,00	3 994 000,00	1 514 000,00		25 370 000,00				
2.4.1.														2 347 000,00	2 347 000,00	503 000,00	503 000,00	404 000,00		4 029 000,00				
2.4.1.	0301/07010399	1	2011	1	2	EMPREGADA	15	85	DPU	02/01/2011	31/12/2021	0		10 000,00	10 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	13 000,00				
2.4.1.																								
2.4.1.	0301/07010203	1	2012	1	8	EMPREGADA	15	85	DPU	02/01/2012	31/12/2018	4		20 000,00	20 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	284 000,00				
2.4.1.	0102/070101	2	2018	1	26	OUTRA	100	OA	02/01/2018	31/12/2021	0			600 000,00	300 000,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	1 200 000,00				
2.4.1.	0102/07010202	2	2018	1	26									300 000,00	300 000,00									
2.4.1.	0301/07010203	3	2018	1	27	EMPREGADA	100	DPU	02/01/2018	31/12/2021	0			150 000,00	150 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	450 000,00				
2.4.1.	0301/07010301	4	2018	1	28	EMPREGADA	15	85	DPU	02/01/2018	31/12/2021	0		700 000,00	700 000,00	100 000,00	100 000,00	1 000,00	1 000,00	901 000,00				
2.4.1.																								
2.4.1.	0102/070101	5	2018	1	29	OUTRA	100	OA	02/01/2018	31/12/2018	0			5 000,00	5 000,00					5 000,00				
2.4.1.	0102/07010203	6	2018	1	30	EMPREGADA	15	85	OA	02/01/2018	31/12/2019	4		50 000,00	50 000,00	10 000,00				60 000,00				
2.4.1.	0301/07010301	7	2018	1	31	EMPREGADA	15	85	DPU	02/01/2018	31/12/2021	0		811 000,00	811 000,00	100 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	913 000,00				

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA					PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018				
Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção		Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento		Respon-sável	Datas		Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Despesas de Investimento (Previsão)			Total Previsão			
		Código	Tipo			Número	AC		AA	FC			Início	Fim	EX		Ano em Curso (Financiamento)	Anos Seguintes	
																Total		Definido	2019
2.4.1.		8	2018	1	84	EDIFICAÇÃO BIOLIMÁTICA E REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL NOS ESPAÇOS NATURAIS (BOURB NATUR)	EMPREENHADA	15	85	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0	1 000,00		200 000,00	1 000,00		203 000,00
2.4.1.	0301.070115	8	2018	1	84	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO PLANEAMENTO URBANÍSTICO PLANOS DE PORMENOR DO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE BRAGANÇA E OUTROS OUTROS PROJETOS DE QUALIFICAÇÃO URBANA NO CONCELHO									500,00				
2.4.1.	0301.07030313	8	2018	1	84											500,00			
2.4.2.		4	2018	1	33											500,00			
2.4.2.1.	0301.070115	4	2018	1	32						02/01/2018	31/12/2018	0						
2.4.2.1.	0301.070115	1	2018	1	34						02/01/2018	31/12/2018	0						
2.4.2.1.	0301.070115	3	2018	1	35						02/01/2018	31/12/2018	0						
2.4.2.1.	0301.070115	4	2018	1	35						02/01/2018	31/12/2018	0						
2.4.2.1.	0301.070115	5	2018	1	36						02/01/2018	31/12/2018	0						
2.4.2.2.	0301.07030301	3	2019	1	30	CONSTRUÇÃO DA CICLOVA DA MÃE DE ÁGUA	EMPREENHADA	100	DPIU	02/01/2010	31/12/2018	9			3 961 000,00				
2.4.2.2.	0301.07030301	4	2010	1	31	CONSTRUÇÃO DA PRACA NOVA DA MÃE DE ÁGUA	EMPREENHADA	100	DPIU	02/01/2010	31/12/2018	9			236 500,00				
2.4.2.2.	0301.07030301	1	2011	1	5	CONSTRUÇÃO DA CIRCULAR INTERIOR - TROÇO DA MÃE DE ÁGUA	EMPREENHADA	100	DPIU	01/05/2011	31/12/2018	9			500,00				
2.4.2.2.	0301.07030301	1	2013	1	4	ARRANJO URBANÍSTICO DA RUA EMÍDIO NAVARRO NO ACESSO AO PACO EPISCOPAL	EMPREENHADA	100	DPIU	02/01/2013	31/12/2018	0			500,00				
2.4.2.2.	0301.07030301	1	2015	1	2	REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA AVENIDA SÁ CARNEIRO	EMPREENHADA	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2021	0		10 000,00	100 000,00	1 000,00		1 542 000,00
2.4.2.2.	0301.07030301	2	2015	1	3	REQUALIFICAÇÃO DOS ACESSOS PERPENDICULARES À AVENIDA SÁ CARNEIRO	EMPREENHADA	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2021	0		10 000,00	50 000,00	1 000,00		273 000,00
2.4.2.2.	0301.07030301	3	2015	1	4	RECUPERAÇÃO DAS MUÍRALHAS E ACESSOS À CIDADELA	EMPREENHADA	100	DPIU	01/01/2015	31/12/2019	0			1 000,00	500,00			1 500,00
2.4.2.2.	0301.070115	3	2015	1	4										500,00				
2.4.2.2.	0301.070305	3	2015	1	4										500,00				
2.4.2.2.	0301.07030301	4	2015	1	7										10 000,00				10 000,00
2.4.2.2.	0301.07030313	5	2015	1	13	ARRANJOS EXTERIORES DO CONVENTO DE S. FRANCISCO - ORDEM TERCEIRA FRANCISCANA	EMPREENHADA	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2018	0						
2.4.2.2.	0301.07010301	6	2015	1	14	PRACA CAMÕES COM UTILIZAÇÃO PERMANENTE REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM ANTONIO JOSE DE ALMEIDA - CENTRO DE ARTESANATO	EMPREENHADA	100	DPIU	01/01/2015	31/12/2021	0			1 000,00	1 000,00	1 000,00		2 000,00
2.4.2.2.	0301.07010301	2	2016	1	8	BENEFICIAÇÃO DO EDIFICADO DO BARRIO NOVO DA PREVIDÊNCIA	EMPREENHADA	15	85	DPIU	01/07/2016	31/12/2021	0		20 000,00	500 000,00	100 000,00		621 000,00
2.4.2.2.	0301.07010203	2	2016	1	8										10 000,00				
2.4.2.2.	0301.070115	2	2016	1	8										10 000,00				
2.4.2.2.	0301.07030301	1	2017	1	1	PASSEIOS NA E.M. 537 - PINELA	EMPREENHADA	100	DPIU	02/01/2017	31/12/2018	0			30 000,00	30 000,00	100 000,00		30 000,00
2.4.2.2.	0301.07030301	2	2017	1	4	MOBILIDADE MULTIMODAL, ACESSOS À ZONA INDUSTRIAL DAS CANTARIAS E NÚCLEO EMPRESARIAL	EMPREENHADA	45	55	DPIU	02/01/2017	31/12/2021	0		2 000 000,00	2 000 000,00	100 000,00		5 917 000,00
2.4.2.2.	0301.07030301	2	2018	1	37	ARRANJOS NOS ARRUELOS DA CIDADE	EMPREENHADA	100	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0			300 000,00	300 000,00	100 000,00		600 000,00
2.4.2.2.	0301.07030301	3	2018	1	38	REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA AVENIDA JOÃO DA CRUZ	EMPREENHADA	15	85	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0		30 000,00	954 000,00	100 000,00		1 085 000,00
2.4.2.2.	0301.07030301	4	2018	1	39	REQUALIFICAÇÃO DE ACESSOS URBANOS NAS ALDEIAS	EMPREENHADA	100	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0			50 000,00	20 000,00	20 000,00		110 000,00
2.4.2.2.	0301.07030301	5	2018	1	40	EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DO LOTEAMENTO DE S. TIAGO - 1ª FASE	EMPREENHADA	100	DPIU	02/01/2018	31/12/2018	4			500,00				500,00
2.4.2.2.	0301.07030301	6	2018	1	41	REPAVIMENTAÇÃO DOS BAIRROS DA CIDADE	EMPREENHADA	100	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0			200 000,00	200 000,00	200 000,00		800 000,00
2.4.2.2.	0301.07030301	7	2018	1	42	PASSEIOS DIVERSOS NA CIDADE	EMPREENHADA	100	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0			50 000,00	50 000,00	50 000,00		200 000,00
2.4.2.2.	0301.07030301	8	2018	1	43	MELHORIA DA MOBILIDADE MULTIMODAL NO NÚCLEO URBANO-MOBILIDADE CICLÁVEL, PEDONAL E TRANSPORTES URBANOS	EMPREENHADA	17	83	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0		1 000 000,00	1 378 000,00	1 000,00		4 393 000,00
2.4.3.		1	2010	1	11	SAANEAMENTO	EMPREENHADA	100	DPIU	02/01/2010	31/12/2018	1			375 500,00		425 000,00	425 000,00	1 650 500,00
2.4.3.	0301.07030303	1	2018	1	44	CONSTRUÇÃO DE ETAR'S EM FRANÇA, RABAL, REBORÇADOS, S. PEDRO E OUTRAS LOCALIDADES	ADM. DIR.	100	DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0			500,00		25 000,00	25 000,00	500,00
2.4.3.	0303.020101	1	2018	1	44	AMPLIAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE SAANEAMENTO NO MUNICÍPIO		100	DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0			25 000,00				100 000,00
2.4.3.	0303.020225	1	2018	1	44														
2.4.3.	0303.07030303	2	2018	1	45	CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES DEPURADORAS EM VÁRIAS ALDEIAS	EMPREENHADA	100	DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0			50 000,00	100 000,00	100 000,00		350 000,00
2.4.3.	0303.07030303	3	2018	1	46	AMPLIAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE SAANEAMENTO NO MUNICÍPIO	EMPREENHADA	100	DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0			300 000,00	300 000,00	300 000,00		1 200 000,00

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA										PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018			
Objetivo	Código da Classificação Econômica	Projeto Ação		Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento		Respon-sável	Datas		Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Ano em Curso (Financiamento)		Despesas de Investimento (Previsão)		Total Previsão						
		Código	Ano			Tipo	Número		AC	AA			FC	Início	Fim	EX		Total	Definido	Não Definido	Anos Seguintes		
																					2019	2021	Outros
2.4.4.	0303/07030307	1	2010	I	13	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	100	DAAE	02/01/2010	31/12/2021	3		137 500,00	137 500,00	146 000,00	145 000,00	135 000,00	563 500,00					
2.4.4.	0303/070115	2	2010	I	14		100	DAAE	02/01/2010	31/12/2018	0		500,00	500,00	500,00	30 000,00	30 000,00	90 500,00					
2.4.4.	0303/07030307	3	2010	I	15		100	DAAE	02/01/2010	31/12/2018	0		500,00	500,00	500,00			1 000,00					
2.4.4.	0303/07030307	1	2018	I	47		100	DAAE	02/01/2018	31/12/2018	0		20 000,00	20 000,00				20 000,00					
2.4.4.	0303/070101	1	2018	I	47																		
2.4.4.	0303/020225	2	2018	I	48		100	DAAE	02/01/2018	31/12/2018	0		20 000,00	20 000,00				20 000,00					
2.4.4.	0303/020225	2	2018	I	47																		
2.4.4.	0303/020225	2	2018	I	48		100	DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0		20 000,00	20 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	110 000,00					
2.4.4.	0303/07030307	3	2018	I	49		100	DAAE	02/01/2018	31/12/2020	9		500,00	500,00	10 000,00	10 000,00		20 500,00					
2.4.4.	0303/07030307	4	2018	I	50		100	DAAE	02/01/2018	31/12/2018	9		500,00	500,00				500,00					
2.4.4.	0303/07030307	5	2018	I	51	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA CEMITÉRIOS	100	DAAE	02/01/2018	31/12/2018	9		500,00	500,00				500,00					
2.4.4.	0303/07030307	6	2018	I	52		100	DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0		25 000,00	25 000,00	25 000,00	25 000,00	25 000,00	100 000,00					
2.4.4.	0303/07030307	7	2018	I	53		100	DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0		50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	200 000,00					
2.4.6.	0301/07030312	1	2010	I	16		100	DPIU	02/01/2010	31/12/2021	4		963 500,00	963 500,00	691 000,00	673 000,00	173 000,00	2 500 500,00					
2.4.6.2.	0301/07030301	1	2014	I	4		100	DPIU	01/01/2014	31/12/2018	0		60 000,00	60 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	120 000,00					
2.4.6.3.	0303/07010499	1	2015	I	10		100	DAAE	01/01/2015	31/12/2018	0		500,00	500,00				500,00					
2.4.6.3.	0303/07010405	1	2016	I	1		100	DAAE	13/09/2016	31/12/2018	0		500,00	500,00				500,00					
2.4.6.3.	0303/07030305	2	2016	I	2		100	DAAE	02/01/2016	31/12/2020	0		150 000,00	150 000,00	500 000,00	500 000,00		1 150 000,00					
2.4.6.3.	0303/070115	3	2016	I	6		15	85	DAAE	01/07/2016	31/12/2021	0		200 000,00	10 000,00	1 000,00	1 000,00	212 000,00					
2.4.6.3.	0303/07030305	4	2016	I	9		AJARDINAMENTO DE ESPAÇOS DIVERSOS NO CONCELHO	100	DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0		20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	80 000,00				
2.4.6.3.	0303/07030305	4	2016	I	9	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0		30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	120 000,00					
2.4.6.3.	0303/020101	1	2018	I	54	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0		15 000,00	15 000,00				15 000,00					
2.4.6.3.	0303/020225	1	2018	I	54	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0		5 000,00	5 000,00				5 000,00					
2.4.6.3.	0303/07011002	2	2018	I	55	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0		30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	120 000,00					
2.4.6.3.	0303/070112	3	2018	I	56	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0		1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	4 000,00					
2.4.6.3.	0303/07030305	4	2018	I	57	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0		100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	400 000,00					
2.4.6.3.	0303/07030305	5	2018	I	58	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2018	0		1 000,00	1 000,00				1 000,00					
2.4.6.3.	0303/070101	5	2018	I	58																		
2.4.6.3.	0303/020225	5	2018	I	58	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2019	9		500,00	500,00				500,00					
2.5.	0301/0701302	2	2010	I	7	100	DPIU	02/01/2010	31/12/2019	9		2 016 700,00	2 016 700,00	3 549 000,00	125 000,00	125 000,00	9 282 700,00						
2.5.1.	0301/0701302	2	2010	I	7	100	DPIU	02/01/2010	31/12/2019	9		881 000,00	881 000,00	3 460 000,00	102 000,00	102 000,00	7 969 000,00						
2.5.1.	0301/0701302	2	2010	I	7	100	DPIU	02/01/2010	31/12/2019	9		500,00	500,00				500,00						

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA										PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018			
Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção		Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento		Responsável	Datas		EX	Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Despesa de Investimento (Previsão)			Anos Seguintes			Total Previsto			
		Código	Tipo			Número	AC		AA	FC				Início	Fim	NÃO Definido	2019	2020	2021		Outros		
2.5.1.	0301/07030202	1	2015	1	5	AMPLIAÇÃO DA PRACA SUL DO TEATRO MUNICIPAL	EMPREITADA	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2021	0	10 000,00	10 000,00	435 000,00	10 000,00	1 000,00	456 000,00				
2.5.1.	0301/07010301	2	2015	1	11	RECUPERAÇÃO DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DA BIBLIOTECA CALOUSTE GULEBKIAN	EMPREITADA	100		DPIU	01/01/2015	31/12/2018	9	500,00	500,00				500,00				
2.5.1.		4	2016	1	15	REABILITAÇÃO DOS ANTIGOS SILOS DA EPAC PARA MUSEU DE LÍNGUA PORTUGUESA	EMPREITADA	15	85	DPIU	01/07/2016	31/12/2021	0	410 000,00		3 015 000,00	3 515 000,00	100 000,00	7 040 000,00				
2.5.1.	0301/07010301	4	2016	1	15									10 000,00									
2.5.1.	0301/070115	7	2018	1	59	ELABORAÇÃO DO PROJETO DO NÚCLEO MUSEOLÓGICO FERROVIÁRIO E CONTEÚDOS DO MESMO	OUTRA	15	85	DPIU	02/01/2018	31/12/2018	0	160 000,00					160 000,00				
2.5.1.		7	2018	1	59									140 000,00									
2.5.1.	0301/07011002	7	2018	1	59	CONSTRUÇÃO DO NÚCLEO MUSEOLÓGICO FERROVIÁRIO	EMPREITADA	15	85	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0	300 000,00	10 000,00	10 000,00	1 000,00	1 000,00	312 000,00				
2.5.1.	0301/07030201	8	2018	1	60									20 000,00									
2.5.2.		3	2016	1	7	REQUALIFICAÇÃO DO POLIDESPORITO DO BAIRRO DA COXA	EMPREITADA	15	85	DPIU	01/07/2016	31/12/2021	0	1 135 700,00	132 000,00	100 000,00	1 000,00	23 000,00	1 313 700,00				
2.5.2.	0301/070115	3	2016	1	7									1 053 200,00				1 000,00	1 155 200,00				
2.5.2.	0301/07030306	3	2016	1	7									3 200,00									
2.5.2.	0301/07030306	3	2016	1	7									1 050 000,00									
2.5.2.	0301/07010406	1	2017	1	2	PARQUE INFANTIL E JARDIM NA RUA DA CERÂMICA	EMPREITADA	100		DPIU	02/01/2017	31/12/2021	0	50 000,00	10 000,00	10 000,00	1 000,00	1 000,00	62 000,00				
2.5.2.	0301/07010406	2	2017	1	3	COMPLEXO DESPORTIVO DAS MODALIDADES DE PRAIA	EMPREITADA	100		DPIU	02/01/2017	31/12/2019	0	30 000,00	30 000,00	500,00			30 500,00				
2.5.2.		5	2018	1	61	CONCLUSÃO DA BANCADA DO ESTÁDIO MUNICIPAL E ARRANJOS EXTERIORES	EMPREITADA	100		DPIU	02/01/2018	31/12/2019	9	500,00	500,00				1 000,00				
2.5.2.	0301/07010406	6	2018	1	62	CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS DIVERSAS	EMPREITADA	100		DPIU	02/01/2018	31/12/2021	9	1 000,00	1 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	61 000,00				
2.5.2.	0301/07010406	7	2018	1	63	REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA PISCINA E PAVILHÕES MUNICIPAIS	EMPREITADA	100		DPIU	02/01/2018	31/12/2021	9	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	4 000,00					
3.						FUNÇÕES ECONÓMICAS								2 626 000,00	2 626 000,00	3 770 500,00	4 247 500,00	1 720 000,00	12 364 000,00				
3.1.						AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA								3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	12 000,00				
3.1.1.		4	2018	1	64	CONSERVAÇÃO DA FLORESTA E IMATAS NA ÁREA DO MUNICÍPIO	ADM. DIR.	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	12 000,00				
3.1.1.	0303/020225	4	2018	1	64									1 000,00									
3.1.1.	0303/07011002	4	2018	1	64									1 000,00									
3.1.1.	0303/070115	4	2018	1	64									1 000,00									
3.2.						INDÚSTRIA E ENERGIA								613 000,00	613 000,00	131 000,00	112 000,00	103 000,00	959 000,00				
3.2.1.	0303/07010404	1	2015	1	17	ILUMINAÇÃO LED EM TODA A ARU (INCLUI PARQUES DE ESTACIONAMENTO)	EMPREITADA	100		DAAE	01/01/2015	31/12/2021	3	252 000,00	252 000,00	20 000,00	20 000,00	91 000,00	544 000,00				
3.2.1.	0303/07010404	1	2017	1	6	ILUMINAÇÃO DOS TÚNEIS DA LINHA FERROVIÁRIA	EMPREITADA	100		DAAE	01/06/2017	31/12/2018	0	500,00	500,00				500,00				
3.2.1.	0303/07030304	1	2018	1	65	AMPLIAÇÃO DAS REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA ÁREA RURAL	EMPREITADA	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	40 000,00				
3.2.1.		2	2018	1	66	AMPLIAÇÃO DAS REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA ÁREA URBANA	EMPREITADA	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0	50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	200 000,00				
3.2.1.	0303/07030304	3	2018	1	67	INFRAESTRUTURAS ELÉTRICAS DIVERSAS-FONTES LUMINOSAS E OUTRAS	EMPREITADA	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2018	0	1 000,00	1 000,00				1 000,00				
3.2.1.		4	2018	1	68	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS DIVERSOS: FONTES LUMINOSAS, SEMÁFOROS E OUTROS	ADM. DIR.	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0	50 000,00	50 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	110 000,00				
3.2.1.	0303/020101	4	2018	1	68									30 000,00									
3.2.1.	0303/020225	4	2018	1	68									20 000,00									
3.2.1.	0303/07010410	5	2018	1	69	MANUTENÇÃO DAS CENTRAIS HIDROELÉTRICAS ECOTURAS, CENTRO DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DE ENERGIA E AMBIENTE	OUTRA	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0	120 000,00	120 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	150 000,00				
3.2.1.	0303/07010301	6	2018	1	70		EMPREITADA	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2018	0	500,00	500,00				500,00				
3.2.2.						ENERGIA								161 000,00	161 000,00	11 000,00	11 000,00	11 000,00	194 000,00				
3.2.2.	0303/070115	1	2015	1	16	PLANO DE RACIONALIZAÇÃO DOS CONSUMOS ENERGÉTICOS (PREN) - CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA DOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS E IMEDIDAS CORRETIVAS	OUTRA	100		DAAE	01/01/2015	31/12/2018	0	10 000,00	10 000,00				10 000,00				
3.2.2.																							
3.2.2.	0303/07011002	2	2018	1	71	EQUIPAMENTO DA CENTRAL DE GRAHAS	OUTRA	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	4 000,00				
3.2.2.	0303/07010410	3	2018	1	72	MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	EMPREITADA	100		DAAE	02/01/2018	31/12/2021	0	200 000,00	200 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	221 000,00				
3.2.3.						ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS								200 000,00	200 000,00	10 000,00	10 000,00	1 000,00	221 000,00				
3.2.3.	0301/07010499	1	2010	1	19	ZONA INDUSTRIAL DAS CANTARIAS - FASE II	EMPREITADA	100		DPIU	02/01/2010	31/12/2021	3	1 006 000,00	1 006 000,00	601 000,00	601 000,00	601 000,00	2 809 000,00				
3.3.						TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES								996 000,00	996 000,00	571 000,00	571 000,00	571 000,00	2 769 000,00				
3.3.1.						TRANSPORTES RODVIÁRIOS								976 000,00	976 000,00	571 000,00	571 000,00	571 000,00	2 689 000,00				
3.3.1.						REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO																	

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA				PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018					
Objetivo	Código da Classificação Econômica	Projeto Ação		Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento		Responsável	Datas		Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out. a Dez.	Despesa de Investimento (Previsão)			Total Previsto			
		Código	Ano			AC	AA		FC	AA			FC	Ano em Curso (Financiamento)	Anos Seguintes				
													Total	Definido	Não Definido	2019	2020	2021	Outros
3.3.1.1.	0401/07010409	1	2017	1	7	SINALIZAÇÃO DA REDE DE PERCURSOS PEDESTRES NA ÁREA DO MUNICÍPIO	100	DPEDS	01/06/2017	31/12/2021	4		10 000,00	10 000,00		1 000,00			13 000,00
3.3.1.1.	0301/07030308	1	2018	1	73	PAVIMENTAÇÕES DIVERSAS	100	DPIU	02/01/2018	31/12/2018	0		1 000,00						1 000,00
3.3.1.1.	0301/07030309	2	2018	1	74	SINALIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL-SINALIZAÇÃO DIRECIONAL E INFORMATIVA	100	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0		85 000,00	85 000,00		20 000,00	20 000,00		145 000,00
3.3.1.1.	0301/07010409	3	2018	1	75	SINALIZAÇÃO URBANA	100	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0		20 000,00	20 000,00		20 000,00	20 000,00		80 000,00
3.3.1.1.		4	2018	1	76	MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA URBANA-SINALIZAÇÃO E PINTURA	100	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0		10 000,00	10 000,00		10 000,00	10 000,00		40 000,00
3.3.1.1.	0301/020101	4	2018	1	76								9 000,00						
3.3.1.1.	0301/020225	4	2018	1	76								1 000,00						
3.3.1.1.	0301/07030308	5	2018	1	77	PAVIMENTAÇÃO A CUBOS DE GRANITO EM VÁRIAS ALDEIAS	100	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0		50 000,00	50 000,00		20 000,00	20 000,00		110 000,00
3.3.1.1.	0301/07030308	6	2018	1	78	CONSERVAÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL	100	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0		800 000,00	800 000,00		500 000,00	500 000,00		2 300 000,00
3.3.1.2.						ESTACIONAMENTO							20 000,00	20 000,00		20 000,00	20 000,00		80 000,00
3.3.2.	0302/07011002	1	2018	1	79	AQUISIÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS	100	DLM	02/01/2018	31/12/2021	0		20 000,00	20 000,00		20 000,00	20 000,00		80 000,00
3.3.2.						TRANSPORTES AÉREOS							10 000,00	10 000,00		10 000,00	10 000,00		40 000,00
3.3.2.	1	2018	1	80	MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS AEROPORTUÁRIAS	EMPREITADA	100	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0		10 000,00	10 000,00		10 000,00	10 000,00		40 000,00
3.3.2.	0301/07010499	1	2018	1	80								9 000,00						
3.3.2.	0301/070115	1	2018	1	80								1 000,00						
3.4.						COMÉRCIO E TURISMO							1 004 000,00	1 004 000,00		3 035 500,00	3 531 500,00		8 584 000,00
3.4.1.						MERCADOS E FEIRAS							102 000,00	102 000,00		2 425 000,00	3 020 000,00		6 548 000,00
3.4.1.	0301/07010303	1	2010	1	10	CONSTRUÇÃO DO NOVO ESPAÇO PARA A FEIRA	100	DPIU	02/01/2010	31/12/2018	9		500,00	500,00					500,00
3.4.1.	0301/07010499	1	2011	1	4	CONSTRUÇÃO DO RECINTO DE PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DE RACAS AUTÓTONES	100	DPIU	01/05/2011	31/12/2018	9		500,00	500,00					500,00
3.4.1.						ATIVIDADE ECONÔMICA REGIONAL							100 000,00	100 000,00		2 000 000,00	3 000 000,00		6 100 000,00
3.4.1.	0301/07010301	1	2015	1	22	CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO PARA PROMOÇÃO DA CENTRO COMERCIAL AO AR LIVRE	100	DPIU	01/01/2015	31/12/2021	0		1 000,00						
3.4.1.													1 000,00			425 000,00	20 000,00		447 000,00
3.4.2.						TURISMO													
3.4.2.	0301/07010301	1	2011	1	3	ADAPTAÇÃO DE EDIFÍCIO A POSTO DE TURISMO E ESPAÇO MEMÓRIA DA PRESENÇA SEFARDITA	100	DPIU	02/01/2011	31/12/2020	4		902 000,00	902 000,00		610 500,00	511 500,00		2 036 000,00
3.4.2.													30 000,00			500,00	500,00		31 000,00
3.4.2.	0301/07011002	1	2011	1	3	ESPAÇO MEMÓRIA DA PRESENÇA MILITAR EM BRAGANÇA	100	DPIU	02/01/2013	31/12/2018	9		500,00	500,00					500,00
3.4.2.	0301/07011002	1	2013	1	3	INSTALAÇÃO DO BRAGANÇA WELCOME CENTER	100	DPIU	01/01/2015	31/12/2018	0		1 000,00						1 000,00
3.4.2.	0301/07010301	1	2015	1	1														
3.4.2.	0301/07011002	1	2015	1	1														
3.4.2.	0301/07010399	1	2016	1	16	VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO RELIGIOSO DA DIOCESE DE BRAGANÇA E MIRANDA	100	DPIU	01/07/2016	31/12/2018	0		50 000,00	50 000,00					50 000,00
3.4.2.	0301/07010405	3	2018	1	81	AMPLIAÇÃO E REMODELAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO MUNICIPAL	100	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0		20 000,00	20 000,00		10 000,00	10 000,00		50 000,00
3.4.2.	0301/07010406	4	2018	1	82	CONSTRUÇÃO DA PRAIA FLUVIAL DE GOSTEI	100	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0		500,00	500,00		500 000,00	500 000,00		1 001 500,00
3.4.2.						VALORIZAÇÃO TURÍSTICA DA LINHA DO TUA - TROÇO DE BRAGANÇA	50	50	DPIU	02/01/2018	31/12/2021	0	800 000,00			100 000,00	1 000,00		902 000,00
3.4.2.	0301/07030301	5	2018	1	83														
3.4.2.	0301/07030309	5	2018	1	83														
4.						OUTRAS FUNÇÕES													
4.3.						DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS													
4.3.	0103/090802	2	2015	1	23	SUBSCRIÇÃO/REALIZAÇÃO DAS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO - FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	100	OA	02/01/2015	31/12/2021	4		215 200,00	215 200,00		215 200,00	215 200,00		860 800,00
						TOTAL GERAL							15 101 400,00			20 559 900,00	12 236 700,00		51 684 200,00

valores em euros

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA				PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018									
Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção		Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento		Respon- sável	Datas		Valor Realizado		Valor Realizado EX Até 1 Out. Out a Dez.	Despesas de Investimento (Previsão)				Total Previsto					
		Código	Ano			Tipo	Número		AC	AA	FC	Início		Fim	Prev. de	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes				
																Total	Definido		Não Definido	2019	2020	2021	Outros

Fase de Execução:

- 0 - Não iniciada
- 1 - Com projecto técnico
- 2 - Adjudicada
- 3 - Execução Física até 50%
- 4 - Execução Física superior a 50%
- 9 - Concluída

P -

Em ____ de _____ de 2017

Órgão executivo

Em ____ de _____ de 2017

Órgão executivo

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA		RESUMO DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL						DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018			
Objectivo	Descrição	Valor Realizado	Valor Realizado	Despesas (Previsão)							
		Até 1 Out.	Prev. de Out a Dez.	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes				Total Previsto
				Total	Definido	Não Definido	2019	2020	2021	Outros	
1.	FUNÇÕES GERAIS			292 000,00	292 000,00		277 000,00	277 000,00	277 000,00		1 123 000,00
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			15 000,00	15 000,00						15 000,00
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL			15 000,00	15 000,00						15 000,00
1.1.1.2.	MATERIAL DE TRANSPORTE			15 000,00	15 000,00						15 000,00
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS			277 000,00	277 000,00		277 000,00	277 000,00	277 000,00		1 108 000,00
1.2.1.	PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS			277 000,00	277 000,00		277 000,00	277 000,00	277 000,00		1 108 000,00
1.2.1.1.	BOMBEIROS			277 000,00	277 000,00		277 000,00	277 000,00	277 000,00		1 108 000,00
2.	FUNÇÕES SOCIAIS			1 365 000,00	1 365 000,00		1 046 000,00	1 046 000,00	1 046 000,00		4 503 000,00
2.1.	EDUCAÇÃO			164 000,00	164 000,00		160 000,00	160 000,00	160 000,00		644 000,00
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO			164 000,00	164 000,00		160 000,00	160 000,00	160 000,00		644 000,00
2.2.	SAÚDE			15 000,00	15 000,00		15 000,00	15 000,00	15 000,00		60 000,00
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE			15 000,00	15 000,00		15 000,00	15 000,00	15 000,00		60 000,00
2.3.	SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAIS			335 000,00	335 000,00		220 000,00	220 000,00	220 000,00		995 000,00
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL			335 000,00	335 000,00		220 000,00	220 000,00	220 000,00		995 000,00
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS			293 500,00	293 500,00		293 500,00	293 500,00	293 500,00		1 174 000,00
2.4.1.	HABITAÇÃO			10 000,00	10 000,00		10 000,00	10 000,00	10 000,00		40 000,00
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO			200 000,00	200 000,00		200 000,00	200 000,00	200 000,00		800 000,00
2.4.2.2.	URBANIZAÇÃO			200 000,00	200 000,00		200 000,00	200 000,00	200 000,00		800 000,00
2.4.6.	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA			83 500,00	83 500,00		83 500,00	83 500,00	83 500,00		334 000,00
2.4.6.1.	HIGIENE PUBLICA			33 500,00	33 500,00		33 500,00	33 500,00	33 500,00		134 000,00
2.4.6.2.	CEMITÉRIOS			50 000,00	50 000,00		50 000,00	50 000,00	50 000,00		200 000,00
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS			557 500,00	557 500,00		357 500,00	357 500,00	357 500,00		1 630 000,00
2.5.1.	CULTURA			152 500,00	152 500,00		152 500,00	152 500,00	152 500,00		610 000,00
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER			405 000,00	405 000,00		205 000,00	205 000,00	205 000,00		1 020 000,00
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS			227 400,00	227 400,00		188 400,00	188 400,00	188 400,00		792 600,00
3.1.	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA			62 000,00	62 000,00		62 000,00	62 000,00	62 000,00		248 000,00
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA			10 400,00	10 400,00		10 400,00	10 400,00	10 400,00		41 600,00
3.2.2.	ENERGIA			9 400,00	9 400,00		9 400,00	9 400,00	9 400,00		37 600,00
3.2.3.	ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS			1 000,00	1 000,00		1 000,00	1 000,00	1 000,00		4 000,00
3.4.	COMÉRCIO E TURISMO			105 000,00	105 000,00		66 000,00	66 000,00	66 000,00		303 000,00
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS			55 000,00	55 000,00		55 000,00	55 000,00	55 000,00		220 000,00
3.4.2.	TURISMO			50 000,00	50 000,00		11 000,00	11 000,00	11 000,00		83 000,00
3.5.	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS			50 000,00	50 000,00		50 000,00	50 000,00	50 000,00		200 000,00
4.	OUTRAS FUNÇÕES			360 000,00	360 000,00		360 000,00	360 000,00	360 000,00		1 440 000,00
4.2.	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES			360 000,00	360 000,00		360 000,00	360 000,00	360 000,00		1 440 000,00
TOTAL GERAL				2 244 400,00	2 244 400,00		1 871 400,00	1 871 400,00	1 871 400,00		7 858 600,00

valores em euros

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA					PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018									
Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção		Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento		Responsável	Datas		Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Despesas (PREVISÃO)			Anos Seguintes			Total Previsto					
		Código	Ano			Tipo	Número		AC	AA			FC	Respon-sável	Início	Fim	EX	Definido		Não Definido	2019	2020	2021	Outros
1.																								
1.1.																								
1.1.1.																								
1.1.1.1.																								
1.1.1.2.	0102/080301	1	2016	A	5																			
1.2.																								
1.2.1.																								
1.2.1.1.	0102/080701	1	2018	A	1																			
1.2.1.1.1.																								
1.2.1.1.2.	0102/080701	2	2018	A	2																			
1.2.1.1.3.	0102/040701	3	2018	A	3																			
1.2.1.1.4.																								
1.2.1.1.5.	0102/040701	4	2018	A	4																			
2.																								
2.1.																								
2.1.1.	0102/080701	1	2018	A	6																			
2.1.2.	0102/040701	2	2018	A	7																			
2.2.																								
2.2.1.	0102/040101	1	2018	A	8																			
2.3.																								
2.3.1.	0102/080701	1	2018	A	9																			
2.3.2.	0102/08050102	2	2018	A	10																			
2.3.3.	0102/080701	3	2018	A	11																			
2.3.4.	0102/080701	4	2018	A	12																			
2.3.5.	0102/080701	5	2018	A	13																			
2.3.6.	0102/08050102	6	2018	A	14																			
2.3.7.	0102/04080202	7	2018	A	15																			
2.4.																								
2.4.1.	0102/08050102	1	2018	A	44																			
2.4.2.	0102/08050102	1	2018	A	16																			
2.4.3.																								
2.4.4.																								
2.4.5.																								
2.4.6.	0102/04050101	1	2018	A	17																			

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA										PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018			
Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção		Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Responsável	Datas		Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Ano em Curso (Financiamento)		Despesas (PREVISÃO)		Anos Seguintes			Total Previsto		
		Código	Ano Tipo Número			AC	AA	FC		EX	Fim			Início	Total	Definido	Não Definido	2019	2020	2021		Outros	
2.4.6.2.	0102/08050102	1	2018	A	18	OUTRA		100	OA		02/01/2018	31/12/2021	0		50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	200 000,00		
2.5.	0501/040701	1	2018	A	19	OUTRA		100	DEGAS		01/01/2018	31/12/2021	0		557 500,00	357 500,00	357 500,00	357 500,00	357 500,00	357 500,00	1 630 000,00		
2.5.1.	0501/080701	2	2018	A	20	OUTRA		100	DEGAS		02/01/2018	31/12/2021	0		60 000,00	60 000,00	60 000,00	60 000,00	60 000,00	60 000,00	240 000,00		
2.5.1.	0501/080701	3	2018	A	21	OUTRA		100	DEGAS		02/01/2018	31/12/2021	0		2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	10 000,00		
2.5.1.	0501/040701	4	2018	A	22	OUTRA		100	DEGAS		02/01/2018	31/12/2021	0		30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	120 000,00		
2.5.1.	0501/040701	5	2018	A	23	OUTRA		100	DEGAS		02/01/2018	31/12/2021	0		10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	40 000,00		
2.5.1.	0501/040701	6	2018	A	24	OUTRA		100	DEGAS		02/01/2018	31/12/2021	0		45 000,00	45 000,00	45 000,00	45 000,00	45 000,00	45 000,00	180 000,00		
2.5.2.	0502/040701	1	2018	A	25	OUTRA		100	UDI		02/01/2018	31/12/2021	0		405 000,00	205 000,00	205 000,00	205 000,00	205 000,00	205 000,00	1 020 000,00		
2.5.2.	0502/080701	2	2018	A	26	OUTRA		100	UDI		02/01/2018	31/12/2021	0		180 000,00	180 000,00	180 000,00	180 000,00	180 000,00	180 000,00	720 000,00		
2.5.2.	0502/08050102	3	2018	A	27	OUTRA		100	UDI		02/01/2018	31/12/2021	0		5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	20 000,00		
2.5.2.	0502/080701	4	2018	A	28	OUTRA		100	UDI		02/01/2018	31/12/2021	0		20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	80 000,00		
3.	0303/080701	1	2018	A	29	OUTRA		100	DAEE		02/01/2018	31/12/2021	0		200 000,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	800 000,00		
3.1.	0303/08050102	1	2018	A	29	OUTRA		100	DAEE		02/01/2018	31/12/2021	0		277 400,00	188 400,00	188 400,00	188 400,00	188 400,00	188 400,00	792 600,00		
3.1.1.	0303/08050102	2	2018	A	30	OUTRA		100	DAEE		02/01/2018	31/12/2021	0		62 000,00	62 000,00	62 000,00	62 000,00	62 000,00	62 000,00	248 000,00		
3.1.1.	0303/040701	3	2018	A	31	OUTRA		100	DAEE		02/01/2018	31/12/2021	0		1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	4 000,00		
3.2.	0502/040701	1	2018	A	32	OUTRA		100	DAEE		02/01/2018	31/12/2021	0		10 400,00	10 400,00	10 400,00	10 400,00	10 400,00	10 400,00	41 600,00		
3.2.2.	0303/040701	1	2018	A	32	OUTRA		100	DAEE		02/01/2018	31/12/2021	0		9 400,00	9 400,00	9 400,00	9 400,00	9 400,00	9 400,00	37 600,00		
3.2.3.	0103/090802	1	2018	A	33	OUTRA		100	OF		02/01/2018	31/12/2021	0		1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	4 000,00		
3.4.	0403/040701	1	2018	A	34	OUTRA		100	DFEDS		02/01/2018	31/12/2021	0		105 000,00	66 000,00	66 000,00	66 000,00	66 000,00	66 000,00	303 000,00		
3.4.1.	0403/040102	2	2018	A	35	OUTRA		100	DFEDS		02/01/2018	31/12/2021	0		55 000,00	55 000,00	55 000,00	55 000,00	55 000,00	55 000,00	220 000,00		
3.4.1.	0403/040102	2	2018	A	35	OUTRA		100	DFEDS		02/01/2018	31/12/2021	0		50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	200 000,00		
3.4.1.	0403/040102	2	2018	A	35	OUTRA		100	DFEDS		02/01/2018	31/12/2021	0		5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	20 000,00		
3.4.2.	0403/08050102	1	2018	A	36	OUTRA		100	DFEDS		02/01/2018	31/12/2021	0		50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	83 000,00		
3.4.2.	0403/08050102	2	2018	A	37	OUTRA		100	DFEDS		02/01/2018	31/12/2021	0		10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	40 000,00		
3.5.	0102/040901	1	2018	A	38	OUTRA		100	OA		02/01/2018	31/12/2021	0		40 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	43 000,00		
3.5.	0102/040901	1	2018	A	38	OUTRA		100	OA		02/01/2018	31/12/2021	0		50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	200 000,00		
3.5.	0102/040901	1	2018	A	38	OUTRA		100	OA		02/01/2018	31/12/2021	0		30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	120 000,00		
3.5.	0102/040901	2	2018	A	39	OUTRA		100	OA		02/01/2018	31/12/2021	0		20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	80 000,00		
4.	0102/040901	2	2018	A	39	OUTRA		100	OA		02/01/2018	31/12/2021	0		360 000,00	360 000,00	360 000,00	360 000,00	360 000,00	360 000,00	1 440 000,00		
4.2.	0102/040901	2	2018	A	39	OUTRA		100	OA		02/01/2018	31/12/2021	0		360 000,00	360 000,00	360 000,00	360 000,00	360 000,00	360 000,00	1 440 000,00		

ENTIDADE:				PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018							
CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA				Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento		Respon-sável	Datas		EX	Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Anos em Curso (Financiamento)			Despesas (PREVISÃO)			Total Previsto	
Objectivo	Código da Classificação Económica	Projeto Ação				AC	AA		FC	Início				Fim	Total	Definido	Não Definido	2019	2020		2021
		Código	Ano																	Tipo	
4.2.	0102/04050104	1	2018	A	40		100	OA	02/01/2018	31/12/2021	0			31 000,00	31 000,00		31 000,00	31 000,00	124 000,00		
4.2.	0102/08050104	2	2018	A	41		100	OA	02/01/2018	31/12/2021	0			68 000,00	68 000,00		68 000,00	68 000,00	272 000,00		
4.2.	0102/080701	3	2018	A	42		100	OA	02/01/2018	31/12/2021	0			1 000,00	1 000,00		1 000,00	1 000,00	4 000,00		
4.2.	0102/040701	4	2018	A	43		100	OA	02/01/2018	31/12/2021	0			260 000,00	260 000,00		260 000,00	260 000,00	1 040 000,00		
TOTAL GERAL														2 244 400,00	2 244 400,00		1 871 400,00	1 871 400,00	1 871 400,00		7 858 600,00

Fases de Execução:
0 - Não iniciada
1 - Com projeto técnico
2 - Adjudicada
3 - Execução Física até 50%
4 - Execução Física superior a 50%
9 - Concluída
P -

Órgão executivo
Em ____ de ____ de 2017

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		RESUMO DO ORÇAMENTO		DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018	
RECEITAS		MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE	
CORRENTES		29 248 900,00	CORRENTES	20 559 800,00	
DE CAPITAL		8 351 300,00	DE CAPITAL	17 089 900,00	
OUTRAS RECEITAS		49 500,00			
TOTAL		37 649 700,00	TOTAL	37 649 700,00	
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS			SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS		
TOTAL GERAL		37 649 700,00	TOTAL GERAL	37 649 700,00	

valores em euros

Órgão executivo Em ____ de _____ de 2017
--

Órgão deliberativo Em ____ de _____ de 2017

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA			RESUMO DO ORÇAMENTO		DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018		
RECEITAS		MONTANTE	%	DESPESAS		MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES				DESPESAS CORRENTES			
01	IMPOSTOS DIRETOS	5.718.800,00	15,2%	01	DESPESAS COM O PESSOAL	7.445.600,00	19,8%
02	IMPOSTOS INDIRETOS	134.100,00	0,4%	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	10.515.400,00	27,9%
03	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL, A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES E A ADSE	0,00	0,0%	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	95.100,00	0,3%
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1.776.100,00	4,7%	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.088.500,00	5,5%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.809.700,00	4,8%	05	SUBSÍDIOS	100,00	0,0%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.743.900,00	36,5%	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	415.100,00	1,1%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	5.928.600,00	15,7%				
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	137.700,00	0,4%				
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES		29.248.900,00	77,7%	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		20.559.800,00	54,6%
RECEITAS DE CAPITAL				DESPESAS DE CAPITAL			
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	103.400,00	0,3%	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	14.739.200,00	39,1%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.247.400,00	21,9%	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.624.400,00	4,3%
11	ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	0,0%	09	ACTIVOS FINANCEIROS	216.500,00	0,6%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	200,00	0,0%	10	PASSIVOS FINANCEIROS	509.800,00	1,4%
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	300,00	0,0%	11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,0%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL		8.351.300,00	22,2%	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL		17.089.900,00	45,4%
OUTRAS RECEITAS							
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	49.500,00	0,1%				
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS		49.500,00	0,0				
TOTAL GERAL		37.649.700,00	100,0%	TOTAL GERAL		37.649.700,00	100,0%

valores em euros

valores em euros

Órgão executivo
Em ____ de ____ de 2017

Órgão deliberativo
Em ____ de ____ de 2017

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018
Código	Designação	Montante	
	RECEITAS CORRENTES	29 248 900,00	
01	IMPOSTOS DIRETOS	5 718 800,00	
01.02	OUTROS	5 718 800,00	
01.02.02	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	4 214 800,00	
01.02.03	IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	758 300,00	
01.02.04	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS	745 400,00	
01.02.05	DERRAMA	100,00	
01.02.07	IMPOSTOS ABOLIDOS	200,00	
01.02.07.01	CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA	100,00	
01.02.07.02	IMPOSTO MUNICIPAL DE SISA	100,00	
02	IMPOSTOS INDIRETOS	134 100,00	
02.02	OUTROS	134 100,00	
02.02.06	IMPOSTOS INDIRETOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	134 100,00	
02.02.06.01	MERCADOS E FEIRAS	55 700,00	
02.02.06.02	LOTEAMENTO E OBRAS	43 500,00	
02.02.06.03	OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA	7 000,00	
02.02.06.05	PUBLICIDADE	3 000,00	
02.02.06.06	SANEAMENTO - CONSERVAÇÃO	100,00	
02.02.06.07	UTILIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA	100,00	
02.02.06.99	OUTROS	24 700,00	
02.02.06.99.99	OUTROS	24 700,00	
02.02.06.99.99.01	VELOCÍPEDES	100,00	
02.02.06.99.99.02	EMOLUMENTOS E TAXAS DE SECRETARIA	100,00	
02.02.06.99.99.99	OUTROS	24 500,00	
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1 776 100,00	
04.01	TAXAS	1 632 300,00	
04.01.23	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	1 632 300,00	
04.01.23.01	MERCADOS E FEIRAS	168 000,00	
04.01.23.02	LOTEAMENTO E OBRAS	258 400,00	
04.01.23.03	OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA	10 800,00	
04.01.23.05	CAÇA, USO E PORTE DE ARMA	100,00	
04.01.23.06	SANEAMENTO - CONSERVAÇÃO	1 127 700,00	
04.01.23.99	OUTROS	67 300,00	
04.01.23.99.99	OUTRAS	67 300,00	
04.01.23.99.99.01	VELOCÍPEDES	100,00	
04.01.23.99.99.02	EMOLUMENTOS E TAXAS DE SECRETARIA	38 700,00	
04.01.23.99.99.99	OUTRAS	28 500,00	
04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	143 800,00	
04.02.01	JUROS DE MORA	124 700,00	
04.02.02	JUROS COMPENSATÓRIOS	11 200,00	
04.02.04	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA ORDENAÇÕES	7 700,00	
04.02.99	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	200,00	
04.02.99.01	MULTAS	100,00	
04.02.99.02	PENALIDADES DIVERSAS	100,00	
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 809 700,00	
05.01	JUROS - SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	200,00	
05.01.01	PÚBLICAS	100,00	
05.01.02	PRIVADAS	100,00	
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	4 400,00	
05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	4 300,00	
05.02.02	COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	100,00	
05.03	JUROS- ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	200,00	
05.03.01	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- ESTADO	100,00	
05.03.02	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	100,00	
05.07	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	3 800,00	
05.07.01	EMPRESAS PÚBLICAS	100,00	
05.07.02	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	3 500,00	
05.07.03	EMPRESAS PRIVADAS	100,00	
05.07.99	OUTRAS	100,00	
05.10	RENDAS	1 801 100,00	
05.10.01	TERRENOS	14 800,00	
05.10.03	HABITAÇÕES	100,00	
05.10.04	EDIFÍCIOS	6 500,00	
05.10.05	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	100,00	
05.10.99	OUTROS	1 779 600,00	
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13 743 900,00	

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018
Código	Designação	Montante	
06.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	300,00	
06.01.01	PÚBLICAS	300,00	
06.01.01.01	EMPRESAS PÚBLICAS	100,00	
06.01.01.02	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	100,00	
06.01.01.99	OUTRAS	100,00	
06.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	200,00	
06.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	100,00	
06.02.02	COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	100,00	
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	13 743 100,00	
06.03.01	ESTADO	13 711 900,00	
06.03.01.01	FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO	11 226 200,00	
06.03.01.02	FUNDO SOCIAL MUNICIPAL	544 900,00	
06.03.01.03	PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS	1 680 200,00	
06.03.01.99	OUTROS	260 600,00	
06.03.06	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	200,00	
06.03.06.01	FSE-FUNDO SOCIAL EUROPEU	200,00	
06.03.07	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	30 900,00	
06.03.09	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS- SUBSISTEMA DE PROTEÇÃO À FAMÍLIA E POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	100,00	
06.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	100,00	
06.05.01	CONTINENTE	100,00	
06.05.01.04	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	100,00	
06.06	SEGURANÇA SOCIAL	100,00	
06.06.04	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	100,00	
06.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	100,00	
06.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	100,00	
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	5 928 600,00	
07.01	VENDA DE BENS	2 350 300,00	
07.01.02	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	100,00	
07.01.03	PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	3 300,00	
07.01.05	BENS INUTILIZADOS	2 300,00	
07.01.06	PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS	10 100,00	
07.01.10	DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	100,00	
07.01.11	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	2 334 400,00	
07.01.11.01	ÁGUA	1 383 900,00	
07.01.11.02	ELETRICIDADE	945 700,00	
07.01.11.99	OUTROS	4 800,00	
07.02	SERVIÇOS	2 678 700,00	
07.02.01	ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	100,00	
07.02.05	ATIVIDADES DE SAÚDE	100,00	
07.02.06	REPARAÇÕES	100,00	
07.02.07	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO	100,00	
07.02.08	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTO	162 000,00	
07.02.08.01	SERVIÇOS SOCIAIS	100,00	
07.02.08.02	SERVIÇOS RECREATIVOS	100,00	
07.02.08.03	SERVIÇOS CULTURAIS	46 900,00	
07.02.08.04	SERVIÇOS DESPORTIVOS	114 900,00	
07.02.09	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	2 516 300,00	
07.02.09.01	SANEAMENTO - LIGAÇÃO	100,00	
07.02.09.02	RESÍDUOS SÓLIDOS	1 571 500,00	
07.02.09.03	TRANSPORTES COLETIVOS DE PESSOAS E MERCADORIAS	135 900,00	
07.02.09.04	TRABALHOS POR CONTA DE PARTICULARES	25 800,00	
07.02.09.05	CEMITÉRIOS	27 300,00	
07.02.09.06	MERCADOS E FEIRAS	100,00	
07.02.09.07	PARQUES DE ESTACIONAMENTO	368 300,00	
07.02.09.08	PARQUES DE CAMPISMO	100,00	
07.02.09.99	OUTROS	387 200,00	
07.03	RENDAS	899 600,00	
07.03.01	HABITAÇÕES	52 200,00	
07.03.02	EDIFÍCIOS	70 200,00	
07.03.99	OUTRAS	777 200,00	
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	137 700,00	
08.01	OUTRAS	137 700,00	
08.01.99	OUTRAS	137 700,00	
08.01.99.01	INDEMNIZAÇÕES POR DETERIORAÇÃO, ROUBO E EXTRAVIO DE BENS PATRIMONIAIS	9 000,00	
08.01.99.02	INDEMNIZAÇÕES DE ESTRAGOS PROVOCADOS POR OUTRÉM EM VIATURAS OU OUTROS EQUIPAMENTOS PERTENCENTES ÀS AUTARQUIAS LOCAIS	100,00	

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018
Código	Designação	Montante	
08.01.99.03	IVA REEMBOLSADO	87 000,00	
08.01.99.04	IVA INVERSÃO DA LIQUIDAÇÃO	12 200,00	
08.01.99.99	DIVERSAS	29 400,00	
	RECEITAS DE CAPITAL	8 351 300,00	
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	103 400,00	
09.01	TERRENOS	78 900,00	
09.01.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	30 700,00	
09.01.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	100,00	
09.01.09	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	100,00	
09.01.10	FAMÍLIAS	48 000,00	
09.02	HABITAÇÕES	23 900,00	
09.02.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	23 600,00	
09.02.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	100,00	
09.02.09	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	100,00	
09.02.10	FAMÍLIAS	100,00	
09.03	EDIFÍCIOS	400,00	
09.03.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	100,00	
09.03.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	100,00	
09.03.09	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	100,00	
09.03.10	FAMÍLIAS	100,00	
09.04	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	200,00	
09.04.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	200,00	
09.04.01.01	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	100,00	
09.04.01.02	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	100,00	
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8 247 400,00	
10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	8 239 800,00	
10.03.01	ESTADO	1 247 400,00	
10.03.01.01	FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO	1 247 400,00	
10.03.07	ESTADO-PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	6 992 400,00	
10.03.07.01	FEDER	6 992 400,00	
10.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	7 600,00	
10.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	7 600,00	
12	PASSIVOS FINANCEIROS	200,00	
12.05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	100,00	
12.05.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	100,00	
12.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	100,00	
12.06.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	100,00	
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	300,00	
13.01	OUTRAS	300,00	
13.01.01	INDEMNIZAÇÕES	100,00	
13.01.02	ATIVOS INCORPÓREOS	100,00	
13.01.99	OUTRAS	100,00	
	OUTRAS RECEITAS	49 500,00	
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	49 500,00	
15.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	49 500,00	
15.01.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	49 500,00	
TOTAL DAS RECEITAS		37 649 700,00	

valores em euros

Órgão executivo
Em ____ de _____ de 2017

Órgão deliberativo
Em ____ de _____ de 2017

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018	
		CLASSIFICAÇÕES	MONTANTE	
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
01		ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA	9 443 600,00	
01.01		ASSEMBLEIA MUNICIPAL	47 700,00	
		DESPESAS CORRENTES		47 700,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		37 600,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		37 600,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		100,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		37 500,00
	01.02.13.01	PRÉMIOS DE DESEMPENHO		100,00
	01.02.13.02	OUTROS		100,00
	01.02.13.03	SENHAS DE PRESENÇA		37 300,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		10 100,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		400,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		200,00
	02.01.02.01	GASOLINA		100,00
	02.01.02.02	GASÓLEO		100,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		100,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		100,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		9 700,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		100,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		100,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		100,00
	02.02.10	TRANSPORTES		100,00
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		100,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		8 200,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		1 000,00
01.02		CAMARA MUNICIPAL	8 574 500,00	
		DESPESAS CORRENTES		6 518 100,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		1 018 900,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		668 000,00
	01.01.01	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS		274 800,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		99 700,00
	01.01.04.01	TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		90 000,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		9 700,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		3 000,00
	01.01.06.01	REMUNERAÇÕES PESSOAL CONTRATADO A TERMO CERTO		1 500,00
	01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1 500,00
	01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		37 400,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		1 000,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		151 600,00
	01.01.10	GRATIFICAÇÕES		500,00
	01.01.10.02	PESSOAL DOS QUADROS		500,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		31 500,00
	01.01.11.01	MEMBROS DO ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS		31 500,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		36 500,00
	01.01.13.01	PESSOAL DO QUADRO-TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		11 400,00
	01.01.13.01.02	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		11 400,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		20 500,00
	01.01.13.03	MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS		4 600,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		31 000,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		15 500,00
	01.01.14.01.01	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		500,00
	01.01.14.01.02	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		15 000,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		15 500,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		1 000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		29 600,00
	01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		100,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		14 600,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		7 500,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		100,00
	01.02.07	COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA		100,00
	01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		100,00
	01.02.09	SUBSÍDIO DE PREVENÇÃO		100,00
	01.02.10	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOTURNO		100,00
	01.02.12	INDMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		100,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		6 800,00
	01.02.13.01	PRÉMIOS DE DESEMPENHO		100,00
	01.02.13.02	OUTROS		100,00
	01.02.13.03	SENHAS DE PRESENÇA		6 600,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		321 300,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		180 500,00
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		2 500,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		1 100,00

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018	
CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
Códigos		Designação		
Orgânica	Económica		Orgânica	Económica
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		200,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		90 000,00
	01.03.05.01	ASSISTENCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		100,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		43 500,00
	01.03.05.03	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		46 300,00
	01.03.05.04	OUTROS		100,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		500,00
	01.03.08	OUTRAS PENSÕES		16 100,00
	01.03.09	SEGUROS		30 300,00
	01.03.09.01	SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		30 200,00
	01.03.09.02	SEGUROS DE SAÚDE		100,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		100,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		3 445 100,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		367 200,00
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		200,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		1 000,00
	02.01.02.01	GASOLINA		100,00
	02.01.02.02	GASÓLEO		800,00
	02.01.02.99	OUTROS		100,00
	02.01.03	MUNIÇÕES, EXPLOSIVOS E ARTIFÍCIOS		100,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		34 800,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFEIONADAS		100,00
	02.01.06	ALIMENTAÇÃO- GÉNEROS PARA CONFEIONAR		100,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		6 200,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		49 800,00
	02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		500,00
	02.01.10	PRODUTOS VENDIDOS NAS FARMÁCIAS		100,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		100,00
	02.01.13	MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO		100,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS		100,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		102 900,00
	02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA		124 100,00
	02.01.16.01	ÁGUA		124 000,00
	02.01.16.03	OUTROS		100,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		100,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		100,00
	02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		1 200,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		13 900,00
	02.01.21	OUTROS BENS		31 700,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		3 077 900,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		495 400,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		105 800,00
	02.02.05	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA		100,00
	02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE		7 400,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		39 800,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		141 800,00
	02.02.10	TRANSPORTES		29 600,00
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		2 300,00
	02.02.12	SEGUROS		127 300,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		1 100,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		12 800,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		100,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		86 100,00
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		571 000,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		100,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		553 400,00
	02.02.21	UTILIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE TRANSPORTES		100,00
	02.02.22	SERVIÇOS DE SAÚDE		30 200,00
	02.02.24	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS		369 000,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		504 500,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1 638 900,00
	04.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		15 200,00
	04.01.01	PÚBLICAS		15 100,00
	04.01.02	PRIVADAS		100,00
	04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		304 200,00
	04.05.01	CONTINENTE		304 200,00
	04.05.01.01	MUNICÍPIOS		33 600,00
	04.05.01.02	FREGUESIAS		113 400,00
	04.05.01.03	SERVIÇOS AUTÓNOMOS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL		100,00
	04.05.01.04	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS		157 100,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		1 239 300,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		1 239 300,00
	04.08	FAMÍLIAS		30 100,00
	04.08.02	OUTRAS		30 100,00
	04.08.02.02	OUTRAS		30 100,00

ENTIDADE:		ORÇAMENTO DA DESPESA		DOTAÇÕES INICIAIS		
MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		(POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)		DO ANO 2018		
CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE			
Códigos		Designação	Orgânica	Económica		
Orgânica	Económica					
01.03	04.09	RESTO DO MUNDO			50 100,00	
	04.09.01	RESTO DO MUNDO- UNIÃO EUROPEIA- INSTITUIÇÕES			50 100,00	
	05	SUBSÍDIOS			100,00	
	05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS			100,00	
	05.01.01	PÚBLICAS			100,00	
	05.01.01.01	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS			100,00	
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			415 100,00	
	06.02	DIVERSAS			415 100,00	
	06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS			114 800,00	
	06.02.01.01	IMPOSTOS E TAXAS PAGOS PELA AUTARQUIA			86 000,00	
	06.02.01.02	RESTITUIÇÕES DE IMPOSTOS OU TAXAS COBRADOS			28 800,00	
	06.02.03	OUTRAS			300 300,00	
	06.02.03.01	RESTITUIÇÕES			9 400,00	
	06.02.03.02	IVA PAGO			286 100,00	
	06.02.03.05	OUTRAS			4 800,00	
		DESPESAS DE CAPITAL			2 056 400,00	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			716 500,00	
	07.01	INVESTIMENTOS			716 500,00	
	07.01.01	TERRENOS			305 000,00	
	07.01.02	HABITAÇÕES			350 000,00	
	07.01.02.02	AQUISIÇÃO			300 000,00	
	07.01.02.03	REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO			50 000,00	
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA (HARDWARE)			30 500,00	
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO			20 000,00	
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO			10 000,00	
	07.01.10.02	OUTRO			10 000,00	
	07.01.12	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR			1 000,00	
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			1 339 900,00	
	08.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL			15 000,00	
	08.03.01	ESTADO			15 000,00	
	08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL			1 182 900,00	
	08.05.01	CONTINENTE			1 182 900,00	
	08.05.01.02	FREGUESIAS			1 114 900,00	
	08.05.01.04	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS			68 000,00	
	08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS			142 000,00	
	08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS			142 000,00	
		OPERACOES FINANCEIRAS		821 400,00		
		DESPESAS CORRENTES				95 100,00
		JUROS E OUTROS ENCARGOS				95 100,00
	03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA				92 800,00
	03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS				92 800,00
	03.01.03.01	EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO				100,00
	03.01.03.02	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS				92 700,00
	03.05	OUTROS JUROS				2 200,00
	03.05.02	OUTROS				2 200,00
	03.05.02.02	JUROS DE MORA				400,00
	03.05.02.99	OUTROS				1 800,00
	03.06	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS				100,00
	03.06.01	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS				100,00
		DESPESAS DE CAPITAL				726 300,00
	09	ACTIVOS FINANCEIROS				216 500,00
	09.07	ACÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES				200,00
	09.07.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PRIVADAS				100,00
	09.07.02	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PÚBLICAS				100,00
	09.08	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO				216 300,00
	09.08.02	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PÚBLICAS				216 200,00
	09.08.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- ESTADO				100,00
	10	PASSIVOS FINANCEIROS				509 800,00
	10.05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO				100,00
	10.05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PRIVADAS				100,00
	10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS				479 700,00
	10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS				479 700,00
	10.07	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS				30 000,00
	10.07.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- ESTADO				30 000,00
02		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA	1 286 600,00			
02.01		UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	840 800,00			
		DESPESAS CORRENTES			839 300,00	
	01	DESPESAS COM O PESSOAL			824 200,00	
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES			650 400,00	
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO			488 400,00	
	01.01.04.01	TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA			445 700,00	
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO			42 700,00	
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO			3 000,00	
	01.01.06.01	REMUNERAÇÕES PESSOAL CONTRATADO A TERMO CERTO			1 500,00	
	01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO			1 500,00	

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018	
CLASSIFICAÇÕES		Designação	MONTANTE	
Códigos			Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		2 000,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		16 600,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		2 200,00
	01.01.11.02	PESSOAL DOS QUADROS		2 200,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		50 900,00
	01.01.13.01	PESSOAL DO QUADRO-TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		48 400,00
	01.01.13.01.01	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		100,00
	01.01.13.01.02	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		48 300,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		2 500,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		84 800,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		81 600,00
	01.01.14.01.01	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		100,00
	01.01.14.01.02	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		81 500,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		3 200,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		2 500,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		23 400,00
	01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		100,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		11 500,00
	01.02.03	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO		100,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		1 000,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		9 400,00
	01.02.06	FORMAÇÃO		100,00
	01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		100,00
	01.02.10	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOTURNO		1 000,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		100,00
	01.02.13.02	OUTROS		100,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		150 400,00
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		5 100,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		4 500,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		100,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		140 200,00
	01.03.05.01	ASSISTENCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		100,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		114 800,00
	01.03.05.03	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		25 300,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		500,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		15 100,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		7 000,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		300,00
	02.01.02.01	GASOLINA		100,00
	02.01.02.02	GASÓLEO		100,00
	02.01.02.99	OUTROS		100,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		100,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		3 800,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		1 600,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS		100,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		100,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		100,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		100,00
	02.01.21	OUTROS BENS		800,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		8 100,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		100,00
	02.02.10	TRANSPORTES		100,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		100,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		200,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		100,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		7 000,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		400,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		100,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		1 500,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		1 500,00
	07.01	INVESTIMENTOS		1 500,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		500,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		500,00
	07.01.10.02	OUTRO		500,00
	07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		500,00
02.02		DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	445 800,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		444 300,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		439 200,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		348 500,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		267 900,00
	01.01.04.01	TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		266 400,00

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018	
CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
03 03.01	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1 500,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		3 000,00
	01.01.06.01	REMUNERAÇÕES PESSOAL CONTRATADO A TERMO CERTO		1 500,00
	01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1 500,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		1 000,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		1 500,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		6 100,00
	01.01.11.02	PESSOAL DOS QUADROS		6 100,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		22 400,00
	01.01.13.01	PESSOAL DO QUADRO-TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		22 200,00
	01.01.13.01.01	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		100,00
	01.01.13.01.02	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		22 100,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		200,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		45 600,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		44 600,00
	01.01.14.01.01	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		100,00
	01.01.14.01.02	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		44 500,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		1 000,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		1 000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		9 000,00
	01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		100,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		3 100,00
	01.02.03	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO		100,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		1 000,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		4 200,00
	01.02.06	FORMAÇÃO		100,00
	01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		100,00
	01.02.10	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOTURNO		100,00
	01.02.11	SUBSÍDIO DE TURNO		100,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		100,00
	01.02.13.02	OUTROS		100,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		81 700,00
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		3 900,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		1 000,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		100,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		75 700,00
	01.03.05.01	ASSISTENCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		100,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		74 600,00
	01.03.05.03	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		1 000,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1 000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		5 100,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		3 000,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		300,00
	02.01.02.01	GASOLINA		100,00
	02.01.02.02	GASÓLEO		100,00
	02.01.02.99	OUTROS		100,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		100,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		500,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		1 500,00
	02.01.10	PRODUTOS VENDIDOS NAS FARMÁCIAS		100,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS		100,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		100,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		100,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		100,00
	02.01.21	OUTROS BENS		100,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		2 100,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		300,00
02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		100,00	
02.02.17	PUBLICIDADE		100,00	
02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		1 500,00	
02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		100,00	
	DESPESAS DE CAPITAL		1 500,00	
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		1 500,00	
07.01	INVESTIMENTOS		1 500,00	
07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		500,00	
07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		500,00	
07.01.10.02	OUTRO		500,00	
07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		500,00	
	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E OBRAS MUNICIPAIS		21 373 200,00	
	DIVISÃO DE PLANEAMENTO, INFRAESTRUTURAS E URBANISM		11 274 000,00	
	DESPESAS CORRENTES		1 127 300,00	

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018	
CLASSIFICAÇÕES		MONTANTE		
Códigos		Designação		
Orgânica	Económica		Orgânica	Económica
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		947 200,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		750 300,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		585 700,00
	01.01.04.01	TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		543 500,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		42 200,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		3 000,00
	01.01.06.01	REMUNERAÇÕES PESSOAL CONTRATADO A TERMO CERTO		1 500,00
	01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1 500,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		3 000,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		1 500,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		6 100,00
	01.01.11.02	PESSOAL DOS QUADROS		6 100,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		49 200,00
	01.01.13.01	PESSOAL DO QUADRO-TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		49 000,00
	01.01.13.01.01	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		100,00
	01.01.13.01.02	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		48 900,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		200,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		99 300,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		97 800,00
	01.01.14.01.01	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		100,00
	01.01.14.01.02	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		97 700,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		1 500,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		2 500,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		3 700,00
	01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		100,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		2 100,00
	01.02.03	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO		100,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		1 000,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		100,00
	01.02.06	FORMAÇÃO		100,00
	01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		100,00
	01.02.10	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOTURNO		100,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		193 200,00
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		31 000,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		1 000,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		100,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		160 100,00
	01.03.05.01	ASSISTENCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		100,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		133 800,00
	01.03.05.03	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		26 200,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1 000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		180 100,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		79 400,00
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		68 900,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		300,00
	02.01.02.01	GASOLINA		100,00
	02.01.02.02	GASÓLEO		100,00
	02.01.02.99	OUTROS		100,00
	02.01.03	MUNIÇÕES, EXPLOSIVOS E ARTIFÍCIOS		100,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		100,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		200,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		600,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		100,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS		2 100,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		100,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		400,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		100,00
	02.01.21	OUTROS BENS		6 400,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		100 700,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		100,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		100,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		100,00
	02.02.10	TRANSPORTES		100,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		100,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		1 000,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		100,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		400,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		100,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		98 600,00
		DESPESAS DE CAPITAL		10 146 700,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		10 146 700,00

ENTIDADE:		ORÇAMENTO DA DESPESA		DOTAÇÕES INICIAIS		
MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		(POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)		DO ANO 2018		
CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE			
Códigos		Designação	Orgânica	Económica		
Orgânica	Económica					
03.02	07.01	INVESTIMENTOS			3 291 700,00	
	07.01.02	HABITAÇÕES			180 000,00	
	07.01.02.03	REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO			180 000,00	
	07.01.03	EDIFÍCIOS			1 913 000,00	
	07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS			1 852 000,00	
	07.01.03.02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS			500,00	
	07.01.03.03	MERCADOS E INSTALAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA			500,00	
	07.01.03.99	OUTROS			60 000,00	
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS			332 500,00	
	07.01.04.05	PARQUES E JARDINS			20 000,00	
	07.01.04.06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS			83 000,00	
	07.01.04.09	SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO			20 000,00	
	07.01.04.99	OUTROS			209 500,00	
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO			1 000,00	
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO			167 000,00	
	07.01.10.02	OUTRO			167 000,00	
	07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS			1 000,00	
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS			697 200,00	
	07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO			6 855 000,00	
	07.03.02	EDIFÍCIOS			313 000,00	
	07.03.02.01	INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS			300 500,00	
	07.03.02.02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS			10 000,00	
	07.03.02.05	ESCOLAS			2 500,00	
	07.03.03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS			6 541 500,00	
	07.03.03.01	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES			4 393 000,00	
	07.03.03.03	ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS			500,00	
	07.03.03.06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS			1 050 000,00	
	07.03.03.08	VIAÇÃO RURAL			851 000,00	
	07.03.03.09	SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO			185 000,00	
	07.03.03.12	CEMITÉRIOS			60 000,00	
	07.03.03.13	OUTROS			2 000,00	
	07.03.05	BENS DE PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL			500,00	
			DIVISÃO DE LOGISTICA E MOBILIDADE	5 036 500,00		
			D E S P E S A S C O R R E N T E S			2 916 500,00
		01	DESPESAS COM O PESSOAL			1 232 500,00
		01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES			948 500,00
		01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO			723 200,00
		01.01.04.01	TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA			719 800,00
		01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO			3 400,00
		01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO			3 000,00
		01.01.06.01	REMUNERAÇÕES PESSOAL CONTRATADO A TERMO CERTO			1 500,00
		01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO			1 500,00
		01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO			2 500,00
		01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO			1 500,00
		01.01.11	REPRESENTAÇÃO			2 500,00
		01.01.11.02	PESSOAL DOS QUADROS			2 500,00
		01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO			91 100,00
		01.01.13.01	PESSOAL DO QUADRO-TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA			89 600,00
		01.01.13.01.01	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA			100,00
		01.01.13.01.02	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO			89 500,00
		01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO			1 500,00
		01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL			122 200,00
		01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS			120 700,00
		01.01.14.01.01	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA			100,00
		01.01.14.01.02	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO			120 600,00
		01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO			1 500,00
		01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE			2 500,00
		01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS			74 600,00
		01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS			100,00
		01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS			42 100,00
	01.02.03	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO			100,00	
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO			10 500,00	
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS			21 500,00	
	01.02.06	FORMAÇÃO			100,00	
	01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO			100,00	
	01.02.10	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOTURNO			100,00	
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL			209 400,00	
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE			6 500,00	
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS			7 100,00	
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES			500,00	
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANCA SOCIAL			192 800,00	

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018	
CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
	01.03.05.01	ASSISTENCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		100,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		144 100,00
	01.03.05.03	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		48 600,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		2 500,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		1 684 000,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		927 700,00
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		112 000,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		495 500,00
	02.01.02.01	GASOLINA		6 600,00
	02.01.02.02	GASÓLEO		460 200,00
	02.01.02.99	OUTROS		28 700,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		2 000,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECIONADAS		100,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		45 100,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		1 500,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		228 300,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS		21 700,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		4 300,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		100,00
	02.01.21	OUTROS BENS		17 100,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		756 300,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		218 900,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		100,00
	02.02.10	TRANSPORTES		383 500,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		100,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		100,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		100,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		100,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		10 200,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		143 200,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		2 120 000,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		2 120 000,00
	07.01	INVESTIMENTOS		2 120 000,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS		80 000,00
	07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS		80 000,00
	07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES		1 360 000,00
	07.01.06.02	OUTRO		1 360 000,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA (HARDWARE)		225 000,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		320 000,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		2 000,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		34 000,00
	07.01.10.02	OUTRO		34 000,00
	07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		4 000,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		95 000,00
03.03		DIVISÃO DE AMBIENTE, AGUAS E ENERGIA	5 062 700,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		3 345 700,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		1 286 700,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		1 017 000,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		781 100,00
	01.01.04.01	TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		764 300,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		16 800,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		3 000,00
	01.01.06.01	REMUNERAÇÕES PESSOAL CONTRATADO A TERMO CERTO		1 500,00
	01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1 500,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		3 500,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		1 500,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		2 500,00
	01.01.11.02	PESSOAL DOS QUADROS		2 500,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		92 400,00
	01.01.13.01	PESSOAL DO QUADRO-TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		92 200,00
	01.01.13.01.01	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		100,00
	01.01.13.01.02	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		92 100,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		200,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		131 800,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		130 300,00
	01.01.14.01.01	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		100,00
	01.01.14.01.02	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		130 200,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		1 500,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		1 200,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		39 200,00
	01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		100,00

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018	
CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		36 500,00
	01.02.03	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO		100,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		2 100,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		100,00
	01.02.06	FORMAÇÃO		100,00
	01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		100,00
	01.02.10	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOTURNO		100,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		230 500,00
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		8 500,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		3 600,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		100,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		215 800,00
	01.03.05.01	ASSISTENCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		100,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		187 600,00
	01.03.05.03	SEGURANÇA SOCIAL - RÉGIME GERAL		28 100,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		2 500,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		1 989 600,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		424 400,00
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		300 700,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		500,00
	02.01.02.01	GASOLINA		100,00
	02.01.02.02	GASÓLEO		100,00
	02.01.02.99	OUTROS		300,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		100,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		42 800,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		300,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		200,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS		18 600,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		4 300,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		100,00
	02.01.21	OUTROS BENS		56 800,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		1 565 200,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		41 600,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		472 200,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		31 400,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		100,00
	02.02.10	TRANSPORTES		100,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		100,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		100,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		100,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		700,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		554 300,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		464 500,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		69 400,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		69 400,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		69 400,00
		DESPESAS DE CAPITAL		1 717 000,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		1 715 000,00
	07.01	INVESTIMENTOS		377 000,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS		500,00
	07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS		500,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		291 500,00
	07.01.04.04	ILUMINAÇÃO PÚBLICA		20 500,00
	07.01.04.05	PARQUES E JARDINS		500,00
	07.01.04.10	INFRAESTRUTURAS PARA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		270 000,00
	07.01.04.99	OUTROS		500,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		5 000,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		45 000,00
	07.01.10.02	OUTRO		45 000,00
	07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		2 500,00
	07.01.12	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR		1 000,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		31 500,00
	07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		1 338 000,00
	07.03.03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS		1 338 000,00
	07.03.03.03	ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS		350 000,00
	07.03.03.04	ILUMINAÇÃO PÚBLICA		61 000,00
	07.03.03.05	PARQUES E JARDINS		830 000,00
	07.03.03.07	CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA		97 000,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		2 000,00
	08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		2 000,00
	08.05.01	CONTINENTE		2 000,00
	08.05.01.02	FREGUESIAS		2 000,00
04			1 333 000,00	
04.01		DIVISÃO DE PROMOÇÃO ECONÓMICA E DESENVOLVIMENTO SO	1 333 000,00	
		DESPESAS CORRENTES		1 263 000,00

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018	
CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
Códigos		Designação		
Orgânica	Económica		Orgânica	Económica
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		371 700,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		294 900,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		212 600,00
	01.01.04.01	TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		201 000,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		11 600,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		3 000,00
	01.01.06.01	REMUNERAÇÕES PESSOAL CONTRATADO A TERMO CERTO		1 500,00
	01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1 500,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		1 000,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		14 500,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		2 500,00
	01.01.11.02	PESSOAL DOS QUADROS		2 500,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		23 500,00
	01.01.13.01	PESSOAL DO QUADRO-TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		22 300,00
	01.01.13.01.01	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		100,00
	01.01.13.01.02	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		22 200,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		1 200,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		36 800,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		35 600,00
	01.01.14.01.01	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		100,00
	01.01.14.01.02	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		35 500,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		1 200,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		1 000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		13 600,00
	01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		100,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		8 100,00
	01.02.03	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO		100,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		1 500,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		3 500,00
	01.02.06	FORMAÇÃO		100,00
	01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		100,00
	01.02.10	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOTURNO		100,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		63 200,00
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		200,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		100,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		100,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		61 800,00
	01.03.05.01	ASSISTENCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		100,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		18 900,00
	01.03.05.03	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		42 800,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1 000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		836 300,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		69 600,00
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		2 600,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		1 300,00
	02.01.02.01	GASOLINA		100,00
	02.01.02.02	GASÓLEO		100,00
	02.01.02.99	OUTROS		1 100,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		800,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		100,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		3 200,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		600,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		100,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS		100,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		5 000,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		3 600,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		100,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		100,00
	02.01.21	OUTROS BENS		52 000,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		766 700,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		100,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		100,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		500,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		213 600,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		100,00
	02.02.10	TRANSPORTES		60 400,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		100,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		100,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		100,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		48 300,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		133 400,00

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÔMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018	
CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
Códigos		Designação	Orgânica	Econômica
Orgânica	Econômica			
05 05.01	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		309 900,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		55 000,00
	04.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		5 000,00
	04.01.02	PRIVADAS		5 000,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		50 000,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		50 000,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		70 000,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		20 000,00
	07.01	INVESTIMENTOS		20 000,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		10 000,00
	07.01.04.09	SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO		10 000,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		2 000,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		4 000,00
	07.01.10.02	OUTRO		4 000,00
	07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		4 000,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		50 000,00
	08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		50 000,00
	08.05.01	CONTINENTE		50 000,00
	08.05.01.02	FREGUESIAS		50 000,00
			4 213 300,00	
		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO SOCIAL	3 175 700,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		3 155 200,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		1 011 000,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		820 100,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		502 600,00
	01.01.04.01	TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		468 100,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		34 500,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		44 400,00
	01.01.06.01	REMUNERAÇÕES PESSOAL CONTRATADO A TERMO CERTO		1 500,00
	01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		42 900,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		2 500,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		87 900,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		2 500,00
	01.01.11.02	PESSOAL DOS QUADROS		2 500,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		72 100,00
	01.01.13.01	PESSOAL DO QUADRO-TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		68 600,00
	01.01.13.01.01	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		100,00
	01.01.13.01.02	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		68 500,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		3 500,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		105 600,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		90 900,00
	01.01.14.01.01	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		100,00
	01.01.14.01.02	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		90 800,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		14 700,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		2 500,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		12 600,00
	01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		100,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		6 800,00
	01.02.03	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO		100,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		1 500,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		3 800,00
	01.02.06	FORMAÇÃO		100,00
	01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		100,00
	01.02.10	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOTURNO		100,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		178 300,00
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		6 900,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		1 500,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		100,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		168 800,00
	01.03.05.01	ASSISTENCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		100,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		91 600,00
	01.03.05.03	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		77 100,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1 000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		1 999 100,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		91 400,00
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		800,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		400,00
	02.01.02.01	GASOLINA		100,00
	02.01.02.02	GASÓLEO		200,00
	02.01.02.99	OUTROS		100,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		100,00

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018	
CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFEIONADAS		100,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		2 700,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		2 000,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		100,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS		100,00
	02.01.15	PRÊMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		2 900,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		100,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		100,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		32 300,00
	02.01.21	OUTROS BENS		49 700,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		1 907 700,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		165 000,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		100,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		4 300,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		68 600,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		100,00
	02.02.10	TRANSPORTES		447 900,00
	02.02.12	SEGUROS		100,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		100,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		100,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		100,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		10 400,00
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		600,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		189 500,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		1 020 800,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		145 100,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		145 100,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		145 100,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		20 500,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		13 000,00
	07.01	INVESTIMENTOS		13 000,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		3 000,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		6 000,00
	07.01.10.02	OUTRO		6 000,00
	07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		4 000,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		7 500,00
	08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		7 500,00
	08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		7 500,00
05.02		UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE	1 037 600,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		807 600,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		276 600,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		214 200,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		159 300,00
	01.01.04.01	TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		152 600,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		6 700,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		3 000,00
	01.01.06.01	REMUNERAÇÕES PESSOAL CONTRATADO A TERMO CERTO		1 500,00
	01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1 500,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		1 500,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		1 500,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		100,00
	01.01.11.02	PESSOAL DOS QUADROS		100,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		19 000,00
	01.01.13.01	PESSOAL DO QUADRO-TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		18 800,00
	01.01.13.01.01	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		100,00
	01.01.13.01.02	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		18 700,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		200,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		28 300,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		26 800,00
	01.01.14.01.01	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		100,00
	01.01.14.01.02	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		26 700,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		1 500,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		1 500,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		17 100,00
	01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		100,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		14 500,00
	01.02.03	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO		100,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		1 000,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		1 100,00
	01.02.06	FORMAÇÃO		100,00
	01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		100,00

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018	
CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
	01.02.10	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOTURNO		100,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		45 300,00
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		3 000,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		100,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		100,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		40 600,00
	01.03.05.01	ASSISTENCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		100,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		19 100,00
	01.03.05.03	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		21 400,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1 500,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		350 900,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		87 800,00
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		11 400,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		300,00
	02.01.02.01	GASOLINA		100,00
	02.01.02.02	GASÓLEO		100,00
	02.01.02.99	OUTROS		100,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFEIONADAS		100,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		54 400,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		100,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		100,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS		100,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		200,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		100,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		6 900,00
	02.01.21	OUTROS BENS		14 100,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		263 100,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		1 100,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		12 400,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		100,00
	02.02.10	TRANSPORTES		100,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		100,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		100,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		100,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		100,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		28 600,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		220 400,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		180 100,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		180 100,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		180 100,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		230 000,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		5 000,00
	07.01	INVESTIMENTOS		5 000,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		500,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		4 000,00
	07.01.10.02	OUTRO		4 000,00
	07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		500,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		225 000,00
	08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		20 000,00
	08.05.01	CONTINENTE		20 000,00
	08.05.01.02	FREGUESIAS		20 000,00
	08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		205 000,00
	08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		205 000,00
TOTAL DAS DESPESAS				37 649 700,00

valores em euros

Órgão executivo
Em ____ de _____ de 2017

Órgão deliberativo
Em ____ de _____ de 2017

Encargos a satisfazer
com a liquidação de
empréstimos obtidos a
curto, médio e longo prazos

MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

	ENCARGOS ANUAIS A SATISFAZER COM A LIQUIDAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS A CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS	POCAL
--	--	-------

(a) MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

ORÇAMENTO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2018														
Data da aprovação pela Ass. Municipal	Data da contratação do empréstimo	Visto do T.C.		Finalidade do empréstimo	Entidade Credora	CAPITAL		Taxa de Juro (%)		Prazo do contrato	Anos decorridos	ENCARGOS DO ANO		Capital em dívida em 31.12.2018
		N.º do registo	Data			Contratado	Utilizado	Inicial	Actual			Amortização	Juros	
29/11/2004	03/01/2005	91	14/04/2005	Plano de Actividades	BBVA	1 580 096,00	1 580 096,00	2,388	0,000	20	13	86 818,44	0,00	549 850,50
28/04/2008	16/05/2008	768	30/07/2008	Plano de Actividades	BBVA	1 500 000,00	1 500 000,00	3,99	3,800	20	10	83 333,34	34 507,87	833 333,28
09/02/2009	26/02/2009	380	18/05/2009	Plano de Actividades	BBVA	1 500 000,00	1 500 000,00	3,99	4,050	20	9	83 333,34	38 493,74	874 999,95
30/04/2010	10/05/2010	646	29/07/2010	Plano de Actividades	CCAM	682 896,35	682 896,35	2,13	0,878	20	8	35 608,51	4 208,03	452 547,91
22/06/2012	09/07/2012	1040	04/02/2013	Plano de Actividades	IFDR	679 530,00	453 020,00	3,901	3,901	14	5	31 345,98	13 311,52	320 945,25
19/06/2014	03/07/2014	1440	10/11/2014	Liquidação do passivo financeiro decorrente da liquidação do MMB	BPP	618 596,20	618 596,20	2,417	1,754	4	4	159 171,49	2 096,94	0,00
Total						6 561 118,55	6 334 608,55					479 611,10	92 618,10	3 031 676,89
(a) - Designação do Organismo ou Serviço						Valores em euros								

(a) - Designação do Organismo ou Serviço

Valores em euros

Órgão executivo
Em ____ de ____ de 2017

Órgão deliberativo
Em ____ de ____ de 2017

Responsabilidades
contingentes do Município
de Bragança

PORTE	TRIBUNAL	N.º PROC.	PEDIDO	ESTADO DO PROCESSO	PREVISÃO DE RISCO E OUTRAS OBSERVAÇÕES
Dinis Pinto e António Veiga	TAF Mirandela	143/12.8TBMDL	Indemnização	Aguarda recurso TCAN	1.309.220,00€ + juros
ATMAD, S.A.	TAF Mirandela	415/11.9BEMDL	Indemnização	Aguarda julgamento	88.448,67€ + juros - faturas de água vencidas entre 30/05/2010 e 29/06/2010
Pedro Sérgio Freitas Pereira	TAF Mirandela	215/05.5BEMDL	Indemnização	Aguarda recurso TCAN	7.363,30€ + juros
Henriqueta Carolina Rodrigues	TAF Porto	1138/03 – Unid Org. 2 – 3º Juízo	Indemnização	Aguarda julgamento	4.500,00€ por mês
Ricobra – Construções S.A.	TAF Mirandela	610/12.3BEPRT	Indemnização	Tentativa de conciliação em 26/01/2018	6.249,26€ + juros
Ricobra – Construções S.A.	TAF Mirandela	611/12.1BEPRT	Indemnização	Aguarda saneador	7.922,65€ + juros
ATMAD, S.A.	TAF Mirandela	438/11.8BEMDL	Indemnização	Julgamento em 06/02/2018	53.534,54€ + juros - faturas de água vencidas entre 30/12/2010 e 01/03/2011
João Horácio Correia e esposa	TAF Mirandela	269/09.5BEMDL	Indemnização	Julgamento em 27/11/2017	45.000,00€ - Pedido de declaração de nulidade de ato.
António Abílio Branco e esposa	TAF Mirandela	252/11.0BEMDL	Indemnização	Aguarda julgamento	Reconhecer os AA. proprietários, demolição de ETAR e pagamento de indemnização de 5.000,00€
Luis Venâncio Miranda	TAF Mirandela	206/06.9BEMDL	Indemnização	Aguarda julgamento	437.825,00 €+ juros
Proteção Civil	TAF Mirandela	4/10.5BEMDL	Indemnização	Aguarda julgamento	22.665,30€ - danos provocados por tampa de escoamento de águas pluviais, na Avenida Sá Carneiro
Hotel S. José do Nordeste	TAF Mirandela	312/04.4BEMDL	Indemnização	Julgamento em 13, 18, 20 e 21/12/2017	750.000,00€ - explosão - passagem desnivelada - (Avenida Sá Carneiro).
Adozinda Baltazar Fossy	TAF Mirandela	183/08.1BEMDL	Indemnização	Aguarda julgamento	Ré é a Freguesia de Pinela (reivindicação de faixas de terrenos) e MB foi chamado à demanda
Eusébio & Filhos, S.A. e FDP Construções, SA	TAF Mirandela	332/09.2BEMDL	Indemnização	Aguarda julgamento	558.994,26€ + juros (estacionamento na Praça Camões).
ATMAD, S.A.	TAF Mirandela	301/12.5BEMDL	Indemnização	Aguarda julgamento	19.923,47€ + juros - faturas de água vencidas entre 30/07/2010 e 29/09/2010
ATMAD, S.A.	TAF Mirandela	52/13.3BEMDL	Indemnização	Aguarda julgamento	325.054,55€ + juros - faturas de água vencidas entre 11/11/2009 e 30/07/2011
MP (Construções Louçano)	TAF Mirandela	151/13.1BEMDL	Anulação de ato	Aguarda recurso TCAN	Nulidade da deliberação de 24/08/2009 e despacho de 19/05/2010, e reposição da situação.
ATMAD, S.A.	TAF Mirandela	278/13.0BEMDL	Indemnização	Aguarda julgamento	662.354,42€ + juros - faturas de água vencidas entre 30/05/2009 e 30/08/2012.
José Carlos Afonso Gomes	TAF Mirandela	324/13.7BEMDL	Indemnização	Aguarda julgamento	2.000,00€ + juros - danos emergentes de acidente de viação, por falta de sinalização, na Rua Sr. dos Afritos
Humberto Jerónimo Sampaio	TAF Mirandela	116/14.6BEMDL	Indemnização	Aguarda julgamento	Não existe pedido indemnizatório. mas o Tribunal poderá determinar o ressarcimento de quantia.
ATMAD, S.A.	TAF Mirandela	167/14.0BEMDL	Indemnização	Aguarda julgamento	241.540,58€ + juros - faturas de água vencidas entre 31/07/2012 e 31/12/2012
ATMAD, S.A.	TAF Mirandela	540/14.4BEMDL	Indemnização	Aguarda julgamento	504.774,71€ + juros - faturas de água vencidas entre 31/01/2013 e 30/06/2013
Maria Luísa Dinis Macieira	TAF Mirandela	449/14.1BEMDL	Nulidade de ato	Aguarda saneador	Nulidade de despacho que procedeu à declaração dominial de caminho público e determinou a desocupação
ATMAD, S.A.	TAF Mirandela	365/15.0BEMDL	Indemnização	Aguarda julgamento	1.284.487,26€ + juros - pagamento de faturas de água vencidas entre 31/07/2013 e 31/12/2014
ICNF	Bragança, Inst. Local, Secção Criminal, J1	1225/16.2T8BGC	Indemnização	Aguarda sentença	12.000,00 € (coima) + custas - abertura de caminho sem licença do Parque Natural Montesinho

PARTE	TRIBUNAL	N.º PROC.	PEDIDO	ESTADO DO PROCESSO	PREVISÃO DE RISCO E OUTRAS OBSERVAÇÕES
José Caetano Fernandes	TAF Mirandela	125/16.0BEMDL	Anulação de ato	Aguarda recurso TCAN	Sem risco pecuniário - anulação de ato do Presidente 30/11/2015, que ditou a demolição de construções
Conteúdos Mágicos, Lda	TAF Mirandela	190/16.0BEMDL	Indemnização	Aguarda recurso TCAN	5.000,00 € - pedido de anulação concurso "Festa da História 2016" - MB absolvido; recurso no TCAN
Águas do Norte, S.A.	TAF de Mirandela	93/17.1BEMDL	Indemnização	Aguarda saneador	299.075,06 € + juros - faturas de água vencidas entre 01/04/2015 e 29/08/2015
Conteúdos Mágicos, Lda	TAF Mirandela	201/17.2BEMDL	Indemnização	Aguarda recurso TCAN	149.600,00 - pedido de anulação concurso "Festa da História 2017" - MB absolvido; recurso no TCAN
Águas do Norte, S.A.	TAF de Mirandela	354/17.0BEMDL	Indemnização	Aguarda saneador	102.893,58 € + juros - faturas de água vencidas entre 21/10/2015 e 30/01/2016
José Augusto Moreno	TAF Mirandela	440/10.7BEMDL	Pagamento de diferenças salariais; Pagamento de indemnização por danos não patrimoniais (30k€); Pagamento de juros de mora;	Contestação e junção de documentos; aguarda ulteriores trâmites processuais	Para além do pagamento de diferenças salariais ±9.000€ e juros de mora (possível), indemnização p/ danos não patrimoniais - 30.000€ (remota)
António Carlos Alves Gonçalves	TAF Mirandela	441/10.5BEMDL-A	Provisão categ. especialista informática grau 3 nível 1; Pagamento diferenças salariais; Abertura procedimento interno de seleção para mudança nível; Sanção pecuniária compulsória	Pagamento diferença salarial em out17; aguarda decisão Tribunal	Para além do pagamento das diferenças salariais há um risco (remoto) de aplicação de sanção pecuniária compulsória
João Pedro Gradim Ribeiro	TAF Mirandela	480/15.0BEMDL	Anulação pena disciplinar suspensão p/ 75 dias e sanção acessória cessação de comissão de serviço; reposição salários não pagos; indemnização por danos não patrimoniais (20k€)	Contestação; aguarda ulteriores trâmites processuais	Para além da eventual reposição de salários (possível) indemnização p/ danos não patrimoniais - 20.000€ (remota)
Parque B	TAF Mirandela	329/07,7BEMDL	Pagamento de indemnização.	Aguarda-se a promoção de diligências. Possivelmente a marcação da Audiência de Julg.	Risco Pecuniário 4.679.934,00€ Juros de mora
Francisco Celas Pinto e outros	Trib. Bragança	787/16,9T8BGC	Ação de Demarcação	Realizou-se a Audiência Prévia. O Processo segue termos.	Nestes autos não se pode dizer que exista um risco pecuniário, mas o valor da ação é de 30.001,00€.
Carlos Aberto de Almeida Pereira	TAF Mirandela	152/13,0BEMDL	Diversos relativos ao loteamento n.º 19/78 com o objectivo de ligação dos esgotos ao colector que passa na EN15	Encontra-se na fase dos articulados.	

Autorização genérica com limites à concessão de isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e a outros tributos próprios (n.º 2, Artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)

Considerando que o articulado que contém as medidas para orientar a execução orçamental, conforme resulta do estipulado na alínea d) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, pode ser incluído no orçamento municipal para o ano 2018;

Considerando que a autorização à concessão pelos municípios de isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios passou a ser da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do previsto nos n.ºs 2 e 9 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

Considerando que anualmente existem vários pedidos de isenções do pagamento de taxas apresentados por entidades públicas e privadas, mormente no que respeita à cedência de instalações municipais, visita aos equipamentos culturais, realização de eventos públicos, execução de operações urbanísticas, de acordo com o disposto no artigo H19, do Capítulo III, parte H, do Código Regulamentar do Município de Bragança;

Considerando que no articulado que contém as medidas para orientar a execução orçamental do orçamento municipal para o ano 2018, pode ser incluída uma norma de autorização genérica com limites à concessão de isenções totais ou parciais de taxas.

Nestes termos, propõe-se ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que a Assembleia Municipal de Bragança delibere aprovar no orçamento municipal para o ano 2018, uma norma com o seguinte teor:

Isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios

1 - No exercício económico de 2018, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é fixado o valor de 100.000,00 euros como limite à despesa fiscal (receita cessante).

2 - Até ao limite fixado no número anterior pode a Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada, conceder isenções totais ou parciais dentro dos limites estabelecidos nos regulamentos municipais em respeito pelo princípio da legalidade tributária previsto no n.º 9 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

3 - Em todas as sessões da Assembleia Municipal, deverá ser presente informação, da qual conste os pedidos bem como o valor da respetiva isenção total ou parcial, ao abrigo da autorização genérica prevista na presente norma.

Assunção de
Compromissos e
Autorização Prévia

Assunção de Compromissos Plurianuais - Autorização prévia pela Assembleia Municipal

(para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, conjugados com o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril)

Designação	Unidade Orgânica	Encargo total previsto	Compromissos Plurianuais			
			Ano em curso	Anos seguintes		
			2018	2019	2020	2021
Contratação de serviços de apoio técnico jurídico na modalidade de avença	DAGF	165 312,00	41 328,00	41 328,00	41 328,00	41 328,00
Contrato de manutenção e suporte para os websites	DAGF/SI	7 370,16	1 842,54	1 842,54	1 842,54	1 842,54
Antivirus Endpoint Protection Plus - 230 licenças	DAGF/SI	4 623,80	1 155,95	1 155,95	1 155,95	1 155,95
Manutenção Inline (Balcão Único)	DAGF/SI	10 020,00	2 505,00	2 505,00	2 505,00	2 505,00
Renovação domínio norcaca-norpesca-norcastanha.pt	DAGF/SI	460,00	115,00	115,00	115,00	115,00
Assistência técnica a equipamentos de cópia e impressão	DAGF/SI	90 492,00	22 623,00	22 623,00	22 623,00	22 623,00
Globalsoft - Contrato de manutenção e assistência de software para a aplicação de eleições	DAGF/SI	4 428,00	1 107,00	1 107,00	1 107,00	1 107,00
Medidata - Contrato de manutenção das aplicações SIGMA	DAGF/SI	132 502,52	33 125,63	33 125,63	33 125,63	33 125,63
Mind - Contrato de prestação de serviços de continuidade para o produto "MindPrisma" (Biblioteca Municipal)	DAGF/SI	4 180,00	1 045,00	1 045,00	1 045,00	1 045,00
Projectlider - Contrato de manutenção para o sistema de gestão de assiduidade	DAGF/SI	2 460,00	615,00	615,00	615,00	615,00
Empis - Contrato de assistência ao software de gestão de bilhética, instalado no Centro de Arte Contemporânea.	DAGF/SI	929,88	232,47	232,47	232,47	232,47
Empis - Contrato de assistência ao software de gestão de ginásios, instalado nas Piscinas Municipais.	DAGF/SI	1 623,60	405,90	405,90	405,90	405,90
DigitalSign – Licenciamento PDF Sign & Seal	DAGF/SI	640,00	160,00	160,00	160,00	160,00
Serviços de segurança e vigilância nas instalações municipais	UAG	1 520 000,00	380 000,00	380 000,00	380 000,00	380 000,00
Serviços de limpeza nas instalações municipais	UAG	680 000,00	170 000,00	170 000,00	170 000,00	170 000,00
Serviços para a realização do método de seleção obrigatório em procedimentos concursais - avaliação psicológica	UAG	20 000,00	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00
Serviços postais a crédito	UAG	800 000,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00
Cálculo da Pegada Ecológica do Município de Bragança	GARE	50 000,00	20 000,00	15 000,00	15 000,00	
Encargos com empréstimos de médio e longo prazos (serviço da dívida)	DAF	1 927 060,93	572 259,20	565 822,29	397 890,10	391 089,34
Aquisição de serviços para nomeação dos Revisores Oficiais de Contas	DAF	27 483,12	9 161,04	9 161,04	9 161,04	

Designação	Unidade Orgânica	Encargo total previsto	Compromissos Plurianuais			
			Ano em curso	Anos seguintes		
			2018	2019	2020	2021
Aquisição de serviços por comissionamento de garantia bancária	DAF	944,00	236,00	236,00	236,00	236,00
Encargos suportados com a mensalidade dos TPA'S	DAF	3 247,20	811,80	811,80	811,80	811,80
Comissionamento sobre pagamento através de TPA's	DAF	12 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00
Condomínio do edifício Fórum Theatrum	DPIU	26 000,00	13 000,00	13 000,00		
Inspeções periódicas de elevadores	DPIU	29 500,00	14 500,00	15 000,00		
Prestação de serviços na área de seguros	DLM	580 000,00	160 000,00	140 000,00	140 000,00	140 000,00
Contratos de gestão, manutenção e assistência técnica de aplicações, parómetros e equipamentos no âmbito da mobilidade.	DLM	90 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	
Aquisição de serviços de transporte escolar no concelho de Bragança para o ano letivo 2018/2019	DLM	811 800,00	270 600,00	270 600,00	270 600,00	
Passes escolares para o ano letivo 2018/2019	DLM	290 000,00	90 000,00	100 000,00	100 000,00	
Acordo com Rodonorte e Instituto da Mobilidade e dos Transportes - 2018/2019	DLM	360 000,00	120 000,00	120 000,00	120 000,00	
Acordo de comparticipação financeira com a empresa Inter 2000 - 2018/2019	DLM	195 000,00	65 000,00	65 000,00	65 000,00	
Concurso rede de transportes do Concelho de Bragança	DLM	610 000,00	110 000,00	250 000,00	250 000,00	
Sistema de bilhética e transporte a pedido do município	DLM	160 000,00	40 000,00	40 000,00	40 000,00	40 000,00
Contrato de manutenção dos sistema de vigilância e segurança dos parques de estacionamento Camões e Sá Carneiro	DLM	21 000,00	7 000,00	7 000,00	7 000,00	
Contrato de manutenção de veículos e máquinas do município	DLM	54 000,00	18 000,00	18 000,00	18 000,00	
Aquisição de combustíveis	DLM	1 040 000,00	260 000,00	260 000,00	260 000,00	260 000,00
Contratos de fiscalização de obras municipais	DLM	180 000,00	60 000,00	60 000,00	60 000,00	
Plano de mobilidade	DLM	80 000,00	40 000,00	40 000,00		
Fornecimento de um sistema unificado de telecomunicações VOIP para o município	DAAE	120 000,00	60 000,00	60 000,00		
Manutenção preventiva e assistência técnica aos equipamentos electrónicos do aeródromo municipal de Bragança	DAAE	24 000,00	12 000,00	12 000,00		
Manutenção dos sistemas mecânicos e de AVAC dos edifícios municipais	DAAE	200 000,00	100 000,00	100 000,00		
Manutenção dos elevadores instalados em edifícios municipais	DAAE	30 000,00	15 000,00	15 000,00		
Aquisição de serviços para tratamento de águas	DAAE	1 140 000,00	570 000,00	570 000,00		

Designação	Unidade Orgânica	Encargo total previsto	Compromissos Plurianuais			
			Ano em curso	Anos seguintes		
				2019	2020	2021
Acordo decorrente da concessão AdN, S.A. (deduzidos os valores em créditos resultantes da correção de caudais e tarifas)	DAAE	3 800 000,00	950 000,00	950 000,00	950 000,00	950 000,00
Aquisição de serviços de recolha de resíduos sólidos e limpeza urbana	DAAE	5 200 000,00	2 600 000,00	2 600 000,00		
Aquisição de serviços para a manutenção e tratamento de diversos espaços verdes	DAAE	500 000,00	250 000,00	250 000,00		
Aquisição de energia - eletricidade	DAAE	8 400 000,00	2 100 000,00	2 100 000,00	2 100 000,00	2 100 000,00
Aquisição de energia - gás	DAAE	1 600 000,00	400 000,00	400 000,00	400 000,00	400 000,00
Serviço de impressão de faturas e envelopagem	DAAE	60 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	
Aquisição de serviço de comissionamento de garantias de obras (Infraestruturas de Portugal, S.A.)	DAAE	8 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00
Cedência de utilização, manutenção e suporte técnico do software de gestão e ajuda à exploração do sistema em baixa de água	DAAE	26 000,00	6 500,00	6 500,00	6 500,00	6 500,00
Aquisição de serviços de montagem e desmontagem de iluminação decorativa na época Natalícia	DAAE	300 000,00	75 000,00	75 000,00	75 000,00	75 000,00
Fundo de Eficiência Energética (FEE)	DAAE	99 097,92	24 774,48	24 774,48	24 774,48	24 774,48
Aquisição de serviços de montagem e desmontagem de sistema de difusão sonora na época Natalícia	DAAE	48 000,00	12 000,00	12 000,00	12 000,00	12 000,00
Aquisição do serviço de fornecimento contínuo de colheita de amostras e respetivas análises laboratoriais e apoio HACCP	DPEDS	67 000,00	16 000,00	16 500,00	17 000,00	17 500,00
Aquisição do serviço de transporte e encaminhamento de sub-produtos M1 e M2 do Matadouro Municipal de Bragança	DPEDS	122 000,00	29 000,00	30 000,00	31 000,00	32 000,00
Aquisição do serviço de manutenção de software do Matadouro Municipal de Bragança	DPEDS	1 720,00	400,00	420,00	440,00	460,00
Aquisição de serviços e locação para Bragança: Terra Natal e de Sonhos	DPEDS	785 000,00	185 000,00	190 000,00	200 000,00	210 000,00
Aquisição de serviços com faturação (impressão, envelopagem e distribuição de avisos de dívida)	DAF/ DECAS	10 560,00	2 640,00	2 640,00	2 640,00	2 640,00
Aquisição de serviços para fornecimento de refeições às escolas do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do concelho de Bragança	DECAS	600 000,00	150 000,00	150 000,00	150 000,00	150 000,00
Fornecimento de refeições escolares aos alunos das escolas EB1 Augusto Moreno, EB1 Toural, EB1 de Izeda e Jardim de Infância de Izeda, do concelho de Bragança	DECAS	220 000,00	55 000,00	55 000,00	55 000,00	55 000,00
Fornecimento de refeições escolares aos alunos das escolas EB1 das Beatas e do Campo Redondo, do concelho de Bragança	DECAS	152 000,00	38 000,00	38 000,00	38 000,00	38 000,00
Fornecimento de refeições escolares aos alunos do Centro Escolar de Santa Maria, EB1 e Jardim de Infância, do concelho de Bragança	DECAS	308 000,00	77 000,00	77 000,00	77 000,00	77 000,00
Aquisição de serviços para fornecimento de suplementos alimentares aos alunos carenciados (1.º escalão) do 1.º Ciclo do concelho de Bragança	DECAS	228 000,00	57 000,00	57 000,00	57 000,00	57 000,00
Pessoal auxiliar para a componente de apoio à família e prolongamento de horário nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e 1.º ciclo	DECAS	484 000,00	121 000,00	121 000,00	121 000,00	121 000,00
Atribuição de apoio financeiro aos agrupamentos de escolas para aquisição de material didático de desgaste e de outro material educativo diverso no âmbito das atividades educativas no ensino pré-escolar e no 1.º CEB	DECAS	100 000,00	25 000,00	25 000,00	25 000,00	25 000,00

Designação	Unidade Orgânica	Encargo total previsto	Compromissos Plurianuais			
			Ano em curso	Anos seguintes		
			2018	2019	2020	2021
Cedência de utilização, manutenção e suporte técnico do software "TicketNet e Acessos" - sistemas de bilhética do TMB e do Auditório Paulo Quintela e pagamento de comissão pelos bilhetes vendidos na rede Ticketline	DECAS	5 400,00	1 800,00	1 800,00	1 800,00	
Impressão da agenda cultural e agenda de programação do Teatro	DECAS	54 000,00	13 500,00	13 500,00	13 500,00	13 500,00
Aquisição de serviços para a execução de material promocional - mupis, cartazes, folhas de sala, flyers, textos de parede, convites e tarjas exteriores (TMB, CACGM, CFGD, exposições, projeções cinematográficas e eventos)	DECAS	84 000,00	21 000,00	21 000,00	21 000,00	21 000,00
Contrato de assistência técnica e manutenção das multifunções instaladas nas escolas (i-colors)	DECAS	4 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00
Contrato de assistência técnica e manutenção da fotocopiadora do Centro Escolar da Sé (Escritacor)	DECAS	6 000,00	1 500,00	1 500,00	1 500,00	1 500,00
Prémios dos concursos de presépios e contos de Natal	DECAS	7 600,00	1 900,00	1 900,00	1 900,00	1 900,00
Atribuição de bolsas de estudo a estudantes residentes no concelho, matriculados e inscritos em estabelecimento de ensino superior público	DECAS	120 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00
"ALGURES A NORDESTE" - Projeto para a promoção do território cultural do nordeste português (Norte 2020)	DECAS	97 110,00	97 110,00			
Realização de atividades de animação e apoio à família nas interrupções letivas nos jardins de infância da cidade de Bragança	DECAS	79 000,00	19 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00
Programação TMB de final do mês de dezembro e início do mês de janeiro	DECAS	40 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00
Projetos do município de Bragança integrados no Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar Terras de Trás-os-Montes	DECAS	632 257,00	210 752,34	210 752,33	210 752,33	
Aquisição de serviços de aluguer de filmes para projeção digital no Auditório Paulo Quintela	DECAS	154 500,00	49 500,00	35 000,00	35 000,00	35 000,00
Auditoria e controlo do serviço de fornecimento das refeições escolares	DECAS	48 000,00	12 000,00	12 000,00	12 000,00	12 000,00
Aquisição de serviços para a realização de análises de controle da qualidade da água da Piscina Municipal	UDJ	26 583,74	6 645,94	6 645,94	6 645,94	6 645,94
TOTAL		35 984 905,87	11 198 851,29	11 213 824,37	7 372 412,18	6 199 818,05

Valores em euros

Autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais (alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro)

Considerando que:

1 - A disposição em vigor prevista no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 20.000 contos (99.759,58€) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;

2 – A alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção dos compromissos e pagamentos em atraso (LCPA), e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, quando envolvam entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;

3 – O artigo.º 12 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com a redação atual, diploma que regulamenta a citada Lei dos Compromissos, vem estabelecer que para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano;

Face ao exposto propõe-se, e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e respetiva alteração, que a Assembleia Municipal emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pela Câmara Municipal nos casos seguintes:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) Resultem do previsto nas Grandes Opções do Plano para o ano de 2018;
- c) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Mapa de pessoal para o ano de 2018

GABINETE DE APOIO E RELAÇÕES EXTERNAS

Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria

Cargo/carreira/categoria	N.º postos de trabalho previstos		Observações
	Ocupados	Não ocupados	
Técnico Superior área de Comunicação Social	1		Vinculo de emprego público por tempo indeterminado
Assistente Técnico	1		
Assistente Operacional	2		
TOTAL	4		

SERVIÇO LIDERADO PELO MÉDICO VETERINÁRIO MUNICIPAL

Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria

Cargo/carreira/categoria	N.º postos de trabalho previstos		Observações
	Ocupados	Não ocupados	
Técnico Superior área de Medicina Veterinária	1		Vinculo de emprego público por tempo indeterminado
TOTAL	1		

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA - DAGF

Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria

Cargo/carreira/categoria	N.º postos de trabalho previstos		Observações
	Ocupados	Não ocupados	
Diretora de Departamento	1		Vinculo de emprego público em Comissão de Serviço
Chefe de Divisão	1		Vinculo de emprego público em Comissão de Serviço
Chefe de Unidade	1		Vinculo de emprego público em Comissão de Serviço
Técnico Superior área de Arquivo	2		1 Vinculo de emprego público por tempo indeterminado e 1 Vinculo de empregos público a termo resolutive incerto (por ausência da titular do lugar a exercer funções de Chefe de Divisão no Museu Abade Baçal - em Comissão de Serviço)
Técnico Superior área de Economia		1	Vinculo de emprego público por tempo indeterminado a exercer funções de Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira - em Comissão de Serviço
Técnico Superior área de Gestão		1	Vinculo de emprego público por tempo indeterminado a exercer funções de Chefe da Divisão de Administração Financeira - em Comissão de Serviço
Técnico Superior área de Gestão Autárquica	1		Vinculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico Superior área de Recursos Humanos		1	Posto de trabalho a preencher com vinculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico Superior/área Jurídica	2		Vinculo de emprego público por tempo indeterminado
Especialista de Informática	2	2	Vinculo de emprego público por tempo indeterminado e 2 Postos de trabalho a preencher com vinculo de emprego público por tempo indeterminado, dos quais 1 Novo posto de trabalho em 2018
Técnico Informática	2		Vinculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico Superior área de Contabilidade e Administração	3	1	2 Vinculo de emprego público por tempo indeterminado, 1 a exercer funções de Chefe de Unidade de Administração Geral - em Comissão de Serviço
Coordenador Técnico	5	2	Vinculo de emprego público por tempo indeterminado e 2 a exercerem funções de Técnico Superior, em período experimental, nas áreas de Psicologia (DECAS) e Gestão Autárquica (DAF)
Assistente Técnico	25	3	Vinculo de emprego público por tempo indeterminado e 3 Posto de trabalho a preencher com vinculo de emprego público por tempo indeterminado, dos quais 2 Novos postos de trabalho em 2018
Assistente Operacional	15	1	Vinculo de emprego público por tempo indeterminado, 1 posto de trabalho a preencher com vinculo de emprego público por tempo indeterminado - na área de limpeza das instalações, procedimento concursal a decorrer
TOTAL	60	12	

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E OBRAS MUNICIPAIS - DSOM

Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria

Cargo/carreira/categoria	N.º postos de trabalho previstos		Observações
	Ocupados	Não ocupados	
Diretor de Departamento	1		Vínculo de emprego público em Comissão de Serviço
Chefe de Divisão	3		Vínculo de emprego público em Comissão de Serviço
Técnico Superior área de Arquitetura	3	1	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado e 1 vago por motivos de aposentação
Técnico Superior área de Engenharia Civil	9	2	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado, 1 a exercer funções de Diretor do Departamento de Serviços e Obras Municipais - em Comissão de Serviço e 1 Novo posto de trabalho em 2018
Técnico Superior de Arqueologia	1		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico Superior área de Trânsito		1	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado, 1 a exercer funções de Chefe da Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo - em Comissão de Serviço
Técnico Superior área de Economia		1	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado, 1 a exercer funções de Chefe da Divisão de Logística e Mobilidade - em Comissão de Serviço
Técnico Superior área de Gestão	1		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico Superior área de Engenharia Mecânica	1		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico Superior área de Engenharia Eletrotécnica	1	1	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado, 1 a exercer funções de Chefe da Divisão de Ambiente, Águas e Energia - em Comissão de Serviço
Técnico Superior área de Geografia e Planeamento Regional		2	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado em período experimental, 1 a exercer funções de Chefe da Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social - em Comissão de Serviço e 1 lugar vago por motivos de consolidação da mobilidade interna na categoria, na CIMAT
Técnico Superior área de Engenharia Agrária	2		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico Superior área de Engenharia do Ambiente	1		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Coordenador Técnico	1		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Assistente Técnico	22	3	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado, 1 Posto de trabalho a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, através de reserva de recrutamento e 2 Novos postos de trabalho em 2018
Fiscal Municipal	3	2	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado e 2 Novos postos de trabalho em 2018
Fiscal de Obras	1		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Encarregado Geral Operacional	1		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Encarregado Operacional	7		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Assistente Operacional	131	9	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado, 2 postos de trabalho com vínculo de emprego público em mobilidade interna intercategorias - a exercerem funções de encarregados; 1 Posto de trabalho a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, com procedimento concursal a decorrer (Coveiro); 1 Posto de trabalho a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, Condutor de Máquinas e Veículos Especiais, vago por motivo de mudança de carreira; 1 Posto de trabalho a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, Serviços Gerais, vago por motivo de aposentação; 4 Postos de trabalho a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado (1 Topógrafo e 3 Canalizadores) - Novos postos de trabalho em 2018
TOTAL	189	22	

DIVISÃO DE PROMOÇÃO ECONÓMICA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - DPEDS

Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria

Cargo/carreira/categoria	N.º postos de trabalho previstos		Observações
	Ocupados	Não ocupados	
Chefe de Divisão	1		Vínculo de emprego público em Comissão de Serviço
Técnica Superior área de Relações Públicas	1		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico Superior área de Turismo	1		Vínculo de emprego público a termo resolutivo incerto por ausência do trabalhador a exercer funções de Chefe de Divisão na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia - em Comissão de Serviço
Técnico Superior Área de Engenharia da Produção Animal	1		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Assistente Técnico	2	2	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado 2 Posto de trabalho a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Assistente Operacional	17	1	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado e 1 Posto de trabalho a preencher com Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
TOTAL	23	3	

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO SOCIAL - DECAS

Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria

Cargo/carreira/categoria	N.º postos de trabalho previstos		Observações
	Ocupados	Não ocupados	
Chefe de Divisão	1		Vinculo de emprego público em Comissão de Serviço
Técnico Superior da área de Assessoria e Administração	1		Vinculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnica Superior área de Teatro	1		1 a exercer funções em regime de Requisição - Mapa de Pessoal do IPB - Instituto Politécnico de Bragança
Técnico Superior área de Sociologia	1		Vinculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico Superior área de Sociologia		1	Vinculo de emprego público a termo resolutivo certo
Técnico Superior de Serviço Social	1		Vinculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico Superior área de Serviço Social		1	Vinculo de emprego público a termo resolutivo certo
Técnico Superior área de Educação	2	1	Vinculo de emprego público por tempo indeterminado e 1 a exercer funções em regime de requisição - Mapa de Pessoal da Escola EB/PE da Extra...1.º Ciclo da Ensino Básico da Câmara de Lobos... Madeira e 1.
Técnico Superior área de Biblioteca e Documentação	1		Vinculo de emprego público por tempo indeterminado - Em período experimental
Técnico Superior da área Cultural	1		Vinculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico Superior da área Animação e Produção Artística		1	1 Posto de trabalho a preencher com vinculo de emprego público por tempo indeterminado, procedimento concursal a decorrer
Técnico Superior da área de Psicologia	1		Vinculo de emprego público por tempo indeterminado Em período experimental
Técnico Superior da área de Psicologia Clínica e da Saúde		1	Vinculo de emprego público a termo resolutivo certo
Técnico Superior da área de Psicologia da Educação		1	Vinculo de emprego público a termo resolutivo certo
Técnico Superior da área de Psicologia do Trabalho, Social e das Organizações		1	Vinculo de emprego público a termo resolutivo certo
Técnico de Informática		1	Vinculo de emprego público a termo resolutivo certo
Assistente Técnico	19		Vinculo de emprego público por tempo indeterminado, 1 em período experimental
Assistente Operacional	25	6	Vinculo de emprego público por tempo indeterminado 1 Posto de trabalho a preencher com vinculo de emprego público por tempo indeterminado, maquinista teatral, procedimento concursal a decorrer; 1 posto de trabalho vago por mudança de carreira; 4 Postos de trabalho a preencher com vinculo de emprego público por tempo indeterminado, Auxiliar dos Serviços Gerais
TOTAL	54	14	

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE - UDJ

Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria

Cargo/carreira/categoria	N.º postos de trabalho previstos		Observações
	Ocupados	Não ocupados	
Chefe de Unidade	1		Vinculo de emprego público em Comissão de Serviço
Técnico Superior área de Desporto	2	1	Vinculo de emprego público por tempo indeterminado e 1 a exercer funções de Chefe da Unidade de Desporto e Juventude - em Comissão de Serviço
Assistente Técnico	2		Vinculo de emprego público por tempo indeterminado
Encarregado Operacional	1		Vinculo de emprego público por tempo indeterminado
Assistente Operacional	10	2	Vinculo de emprego público por tempo indeterminado 2 Postos de trabalho a preencher com vinculo de emprego público por tempo indeterminado, Auxiliar dos Serviços Gerais, dos quais 1 lugar vago por motivo de aposentação
TOTAL	16	3	

AERÓDROMO MUNICIPAL

Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria

Cargo/carreira/categoria	N.º postos de trabalho previstos		Observações
	Ocupados	Não ocupados	
Assistente Técnico	2	2	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado, e 2 Novos postos de trabalho em 2018
Assistente Operacional	3		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
TOTAL	5	2	

MAPA RESUMO DOS POSTOS DE TRABALHO POR CARGO/CARREIRA/CATEGORIA

Cargo/carreira/categoria	N.º postos de trabalho previstos		Observações
	Ocupados	Não ocupados	
Diretor de Departamento	2		Vínculo de emprego público em Comissão de Serviço
Chefe de Divisão	6		Vínculo de emprego público em Comissão de Serviço
Chefe de Unidade	2		Vínculo de emprego público em Comissão de Serviço
Técnico Superior	43	13	39 Vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado
			2 Vínculo de emprego público a termo resolutivo incerto
			2 em regime de requisição no Município de Bragança
			9 A exercerem funções de Dirigentes, em Comissão de Serviço
			1 Técnico Superior de Recursos Humanos, a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado
			1 Técnico Superior de Animação e Produção Artística, a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado - procedimento concursal a decorrer
			1 Técnico Superior de Geografia, a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado - vago por consolidação da mobilidade
			1 Técnico Superior de Arquitetura, a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado - vago por aposentação
Coordenador Técnico	6	2	Vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado 2 em período experimental, na carreira/categoria de Técnico Superior
Assistente Técnico	73	4	Vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado 4 Posto de trabalho a preencher com Vínculo de emprego público por tempo indeterminado, dos quais 1 Posto de trabalho a preencher através de reserva de recrutamento
Encarregado Geral Operacional	1		Vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado
Encarregado Operacional	8		Vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado, 2 em mobilidade interna intercategorial
Assistente Operacional	203	13	Vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado 13 Postos de trabalho a preencher com Vínculo de emprego público por tempo indeterminado - 2 em mobilidade interna intercategorial (encarregado operacional), 1 em período experimental (Assistente Técnico) e 3 postos de trabalho com concursos a decorrer
Especialista de Informática	2	1	Vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado 1 Posto de trabalho a preencher com Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico de Informática	2		Vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado
Fiscal Municipal	3		Vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado
Fiscal de Obras	1		Vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado
Novos postos de trabalho em 2018 (vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado)		15	1 Técnico Superior - Engenharia Civil 1 Técnico Superior - Educação 1 Especialista de Informática 4 Assistentes Técnicos 2 Assistentes Técnicos - Agente de Informação de Tráfego de Aeródromo 2 Fiscais Municipais 1 Assistente Operacional - Topógrafo 3 Assistentes Operacionais - Canalizadores
Novos postos de trabalho em 2018 (vínculo de emprego público a termo resolutivo certo)		6	1 Técnico Superior área de Sociologia 1 Técnico Superior área de Serviço Social 1 Técnico Superior área de Psicologia Clínica e da Saúde 1 Técnico Superior área de Psicologia da Educação 1 Técnico Superior área de Psicologia do Trabalho, Social e das Organizações 1 Técnico de Informática
TOTAL	352	54	

O MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA elaborado no âmbito do artigo 29.º do anexo a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, contempla para o ano de 2018 as seguintes modalidades de vínculo de emprego público:

MODALIDADES DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO:

- 338 Postos de trabalho previstos e ocupados com vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado;
- 2 Postos de trabalho previstos e ocupados com vínculo de emprego público a termo resolutivo incerto;
- 10 Postos de trabalho previstos e ocupados em Comissão de Serviço;
- 2 Postos de trabalho em regime de Requisição;
- 9 Postos de trabalho previstos e não ocupados a preencher com vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado, em Comissão de Serviço na entidade;
- 2 Postos de trabalho de Coordenador Técnico, em período experimental na carreira de Técnico Superior;
- 1 Posto de trabalho de Assistente Operacional, em período experimental na carreira de Assistente Técnico;
- 2 Postos de trabalho em regime de mobilidade interna intercategorias (Encarregado Operacional);
- 34 Postos de trabalho a preencher com vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado;
- 6 Postos de trabalho a preencher com vínculo de emprego público a termo resolutivo certo.

TOTAL DE TRABALHADORES: 352

Participações Financeiras
e Entidades Participadas

Participações Financeiras e Entidades Participadas

Em estrito cumprimento do estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se, seguidamente, o mapa das participações financeiras do município de Bragança.

Mapa de Participações financeiras

Município de Bragança

30/09/2017

Denominação	N.I.P.C.	Tipo de entidade	Participação detida	
			%	Valor
Águas do Norte, S.A.	513 606 084	Participada	0,750	1 070 867
Laboratório Regional de Trás-Os-Montes e Alto Douro, Lda.	503 271 985	Participada	4,545	3 741
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA	504 475 606	Empresa Local	0,771	24 940
Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	508 767 229	Associativa	74,108	1 600 000
Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes	510 957 544	Comunidade Intermunicipal	12,621	42 327
Associação do Parque de C&T do Porto (Portus Park)	502 772 271	Associativa	n.d.	10 000
Agrupacion Europea de Cooperation Territorial Leon-Bragança	Q24 006 11F	Associativa	n.d.	30 000
Associação para o Desenvolvimento do Régia Douro ParK	508 774 128	Associativa	4 UP	2 000

n.d. - não disponível

Valores em euros

No cômputo geral das entidades identificadas e participadas pelo município que constam do mapa apresentado anteriormente, à data da elaboração do orçamento, a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark é uma entidade em que se verifica o controlo ou presunção do controlo pelo município (cf. disposto no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro). Nestes termos e para cumprimento da alínea a) do n.º 2 do artigo 46.º do referido articulado legal, o orçamento desta entidade consta da ordem de trabalhos da reunião do órgão executivo.

Mapa das Entidades Associadas e/ou Parceiras

O Município de Bragança é associado e/ou parceiro das entidades que a seguir se elencam.

Município de Bragança

30/09/2017

Denominação	N.I.P.C.	Tipo de entidade	Observações
AE-TM - Agência de Energia de Trás-os-Montes	509 620 540	Associativa	
AMTAD - Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro	503 264 270	Associativa Municipal	
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501 627 413	Associativa Municipal	a)
APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	502 131 047	Associativa Municipal	a)
Associação de Municípios Rede Portuguesa Cidades Saudáveis	504 941 569	Associativa Municipal	a)
AMTFNT - Associação Municípios Terra Fria Nordeste Transmontano	504 004 522	Associativa Municipal	a)
CORANE - Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordeste	503 712 914	Associativa	b)
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	503 990 698	Associativa Municipal	a)
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	508 905 435	Associativa	a)
Associação Centro Ciência Viva de Bragança	507 010 035	Associativa	c)
Agrupacion Europea de Cooperation Territorial León-Bragança	Q24 006 11F	Associativa	
Asociación Autovia León-Bragança	24 586 885	Associativa	a)
Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial ZASNET	509 245 846	Associativa	b)
FICAM - Asociación Foro Ibérico de Ciudades Amuralladas	G-10368116	Associativa	
Associação Amigos de Pedro e Inês	507 053 488	Associativa	
Associação Norte Cultural	502 885 955	Associativa	
Fundação "Os Nossos Livros"	501 823 603	Fundação	d)
Fundação Hispano-Portuguesa Rei Afonso Henriques	504 095 650	Fundação	e)

a) Quota anual, de acordo com os estatutos

b) Participação através da AMTFNT

c) Transferências para despesas de funcionamento

d) O MB integra a Direção, a qual preside

e) O MB integra a Comissão Executiva Delegada

NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2018

CAPITULO I

Âmbito e Princípios Genéricos

Artigo 1.º - Definição e objeto

Atento à necessidade da sustentabilidade das finanças públicas, bem como aos princípios de rigor e contenção orçamental, o presente regulamento estabelece as regras e procedimentos para orientar a execução orçamental, em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Foi observado o quadro normativo aplicável à execução do orçamento do município de Bragança (MB) para o ano de 2018. A aplicação do disposto anteriormente deve conduzir à obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados e da execução orçamental da Câmara Municipal.

Artigo 2.º - Registo contabilístico

1. Os serviços municipais são responsáveis pela correta identificação da receita a liquidar e cobrar. São ainda responsáveis pela realização da despesa, bem como pela entrega atempada, junto da divisão de administração financeira (DAF), dos correspondentes documentos justificativos.
2. Os documentos relativos a despesas urgentes e inadiáveis, devidamente fundamentadas, do mesmo tipo ou natureza, cujo valor, isolada ou conjuntamente, não exceda o montante de 10.000,00€ por mês, devem ser enviados à DAF em 48 horas, de modo a permitir efetuar o compromisso no prazo de 5 dias após a realização da despesa.
3. Os documentos relativos a despesas em que estejam em causa situações de excecional interesse público ou a preservação da vida humana devem ser enviados à DAF em 5 dias úteis, de modo a permitir efetuar o compromisso no prazo de 10 dias após a realização da despesa.

Artigo 3.º - Gestão de bens móveis e imóveis da Autarquia

1. A gestão dos bens móveis e imóveis será executada nos termos da Norma de Controlo Interno (NCI) do município.
2. As aquisições de imobilizado efetuam-se de acordo com as grandes opções do plano (GOP) e com as dotações disponíveis no orçamento aprovado, obedecendo ao regime jurídico e aos princípios gerais relativos à despesa e contratação pública, às competências dos órgãos municipais, bem como aos métodos e procedimentos estabelecidos na NCI.

Artigo 4.º - Gestão de stocks

1. A divisão de logística e mobilidade (DLM), através do serviço de compras e armazém (SCA), na qualidade de responsável pelo armazenamento de bens, deve acautelar as quantidades mínimas necessárias, procedendo para o efeito à análise das necessidades manifestadas pelos vários serviços.
2. A quantidade de existências em armazém é determinada pelos serviços com responsabilidade pela gestão dos mesmos, em obediência ao princípio da economia, devendo assegurar as quantidades estritamente necessárias ao seu regular funcionamento de forma a evitar desperdícios e uma correta análise dos stocks sem rotação.

3. A regra é a de aquisição de bens por fornecimento contínuo sem armazenagem ou com um período de armazenagem mínimo.
4. Todos os bens saídos de armazém afetos a obras por administração direta devem ser objeto de registo no sistema de gestão de stocks e associados aos respetivos centros de custos.
5. Os procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, no âmbito de gestão de stocks, constam da NCI do município e do Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais (ROSM).

Artigo 5.º - Candidaturas a fundos comunitários e outras participações

1. Compete ao Gabinete de Planeamento Estratégico e Auditoria Interna (GPEAI) a análise e divulgação dos planos de avisos de candidaturas/abertura de concurso a fundos comunitários, ou outros em vigor, junto dos membros do órgão executivo e dirigentes dos serviços municipais cujas competências e atribuições se enquadrem na área de intervenção a financiar.
2. Cada unidade orgânica (UO) é responsável, no âmbito das suas atribuições, pela apresentação de propostas de candidaturas a programas de apoio ao desenvolvimento de atividades relevantes.
3. Depois de aprovada a pretensão à candidatura pelo presidente da Câmara Municipal (PCM), compete ao GPEAI, no domínio do planeamento instituído no ROSM elaborar, submeter e acompanhar, em colaboração com os restantes serviços municipais, os processos de acesso a financiamentos provenientes de fundos comunitários e cooperação técnica e financeira.
4. Da homologação ou aprovação da candidatura pela entidade competente, cujo âmbito de financiamento seja o de subsidiar investimentos, deve ser remetida uma cópia ao responsável da DAF para o seu reconhecimento contabilístico.

CAPITULO II

Gestão de Dotações Orçamentais

Artigo 6.º - Execução orçamental

1. Na execução dos documentos previsionais devem ter-se em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente de tesouraria. Segundo estes princípios a assunção de encargos geradores de despesa deve ter subjacente a sua justificação quanto à necessidade, utilidade e oportunidade, em observância aos princípios da sua economia, eficiência e eficácia.
2. Os serviços municipais, face às medidas de contenção de despesa e de gestão orçamental definidas pelo Executivo Municipal, são responsáveis pelo controlo dos recursos orçamentais disponíveis para as respetivas UO, promovendo as medidas necessárias à sua otimização e rigorosa utilização, bem como diligenciar pelo cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA).
3. Os primeiros cabimentos e compromissos do ano respeitam aos transitados do ano anterior, cumpridas as exigências da LCPA no que respeita aos fundos disponíveis, pela ordem que se enumera:
 - a) Em primeiro lugar, os que tenham fatura ou documento equivalente associado;
 - b) Em segundo lugar, os compromissos registados no ano transato sem fatura associada;
 - c) Por fim, os decorrentes de reescalonamento dos compromissos de anos futuros.
4. Sempre que se verificarem na intenção da realização da despesa, situações de insuficiência (ou ausência) de dotação definida, devem ser reportadas superiormente, com as respetivas propostas de correção através do mecanismo das modificações orçamentais.

Artigo 7.º – Modificações ao Orçamento e às GOP's

1. O órgão executivo, baseado em critérios de economia, eficácia e eficiência, toma as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais reorientando, através do mecanismo das modificações orçamentais, as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro, no cumprimento estrito do disposto no sistema contabilístico.
2. A necessidade de introduzir modificações dos documentos previsionais deve ser formalizada pelos responsáveis das várias UO, ao responsável pela DAF, através de pedidos de reforço de verba, com indicação das respetivas contrapartidas, que após atestar a sua concordância, remete a informação ao serviço de contabilidade e gestão patrimonial (SCGP), serviço responsável pela verificação e integração desta informação.
3. As dotações inscritas no orçamento, comparticipadas por fundos comunitários, ou outros, só poderão ser utilizadas para reforços de outras iniciativas no valor da contrapartida do próprio município.
4. É elaborado pelo SCGP um mapa resumo com indicação das rubricas a inscrever/reforçar e as rubricas a registar diminuições de dotação acompanhado, sempre que se considere necessário, da respetiva justificação e remetido à consideração superior do responsável pela DAF para posterior apresentação da proposta, em reunião do órgão executivo ou em sessão do órgão deliberativo, consoante o tipo de modificação em causa.
5. Após deliberação de aprovação os documentos são assinados e devidamente arquivados, devendo ser entregue uma cópia ao SCGP.
6. Ao SCGP compete organizar o processo inerente à modificação orçamental, devendo integrar, para além dos mencionados no número anterior, os documentos de suporte às propostas de modificação sugeridas pelos departamentos/divisões, bem como a restante comunicação interna.

CAPITULO III Receita Orçamental

Artigo 8.º – Princípios gerais para a arrecadação de receitas

1. Nenhuma receita pode ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada, podendo, no entanto, ser cobrada além dos valores inscritos no orçamento.
2. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelas correspondentes rubricas do orçamento do ano em que a cobrança se venha a concretizar.
3. A liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais são efetuadas de acordo com o disposto nos regulamentos municipais e outros diplomas legais em vigor, que estabeleçam as regras a observar para o efeito, bem como os respetivos quantitativos.
4. Toda a receita deve estar devidamente suportada por todos os documentos necessários à sua identificação.
5. Na emissão de receita são de aplicação obrigatória as regras de faturação constantes do código do IVA (CIVA), sendo o MB obrigado a comunicar à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), por transmissão eletrónica de dados, os elementos das faturas emitidas nos termos do referido código.
6. As faturas podem, sob reserva de aceitação pelo destinatário, ser emitidas por via eletrónica desde que seja garantida a autenticidade da sua origem e a integridade do seu conteúdo.

Artigo 9.º - Isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios

1. No exercício económico de 2018, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é fixado o valor de 100.000,00 euros como limite à despesa fiscal (receita cessante).
2. Até ao limite fixado no número anterior pode a Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada, conceder isenções ou reduções dentro dos limites estabelecidos nos regulamentos municipais em respeito pelo princípio da legalidade tributária previsto no n.º 9 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.
3. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente relação, da qual constem os pedidos efetuados no período, bem como o valor da respetiva isenção ou redução no âmbito do preceituado nos dois números anteriores.

Artigo 10.º - Cobranças pelos serviços municipais

1. Compete ao serviço de tesouraria (ST) proceder à arrecadação das receitas municipais mediante documentos a emitir pelos diversos serviços emissores de receita.
2. A cobrança de receitas municipais pode ser efetuada por entidades diversas do ST, nos termos estabelecidos na NCI.
3. A entrega dos montantes arrecadados é feita diariamente no ST. Sempre que, excecionalmente e devidamente justificadas, as receitas sejam entregues em dia posterior, as mesmas ficam à guarda e responsabilidade do posto de cobrança até à entrega no ST.

Artigo 11.º - Valores recebidos pelo correio

Todos os cheques e vales de correio rececionados no MB são remetidos diretamente ao ST que solicita, quando for o caso, a emissão do correspondente documento de receita.

Artigo 12.º - Valores recebidos por transferência bancária

O registo do recebimento efetuado por transferência bancária só é concretizado pelo MB aquando da receção do comprovativo da mesma, por qualquer via, com indicação do objeto para a qual foi destinada.

Artigo 13.º - Valores recebidos através de terminais de pagamento automático

Os terminais de pagamento automático (TPA) existentes nos serviços municipais são encerrados diariamente, relacionando as faturas-recibo com os fechos diários, validando a transmissão eletrónica a constar na conta do MB.

Artigo 14.º - Restituição ou reembolsos

1. As restituições ou reembolsos por importâncias indevidamente ou a mais arrecadadas a título de receitas devem ser acompanhados por informação fundamentada, de facto e de direito, ao PCM sobre os motivos da arrecadação indevida, para que este possa autorizar a correspondente restituição.
2. Após a autorização referida no número anterior, o serviço emissor deve remeter a informação ao SCGP, para que este possa diligenciar no sentido da restituição devida.

Artigo 15.º - Cauções

1. Sempre que seja exigida a prestação de caução podem ser adotadas as várias modalidades previstas na legislação em vigor.
2. O serviço responsável pelo procedimento verifica a sua conformidade nos termos da legislação em vigor, normas e regulamentos aplicáveis e mediante as modalidades de prestação de caução apresentadas, iniciando os trâmites necessários ao devido registo.
3. Cabe ao SCGP registar os movimentos de reforços e diminuições, assim como a devolução de cauções, pelo que os serviços responsáveis devem remeter-lhe as informações necessárias. Depois de concluído o processo, é remetida uma cópia aos serviços intervenientes, para que fique apensa aos processos administrativos que se considerem necessários.
4. Caso haja lugar a retenções no ato de pagamento que revistam a natureza de caução, os respetivos valores são depositados pelo ST em conta bancária, constituída para o efeito e à ordem do MB, garantindo a intangibilidade desses fundos durante a vigência da mesma.

CAPITULO IV Despesa Orçamental

Artigo 16.º - Princípios gerais para a realização da despesa

1. O MB desenvolve, no âmbito da sua gestão autárquica, o ciclo de despesa subordinado aos princípios e regras legalmente instituídos e regulamentação complementar. Neste contexto, nenhuma despesa pode ser autorizada sem que, cumulativamente, se verifique:
 - a) Que o facto gerador da obrigação respeite as normas legais aplicáveis;
 - b) Disponha de inscrição orçamental, tenha cabimento e identifique se os pagamentos se esgotam no ano ou em anos futuros;
 - c) Satisfaça os requisitos de economia, eficiência e eficácia.
2. No âmbito da assunção de compromissos devem, igualmente, ser respeitadas as condições de natureza imperativa previstas na LCPA e nos procedimentos necessários à sua aplicação, nomeadamente:
 - a) Os compromissos devem ser registados previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;
 - b) O número de compromisso, único e válido, é emitido sequencialmente sendo refletido na requisição externa ou documento equivalente;
 - c) Os compromissos assumidos não podem ultrapassar os fundos disponíveis e o valor da sua assunção deve ser efetuado de acordo com as regras explícitas na LCPA;
 - d) Os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano (compromissos plurianuais), independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, estão sujeitos, a autorização prévia do órgão deliberativo. Excluem-se deste âmbito a assunção de compromissos relativos a despesas com pessoal, independentemente da natureza do vínculo;
 - e) A autorização prévia, anteriormente referida, é solicitada ao órgão deliberativo aquando da aprovação das GOP em conformidade com a projeção plurianual aí prevista.

3. As dotações orçamentais da despesa constituem o limite máximo a utilizar na sua realização.
4. As despesas a realizar com a compensação em receitas legalmente consignadas podem ser autorizadas até à concorrência das importâncias arrecadadas.
5. As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de dezembro, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até essa data serem processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.
6. O credor pode requerer o pagamento dos encargos referidos no número anterior no prazo improrrogável de três anos a contar de 31 de dezembro do ano a que respeita o crédito.
7. Os serviços, no prazo mencionado no número anterior, devem tomar a iniciativa de satisfazer os encargos, assumidos e não pagos, sempre que não seja imputável ao credor a razão do não pagamento.

Artigo 17.º - Tramitação dos processos de despesa

1. Em 2018 os serviços municipais devem utilizar, sem prejuízo do imposto legalmente, a plataforma eletrónica para as aquisições de bens e serviços, empreitadas ou concessões, enquadráveis no Código dos Contratos Públicos, quer deem origem a contrato de fornecimento contínuo ou não.
2. Nas aquisições de valor estimado entre 250,00€ e 5.000,00€ são, preferencialmente, consultados três fornecedores.
3. Cumpre à DLM realizar e coordenar toda a tramitação administrativa dos processos aquisitivos, em articulação com os demais serviços.
4. Para efeitos do número anterior, cada UO ou serviço responsabiliza-se pela definição exata das características técnicas específicas dos bens e serviços ou empreitadas a adquirir/contratar, as quais constarão do caderno de encargos a elaborar.
5. No que se refere a contratos de fornecimento contínuo deve ser enviado, aos fornecedores e entidades afins, ofício com indicação dos números de compromisso correspondentes aos fornecimentos em causa.
6. Para efeitos da escolha das entidades convidadas todos os serviços municipais devem comunicar à DLM, no momento da ocorrência, a identificação de todas as entidades (designação e número de identificação fiscal) que tenham executado obras, fornecido bens móveis ou prestado serviços ao município, a título gratuito, no ano económico em curso ou nos dois anos económicos anteriores, exceto se o tiverem feito ao abrigo do Estatuto do Mecenato.
7. Cada serviço que tenha a seu cargo a execução de obras através de empreitadas ou por administração direta elabora uma conta corrente individualizada das mesmas para que, em qualquer momento, se possa conhecer o seu custo. Dos processos deve constar, igualmente, a formalização escrita dos resultados de fiscalização e acompanhamento da execução do contrato.

Artigo 18.º - Conferência de saldos de cabimentos e compromissos

Considerando a necessidade da contabilidade orçamental da despesa exprimir de forma verdadeira e apropriada o valor dos cabimentos e dos compromissos, devem ser cumpridos os seguintes procedimentos:

- a) As propostas de realização de despesas que não venham a ser autorizadas ou o sejam parcialmente, após informação pelo serviço proponente, devem ser anuladas ou reduzidas pelos serviços da DLM, no prazo de 5 dias úteis após a decisão de não autorização ou autorização parcial da realização das mesmas;
- b) Os compromissos por faturar ou parcialmente faturados, após informação pelo serviço proponente ao dirigente da DLM devem ser anulados, no prazo de 5 dias úteis após a verificação da não realização da despesa;
- c) Compete à DLM, no âmbito do procedimento de compras e contratação pública, verificar as requisições externas não fornecidas até um prazo máximo de 90 dias, procedendo a eventuais anulações provenientes da não concretização do fornecimento ou prestação do serviço;
- d) Compete especificamente à divisão de planeamento, infraestruturas e urbanismo (DPIU), no âmbito da contratação pública, assegurar um controlo eficiente dos níveis de execução de cada empreitada ou obra por administração direta, bem como os seus custos finais, informando a DLM das alterações necessárias ao valor dos cabimentos e/ou compromissos inicialmente contratados;
- e) À UO responsável pelo procedimento cabe a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato administrativo através da verificação da relação entre as obrigações contratadas e as executadas (modo, forma e tempo) e a adoção das medidas que se tornarem necessárias para o perfeito cumprimento dessas obrigações.

Artigo 19.º - Conferência de faturas

1. As faturas ou documentos equivalentes devem ser remetidas pelo serviço de expediente geral e arquivo (SEGA), depois de rececionadas e do respetivo tratamento informático, diretamente para o SCGP que procede ao seu registo inicial como “Faturas em receção e conferência”.
2. As faturas provenientes de processos de despesa a realizar por empreitada devem ser acompanhadas do respetivo auto de medição.
3. Sempre que verificado o término da faturação associada às despesas mencionadas no número anterior deve ser despoletada, pela DPIU, a emissão do auto de receção provisória ou documento equivalente, que permita a respetiva inventariação pelo SCGP. O referido documento deve ser acompanhado da conta final para que se proceda à análise da natureza dos ativos sujeitos a inventariação.
4. Caso existam faturas ou documentos equivalentes recebidos com mais de uma via é apostado nas cópias, de forma clara e evidente, um carimbo de “Duplicado”.
5. As faturas que se encontrem em condições de serem visadas devem sê-lo num prazo máximo de 5 dias úteis, após a sua receção. Pontualmente e em casos devidamente justificados, esse prazo pode ser alargado até um máximo de 20 dias úteis.
6. A conferência das faturas deve mencionar a análise da conferência física, qualitativa e quantitativa e o número de compromisso que lhe deu origem.
7. Perante a evidência de não conformidades devem as faturas ser devolvidas, pelo serviço que efetua a conferência, em carta registada com aviso de receção e com a fundamentação da sua devolução.
8. Sempre que os bens adquiridos tenham que ser utilizados para substituição ou conservação e/ou reparação dos já existentes e a sua natureza seja suscetível de inventariação, deve tal facto ser mencionado aquando da conferência da fatura, para que o SCGP proceda ao abate do equipamento substituído ou à atualização do seu valor patrimonial.

9. As faturas rececionadas cujo prazo de pagamento já se encontra expirado, por ato imputável ao credor, podem ter o seguinte tratamento:

- a) Devolução das faturas para emissão de novo documento substitutivo com a data correta; ou
- b) Contagem de prazo de vencimento a partir da data de entrada das faturas no MB, sob comunicação ao credor.

10. Concluído o procedimento de validação das faturas registadas inicialmente como “Faturas em receção e conferência”, o SCGP procede ao seu registo contabilístico definitivo.

Artigo 20.º - Processamento de remunerações

As despesas relativas a remunerações do pessoal serão processadas pelo serviço de recursos humanos, seguindo o preceituado nas normas e instruções vigentes no município.

Artigo 21.º - Fundos de maneo

1. Serão constituídos para o ano de 2018 os fundos de maneo, tantos quantos os que sejam justificadamente necessários, devendo para o efeito ser efetuada a designação nominal dos responsáveis pela sua utilização, bem como a definição do montante máximo de utilização e a sua afetação por rubricas de classificação económica.

2. Em caso de reconhecida necessidade, podem ser constituídos fundos de maneo em data diferente à estipulada no número anterior.

3. Os demais procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, relativos aos fundos de maneo encontram-se definidos na NCI.

Artigo 22.º - Compromissos plurianuais

1- Para efeitos do previsto na alínea c), do nº 1, do art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, fica autorizada, pela Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais que respeitem as regras e procedimentos previstos na LCPA, no Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, e demais normas de execução de despesa, que resultem de projetos ou atividades constantes das Grandes Opções do Plano, em conformidade com a projeção plurianual aí prevista.

2- Ficam ainda autorizadas as despesas plurianuais decorrentes de contratos que não constem do número anterior e que integram o mapa Assunção de Compromissos Plurianuais - Autorização prévia pela Assembleia Municipal constante em anexo às Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal.

Artigo 23.º - Autorizações assumidas

1- Consideram-se automaticamente autorizadas na data do seu vencimento, e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na LCPA e no Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, tendo em conta as suas alterações legislativas, as seguintes despesas:

- a) Remunerações;
- b) Subsídio familiar a crianças e jovens;
- c) Gratificações, pensões transitórias de aposentações e outras;
- d) Encargos de empréstimos;

- e) Rendas;
 - f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao estado ou organismos seus dependentes;
 - g) Água, energia elétrica e gás;
 - h) Internet, comunicações telefónicas e postais;
 - i) Prémios de seguros;
 - j) Quaisquer outros encargos que resultem de encargos de contratos legalmente celebrados.
- 2- Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades por operações de tesouraria.

CAPITULO V

Disposições Finais

Artigo 24.º - Dúvidas sobre a execução do orçamento

1. As dúvidas que se suscitarem na execução do orçamento e na aplicação ou interpretação das presentes normas serão resolvidas por deliberação da Câmara Municipal, sob proposta do seu presidente.
2. Sem prejuízo do presente normativo, a execução e controlo orçamental encontram-se sujeitos ao disposto nos diversos regulamentos vigentes na Autarquia.

Artigo 25.º - Remissões

As remissões constantes no presente regulamento para preceitos e diplomas legais que entretanto venham a ser revogados ou alterados, consideram-se automaticamente feitas para os novos preceitos e diplomas que os substituam.

Artigo 26.º - Validade

A validade do presente regulamento é coincidente com o período de vigência do orçamento para o ano económico de 2018.

Artigo 27.º - Entrada em vigor

O orçamento, as grandes opções do plano e as normas de execução orçamental vigorarão, após aprovação em Assembleia Municipal, a partir do dia 1 de janeiro de 2018.



GRANDES OPÇÕES DO PLANO,
ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL
2018